

qualidades do livro. Buscou-se, assim, o estabelecimento do diálogo na diferença entre interlocutores qualificados, prevalecendo o compromisso com um objetivo comum: contribuir para a superação das diferentes formas de dominação e desigualdade, visando a construção da justiça social.

O destaque dado à temática do desenvolvimento teve como objetivo aprofundar o debate em bases diferentes de uma abordagem típica das ciências aplicadas, mais preocupada em discutir instrumentos de intervenção e propor soluções de curto prazo que, em geral, abstraem a complexidade da realidade social a ser atingida por tais ações. Daí a ênfase atribuída à perspectiva política, outro importante ponto de convergência entre os trabalhos aqui apresentados.

Acreditamos poder assim avançar na construção de uma geografia enquanto ciência comprometida com as questões sociais, uma ciência que deve ser crítica, mas que não se satisfaz em identificar os problemas e buscar suas explicações, mas que busca contribuir para a identificação de alternativas em parceria com outros segmentos da academia e da sociedade civil em geral que estejam empenhados na mesma luta. Para tal, entendemos ser preciso ampliar a troca de idéias e de experiências, sempre considerando as especificidades histórico-geográficas de cada realidade.

Se hoje a utopia da revolução já não tem mais o mesmo apelo de outrora, a gravidade dos conflitos e problemas sociais, além da ameaça de “catástrofes globais”, torna extremamente necessária a reflexão crítica e o pensamento radical para buscarmos alternativas para além das soluções românticas, que defendem o retorno a tradições ou a um passado idealizado, e das já conhecidas fórmulas tecnocráticas, ambas sabidamente ineficazes.

A publicação deste livro é resultado de um enorme esforço de professores e alunos de graduação e pós-graduação dos departamentos de geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, e da USP. Os conteúdos desta obra são importantes referências para a geografia agrária e contribuem para a compreensão crítica das transformações do campo. Estas características têm marcado as produções dos simpósios de geografia agrária.

Bernardo Maçano Fernandes
Júlio César Suzuki
Marta Inez Medeiros Marques



Programa de Pós-graduação em Geografia

Universidade de São Paulo



Programa de Pós-graduação em Geografia Humana

apoio:



ISBN 978-85-7743-046-8



9 788577 430468

expressão POPULAR

Geografia agrária: teoria e poder

Geografia em Movimento

Geografia em Movimento



expressão POPULAR

As mudanças desencadeadas no mundo pelo avanço do processo de globalização com base na ideologia neoliberal atingem de forma contundente o campo, as florestas, as águas e as sociedades que fazem desses espaços seus territórios de vida, com conseqüências diversas para a sociedade global. Neste contexto, antigas lutas, como a luta pela terra e pelos direitos territoriais de povos indígenas, ganham renovada atualidade, ao mesmo tempo em que emergem novas questões envolvendo a relação entre a sociedade e suas condições materiais de existência, pondo em risco a sobrevivência do planeta.


Para compreender melhor essa realidade, acreditamos ser bastante oportuna a reflexão sobre os desafios para a construção de um pensamento crítico sobre a questão agrária no século XXI para pensar o desenvolvimento do campo e das florestas, proposta nesta coletânea. Este livro reúne um conjunto de artigos que foram apresentados durante o III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, o II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e a Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Estes eventos foram realizados entre os dias 11 e 15 de novembro de 2005, na Faculdade de Ciências e Tecnologia em Presidente Prudente, promovidos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Programa de Pós-Graduação em Geografia) e pela Universidade de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).

Os artigos analisam, em diferentes perspectivas, as contradições e os sujeitos envolvidos nessas mudanças e suas formas de ação política, por meio da crítica às teorias, ideologias e modelos de desenvolvimento que sustentam intervenções em seus territórios. O livro está organizado em quatro partes: 1 – Conceitos e políticas de desenvolvimento: teorias e ideologias; 2 – Desenvolvimento neoliberal e lutas camponesas-indígenas na América Latina e na África; 3 – Questões sobre campesinato e desenvolvimento do campo e das florestas no Brasil e 4 – O pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a geografia agrária crítica.

Ao longo da coletânea são trabalhados temas diversos – territórios, camponeses, movimentos sociais, identidades sociais, desenvolvimento e ideologia, Estado, nação, democracia popular etc –, a partir de diferentes posições políticas e teórico-metodológicas, o que constitui uma das

**GEOGRAFIA AGRÁRIA:
TEORIA E PODER**





**Bernardo Maçano Fernandes
Marta Inez Medeiros Marques
Julio Cesar Suzuki
(orgs.)**



**GEOGRAFIA AGRÁRIA:
TEORIA E PODER**



1ª edição
Editora Expressão Popular
São Paulo – 2007

Copyright © Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente – SP
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Revisão: *Maitê Carvalho Casacchi*
Maria Luísa Santos Abreu

Capa: *Marcos Cartum*

Diagramação: *Maria Rosa Juliani*

Impressão: *Cromosete*

Tiragem: 1.500 exemplares

A coleção Geografia em Movimento tem Conselho Editorial indicado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Por essa razão, suas publicações podem se diferenciar da linha editorial da Editora Expressão Popular.

Conselho Editorial:

Bernardo Mançano Fernandes (presidente)

Eliseu Savério Spósito

Flávia Akemi Ikuta

João Lima Sant'Anna Neto

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 266 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 3112-0941
www.expressaopopular.com.br
vendas@expressaopopular.com.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Universidade de São Paulo - USP
Avenida Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária.
CEP 05508-000 São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 3091-3769 / 3091-3159
www.geografia.fflch.usp.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Rua Roberto Simonsen, 305
CEP 19060-900 – Presidente Prudente – SP
Fone/Fax (18) 3229-5352 / 3223-4519
www.fct.unesp.br

SUMÁRIO

Introdução 7

PARTE 1

CONCEITOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E IDEOLOGIAS

Imaginários de desenvolvimento
RICHARD PEET 19

Desenvolvimento em (des)construção:
provocações e questões sobre
desenvolvimento e geografia
JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ 39

As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento:
delineamento preliminar dos aspectos históricos,
teóricos e metodológicos
ÉLSON L. S. PIRES 55

PARTE 2

DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL E LUTAS CAMPONESAS – INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA

Marginales, polifónicos, trashumantes:
los campesinos del milenio
ARMANDO BARTRA 85

A terra africana e as questões agrárias:
o caso das lutas pela terra no Zimbábue
SAM MOYO 105

A geopolítica da reforma agrária
PARIS YEROS 151



Forjando democracia: formación político-cultural
y vinculaciones desde abajo
GERARDO OTERO 177

PARTE 3

QUESTÕES SOBRE CAMPESINATO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E DAS FLORESTAS NO BRASIL

Agricultura familiar: quantos ancoradouros!
DELMA PESSANHA NEVES 211

O desenvolvimento do campo no Brasil
ANTONIO NIVALDO HESPANHOL 271

A floresta como dimensão territorial:
novos e velhos apontamentos para a compreensão
do desenvolvimento agrário na amazônia-acreana
SÍLVIO SIMIONE DA SILVA 289

PARTE 4

O PENSAMENTO DE ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA E A GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA

A dialética e a geografia agrária na obra
de Ariovaldo Umbelino de Oliveira
LARISSA MIES BOMBARDI 315

Geografia Agrária e Questão Agrária
ELIANE TOMIASI PAULINO 339

A geografia da prática de Ariovaldo
e o campesinato: uma homenagem
ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA 353

O território do conhecimento tradicional indígena
CARLA GONÇALVES ANTUNHA BARBOSA 363



INTRODUÇÃO

As mudanças desencadeadas no mundo pelo avanço do processo de globalização com base na ideologia neoliberal atingem de forma contundente o campo, as florestas, as águas e as sociedades que fazem desses espaços seus territórios de vida, com conseqüências diversas para a sociedade global. Neste contexto, antigas lutas, como a luta pela terra e pelos direitos territoriais de povos indígenas, ganham renovada atualidade ao mesmo tempo em que emergem novas questões envolvendo a relação entre a sociedade e suas condições materiais de existência, pondo em risco a sobrevivência do planeta.

Para compreender melhor essa realidade, acreditamos ser bastante oportuna a reflexão sobre os desafios para a construção de um pensamento crítico sobre a questão agrária no século XXI para pensar o desenvolvimento do campo e das florestas, proposta nesta coletânea. Este livro reúne um conjunto de artigos que foram apresentados durante o III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, o II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e a Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Estes eventos foram realizados entre os dias 11 e 15 de novembro de 2005, na Faculdade de Ciências e Tecnologia em Presidente Prudente, promovidos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Programa de Pós-Graduação em Geografia) e pela Universidade de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).

Os artigos analisam, em diferentes perspectivas, as contradições e os sujeitos envolvidos nessas mudanças e suas formas de ação política, por meio da crítica às teorias, ideologias e modelos de desenvolvimento que sustentam intervenções em seus territórios. O livro está organizado em quatro partes: 1 – Conceitos e políticas de desenvolvimento: teorias e ideologias; 2 – Desenvolvimento neoliberal e lutas camponesas – indígenas na América Latina e África; 3 – Questões sobre campesinato e desenvolvimento do campo e das florestas no Brasil e 4 – O pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a geografia agrária crítica.

A primeira parte apresenta-se constituída pelos textos de Richard Peet, *Imaginários de desenvolvimento*; Jorge Montenegro Gómez, *Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia*; e

Élson Pires, *As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento*, que tratam das teorias e dos discursos dos modelos de desenvolvimento. Os três autores analisam a noção de desenvolvimento com base em perspectivas analíticas distintas, embora haja certa aproximação entre os argumentos de Peet e Gómez, que analisam criticamente a constituição e as implicações do discurso hegemônico sobre o desenvolvimento.

Richard Peet defende a necessidade de criação de novos imaginários do desenvolvimento, comprometidos de fato com a construção de um projeto popular que defenda a justiça social e afirma que, para isso, é preciso aliar ao discurso dos movimentos sociais os ideais da modernidade como democracia, emancipação e progresso. Ele faz uma análise arguta do poder de espoliação do regime neoliberal e do crescimento da pobreza no mundo no período sob domínio dessa ideologia. Analisa as formas pelas quais o poder constrói o discurso hegemônico e fabrica o consenso, destacando o papel central desempenhado por cientistas e experts na sustentação desse discurso. Em sua análise sobre os imaginários do desenvolvimento, o autor trabalha com conceitos como ideologia, hegemonia, discurso, governa(mentalidade), geografia do poder.

Jorge Montenegro Gómez, apoiado em autores pós-estruturalistas, levanta questões para a desconstrução do discurso do desenvolvimento enquanto forma de ação racional planejada com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Cita Rist (2002), que considera o discurso do desenvolvimento uma forma de religião moderna, pois, sustentada por uma rede de saberes e poderes que inclui organizações internacionais e governos de países ricos, seria imune contra tudo que o questiona. Por outro lado, destaca a maleabilidade do discurso do desenvolvimento e sua capacidade de integrar questões novas – desde que mantido seu núcleo duro, associado à consolidação do sistema socioeconômico vigente –, como as necessidades humanas básicas, o fomento da participação da população, a preocupação com o gênero e a etnia, com a sustentabilidade etc. Neste sentido, observa-se uma crescente incorporação da linguagem e de estratégias de caráter espacial, sendo o mais recente enfoque adotado pelo governo brasileiro para tratar do desenvolvimento no campo o desenvolvimento territorial rural. Gómez convida os geógrafos a desconstruir essa proposta que toma o território como uma categoria aplainada, ignorando os conflitos estruturais próprios da sociedade capitalista.

O trabalho de Élson Pires representa um interessante contraponto aos argumentos expressos pelos autores acima na medida em que destaca a importância da contribuição do conhecimento geográfico para a concepção de propostas de desenvolvimento, a partir da consideração das potencialidades do território enquanto lugar de encontro de um conjunto de relações e solidariedades. Trata-se de um texto bastante didático sobre o significado do desenvolvimento territorial enquanto método de ação normativa que privilegia a capacidade de articulação em nível local e regional de diferentes atores sociais em torno da construção de um projeto de desenvolvimento comum. Para o autor, as lógicas socioespaciais são atributos locais e possíveis vantagens comparativas para a construção de um projeto de desenvolvimento desde baixo.

A segunda parte reúne artigos de Armando Bartra, *Marginales, polifônicos, trashumantes: los campesinos del milenio*, Sam Moyo, *A terra africana e as questões agrárias: o caso das lutas pela terra no Zimbábue*, Paris Yeros, *A geopolítica da reforma agrária*; Gerardo Otero, *Forjando democracia: formación político-cultural y vinculaciones desde abajo*, que analisam os dilemas e políticas envolvendo movimentos sociais camponeses e indígenas em diferentes países do mundo.

Em texto contundente, Armando Bartra nomeia e torna evidentes as contradições profundas de nosso tempo, destacando a gravidade que assumem os dilemas atuais, ao colocar em risco a sobrevivência da humanidade. Mas, de forma otimista, atribui ao campesinato um papel-chave para a superação destes dilemas: “Y en esta disyuntiva civilizatoria los campesinos recobran su razón de ser como portadores de una racionalidad societaria y productiva virtuosa que remite menos a su presunta condición de productores explotados que cosechan alimentos baratos y más a su capacidad para asumir las premisas del llamado ‘desarrollo sustentable’”. Diante dessas questões, Bartra sugere que sejam feitos estudos para aprofundar o conhecimento sobre o polimorfismo e o trânsito (migração) do campesinato e a politopia e multifuncionalidade das comunidades transterritoriais, além de refletir sobre a extrema necessidade histórica de um pacto socialdemocrático (plural) e sustentável.

O texto de Sam Moyo apresenta um panorama da questão da terra na África colonial e não-colonial e analisa mais detidamente a história de Zimbábue desde o período colonial, revelando a interdependência existente entre uma multiplicidade de fatores de ordem interna e externa. O autor mos-

tra que, para compreender essa história em sua complexidade e contradições, bem como o processo de radicalização da política de reforma agrária em seu país, é preciso superar a visão tradicional sobre a ação política do campesinato e uma visão romântica sobre as comunidades tradicionais africanas. Não basta lutar pela manutenção ou restauração de regimes de propriedade tradicionais, pois estes também têm dado lugar à concentração de terras e a injustiças sociais. A questão agrária no Zimbábue é desvendada em meio a conflitos de independência, raciais, tribais, evidenciando as várias faces que ela pode assumir e a densidade das relações que envolvem essa problemática.

Paris Yeros identifica a contradição centro-periferia como a principal contradição do sistema capitalista e, visando superar o que entende como um retrocesso na prática e na teoria observado sob o processo de globalização, busca revincular a questão agrária à questão nacional e assim contribuir para a análise da conjuntura atual. Para isso, analisa a natureza do imperialismo e sua relação com a formação e manutenção de estruturas socioeconômicas desarticuladas e dependentes na periferia do sistema e suas conseqüências para as questões agrária e nacional. Ao discutir a dialética de forças internas e externas envolvidas na questão agrária, o autor lança nova luz sobre a temática.

Gerardo Otero analisa a mobilização dos camponeses indígenas resultante do avanço do globalismo neoliberal e propõe uma perspectiva teórica e prática alternativa ao globalismo de esquerda, que chama de “vinculaciones desde abajo” ou VIDA. Ele defende que a mobilização desde baixo é aquela que de fato favorece a organização da sociedade civil e sua mobilização em favor da construção de uma democracia popular. O autor apresenta um esboço da teoria da formação político-cultural das classes, comunidades e grupos subalternos (FPC), discutindo aspectos como o caráter de sua organização e seu tipo de liderança. Para Otero, o Estado-nação continua sendo a esfera crítica para a imposição dos interesses das classes dominantes, por isso a luta por melhoria nas condições econômicas, políticas e culturais das classes e grupos subalternos deve dar-se nesse âmbito. Assim, analisa questões específicas relativas às experiências de mobilização política indígena no México (FZLN) e no Equador (CONAIE) e suas formas de interação com a democracia liberal burguesa e com o Estado. Finalmente, propõe uma agenda de investigação futura visando contribuir para a fundamentação da ação política dos movimentos sociais populares.

A terceira parte reúne os trabalhos de Delma Pessanha Neves, *Agricultura familiar: quantos ancoradouros*, Antonio Nivaldo Hespanhol, *O desenvolvimento do Campo no Brasil* e Silvio Simione da Silva, *A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na amazônia-acreana*, que analisam o desenvolvimento do campo e da floresta e seus sujeitos sociais e políticos no Brasil.

Delma apresenta um artigo muito importante para a construção de uma leitura crítica a respeito dos novos termos e conceitos, que surgiram nas duas últimas décadas, e que foram incorporados pelas diversas áreas do conhecimento sem nenhuma crítica. Esta, aliás, tem sido uma postura muito comum de pesquisadores que não tomam a necessária atenção a respeito das origens dos termos e conceitos. Lembrando o geógrafo Richard Peet, que abre esta coletânea, são diversos os *think tanks* de plantão que criam conceitos e ideologias, métodos e temas, que pautam muitos projetos de pesquisa, principalmente na Geografia.

Delma discute o termo *agricultor familiar* procurando suas origens numa vasta bibliografia, em um texto que analisa as intencionalidades dos seus criadores e a promoção de um certo “enquadramento institucional”, nas palavras da autora. Para essa discussão, Delma faz um “mapeamento” de diversas obras, predominantemente da sociologia e da economia, para estudar os trabalhos que começaram a usar o termo agricultura familiar. A autora demonstra que o termo *agricultor familiar* é uma construção política, muito mais que um conceito, e que é idealizado pelas políticas públicas como forma de representação, distante da realidade social desses sujeitos que também possuem outras denominações analisadas pela autora, como pequeno agricultor, camponês etc.

Antonio Nivaldo Hespanhol apresenta uma ampla leitura do desenvolvimento do campo brasileiro. Discute as diferenças dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento a partir das funções atribuídas à agropecuária no processo de expansão da economia do país. Discute também as diferentes políticas públicas para o campo a partir de sua heterogeneidade e das mudanças recentes com a intensa diminuição do êxodo e as tendências de revitalização dos espaços rurais. Por fim, apresenta suas leituras referentes às mudanças de perspectiva das políticas públicas e às possibilidades e obstáculos para o desenvolvimento do campo.

Sílvio Simione apresenta uma leitura geográfica inédita sobre o desenvolvimento da floresta. Mostra que para os estudos da floresta amazônica

são necessários métodos apropriados para a compreensão da lógica da diversidade territorial. Ao analisar a floresta como uma dimensão territorial, o autor discute seus diferentes propósitos na construção de um método que permita compreender a floresta na perspectiva de um modelo de desenvolvimento desde seus sujeitos.

Estes sujeitos – seringueiros, camponeses, indígenas – promovem territorialidades e modos de uso do território que têm sido avassalados pela territorialização das relações capitalistas, mas que ao mesmo tempo e nos mesmos territórios têm resistido, enfrentando as relações sociais hegemônicas, recuperando seus territórios. Nesse processo de resistência ao projeto desenvolvimentista agropecuário, os diferentes sujeitos gestaram um projeto alternativo de uso da floresta. A partir de modos específicos de uso da floresta em suas potencialidades integrais, foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEXs). Para muitos geógrafos, o artigo de Silvio trata de um mundo distante. Há alguns que até confundem campo com floresta. Estes são territórios distintos, que o capital procura modelar por meio da destruição. Silvio mostra bem como esse processo está ocorrendo na floresta amazônica – acreana.

E, finalmente, a quarta parte é constituída pelos textos de Larissa Mies Bombardi, *A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira*; Eliane Tomiasi Paulino, *Geografia agrária e questão agrária*; Rosemeire Aparecida de Almeida, *A Geografia da prática de Ariovaldo e o camponato: uma homenagem*; e Carla Gonçalves Antunha Barbosa, *O território do conhecimento tradicional indígena*, que refletem sobre diferentes aspectos da obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, caracterizada por seu compromisso com a construção de um pensamento crítico e engajado sobre o campo e a questão indígena, bem como por sua contribuição para a geografia agrária brasileira.

Eliane Tomiasi Paulino, analisando os avanços teórico-metodológicos da obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e também o significado de suas reflexões e de sua prática para as populações camponesas e para os movimentos camponeses, recupera conceitos extremamente importantes, como o de território, caracterizado como resultado do processo socioespacial no bojo da luta de classes. A partir deste conceito-chave, introduz outros de grande magnitude explicativa da situação atual dos camponeses no mundo, como o de monopolização do território; e da forma de subordinação do trabalho no campo, com o conceito de territorialização do capital. As ma-

trizes da diferenciação de monopolização do território e de territorialização do capital estão nos conceitos de sujeição formal e sujeição real do trabalho ao capital, mas sem com eles se confundir, conforme reitera Paulino. Em seu texto, ainda, é salientada a importância da obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira no tratamento do conceito de renda da terra como mediação necessária para a compreensão da dinâmica agrária, sobretudo em relação à subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista, por mais importante que a produção camponesa seja no que concerne a reprodução da força de trabalho, principalmente nas cidades.

Em texto extremamente eloquente, marcado por forte emoção, Rosemeire Aparecida de Almeida salienta a contribuição de Ariovaldo na construção de uma teoria da luta camponesa a partir da discussão da territorialização da luta pela terra. Os marcos dessa contribuição estão em sua articulação cuidadosa entre teoria e realidade, o que lhe permitiu inserir-se nos movimentos sociais de luta pela terra como interlocutor privilegiado e reconhecido. Rosemeire discute a autonomia de pensamento de Ariovaldo, cuja coragem se expressa nas divergências explicativas que constrói, mas também nas posições políticas que assume, sobretudo em relação à defesa do campesinato como classe social, e de sua manutenção, como classe incômoda, no interior do modo de produção capitalista. Tal autonomia, conforme apontado por Rosemeire, é marcante na formação de novos intelectuais e seus orientandos, revelando o papel de educador que ensina sem dirigir.

Em seu texto, marcado por uma recuperação histórica de incorporação da dialética no pensamento geográfico, Larissa Mies Bombardi salienta a importância de Ariovaldo Umbelino de Oliveira na construção de uma geografia agrária crítica no Brasil, em diálogo com tendências anarquistas, como as de Élisée Reclus e de Piotr Aleksevitch Kropotkin, sobretudo em relação a sua atuação como geógrafo preocupado com o movimento do mundo e atuante em sua dinâmica, sobretudo como referência aos movimentos de luta pela terra e de construção da utopia da terra de trabalho. Sua análise valoriza contribuições importantes, como as de Leo Waibel, de Pierre Monbeig, de Orlando Valverde, de Manuel Correia de Andrade, que interferiram na formação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira como intelectual, em relação aos quais ora se aproxima, ora se afasta em termos teórico-metodológicos, sobretudo no que concerne ao distanciamento do historicismo e ao encontro com a dialética e com o marxismo.

Carla Gonçalves Antunha Barbosa, preocupada com a particularidade da relação estabelecida entre as culturas indígenas e os seus territórios, apresentou o significado da orientação recebida de Ariovaldo Umbelino de Oliveira na definição dos seus problemas de pesquisa e de sua orientação metodológica, particularmente no que concerne a forma com que as sociedades indígenas não diferenciam natureza de cultura nem território de conhecimento, o que impõe a necessidade de respeito ao direito congênito quando posto em contraposição ao direito adquirido. Preocupada, então, na definição dos territórios indígenas, Carla Gonçalves Antunha Barbosa, recuperando sua formação original de advogada, trafega pelo debate das legislações que asseguram o direito congênito das sociedades indígenas, bem como aponta a importância de trabalhos seminais de Ariovaldo na construção de uma preocupação acerca dos povos indígenas na geografia brasileira, particularmente na geografia agrária.

Ao longo da coletânea são trabalhados temas diversos – territórios, campones, movimentos sociais, identidades sociais, desenvolvimento e ideologia, Estado, nação, democracia popular etc –, a partir de diferentes posições políticas e teórico-metodológicas, o que constitui uma das qualidades do livro. Buscou-se, assim, o estabelecimento do diálogo na diferença entre interlocutores qualificados, prevalecendo o compromisso com um objetivo comum: contribuir para a superação das diferentes formas de dominação e desigualdade, visando a construção da justiça social.

O destaque dado à temática do desenvolvimento teve como objetivo aprofundar o debate em bases diferentes de uma abordagem típica das ciências aplicadas, mais preocupada em discutir instrumentos de intervenção e propor soluções de curto prazo que, em geral, abstraem a complexidade da realidade social a ser atingida por tais ações. Daí a ênfase atribuída à perspectiva política, outro importante ponto de convergência entre os trabalhos aqui apresentados.

Acreditamos poder assim avançar na construção de uma geografia enquanto ciência comprometida com as questões sociais, uma ciência que deve ser crítica, mas que não se satisfaz em identificar os problemas e buscar suas explicações, mas que busca contribuir para a identificação de alternativas em parceria com outros segmentos da academia e da sociedade civil em geral que estejam empenhados na mesma luta. Para tal, entendemos ser preciso ampliar a troca de idéias e de experiências, sempre considerando as especificidades histórico-geográficas de cada realidade.

Se hoje a utopia da revolução já não tem mais o mesmo apelo de outrora, a gravidade dos conflitos e problemas sociais, além da ameaça de “catástrofes globais”, torna extremamente necessária a reflexão crítica e o pensamento radical para buscarmos alternativas para além das soluções românticas, que defendem o retorno a tradições ou a um passado idealizado, e das já conhecidas fórmulas tecnocráticas, ambas sabidamente ineficazes.

A realização desses eventos só foi possível graças ao apoio financeiro de diversas instituições: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Fundação Para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP; Fundação de Ciência Tecnologia e Ensino – FUNDACT; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Superintendência do Estado de São Paulo); Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Nosso agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

A publicação deste livro é resultado de um enorme esforço de professores e alunos de graduação e pós-graduação dos departamentos de geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, e da USP. Os conteúdos dessa obra são importantes referências para a geografia agrária e contribuem para a compreensão crítica das transformações do campo. Estas características têm marcado as produções dos simpósios de geografia agrária.

Presidente Prudente, São Paulo, Washington, julho de 2007

Bernardo Mançano Fernandes

Júlio César Suzuki

Marta Inez Medeiros Marques





PARTE 1

CONCEITOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E IDEOLOGIAS





IMAGINÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

RICHARD PEET

Graduate School of Geography Clark University

INTRODUÇÃO

Os países capitalistas desenvolvidos proclamaram recentemente seu comprometimento coletivo em acabar com a pobreza em escala global. No FMI e no Banco Mundial, ajuste estrutural foi renomeado “crescimento e redução de pobreza”. A Declaração do Milênio das Nações Unidas esboçou oito objetivos para o desenvolvimento, centrados em reduzir pela metade a pobreza extrema até 2015. Para não ficar para trás, Jeffrey Sachs, o mais proeminente economista de nosso tempo, escreve um livro argumentando que a pobreza global pode ser extinta até 2025. O ano de 2005, ao que parecia, marcava o início de uma era na qual o Ocidente finalmente perdoaria as dívidas dos países mais pobres, sob massiva pressão popular organizada pelos cantores Bono e Bob Geldoff na forma dos concertos de rock *Live 8*. Aparentemente “respondendo”, os países do G7/G8 concordaram em “perdoar 40 bilhões de dólares devidos às agências internacionais”, principalmente ao refinar os planos do FMI e do Banco Mundial para os países pobres muito endividados (PPME).

Mas o programa para os países tidos como PPME combina redução da dívida com reforma política. Os PPME devem demonstrar aos economistas do FMI e do Banco Mundial que adotaram e que prosseguem com políticas julgadas “seguras” pela “comunidade internacional”. O comunicado, lançado depois do encontro do G7 em junho de 2005, diz o seguinte no item 2:

Nós reafirmamos nossa opinião de que, para se fazer progresso no desenvolvimento social e econômico, é essencial que os países em desenvolvimento executem políticas de crescimento econômico, de desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza com: instituições e políticas seguras, responsáveis e transparentes; estabilidade macroeconômica; aumento da transparência fiscal, essencial para se combater a corrupção, impulsionar o desenvolvimento do setor privado e atrair

investimentos; um sistema jurídico confiável; e a eliminação dos obstáculos ao investimento privado, tanto doméstico quanto estrangeiro.

O aspecto do item 2 alardeado pela mídia é o das “práticas de bom governo”, como transparência, anticorrupção e sistemas jurídicos confiáveis. Outro aspecto do item 2, as condições para o crescimento econômico, dificilmente mencionadas pela mídia, são estabilidade macroeconômica, desenvolvimento do setor privado e remoção dos obstáculos ao investimento privado, doméstico e estrangeiro, junto com referências ao livre comércio e a mercados abertos feitas em pontos mais avançados do comunicado. Aqui encontramos os países do G7, ou, na verdade, seus ministérios da fazenda, em conluio com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), mais uma vez ditando aos países mais pobres como estes devem tocar suas economias se quiserem receber alívio para suas dívidas. Assim como o “pobre merecedor” é obrigado a um ato de contrição para ganhar sua esmola caridosa, ou o sem-teto finge instantânea conversão cristã para conseguir uma cama para a noite, encontramos agora os países ricos ditando aos países pobres do mundo como eles devem se “regenerar” para conseguir alívio para suas dívidas.

Para conseguir o dinheiro, os países pobres devem concordar em abrir seus mercados à competição estrangeira, privatizar empresas públicas, eximir o Estado da provisão de serviços, reduzir o déficit do orçamento estatal, reorientar suas economias para a diversificação das exportações, flexibilizar seus mercados de trabalho... E por aí vai a lista escrita sob a crença de que os mercados e a livre concorrência podem guiar qualquer economia para o reino mágico do crescimento. Mas abrir os mercados significa perder postos de trabalho protegidos – isto é, criar desemprego em nome da “eficiência” em países nos quais a mão-de-obra já é subutilizada. Privatização significa introduzir a motivação do lucro no fornecimento de água e eletricidade, por exemplo, e desprezar qualquer um que não possa ou não pague taxas mais altas – muitas pessoas têm sido baleadas ao protestar contra esta pequena diferença de números. Reduzir déficits estatais inchados em nome da responsabilidade fiscal pode soar bem até que seja lembrado que populações desesperadas dependem para a sua sobrevivência de alimentos subsidiados pelo Estado e de serviços de saúde gratuitos. Quanto a exportar mais, o problema é: “exportar o quê?” A China monopoliza a produção barata de manufaturas e os preços do café, cacau e algodão são voláteis e de tendência declinante – os pequenos produtores se esfalfam trabalhando por nada. Note-se que,

ao mesmo tempo, a produção local de alimentos é reduzida em decorrência da ênfase em cultivos voltados para a exportação e da remoção da proteção tarifária, produzindo uma perigosa vulnerabilidade em massa a episódios de fome. Flexibilidade do mercado de trabalho significa atacar os sindicatos, pagar salários mais baixos e eliminar as poucas leis que possam existir para proteger os trabalhadores.

Finalmente, mesmo o suposto resultado, o crescimento econômico, não reduz necessariamente a pobreza, especialmente quando o crescimento segue o desenho neoliberal. Ao invés disso, ele produz uma réplica de sua terra natal Estados Unidos – estagnação salarial para a maioria, e ainda mais riqueza para aqueles que já têm tanto que não sabem o que fazer com o que têm... a não ser comprar influência política e financiar “pesquisa econômica” nos *think tanks* das alas conservadoras. Em outras palavras, para receber o perdão da dívida, os países suplicantes têm que reestruturar suas economias de forma neoliberal, para assim recompensarem o capital estrangeiro. Mas as economias neoliberais geram pobreza. Eu detesto estragar a festa, mas o perdão da dívida em sua presente forma, sob a tutela das IFIs, produz pobreza enquanto supostamente a reduz. Benevolência é benevolência.

Nós temos tido políticas neoliberais em vigor na maioria dos países do mundo por vinte anos. O que aconteceu com o mundo sob o neoliberalismo, quando comparado com o precedente regime de política de Estado desenvolvimentista ou keynesiano? A medida adotada pelos economistas convencionais é o crescimento econômico *per capita* – vamos olhar brevemente para isso. O crescimento econômico dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os mais ricos do mundo, alcançou uma média de 3,5% ao ano no período de 1961-80 e de 2,0% em 1981-99. Em países em desenvolvimento, excluindo a China, as figuras equivalentes foram de 3,2% e 0,7% (POLLIN, 2003, p. 133). Ao mesmo tempo em que o crescimento diminuiu o ritmo, a desigualdade global aumentou. Em 1960, 20% da população mundial situada nos países mais ricos possuía uma renda trinta vezes maior que a dos 20% da população mundial encontrada nos países mais pobres; em 1973, o número foi de 44 para 1; e em 1997, 74 para 1 (UNDP, 1999, pp. 36-38). Que grupos dentro da sociedade mais se beneficiaram? Tome o caso da sociedade capitalista líder, os Estados Unidos. Entre 1947 e 1973, sob o regime político keynesiano, pessoas de todos os grupos de renda experimentavam um aumento de ren-

da real, com as famílias mais pobres tendo a taxa de crescimento mais alta de todas. Depois de 1973, não apenas a média da renda real permaneceu estagnada, como também essa média refletiu o aumento de renda para os 20% das famílias mais ricas e o decréscimo significativo de renda dos 20% mais pobres, tanto que quase metade de todas as famílias obteve rendimentos mais baixos, em termos reais, por volta da metade dos anos 1990, em comparação com os dados de 1973 (LEONE, 1995).

O fator-chave causador dessas mudanças na distribuição de renda foi a diferença ainda maior com relação à propriedade da riqueza, especialmente riqueza financeira – ou seja, contas bancárias, propriedade de ações e títulos, seguros de vida e fundo mútuo de investimento. Particularmente importante é a propriedade de ações e cotas de fundo mútuo das quais, apesar da “democratização”, apenas 27% das famílias estadunidenses possuem ações (3% das famílias mais pobres possuem ações e fundos mútuos, contra 78% das famílias mais ricas). As tendências niveladoras com relação à propriedade da riqueza entre os anos 1930 e 1970 foram profundamente revertidas nos 1980, tanto que em 1989 o 1% mais rico das famílias detinha quase a metade do total da riqueza financeira nos Estados Unidos (WOLF, 1995). Dentro deste 1%, os super-ricos – aquele milhar da população (145 mil pessoas) que ganha uma média de 3 milhões de dólares ao ano – dobrou sua cota no total da renda nacional entre 1980 e 2002 para 7,4%, enquanto a cota ganha pelos 90% da base caiu (JOHNSTON, 2005, p. 1). Ou, trocando em miúdos, o ativo das 200 pessoas mais ricas do mundo (120 das quais vivem nos Estados Unidos e na Europa) é maior que o de 41% das mais pobres do mundo (a saber, 2,6 bilhões de pessoas).

Portanto, o regime de política neoliberal tem tido o efeito de concentrar a riqueza global nas mãos de poucas centenas de milhares de pessoas, principalmente ocidentais – pessoas muito ricas, que já têm tanto dinheiro que não sabem o que fazer com ele, além de usar sua influência para exigir oportunidades para ganhar ainda mais. Não querendo proclamar que o mundo está sendo convertido ainda mais em um calmo e irrestrito espaço de acumulação para a elite global, o neoliberalismo estampa um sorriso antipobreza em sua face humanitária. A política de desenvolvimento toma, assim, a forma de uma ideologia, como há muito entendida por Marx, só que desta vez o Estado é expandido para se tornar uma ordem massiva de poderosas instituições de governança global. Minha comunicação hoje esboça

alguns conceitos que podem ser usados ao se analisar essa ideologia como parte de uma hegemonia, um discurso de poder, um imaginário. Por que estou apresentando esta estrutura analítica? A razão pode ser apresentada de modo simples e sem-cerimônia: dar poder à crítica radical ao neoliberalismo, arrasar o neoliberalismo, tornar impossível que pessoas decentes sejam enganadas pelo neoliberalismo, e substituí-lo por um novo imaginário de desenvolvimento, fundado nos princípios da justiça social.

IDEOLOGIA – UMA BREVE RECAPITULAÇÃO

Para uma geografia crítica do poder, precisamos desenvolver uma gama apropriada de conceitos analíticos. Esses conceitos podem ser entendidos no sentido semiótico de ligar políticas prescritas pelos governos e instituições de governança global aos interesses básicos de proteger e legitimar estruturas fundamentais do poder político-econômico. Na tradição da teoria crítica, há apenas um lugar para começar tal análise – com o conceito de “ideologia” de Karl Marx. O conceito marxista de ideologia se refere à produção e disseminação de idéias principalmente por parte do Estado e seu aparato burocrático, que apóia e legitima a ordem social dominante (MARX e ENGELS, 1970). Quer dizer, as idéias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes. Na teoria marxista, esses interesses são os das pessoas ricas da sociedade, poderosas porque possuem capital, definido como a propriedade da riqueza produtiva pelos acionistas e altos escalões de companhias e corporações.

Há muitas versões diferentes para a teoria da ideologia de Marx, das quais duas parecem pertinentes aqui. Nas versões da dependência estrutural, Estados servem ao interesse dos capitalistas porque os donos do ativo produtivo impõem pesados constrangimentos à efetividade das operações governamentais. Offe (1975) enfatiza o poder da recusa capitalista em obedecer políticas do Estado, especialmente por meio de “greves de investimento”, ou seja, negando-se a investir em um país cujas políticas não sejam aprovadas pelo capital. Em outras palavras, países e regiões inteiras são mantidos

Richard Peet

na linha por meio de ameaças do capital de investimento global acumulado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, em um tipo de determinismo climático de investimento! A teoria do poder da elite, em comparação, diz que os governos agem no interesse do capital, uma vez que os gerentes do Estado têm interesses similares aos dos capitalistas e partilham muitos dos mesmos valores, freqüentemente porque se deslocam em vai-e-vem entre o mundo das corporações e o do governo. Assim, os capitalistas são capazes de controlar as instituições estatais e utilizá-las para tornar seus interesses realidade, porque capitalistas, representantes eleitos e os mais altos escalões do Estado são essencialmente as mesmas pessoas (MILIBAND, 1969; POU-LANTZAS, 1972).¹ Na tradição marxista, então, as políticas de desenvolvimento feitas e impostas pelas instituições do Estado (e agora de governança) são ideologias produzidas no interesse das elites político-econômicas dominantes. Marxistas dedicam-se a produzir políticas alternativas e socialistas no interesse das classes trabalhadoras, dos camponeses e dos pobres. Não é surpresa que marxismo seja um palavrão em uma mídia convencional que é, em si mesma, um grande negócio!

HEGEMONIA

Embora a noção marxista de ideologia funde uma análise crítica do poder, nós dificilmente podemos parar por aí. Mover para “cima” a hierarquia institucional, do Estado-nação para a instituição de governança global, parece ser correlato a um processo de aprofundamento da produção por parte do Estado de idéias persuasivas para uma construção cultural-ideológica mais ampla de modos de pensar. Um dos conceitos que lidam com isso é “hegemonia”. Esse conceito foi formulado a partir da teoria da ideologia de Marx pelo marxista italiano Antonio Gramsci (1971), que escreveu na prisão nos anos 1920, com importantes acréscimos de outros teóricos, predominantemente do filósofo francês Louis Althusser, que escreveu principalmente entre os anos 1950 e 1960.

¹ Quem pode se esquecer daquele vídeo no qual George W. Bush, dirigindo-se a uma audiência claramente muito rica no filme *Fahrenheit 11 de Setembro*, diz: “Algumas pessoas chamam vocês de elite. Eu chamo vocês de minha base”?

Gramsci pensava que havia dois níveis de controle político: a “dominação”, que ele sabia muito bem que significa coerção física direta pela polícia, pelo exército e pelos tribunais – o que Althusser (1971) iria mais tarde chamar de “aparato repressivo do Estado”; e “hegemonia”, que se refere ao controle ideológico e à produção do consentimento por meios não fisicamente coercivos – o que Althusser iria mais tarde chamar de “aparato ideológico do Estado”. Com o termo “hegemonia”, Gramsci queria dizer produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidade que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito. Hegemonia, para Gramsci, era um “princípio organizador” difundido através da socialização, como senso comum em cada aspecto da vida diária. Ou, na versão de Althusser, tipicamente mais forte (pois ele era um homem de extremos), o aparato ideológico do Estado instilou na mente das pessoas sistemas de significados que as deixaram em “relações imaginárias” com a realidade – quer dizer, a construção social da imaginação impede qualquer coisa parecida com o entendimento do real.

O que esses teóricos sugerem é que a filosofia, a cultura e a moralidade da elite governante são construídas para parecer a maneira natural de pensar de grupos inteiros de pessoas – orgulho e preconceitos nacionais, por exemplo, ou mesmo, em versões avançadas, o bem da humanidade em escala global (BOGGS, 1976). Mais precisamente com relação ao presente tópico, a hegemonia é constituída por um conjunto de ideologias relacionadas que incluem, no capitalismo liberal avançado, a validação do individualismo competitivo e o fetiche do saber especializado resultante da racionalidade tecnológica.

Ademais, enquanto Marx havia salientado o papel da superestrutura política coerciva (basicamente, o aparato do Estado) em seu fazer de ideologias legitimadoras, Gramsci olhou mais para as instituições culturais supostamente não-coercivas, como a Igreja, escolas, sindicatos, partidos políticos, associações culturais, clubes, família etc., que ele coletivamente designou “sociedade civil”.² Gramsci também prestou mais atenção do que Marx em pessoas específicas que imaginam, apóiam, elaboram e expandem hegemonia – os agentes ideológicos, por assim dizer. Cada grupo social, Gramsci diz, cria organicamente um estrato de intelectuais que empresta significado à sua experiência

² Em relação a essas instituições, Althusser pensou que o papel dominante era desempenhado pelo “aparato ideológico educacional” – isto é, escolas e universidades.

coletiva, une o grupo e o ajuda a funcionar efetivamente – sem muito estresse. Na época de Gramsci, a hegemonia foi produzida para a classe dominante pelos servidores civis, gerentes, sacerdotes, profissionais liberais e cientistas; em nossos dias, é produzida por diretores de cinema, apresentadores de *talk shows*, analistas econômicos, especialistas dos *think tanks* e professores *superstars*. Em outras palavras, há uma classe especial, concebendo e difundindo as idéias dominantes. E nós devíamos saber quem são eles.

O mundo claramente não é um espaço homogêneo. A hegemonia concebida no centro tem de ser criativamente traduzida para se encaixar em contextos locais. O termo “sub-hegemonia” refere-se às camadas e lugares semi-autônomos que traduzem ideais hegemônicos em ideologias particulares adequadas a audiências mais variadas. Isso pode ser pensado em termos de classe, semelhante ao que ocorre com os padres que traduzem as encíclicas papais (escritas em latim) para os fiéis católicos. Ou pode ser pensado em termos de espaço, como o que ocorre com intelectuais locais traduzindo as últimas idéias de Nova York, Londres ou Paris em línguas e termos que as pessoas do lugar possam entender.

Mas esse processo inteiro de construção e tradução de hegemonia não é uma operação suave cujo final é conhecido desde o primeiro momento. O grande lance das idéias é que elas podem ser refutadas. Especificamente, refutar a hegemonia de uma classe dominante plenamente definida significava, para Gramsci, construir uma “contra-hegemonia” como parte da luta de classes. Isto é, Gramsci não acreditava em contradições estruturais desgastando-se automaticamente a “si mesmas” na transformação social. Ele pensava antes que os ativistas deviam aproveitar momentos de crises estruturais empregando idéias poderosas concebidas antecipadamente. Em todas essas lutas por ideologia e hegemonia, os intelectuais atuam como protagonistas.

Para Gramsci, perturbar o consenso e refutar o senso “comum” significava não apenas converter intelectuais tradicionais à causa revolucionária – freqüentemente oferecendo lógicas mais convincentes ou explicações mais sistemáticas –, mas também significava a produção, dentro dos movimentos das classes operárias, de intelectuais orgânicos engajados não apenas em despertar a consciência, mas em fazer a consciência. Isso não é um processo fácil, se, na verdade, as idéias dominantes são as da classe dominante. Em resumo, Gramsci e seus seguidores vêem a hegemonia como o lugar do conflito pela construção cultural-ideológica do sentido e da mente.

DISCURSO

Na modernidade, a arena política é povoada por indivíduos altamente treinados e experientes – “*experts*” – e instituições bem estabelecidas e abundantemente financiadas – departamentos de governo, *think tanks*, institutos de pesquisa, associações financeiras etc. – que são de caráter mais econômico-institucional do que civil-institucional. Esse pensamento econômico-institucional de alto nível emprega um tipo de representação simbólica para o qual o termo gramsciano “senso comum” é insuficiente, e algo mais talvez o “senso do *expert*”, está envolvido.

Examinar o senso do especialista requer enxertar na base existencial marxista-gramsciana as noções de discurso, disciplina e de *expert* de Foucault (1972; 1973). Foucault alegava ter descoberto um tipo de função linguística previamente pouco notado, o “ato sério de discurso”, ou declaração, apoiado por procedimentos de validação, feitos a partir do ponto de vista dos especialistas e desenvolvido dentro de comunidades de especialistas (DREYFUS e RABINOW, 1983, pp. 45-47). Atos sérios de discurso, para Foucault, exibem regularidades como “formações discursivas” com sistemas internos de regras que determinam quais declarações são levadas a sério, e quais objetos incluídos em discussões são considerados importantes ou responsáveis (*Arqueologia do Conhecimento*).

Foucault pensava que essas regularidades de presença e de ausência poderiam ser analisadas arqueologicamente (identificando as relações que ligam declarações a argumentos inteiros) e genealógicamente (como os discursos são formados dentro de instituições que reivindicam o poder). Portanto, como Best e Kellner (1991, p. 26) resumem, a teoria do discurso analisa “as bases institucionais do discurso, os pontos de vista e as posições a partir dos quais as pessoas falam, e as relações de poder que estas permitem e pressupõem [...] e discurso como um campo e objeto de disputa, no qual diferentes grupos lutam por hegemonia”.

Os discursos assumem uma forma proposicional particularmente significativa, a forma das políticas sugeridas pelos especialistas para corpos governantes, que os utilizam como instrumentos de poder (“tecnologias políticas”, de acordo com Foucault). Em essência, as tecnologias políticas reformulam problemas sociais, culturais ou políticos na linguagem aparentemente neutra da ciência, para obter o apoio das pessoas convencidas

de que a ciência beneficia a humanidade. A efetividade dessa manobra depende da combinação da objetivação externa, típica da ciência, com a subjetivação interna, a produção de mentalidades governadas por e que pensam por meio de conceitos científicos (RABINOW, 1984).

Aqui, no entanto, eu preciso novamente acrescentar algo mais à guisa de conceituação crítica. O que é que está sendo socialmente construído? Para Castoriadis (1991, p. 41), cada sociedade cria um sistema de significados, ou significações sociais imaginárias, que organiza o mundo natural (pré-social, biologicamente dado), institui uma ordem social (articulações, regras e propósitos), estabelece meios pelos quais indivíduos socializados e humanizados são fabricados e satura a consciência com os motivos, valores e hierarquias da vida social. Para Castoriadis, conhecer uma sociedade significa reconstituir o mundo de suas significações sociais imaginárias.

Esse termo, “imaginário social”, põe a imaginação no limite criativo da cultura hegemônica, enquanto enraíza o imaginário no social, como um tipo de construção expressiva de formas simbólicas socialmente contextualizadas. Imaginários sociais são, então, formas coletivas de consciência estruturadas por ambientes sociais específicos. Imaginários assumem formas classistas e regionais, quer dizer, a imaginação usa materiais (imagens, memórias, experiências) do que é familiar para projetar, neste caso, versões teóricas do conhecido. Todavia, apesar de tal estrutura, a palavra “imaginário” claramente implica interpretação imaginativa e criatividade – projetar interpretações dentro do pouco conhecido –, tanto que imaginários sociais são fontes vitais de dinâmicas tanto transformacionais quanto reprodutivas. Assim, o reino do imaginário tem de ser visto como repleto de tensões, entre lógicas visionárias e lógicas mais fundamentadas, entre a sabedoria recebida e as novas interpretações, entre crenças fundamentais e formas práticas de consciência, entre modos alternativos de conhecimento e modos diferentes de imaginar.

Voltando ao nosso tópico, especialistas, já por algum tempo, têm sido treinados, principalmente nas universidades, como intelectuais; ali aprendem a pensar teoricamente – quer dizer, empregando teorias para entender e mudar a realidade natural e social. Teoria é a forma quintessencial, tida como pensamento sério em seu mais profundo nível de contemplação, quando a mente procura as fontes originais causadoras dos

eventos. A teoria reestrutura a mente para que pense de maneiras mais profundas, mais poderosas. Uma teoria geral persuasiva, aprendida na escola e na universidade, torna-se a base de discursos de centenas de especialistas, que estruturam milhares de políticas que, por sua vez, influenciam a vida de bilhões de pessoas.

A teoria estrutura o imaginário do especialista na medida em que forma os conceitos pelos quais o pensamento criativo alcança o desconhecido. Na modernidade, a hegemonia é produzida como imaginários teóricos dominantes em disciplinas que reivindicam poder ao arrogar-se o *status* de ciência. Eu tomo isso em duas direções: o imaginário teórico dos especialistas é exteriormente persuasivo em uma modernidade criada pela ciência; e um imaginário teórico é interiormente persuasivo para os especialistas, particularmente para os economistas, que convencem a si próprios de que estão fazendo boa ciência no interesse de todos, quando estão realmente apenas ganhando mais dinheiro para os já ricos. Dos dois, creio que o imaginário teórico, em sua habilidade de iludir, seja mais perigoso.

GOVERNAMENTALIDADE

Algumas leituras recentes da obra de Foucault puseram a análise do discurso dentro de uma analítica social mais ampla, denominada “governamentalidade” (FOUCAULT, 1991). Governamentalidade, como a palavra diz, se refere à mentalidade dos governos modernos – à mentalidade dos governantes e dos governados. O termo se refere à modelagem da conduta humana para fins definidos pelas autoridades e agências maiores do que o Estado, particularmente pelas instituições que invocam a verdade por meio do uso de recursos, expedientes e técnicas científicos. Como escreve Dean (1999, p. 11): “Uma análise de governo [...] preocupa-se com os meios de cálculo, tanto qualitativo quanto quantitativo, o tipo de autoridade governante ou agência, as formas de conhecimento, técnicas e outros meios empregados, a entidade a ser governada e como esta é concebida, os fins buscados e os resultados e conseqüências”.

Seguindo Deleuze, diz-se que governamentalidade envolve uma análise de “regimes” de prática institucional. Aqui, “regime” denota as formas de conhecimento e verdade que definem campos de operação ao codificar que

pensamentos é possível ter, e que objetos é possível reconhecer.³ Quatro dimensões de “regime” são reconhecidas por esses foucaultianos: campos de visibilidade, que enfatizam alguns objetos e relações, enquanto ocultam outros; a *techne* do governo, ou os mecanismos, procedimentos e vocabulários que constituem a autoridade dominante; a *episteme* do governo, enfatizando a especialização, as estratégias e racionalidades empregadas nas práticas governamentais; e as identidades por meio das quais o governante opera, ou seja, as formas de pessoa (*status*, capacidades, atitudes etc.) assumidas por políticos, burocratas e profissionais liberais no exercício da autoridade e pelos trabalhadores, consumidores e alunos que são submetidos à autoridade (DEAN, 1999, pp. 29-33). Em resumo, a governamentalidade explora como as autoridades do governo exercem o poder por meio de regimes de prática institucional.

Essa gama de idéias elabora a noção das racionalidades do governo em uma direção que seja compatível com as noções prévias de ideologia, hegemonia e interpretação e que complemente a análise de regimes políticos, explorados acima. Em termos de noções marxistas de efeitos legitimadores da ideologia (naturalização, historicização, externalização e universalização), acrescenta novas dimensões, como a da profissionalização da elite, a da prática do especialista e a cientificização das idéias nas sociedades modernas persuadidas pelo poder da “verdade” representacional. Em termos da relação entre a ideologia e o Estado, reformula a teoria de poder da elite ao dizer que a *business class*, os políticos e os altos escalões da burocracia do Estado habitam a mesma formação discursiva, pensando dentro do mesmo imaginário. Reformula a teoria da dependência estrutural ao dizer que alguns discursos – o neoliberalismo, com seu poder aumentado do capital para se mover à vontade – são respaldados pelo poder econômico propulsor, como ocorre com o investimento de capital e o controle sobre a tecnologia avançada, mas também pelo poder teórico, como ocorre com a noção de que o investimento de capital é o ingrediente crucial no desenvolvimento.

No geral, a posição elaborada aqui é a de que o poder é exercido por grupos de interesse em proporção aos recursos que eles comandam, ao di-

³ De muitas maneiras, o pós-estruturalismo diz respeito aos meios sociais de limitar o conhecimento e a experiência em interesse do poder – quer dizer, impedir o entendimento por meio da estrutura do conhecimento, ao invés de despertar a imaginação por meio da análise crítica.

nheiro que têm, ao acesso e à influência política que as contribuições de campanha possam comprar, e também pelas ideologias e pelos discursos hegemônicos que o dinheiro produz. Discursos podem ser como mercadorias – pensados para vender.

PODER/GEOGRAFIA

Permitam-me reformular tudo isso em termos do que pode ser chamada uma geografia crítica institucional do poder, entendido como mentalidades e imaginários. Grupos de instituições geradoras de poder, eu proponho inventar um centro de poder. Na modernidade avançada, políticas e práticas de governança são concebidas por especialistas em instituições concentradas em apenas alguns poucos centros de poder, cidades globais que exercem poder no cenário mundial. Essa concepção, “centro de poder global”, é similar à noção de Sassen (1991, p. 4) de cidades globais, ao que ela explica: pontos de comando concentrados na organização da economia mundial; lugares-chave para finanças e firmas de serviço especializadas; juntos, estes constituem a capacidade para produzir controle global. Cada centro de poder pode ser pensado, intrinsecamente, como um lugar, no sentido de um agrupamento de instituições interconectadas, ou o que poderia ser chamado um complexo institucional. Além disso, os centros de poder podem ser classificados como pertencentes a quatro tipos principais, de acordo com o propósito dominante de suas instituições principais e o tipo de poder que elas geram:

- econômico, significando que suas instituições principais lidam primordialmente com dinheiro, como acontece com mercados financeiros, bancos de investimentos ou sedes de corporações, e transmitem poder na forma de controle sobre o investimento do capital e *expertise* financeira. As instituições principais neste tipo de complexo de poder são os bancos de investimentos;
- ideológico, significando que as instituições lidam com idéias produzidas enquanto teoria, como acontece com universidades, institutos de pesquisa e fundações, e transmitem poder como idéias cientificamente justificadas. As instituições principais neste complexo são os departamentos de economia em universidades de elite;

- mídia, em termos de comando sobre a difusão de idéias de um modo que limite e direcione o discurso público. As instituições principais neste complexo são os jornais de finanças, os cadernos de negócios dos jornais nacionais, e os departamentos de notícias de redes de televisão nacionais e internacionais; e
- político, significando que instituições constroem e impõem idéias em formatos práticos, como acontece com o governo e os centros de governança que transmitem poder na forma de política. As instituições principais neste complexo são os *think tanks* e as organizações de pesquisa conectadas aos ministérios da fazenda e instituições financeiras internacionais.

Centros de poder compostos a partir de complexos de instituições podem também ser mapeados ao se olhar as relações de poder transmitidas no espaço – de espaços contíguos para os centros, e dos centros para as extensões mais amplas das periferias. Para começar, cada centro de poder concentra recursos (capital, idéias, *expertise*) de um campo de poder mais amplo. Esse campo pode ser fisicamente contíguo, no sentido de uma hinterlândia. Pode consistir de redes de comunicação entre centros muito distantes. Ou pode ser “virtual”, no sentido de uma posição na rede mundial de computadores. Especialistas agrupados em centros de poder processam recursos intelectuais, teóricos e práticos esboçados a partir de campos de poder, ao aplicar seus próprios conhecimentos concentrados e *expertise*.

Minha tese é a de que centros de poder formados por complexos institucionais podem ser classificados como hegemônicos, significando que eles produzem idéias e políticas com suficientes profundidade teórica e apoio financeiro para dominar o pensamento sobre vastos campos de poder; sub-hegemônicos, que se referem aos centros de poder periféricos que traduzem os discursos recebidos, modificam-nos e acrescentam idéias, e fornecem evidência de sua validade por meio da prática regional; e contra-hegemônicos, significando centros e instituições fundadas sobre crenças políticas de oposição que lutam contra o convencional e advogam alternativas políticas.

Além disso, no mundo moderno, idéias apoiadas por recursos políticos, culturais e econômicos são transmitidas entre os centros de poder nas formas ideológicas específicas de discursos legitimados como científicos e apoiados por recursos tais como o investimento de capital. Na outra ponta, nos centros sub-hegemônicos, discursos exibem seu conteúdo como “efeitos

do poder”, como acontece com o capital de investimento, o progresso tecnológico ou a persuasão teórica. Mesmo assim, essa explosão de conteúdo persuasivo não deveria ser vista como um movimento unilateral de poder recebido passivamente, mas, antes, como uma articulação, nos dois sentidos do termo: como combinação criativa entre idéias e *expertise*, originando-se em instituições locais; e, portanto, não apenas como um processo de re-escritura e de modificação, mas também como descoberta independente e adaptação criativa.

Centros de poder periféricos são sub-hegemônicos, já que eles basicamente apóiam, embora modificando-as, as posições ideológicas tomadas por instituições centrais. Mas eles também podem ser contra-hegemônicos, na medida em que diferem fundamentalmente destas, ao oferecer idéias alternativas, respaldadas por suas próprias constelações variadas de experiências, modos de interpretação e recursos intelectuais, se não financeiros. Formadas em discursos alternados de intelectuais orgânicos, experiências periféricas lutam contra o curso da política em centros de poder sub-hegemônicos, hegemônicos e (apesar de raros) contra-hegemônicos. Poder, mesmo aquele do tipo aparentemente mais sólido e inquestionável, é sempre desestabilizado por classe, sexo, etnia, e diferenças regionais de experiência e interpretação. O texto acima mostra alguns dos elementos principais neste modelo simples de geografia institucional de poder.

CONCLUSÃO E PROPOSIÇÕES

Permitam-me apresentar uma breve conclusão. Provavelmente está claro que minha comunicação tira idéias e mesmo atitudes originadas da escola pós-desenvolvimentista de pensamento – idéias sobre o discurso do desenvolvimento como agente de poder. Mas, embora eu a considere uma fonte de potentes conceitos críticos, quero me afastar de uma das conclusões alcançadas por essa escola. No *Dicionário do Desenvolvimento*, um manual do pensamento pós-desenvolvimentista, a era moderna do desenvolvimento foi proclamada finda:

A idéia de desenvolvimento jaz como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusão e desapontamento, falhas e crimes têm sido os companhei-

ros constantes do desenvolvimento e contam uma história comum: não deu certo. Ademais, as condições históricas que catapultaram essa idéia para a proeminência desapareceram: o desenvolvimento tornou-se antiquado. Mas, acima de tudo, as esperanças e os desejos que fizeram a idéia popularizar-se estão agora exaustos: o desenvolvimento tornou-se obsoleto (SACHS, 1992, p.1).

Para os autores do dicionário, os credos principais do desenvolvimento eram inadequados historicamente e imaginativamente estéreis. O desenvolvimento foi um erro de proporções planetárias, uma empreitada a ser temida não por seu fracasso, mas caso tivesse sido bem-sucedida. A teoria pós-estrutural diz que a razão, o conhecimento e as idéias de progresso que fundamentam o projeto moderno estão saturados com o poder ocidental, a tal ponto que o “desenvolvimento” é a fonte dos problemas, em vez de sua solução – a idéia é abandonar o problemático desenvolvimentismo e encontrar vidas mais simples em termos materiais e espirituais. Junto a isso, vai a atitude para com o poder moderno, que é tão suspeito que se deseja abandonar reivindicações de poder, tais como, nas mais extremas afirmações pós-modernas, qualquer tipo de afirmação teórica coerente que tenha pretensão universal.

Dado os correntes problemas ainda enfrentados por 2 bilhões de pessoas desesperadamente pobres, esse tipo de amnésia instantânea, típica da era pós-moderna, é uma tragédia da política, em termos de perda de engajamento direto, e uma caricatura de justiça, em termos de esquecer dos outros, ou perder o senso de urgência na desesperada busca por complexidade teórica, por reputação acadêmica ou pelo último dos modismos intelectuais exagerados. Isso é verdadeiro não importa a fonte, quer seja o egoísmo neoliberal do *mainstream*, quer seja o romantismo pós-moderno.

Eu chego, portanto, a uma conclusão diferente. Há necessidade de se repensar o projeto do desenvolvimento, ao invés de descartá-lo. Quero reconsiderar o desenvolvimento sob a luz do conhecimento total da crítica pós-desenvolvimentista, na verdade usando essa crítica para elaborar uma abordagem mais poderosa, mais persuasiva, crítica e ainda assim moderna. Democracia, emancipação, desenvolvimento, progresso são belos princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – quer dizer, capitalismo. O grande problema com a democracia é que esta nunca foi alcançada – em que sociedade as pessoas controlam diretamente as instituições básicas, os lugares (trabalho, família, vizinhança) nos quais passam a maior

parte de suas vidas? Igualmente, o problema com a emancipação é que esta se aplica aos privilégios de poucos ao invés de aos direitos de muitos. Da mesma forma, a deficiência do desenvolvimento repousa em seus objetivos limitados (uma abundância de coisas) e na timidez de seus meios (copiar o Ocidente). Quanto ao progresso, é pouco mais que um clichê, revisitado diariamente nas conversas eternamente otimistas das “personalidades” televisivas e dos executivos, sempre “embarcando” e “indo para frente”.

Como os teóricos pós-estruturalistas corretamente clamam, esses termos modernos estão além da redenção, se considerados como afirmações separadas de idéias (significantes relacionados apenas a outros significantes). Mas conceder “progresso” ao estupidamente otimista é desistir de uma idéia agasalhada pelo sobriamente otimista, naquele nível de crença que ainda acha que raciocínio, ciência, tecnologia e democracia são potenciais que tornam possível uma vida melhor para todas as pessoas. E, ainda que uma vida melhor em termos de suficiência material possa ser facilmente denegrida por aqueles que já levam vidas de abundância, é um sonho cheio de esperança para aqueles que nunca conheceram segurança em sua existência. Desenvolvimento ainda é um termo cheio de significado.

Um desenvolvimentismo crítico moderno mantém a crença no potencial, em vez de na prática atual do desenvolvimento. O modernismo crítico impõe uma crítica do sistema de poder capitalista, nos termos que tentei descrever aqui. Ainda que diferente do pós-desenvolvimentismo, ele converte essas críticas negativas na positividade de uma série de propostas políticas de como mudar o significado e a prática do desenvolvimento. O modernismo crítico não confia em nenhuma elite, seja ela empresarial, burocrática, científica, intelectual, racial, geográfica ou patriarcal. O modernismo crítico favorece, ao invés disso, a visão das massas oprimidas de todos os tipos – de movimentos sociais camponeses às organizações indígenas, às mulheres que se organizam por direitos reprodutivos, aos movimentos das classes trabalhadoras. E embora os movimentos sociais devam ser vistos dentro de seus próprios termos e contextos, o modernismo crítico favorece alianças que reúnem os poderes da maioria oprimida para que esta se oponha ao de outra forma avassalador poder da minoria exploradora. O modernismo crítico ouve o que as pessoas têm a dizer. Ainda assim, quer combinar os discursos populares dos movimentos sociais com as libertadoras idéias teóricas do modernismo, na forma de um desenvolvimentismo popular.

Richard Peet

Com isso, quero dizer que a teoria crítica moderna tem de assumir uma postura contra-hegemônica, que os intelectuais deveriam tornar-se contra-especialistas, mais altamente treinados do que seus inimigos, e com um maior comprometimento para com ideais mais nobres. Assim, permitam-me dizer novamente, economia, desenvolvimento, relações rurais-urbanas devem ser repensadas sob um imaginário econômico diferente se quisermos ter um mundo com justiça social. Podemos receber nossas deixas dos movimentos sociais. Mas há ainda um repensar sofisticado acerca do desenvolvimento que também precisa ser feito por intelectuais engajados. Precisamos batalhar por poder, ao invés de dispensá-lo. Precisamos fazer um novo imaginário de desenvolvimento, no qual usemos nossos momentos mais criativos para pensar diferentemente. Precisamos de uma revolução nas idéias tanto quanto na prática. Critiquem tudo, mas convertam crítica em proposta positiva... Esse é o credo crítico moderno.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. 1971. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. London: New Left Books.
- BEST, S. and D. Kellner 1991. **Postmodern Theory: Critical Interrogations**. New York: The Guilford Press.
- BOGGS, C. 1976. **Gramsci's Marxism**. London: Pluto Press.
- CASTORIADIS, C. 1991. The Social Historical: Mode of Being, Problems of Knowledge In: C. Castoriadis, **Philosophy, Politics, Autonomy**. New York: Oxford University Press: 33-46.
- DEAN, M. 1999. **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. London: Sage.
- DREYFUS, H.L. and P. Rabinow, 1983. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press.
- FOUCAULT, M. 1972. **The Archaeology of Knowledge**. New York: Harper and Row.
- FOUCAULT, M. 1973. **The Order of Things**. New York: Vintage Press.
- FOUCAULT M. 1991. Governmentality In: G. Burchall, C. Gordon and P. Miller eds **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. London: Harvester Wheatsheaf 87-104.

- GRAMSCI, A. (1971). **Selections from the Prison Notebooks**. London: Lawrence and Wishart.
- JOHNSTON, D.C. 2005. **Richest are Leaving Even the Rich Far Behind**. The New York Times June 5: pp. 1, 17.
- LEONE, R.C. 1996. Foreword to Wolf, E.N. 1996. **Top Heavy: A Study of Increasing Inequality of Wealth in America**. New York: The New Press.
- MARX, K. and F. Engels, 1970. **The German Ideology**. New York: International Publishers.
- MILIBAND, R. 1969. **The State in Capitalist Society**. New York: Basic Books.
- OFFE, C. 1985. **Disorganized Capitalism**. Cambridge: MIT.
- POLLIN, R. 2003. *Contours of Descent: U.S.* **Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity**. London: Verso.
- POULANTZAS, N. 1972 **State, Power, Socialism**. London: New Left Books.
- RABINOW, P. ed. 1984. **The Foucault Reader**. New York: Pantheon.
- SACHS, W. ed 1992. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books.
- SASSEN, S. 1991. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press.
- UNDP 1999. **Human Development Report**. New York: UNDP.
- WOLF, E.N. 1996. **Top Heavy: A Study of Increasing Inequality of Wealth in America**. New York: The New Press.

Tradução Viviane Cristine Calor

Revisão técnica Marta Inez M. Marques e Bernardo Mançano Fernandes



DESENVOLVIMENTO EM (DES)CONSTRUÇÃO: PROVOCAÇÕES E QUESTÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Paraná

INTRODUÇÃO

O discurso e a prática do desenvolvimento se apresentam como a tentativa planejada racionalmente de melhorar a qualidade de vida da população. Com esse axioma como ponto de partida, o desenvolvimento se erige em empreendimento legítimo, desejado e promovido desde todos os âmbitos da sociedade. Quem poderia estar contra uma melhora na qualidade de vida da população? No entanto, apesar da auréola de prestígio que o circunda, o desenvolvimento proporciona realmente o que promete?

Na primeira parte deste trabalho, nos propomos a avançar nessa indagação sobre os sentidos e os fatos do desenvolvimento e interpelá-lo sobre seus métodos, suas razões e seus objetivos. Para tanto, escolhemos a ferramenta teórico-metodológica utilizada pelo *pós-desenvolvimento* (crítica pós-estruturalista ao desenvolvimento): a desconstrução do seu discurso e sua prática.

Na segunda parte do trabalho, levantamos a questão de como a geografia se relaciona com o desenvolvimento e abordamos dois aspectos: por um lado, o papel dos geógrafos, e por outro lado, a utilização que no âmbito do desenvolvimento se faz de uma categoria essencial do conhecimento geográfico, o território, no marco de um novo enfoque denominado *desenvolvimento territorial rural*.

Em resumo, a leitura geográfica do desenvolvimento que propomos, portanto, é uma leitura que se dispõe a desconstruir a geografia do desenvolvimento, num duplo movimento imbricado de desconstrução do desenvolvimento e de desconstrução da relação geografia-desenvolvimento. Vejamos, num primeiro momento e a partir da crítica realizada pelo pós-desenvolvimento, de que desenvolvimento estamos falando.

A DESCONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ABORDADA A PARTIR DE TRÊS TEMAS (PROVOCAÇÕES)

Sob o termo genérico de pós-desenvolvimento se agrupa um conjunto diverso de autores que compartilham uma crítica contundente dirigida ao desenvolvimento.¹ Com referenciais comuns, como o pós-estruturalismo de Foucault, Deleuze ou Derrida e os estudos pós-coloniais de Edward Said, Homi Bhabha ou Franz Fanon, os autores englobados nessa corrente elaboraram uma desconstrução do desenvolvimento a partir de perspectivas diferentes, mas que convergem na análise de dois temas principais: o discurso e as relações de poder.

Gestado na década de 1980, mas consolidado na década de 1990, o pós-desenvolvimento articula uma crítica que se diferencia de outras correntes teóricas, no campo da teoria do desenvolvimento, por sua rejeição absoluta ao desenvolvimento. Não se trata de uma crítica que pretenda mudar o foco do desenvolvimento ou incorporar nele um caráter mais popular ou participativo. O objetivo consiste em desmontar esse artifício chamado desenvolvimento para mostrar sua incongruência e a necessidade de superá-lo, não de reformá-lo. A desconstrução do desenvolvimento elaborada pelo pós-desenvolvimento, portanto, responde à finalidade de mostrá-lo como historicamente construído e racionalmente exótico para a maior parte da humanidade, enfim, parcial apesar de sua pretensão de universalidade.

Através de três provocações levantadas pelo pós-desenvolvimento, expomos resumidamente os argumentos de sua crítica.

1. “O DESENVOLVIMENTO É APENAS UMA RELIGIÃO MODERNA...” (RIST, 2002).

No seu livro *El desarrollo: historia de una creencia occidental*, Gilbert Rist (2002) constrói a seguinte tese: o desenvolvimento seria apenas uma nova religião sustentada no discurso da modernidade.

Esse autor aponta que o desenvolvimento se constitui como uma espécie de crença compartilhada por “todos os responsáveis dos Estados-nação

¹ Nederveen Pieterse (2001, p. 100) fornece um levantamento amplo de pesquisadores inscritos nessa corrente teórica: Esteva e Escobar na América Latina, Rahnama e Bawtree no Paquistão, Latouche na França, Rist na Suíça, Sachs na Alemanha, Verhelst na Bélgica, Seabrook na Inglaterra, Tucker na Irlanda e Lummis no Japão.

(e, portanto, por todas as organizações internacionais), por quase a totalidade dos tecnocratas da economia e uma parte importante das populações” (RIST, 2002, p. 274), uma crença que se completa com uma série de práticas, em muitos casos contraditórias.

Rist (2002) caracteriza essa religião do desenvolvimento a partir de quatro aspectos: a) conseqüência da arrogância ocidental, que considera a sociedade moderna distinta por ser racional e secularizada, como se não tivesse suas próprias crenças e tradições; b) fundamentada em crenças (não em ideologias²) formuladas de forma simples e nas quais se acredita “porque se pensa que todo mundo acredita, porque não se pode fazer outra coisa que acreditar, porque todo mundo diz a mesma coisa” (p. 33) ou porque existiria alguma obscura autoridade, como os expertos ou as pesquisas de opinião; c) eficácia dessas crenças que obrigam a atuar de uma determinada forma, sem opção; d) utilização de certos rituais e signos, como os fóruns, as exposições, a inauguração de uma barragem ou uma escola, as cimeiras políticas, as rodadas de negociações comerciais, as reuniões do G8, as sessões da Assembléia Geral de Nações Unidas etc.

Só como crença, afirma Rist, poderia explicar-se que o desenvolvimento continue existindo diante do tamanho dos erros cometidos. A crença estaria auto-imunizada contra tudo aquilo que a questiona, inclusive seus próprios equívocos.

Da mesma forma que os cristãos não ignoram a multidão de crimes cometidos em nome da fé, sem por isso renegar dela, os expertos em “desenvolvimento” reconhecem cada vez com mais freqüência os erros cometidos, sem, no entanto, pôr em questão suas razões para perseverar. (RIST, 2002, p. 35)

O desenvolvimento, apesar da generalização da miséria e da ampliação das desigualdades e desequilíbrios que o mundo continua sofrendo, da exploração e da opressão que gera, dos desastres ambientais que provoca etc., continua sendo discutido, planejado, financiado e tem um lugar destacado na agenda internacional... Por quê? Como questiona Rist (2002), no âmbito

² “[...] uma ideologia se discute – alguém pode ser, por exemplo, liberal, socialdemocrata ou comunista e admitir a pluralidade de perspectivas sociopolíticas –, no entanto, as crenças sociais – por exemplo, os direitos humanos ou o desenvolvimento – constituem um tipo de certeza coletiva cujas modalidades são discutíveis, ou podem pôr-se em questão, em privado, mas sua legitimidade é inconveniente discutir em público.” (RIST, 2002, p. 33)

do desenvolvimento “as promessas se repetem incansavelmente e os experimentos se produzem continuamente. Como explicar que cada fracasso seja a oportunidade para uma nova prorrogação?” (p. 35). A resposta de Rist é que o desenvolvimento, longe de seu halo de cientificidade, seria apenas uma nova religião carregada de dogmas, fé e fanatismo.

No subitem seguinte, apontamos para a dimensão de poder que carrega esse discurso dogmático do desenvolvimento.

2. “O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO É UMA INVENÇÃO QUE MODELA A CONCEPÇÃO DA REALIDADE E A AÇÃO SOCIAL DAQUELES CONSIDERADOS SUBDESENVOLVIDOS...” (ESCOBAR, 1998[1996]).

O pós-desenvolvimento dedica uma atenção especial a desconstruir o discurso do desenvolvimento. A obra *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*, de Arturo Escobar (1998 [1996]), é um dos seus principais referenciais. Nela, o autor se debruça: a) sobre os mecanismos mediante os quais certos discursos no âmbito do desenvolvimento aparecem como verdadeiros ou falsos; b) sobre o *status* daqueles que detêm o poder do discurso verdadeiro (as instituições, os expertos); e c) sobre os efeitos de poder e saber que esses discursos incorporam.

Dessa forma, Escobar (1998 [1996]) identifica que o desenvolvimento vai se consolidando como discurso desde que nos anos 1940 e 1950 se configura um leque de “certezas” que, na raiz, se mantêm até hoje.³ Entre elas: a) a confiança no papel da modernização para destruir as superstições e relações arcaicas; b) a industrialização como via segura para essa modernização; e c) o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político.

Diante desse quadro, a inversão de capital (principalmente fornecido através da ajuda externa, no caso dos países subdesenvolvidos) se erige como a variável fundamental para conseguir o crescimento econômico e o desenvolvimento. Mas não só. Escobar revela os elementos principais, a rede de saberes e poderes que sustentam a teoria em que se fundamenta o discurso

³ Dentro da corrente pós-desenvolvimentista se considera que a hegemonia do discurso do desenvolvimento começa no dia 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman pronuncia o discurso de posse do seu segundo mandato. Nele, especificamente no Ponto IV e último, Truman menciona concisamente a necessidade de levar o conhecimento técnico e o progresso industrial dos Estados Unidos a todos os países subdesenvolvidos.

do desenvolvimento. Fatores relacionados com a formação de capital: tecnologia, população e recursos, política fiscal e monetária, industrialização e desenvolvimento agrícola, intercâmbio e comércio. Também, fatores culturais: nível de educação e uma cultura orientada a incorporar os valores da cultura moderna. E, finalmente, a criação de instituições que gerenciam o processo: organizações internacionais de controle (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou certas agências técnicas das Nações Unidas), oficinas de planejamento nacional e agências técnicas de outros tipos.

O desenvolvimento, portanto, se constrói, se teoriza e se implementa através de uma rede que inclui variáveis macroeconômicas, questões culturais, participação de certas instituições e, sobretudo, através das relações que se estabelecem entre todos esses elementos.

O discurso do desenvolvimento não se constituiu pela organização dos possíveis objetos que estavam sob o seu domínio, mas pela forma em que, graças a esse conjunto de relações, foi capaz de criar sistematicamente os objetos dos quais falava, agrupá-los e dispô-los de certas maneiras, conferindo-os unidade própria. (ESCOBAR, 1998[1996], pp. 87-88)

O conjunto de relações entre esses elementos (econômicos, sociais, políticos, culturais, institucionais etc.) permite ao discurso do desenvolvimento criar aquilo do que fala e estabelecer-se como discurso da verdade. Os experts do desenvolvimento, pertencentes a certas instituições (as instituições “certas”), são os detentores da verdade, capazes de forjar a realidade ao mesmo tempo em que falam dela. Termos como Terceiro Mundo, subdesenvolvimento, pobreza, necessidades, ajuda e tantos outros foram (re)construídos no interior desse conjunto de relações, sob as rígidas normas do que podia ou não ser dito acerca do desenvolvimento.

Com a consolidação progressiva do poder do discurso desenvolvimentista, a partir da metade do século passado, os problemas que assolam o mundo foram sendo incorporados ao campo de visão do desenvolvimento, criando-se uma densa rede de saberes sobre esses problemas, controlada a partir das organizações internacionais ou dos governos dos países mais ricos.

O pós-desenvolvimento critica a forma pela qual o discurso desenvolvimentista se apropria desses discursos e cria o Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento. Apesar das dificuldades dos chamados países subdesenvolvidos serem inquestionáveis e de sofrerem uma exploração evidente, existem formas diversas de ler os problemas desses países e de enfrentá-los. O discurso

do desenvolvimento, com seu elevado poder de abrangência e sua pretensão de hegemonia, oferece uma interpretação dessa realidade que a crítica pós-desenvolvimentista se propõe enfrentar, mostrando a parcialidade e a incoerência de seus pressupostos e o fracasso de seus resultados, e assim abrir a possibilidade de outra leitura da materialidade dos países chamados subdesenvolvidos. No fim das contas, o discurso do desenvolvimento não tem nada de ontológico, de essencial e sim de construção histórica.

3. “O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SE ASSEMELHA A UMA AMEBA...” (SACHS, 2000[1992]).

Wolfgang Sachs, na introdução do *Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*, do qual é o editor, faz a seguinte afirmação:

Atualmente, o desenvolvimento tornou-se um conceito semelhante a uma ameba, sem forma, mais inextricável. Seu contorno está tão pouco nítido que não delimita mais nenhum conteúdo – e ainda assim ele se espalha, pois é sempre associado com as melhores intenções (...) Mesmo sem conteúdo, o desenvolvimento ainda tem uma função: permite que qualquer tipo de intervenção seja santificada em nome de um objetivo maior. (SACHS, 2000 [1992], p. 15)

Na literatura pós-desenvolvimentista o tema da maleabilidade do desenvolvimento e de sua capacidade de integrar (deglutir) aspectos diversos (isto é, as características da ameba) é recorrente. Uma análise da dinâmica do desenvolvimento, a partir dos anos 50, permite constatar uma sucessão de ajustes nos discursos e nas práticas como resposta aos sucessivos fracassos nos resultados, às contínuas críticas enfrentadas ou às necessárias adaptações ao contexto socioeconômico e político cambiante.

O desenvolvimento vai sofrendo modulações que o ajustam ao espírito de cada momento, na tentativa de apresentar-se sempre como instrumento racional-científico-competente-eficaz para promover o progresso social em todos os âmbitos (economia, sociedade, política, cultura, meio ambiente etc.) e em todas as latitudes (ajudando aos países subdesenvolvidos a somar-se à prosperidade dos países desenvolvidos e consolidando nesses últimos o bem-estar que já desfrutam).

Nesse sentido, seja a partir de propostas que nascem fora do contexto institucional (inclusive, como críticas), seja a partir de propostas elaboradas pela *intelligentsia* oficial do desenvolvimento, vão sendo incorporados

temas que preocupam a sociedade, ainda que sempre integradas ao rumo geral. Dessa forma, foram incorporadas nesses 50 anos de desenvolvimento questões como as necessidades humanas básicas, o fomento da participação da população, a preocupação com o gênero e a etnia, com a sustentabilidade do sistema etc.

No entanto, o desenvolvimento serve bem ao seu patrão, o capitalismo. Como constata a crítica pós-desenvolvimentista, essa deriva do desenvolvimento disfarçada de aperfeiçoamento nunca ruma para uma auto-crítica integral que mude radicalmente (na raiz) os objetivos que promove e os interesses que salvaguarda. Insiste-se na defesa e manutenção de um núcleo duro associado à consolidação do atual sistema socioeconômico que soma 50 anos de fracassos.

A crítica construída pelo pós-desenvolvimento representa uma provocação para a aparelhagem desenvolvimentista. Através da desconstrução de seus fundamentos, seus discursos e suas práticas, revela com agudeza as contradições, os erros, as estratégias de dominação que acompanham o desenvolvimento.

Os três temas selecionados neste item para oferecer um panorama dessa crítica oferecem a seguinte visão: a) um desenvolvimento superficialmente maleável, capaz de integrar e distorcer aspectos diversos, ainda que duro nos seus princípios essenciais; b) articulador de um discurso que reinventa, segundo seus interesses, o mundo do qual fala; e c) construído sob princípios não científicos ou racionais, mas sim religiosos e dogmáticos.

Enfim, uma crítica demolidora que coloca o debate sobre o desenvolvimento na seguinte encruzilhada: seria possível reformar o desenvolvimento para que ele realmente cumpra com sua promessa de melhora do bem-estar geral, ainda sob o risco de lhe oferecer oportunidades para se reformular sem mudar realmente, ou seria necessário investir na eliminação do desenvolvimento e na criação de alguma outra coisa que ainda não está formulada?

No item seguinte, propomos pensar esse debate a partir da geografia.

QUESTÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA

O discurso e a prática do desenvolvimento incorporam cada vez mais uma linguagem, algumas estratégias e até certos instrumentos de caráter espacial. A mudança na escala de implementação das políticas de desenvolvimento

desde a escala nacional para a escala local, que valoriza os aspectos de proximidade espacial, ou a reprodução de modelos que vêem no território uma variável essencial para o desenvolvimento, são exemplos da intensificação (talvez apenas uma moda?) da dimensão espacial no âmbito do desenvolvimento.

Na geografia, por exemplo, essas variáveis espaciais (território, lugar, escala etc.) são categorias básicas. No entanto, não observamos um debate que acompanhe essa maior ênfase espacial do desenvolvimento e que questione a forma como são incorporadas essas variáveis pelo discurso do desenvolvimento, como este as re-significa, a adequação destas para os fins que se pretendem etc.

A partir das questões levantadas no item anterior pela crítica apresentada pelo pós-desenvolvimento, nos propomos a entrar nesse debate, ainda que seja de forma inicial. Em um primeiro momento, pensamos a relação entre desenvolvimento e geografia à luz de um debate paradigmático como é o travado na antropologia. Depois, tomando como campo de análise o mais novo enfoque de desenvolvimento para o meio rural, o desenvolvimento territorial rural, avançamos numa desconstrução da categoria de território como se abordada nesse enfoque.

1. GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO *VERSUS* GEOGRAFIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Desde metade dos anos 1970, os fatores sociais e culturais ganharam especial relevância no planejamento dos projetos de desenvolvimento das grandes instituições internacionais. Depois dos fracassos obtidos nos anos anteriores por uma orientação baseada em intervenções impostas desde cima e sustentadas apenas no investimento de capital, se começa a envolver os destinatários nos projetos: seu perfil, suas necessidades, sua opinião etc. Com isto, a demanda de antropólogos em instituições de desenvolvimento dispara.

Arturo Escobar, no seu trabalho *Antropología y desarrollo* (1997), aborda estas questões e apresenta o estado do debate entre a antropologia que participa do desenvolvimento por dentro das instituições e aquela antropologia que faz duras críticas ao desenvolvimento. Esse trabalho lança várias questões que podem servir para pensar os caminhos que a geografia começa a percorrer de forma mais intensa, com a incorporação maciça do espaço no âmbito do desenvolvimento.

Segundo Escobar (1997), podemos encontrar duas perspectivas nos estudos antropológicos sobre o desenvolvimento. Por uma parte, estudos que

assumem um compromisso com as instituições dedicadas a promover o desenvolvimento, e que ele denomina “antropologia *para* o desenvolvimento”. Por outro lado, estudos que criticam radicalmente esse desenvolvimento institucionalizado, e que conformariam uma “antropologia *do* desenvolvimento”.

A antropologia para o desenvolvimento, como comentávamos anteriormente, se consolida quando as instituições dedicadas ao desenvolvimento incorporam questões como a diversidade racial, a cultura, a participação ou a solução da pobreza. Diante destes novos elementos, os antropólogos passam a participar ativamente da elaboração de políticas de desenvolvimento que incorporarão um conhecimento maior e mais profundo das populações a quem são destinadas.

No outro extremo, os antropólogos do desenvolvimento questionam a “existência” mesma desse desenvolvimento, que, desde seu início, foi considerado pelas instituições que o promovem como um “instrumento válido para descrever a realidade, uma linguagem neutra que possa aplicar-se inofensivamente e usar-se para distintos fins dependendo da orientação política e epistemológica de seus usuários” (ESCOBAR, 1997, p. 8), enfim, como se fosse uma categoria ontológica. Dessa forma, a partir de uma crítica pós-estruturalista (pós-desenvolvimento), desde a antropologia do desenvolvimento se formulam algumas perguntas para esse desenvolvimento que, supostamente, sempre esteve aí.

Como surgiu esse modo concreto de entender e de construir o mundo, ou seja, o ‘desenvolvimento’? Que graus de veracidade, que silêncios acompanharam a linguagem do desenvolvimento? Em relação com a antropologia do desenvolvimento, portanto, não se trata de oferecer novas bases para melhorá-lo, mas para examinar os fundamentos sobre os quais se construiu o desenvolvimento como objeto de pensamento e de prática. Seu objetivo? Desestabilizar aquelas bases com o fim de modificar a ordem social que regula o processo de produção da linguagem (ESCOBAR, 1997, p. 9)

As principais críticas que esse enfoque traça para desmascarar essa “naturalização do desenvolvimento”⁴ são: a) a necessidade de abordar o desenvolvimento não como natural ou inevitável, mas como produto de proces-

⁴ Ou segundo outras expressões utilizadas por Escobar, “desfamiliarizar o familiar” ou “converter a linguagem do desenvolvimento em impronunciável” (1997, p. 9).

tos históricos identificáveis; b) os objetivos do desenvolvimento são muito concretos e nada neutros⁵; c) permanência de um núcleo duro de elementos e relações apesar de o discurso já ter variado, por exemplo, desde a ênfase na industrialização até a atenção ao meio ambiente.

As acusações entre a antropologia para o desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento nos servem para completar a caracterização de ambas e nos revelam argumentos que devem surgir na geografia, cada vez mais, com a maior participação dos geógrafos na elaboração de políticas públicas.

Desta forma, os antropólogos para o desenvolvimento acusam aos antropólogos do desenvolvimento, por um lado, de falta de compromisso com um mundo que necessita de sua contribuição e, por outro lado, de centrar-se no discurso, deixando desatendidas outras questões relacionadas ao poder, à pobreza, ao subdesenvolvimento e à opressão (que não seriam do âmbito da linguagem e sim questões históricas, políticas e econômicas).

Por sua vez, os antropólogos do desenvolvimento argumentam que eles sim se dedicam às condições materiais do poder, da história, da cultura e da identidade, e acusam os primeiros de ajudarem a impor a política cultural de domínio sobre o Terceiro Mundo que a modernidade capitalista reproduz.

Nestes termos, o debate retratado por Escobar (1997) no campo da antropologia pode iluminar um debate que não pode deixar de estar presente na área da geografia e que deve crescer em função de uma maior participação dos geógrafos no âmbito do desenvolvimento: o debate entre uma geografia para o desenvolvimento e uma geografia do desenvolvimento.

Assim, as perguntas no contexto da geografia poderiam ser do tipo: até que ponto os geógrafos devem participar do modelo de desenvolvimento proposto (imposto) pelas instituições internacionais de controle e implementado também nas escalas nacional e local? Qual seria a contribuição da geografia e dos geógrafos para a desconstrução do desenvolvimento atual e para a formulação de um outro projeto socialmente mais justo? Com isso, se orientaria um debate que, por outra parte, deveria se ampliar para questio-

⁵ “[...] *Estatização e governamentalização* da vida social; despolitização dos grandes temas; integração de países e comunidades nas economias mundiais de modos muito concretos; a transformação das culturas locais em sintonia com os padrões e tendências modernas, incluindo a extensão às comunidades do Terceiro Mundo de práticas culturais de origem moderna baseadas em noções de individualidade, racionalidade, economia etc.” (ESCOBAR, 1997, p. 11)

nar categorias como território, lugar ou escala. Categorias que o desenvolvimento adota e em muitos casos simplifica.

Como exemplo, no próximo item abordamos sucintamente a maneira em que a categoria de território aparece no mais recente enfoque para o desenvolvimento rural: o desenvolvimento territorial rural.

2. O TERRITÓRIO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O desenvolvimento territorial rural se constitui como a mais nova orientação das políticas de desenvolvimento rural. Trata-se de um enfoque que avança no caminho da ênfase espacial que o desenvolvimento ganha, sobretudo, a partir dos anos 1990 e cujo referencial mais importante é o sucedido modelo da Terceira Itália.

Neste modelo da Terceira Itália, o território, nas suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural etc.), se revela como um elemento essencial para o desenvolvimento: dinâmico, com vocação empreendedora, baseado em pequenos e médios empreendimentos, dotado de uma institucionalidade sensível e preparada para as demandas da iniciativa privada, com uma comunidade coesa e com forte identidade territorial, profunda identidade produtiva, elevada mobilidade social e estreitos contatos com o mercado externo.

Sob esta influência, algumas instituições na América Latina⁶ avançam na tentativa de formular um enfoque territorial operacional para impulsionar o desenvolvimento na região, objetivando o combate à pobreza rural que assola todos os países latino-americanos, a partir de dois eixos: a transformação produtiva que articule competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos, e o desenvolvimento institucional que estimule e facilite a interação e parceria entre os atores locais e entre eles e os agentes externos relevantes (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 4).

No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio do IICA, elaborou em 2003 um documento intitulado *Referências para*

⁶ Entre as instituições que se destacam no apoio a esta formulação estão: a Divisão América Latina e Caribe do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp), entre outras.

o desenvolvimento territorial sustentável, base para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). Nele, se incorpora o enfoque territorial na política de desenvolvimento rural brasileira.

O documento defende o território como foco das políticas públicas para o meio rural,

[...] pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social. (MDA, 2003, p. 30)

Diante das potencialidades do território como base, instrumento e até agente de desenvolvimento, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada no interior do MDA, promove a criação de Territórios Rurais em todos os estados brasileiros.⁷

Esses Territórios Rurais são uma figura de planejamento consistente na agrupação de municípios com alguma identidade, seja produtiva, social, cultural etc., e com o objetivo de promover ações conjuntas que permitam seu desenvolvimento. No entanto, sua definição responde a dois critérios meramente estatísticos, densidade menor de 80 hab./km² e população menor de 50 mil habitantes, que se complementam com outras variáveis como número de produtores familiares, de famílias assentadas, de acampados, entre outras, para definir os Territórios que seriam atendidos prioritariamente.⁸

Como podemos observar, a categoria território apresenta uma centralidade evidente no novo enfoque do desenvolvimento territorial rural tanto no Brasil como na América Latina, porém sua incorporação se realiza de forma limitada e meramente funcional. Os documentos, relatórios, estudos etc. que adotam esse enfoque, apontam o território como ponto de apoio e convergência de uma nova forma de entender e implementar as políticas de desenvolvimento. O território se consideraria o território da identidade e do projeto compartilhado – um território do consenso, ou melhor ainda, do conflito negociado que acaba em consenso entre múltiplos agentes públicos

⁷ Segundo anunciava o site do MDA (www.mda.gov.br/sdt) em dezembro de 2005, até essa data, existiam 106 Territórios Rurais em todo o país.

⁸ Com esses critérios, a SDT define 450 regiões rurais em todo o país e seleciona apenas 190 como prioritárias, para o período 2004-2007.

e privados porque existiria uma identidade comum capaz de impulsionar um projeto de desenvolvimento que contemple os interesses de todos ou, como mínimo, da maioria. Um território que, desativado dos conflitos estruturais próprios da sociedade capitalista, serviria como base para a elaboração e implementação de políticas públicas. Isso na teoria e no discurso.

O território do desenvolvimento territorial rural, na verdade, é uma categoria aplainada, reduzida a instrumento técnico de planejamento. A multiplicidade de sentidos que o território comporta e que o converte numa categoria analítica rica e complexa, uma categoria imprescindível para tentar compreender a natureza conflituosa da sociedade capitalista, é problemática para a elaboração e implementação de políticas públicas. O capital se reproduz com e sem conflito, contudo a planificação para o desenvolvimento leva embutida a consolidação de certa ordem social, o qual requer certa estabilidade. Para traçar uma política de desenvolvimento, seria necessário (ou pelo menos desejável) esterilizar os conflitos que possam questionar a legitimidade e a absurda lógica capitalista. O território do desenvolvimento territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e reprodução capitalista.

Nesse sentido, a utopia reificada do desenvolvimento territorial seria: uma sociedade afinada com seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se propõe dotar o território de qualidades que lhe permitam competir no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios. No entanto, isso não é uma utopia realmente fruto do consenso de todos os grupos sociais. Esse é o projeto de uma minoria dominante, ágil na defesa de seus interesses e seu *status*. O consenso alcançado apenas reflete um consenso apropriado por diretrizes capitalistas e não uma via para a justiça social e a eliminação das desigualdades existentes.

O território que se vende como base de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns é apenas um recurso econômico a mais, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho econômico e a capacidade de competir no mercado. Ou seja, a prioridade na construção do território se centra na melhora de sua capacidade para competir com outros territórios, para aumentar a produção, o emprego (um emprego cada vez mais precário), para vender mais e melhor. O território, sob este paradigma desenvolvimentista, converte-se num recurso que deve ser valorizado e vendido. Quanto maior a identidade, a institucionalidade ou o capital humano, mais possibilidades de desenvolvimento. Questões

como a cultura ou a preservação de tradições, que poderiam ser aspectos aglutinadores dos grupos sociais de um território, sob esse contexto de desenvolvimento são tidos em conta em função de seus resultados mercantis, ou seja, em função da possibilidade de serem vendidos com facilidade e bons benefícios.

A utilização de um território tão limitado como o apresentado no desenvolvimento territorial rural conduz à elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento também limitadas, já que não contemplam questões essenciais, como os conflitos estruturais existentes. Por trás da funcionalidade de um território do planejamento, encontramos a manutenção das assimetrias existentes no meio rural, muito longe, portanto, de avançar no sentido de modelo de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população e reduzir os desequilíbrios existentes.

Questionar-se sobre qual é o território do desenvolvimento territorial rural e sobre o papel da geografia em relação ao desenvolvimento nos coloca, como podemos ver, frente a um debate inadiável sobre se a geografia serve realmente para o desenvolvimento ou serve para fazer pequenas mudanças de forma que nada mude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DEBATE NECESSÁRIO

Nesse sentido se orientam nossas considerações finais, que retomam o objetivo colocado desde o começo: promover um debate que consideramos necessário. Depois das críticas recebidas pelos modelos de desenvolvimento implementados no Brasil nos anos 1960, 1970 e, em menor medida, 1980, seus substitutos – isto é, o desenvolvimento rural com base local dos anos 1990 e o desenvolvimento territorial rural dos anos 2000 – novamente são adotados como se fossem modelos inevitáveis que requerem apenas condições técnicas para serem implementados de forma eficaz. Apesar de ambos os modelos representarem uma aproximação maior do desenvolvimento às variáveis espaciais, não assistimos a uma reflexão à altura do desafio que desde as organizações internacionais de controle se coloca às ciências espaciais, entre elas à geografia.

As provocações e questões apresentadas neste trabalho propõem uma possível porta de entrada para esse debate. À luz da contundente crítica

oferecida pelo pós-desenvolvimento, tentamos delinear um dos muitos caminhos que podem nos direcionar para uma reflexão não só do nosso papel como geógrafos, o qual poderia se circunscrever apenas a uma questão estreita e corporativa, mas, utilizando métodos e categorias da ciência geográfica, apontar para a construção de uma sociedade sem a opressão de um desenvolvimento preservador das desigualdades, utopia reificada, estratégia de controle social, enfim, um des-desenvolvimento, já que o verdadeiro desenvolvimento, aquele da melhora geral e equitativa e da redução das desigualdades é impossível dentro da sociedade capitalista em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESCOBAR, Arturo. Antropología y desarrollo. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, nº 154, 1997. Disponível em: <www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.html>. Acesso em: 3 mar. 2004.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1998[1996].
- MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=253>. Acesso em: 2 fev. 2004.
- NEDERVEEN PIETERSE, Jan. **Development Theory**. Deconstructions / Reconstructions. London: SAGE Publications Ltd., 2001.
- RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000[1992].
- SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, n. 1. Santiago de Chile: Rimisp, 2004. Disponível em: <www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>. Acesso em: 31 jul. 2004.



AS LÓGICAS ESPACIAIS E TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO: DELINEAMENTO PRELIMINAR DOS ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS¹

ÉLSON L. S. PIRES

Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento
Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro

INTRODUÇÃO

A análise do desenvolvimento em um meio geográfico seja ele rural, urbano ou em processo de urbanização, obriga o pesquisador a fazer uma abordagem combinada entre diferentes disciplinas do conhecimento, cujo objetivo é definir as necessidades humanas no território, suas causalidades e finalidades. O tipo de desenvolvimento estabelece o perfil da sua organização territorial, o primeiro condicionando o segundo.

As conquistas das necessidades sociais revelam relações incontornáveis entre a estratégia de desenvolvimento (durável, sustentável) e a organização do território (econômica, social, política). Nesta última, as motivações, finalidades, representações, realizações, sucessos e fracassos, constituem sem dúvida uma das expressões socioespaciais mais expressivas da escolha e resultados de um projeto de regulação do desenvolvimento *territorial* (nacional, regional e local). Nesse caso, o espaço terrestre organizado em territórios é de *objeto* de transformações e adaptações humanas em função de projeções ideológicas, geopolíticas, econômicas e sócio-culturais. Os territórios socialmente organizados portam as marcas do tempo, ou seja, as diversas fases e trajetórias das configurações do desenvolvimento econômico. A extraordinária variedade das experiências pode ser localizada em múltiplas porções de aglomerações distribuídas no espaço terrestre, que formam conjuntamente a interferência ambiental e social permanentes, dos reflexos do fazer e da

¹ O autor agradece as colaborações de Adriana Verdi, pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA) do Estado de São Paulo.

apropriação do meio físico pelos grupos humanos, com fins existenciais, econômicos e especulativos.

Em meio a esse movimento diversificado, a noção de desenvolvimento evoluiu nas últimas décadas conforme o espírito dos tempos capitalistas modernos e das ideologias em voga (pós-fordismo, pós-keynesiano, pós-industrial, pós-moderno). Ela cresceu na opinião pública com a influência de visionários, de pesquisadores e de teóricos engajados, de técnicos, de militantes sociais e de políticos convencidos pelo tema.

No meio acadêmico, influenciadas por diferentes concepções econômicas, sociológicas e ecológicas, as leituras geográficas verificadas na última década sobre a globalização, a importância do meio ambiente, do local, da paisagem, do ecossistema e do geossistema vêm demonstrando a relevância da geografia para a noção de desenvolvimento, aqui entendida como *desenvolvimento territorial*. É necessário conceber a territorialização e seus componentes como o objeto do desenvolvimento em si, mas também o efeito da relação estreita entre o homem e a sociedade, de um lado, e, de outro, os espaços e seus territórios diferenciados.

Estas noções sobre os componentes do espaço e do território reforçam uma lógica geográfica do crescimento e do desenvolvimento. Segundo Scott (2003), trata-se de focar a existência dos efeitos do impulso regional na divisão territorial (espacial) do trabalho como resultante da diferenciação das externalidades provenientes das aglomerações geográficas, que se constitui em possibilidade real para as políticas e práticas de crescimento e de desenvolvimento viáveis, destinadas a reforçar as propriedades dos fatores que favorecem a produtividade das regiões e o bem-estar social nos países em desenvolvimento (SCOTT, 2003). Para Wackermann (2005, p.10), trata-se de colocar a dimensão das representações dos componentes territoriais que exercem influência sobre o desenvolvimento, na medida em que o território tem maior chance de ser apreendido como instância do real cotidiano e das múltiplas facetas da identidade. A complexidade de um território resulta, entre outras coisas, de várias concepções identitárias e culturais.

Esse conjunto de mutações das estruturas do espaço econômico e da organização das unidades de produção na globalização tornou evidente a importância das relações humanas fora do mercado, como na nova organização dos sistemas econômicos nacionais e locais. Trata-se de um novo modo de

relações entre atores que funciona em rede, como um modo singular de sinergias culturais que ultrapassa a relação mercantil.

Estas questões sugerem uma leitura transversal e são apresentadas neste artigo em quatro seções, que visam destacar a relevância da dimensão territorial nas estratégias recentes de desenvolvimento local e regional. Na primeira seção, de caráter mais geral e com função de suporte às seções seguintes, aborda-se de forma sucinta os papéis das instituições econômicas, culturais e políticas, dos fatores objetivos e subjetivos, fundamentais para uma visão institucionalista do desenvolvimento e do território. A segunda seção preocupa-se com os fatores explicativos do desenvolvimento territorial, ou seja, das lógicas espaciais, sociais e econômicas mais ou menos implícitas, com base nas abordagens regulacionistas da geografia e da economia, e seus possíveis vínculos com a análise do desenvolvimento e do território, ao estabelecer as relações entre as escalas, os atores, os recursos – inovações, competitividade, solidariedade e cidadania – e as possibilidades de pô-los em marcha. A terceira seção estende as abordagens do desenvolvimento territorial para reconciliá-las com as origens e os fatores explicativos das teorias e práticas da regulação do desenvolvimento territorial recente no Brasil, com base no papel do Estado e no aproveitamento das potencialidades e especificidades locais e regionais. A quarta seção conclui o artigo. Trata-se aqui de sugerir a articulação entre os papéis das instituições e das organizações, do capital social e dos atores com os territórios, situando-a no debate contemporâneo do desenvolvimento local e regional, pensando-a como metodologia de (regul)ação estratégica de novas lógicas territoriais dos desenvolvimentos possíveis.

O RETORNO DO DESENVOLVIMENTO E DO TERRITÓRIO

A GÊNESE E OS ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO

Depois de mais de meio século de teorias e estratégias de desenvolvimento econômico, inúmeros teóricos e especialistas reconhecem os fracassos de várias estratégias e apontam limites das ciências sociais e humanas na explicação do desenvolvimento, principalmente quando feita nas disciplinas isoladamente.

Considerado um dos principais economistas do país preocupados com a formulação de uma teoria do desenvolvimento, Celso Furtado (2001) observa que o desenvolvimento deve ter por base não apenas uma explicação

do processo de acumulação do capital, do sistema de organização da produção, as formas de distribuição e utilização da renda. Como as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações, o estudo do desenvolvimento tem como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada na economia. São por essas razões que a idéia de desenvolvimento remete à visão da reprodução da própria vida em sociedade.

No período da civilização industrial, o gênio inventivo ou inovador do homem foi canalizado de preferência para a criação técnica, demonstrado na sua extraordinária capacidade expansiva. Nesse quadro histórico, as antigas teorias do desenvolvimento em sua grande maioria se circunscreveram à lógica dos meios, tendendo a confundir-se com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. Os valores substantivos e subjetivos foram considerados de pouca importância ou mesmo meros epifenômenos.

Com a emergência da sociedade pós-industrial, a situação modificou-se. Desde a década de 1990 vários autores têm procurado ampliar o quadro do estudo do desenvolvimento como um processo global de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins. De um lado, há uma renovação crítica das teorias do desenvolvimento, tornando-se necessária a superação dos conceitos clássicos de necessidades humanas, invenção e acumulação. Por outro lado, as noções básicas de *acumulação*, *estrutura* e *processo* são fundamentais na apreensão da realidade social, mas estão longe de serem suficientes. O futuro, quase sempre, não pode ser mais derivado da informação contida na estrutura e nas relações de causalidade comprovadas pela experiência passada. O homem, atuando individual ou coletivamente, é um agente ativo: seu comportamento inclui um elemento de intencionalidade que pode ser determinante. Poder romper com o passado é exatamente sua especificidade. Segundo Furtado (2001, p. 42), “é porque o homem é um agente criador que o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas”.

Esses fatores explicativos do desenvolvimento afastam a possibilidade de um fator único, e obrigam a analisar as estruturas e as ordens de uma sociedade e suas inter-relações em uma abordagem interdisciplinar e sistêmica.

Irma Adelman (2001) sintetiza bem esta questão:

À imagem da procura fútil da pedra filosofal dos químicos, a procura de um fator explicativo único guiou as pesquisas tanto teóricas quanto empíricas em matéria de desenvolvimento na última metade do século. Enquanto disciplina, a economia parece incapaz de reconhecer que um tal fator não existe, pois uma política de desenvolvimento requer uma compreensão mais *complexa de sistemas* que combinam as *instituições econômicas, sociais, culturais e políticas*, nas quais as interações *mudam* ao curso dos tempos. Em consequência as intervenções devem ser *multiformes*. O que é bom para uma fase do desenvolvimento pode ser desfavorável posteriormente. Certas *irreversibilidades* criam dependências em relação ao caminho. As prescrições endereçadas a um país dado em uma época precisa devem estar ancoradas na compreensão da sua situação, da *trajetória* que o conduziu ao presente, através do *tempo historicamente longo*. (ADELMAN, 2001:104-105, apud BOYER, 2001:14).

Fica evidente nesta citação que o ponto de partida da reflexão sobre o desenvolvimento é a apreensão da realidade social no longo prazo, e que a idéia de desenvolvimento está sempre no centro da visão do mundo que prevalece em cada época. Na base desta idéia, existe implicitamente uma teoria geral do homem e da sociedade, freqüentemente insuficiente, preenchida aqui e acolá por certos reducionismos: econômico, sociológico, geográfico, naturalista e culturalista. Na versão estruturalista, a história do desenvolvimento permite ver o homem como um agente transformador do mundo, que interage com o meio no empenho de criar riqueza e efetivar suas potencialidades.

Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades e finalidades humanas, ele normalmente é confundido com uma idéia que se preste exclusivamente ao positivismo nas ciências sociais.

No último terço do século XIX, a reação contra a doutrina do livre-cambismo fundou-se na idéia de complementaridade entre atividades econômicas e levou ao conceito de *sistema econômico nacional*. A partir desse momento, o conceito de desenvolvimento ligou-se explicitamente à idéia de interesse nacional, servindo esta para injetar um elemento de objetividade a uma dimensão fundamental. O enfoque globalizador dos processos econômicos, que corresponde à preeminência do Estado como agente propulsor na definição do interesse nacional, viria finalmente a prevalecer na concepção do desenvolvimento.

Ainda com relação a Furtado (2001, p. 21-26), o conceito de desenvolvimento tem sido majoritariamente utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. Nessa concepção, a divisão social do trabalho acresce à eficiência dos sistemas sociais de produção, e a acumulação não é apenas a transferência no tempo da utilização final de um recurso, e sim a adição de uma dimensão diacrônica à divisão social do trabalho. Quanto mais ampla a divisão do trabalho maior é o horizonte aberto à criatividade humana, suas possibilidades aumentando consideravelmente. O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. Nesse caso a ambigüidade aumenta quando os critérios ultrapassam as necessidades objetivas ou elementares (a alimentação, o vestuário e a habitação), como aqueles que têm como referência um sistema de valores ou um determinado contexto cultural.

AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A rigor, segundo Furtado (2001, p. 22), a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: (i) a do incremento da eficácia do sistema social de produção, (ii) a da satisfação de necessidades elementares da população e (iii) a consequência de objetivos a que almejam os grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Essa dimensão pode ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico, pois a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco as formulações de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.

Este tipo de problemática institucional examinada nos últimos cinquenta anos mostrou uma grande *diversidade de experiências nacionais* de desenvolvimento que não se resume à oposição entre um modelo canôni-

co puro de acumulação e os diversos graus de imperfeição dos modos de regulação (BOYER, 1999; QUEMIA, 2001; MARQUES-PEREIRA & THÉRET, 2001; PIRES, 2003; OLIVEIRA, 2005). Especificamente para os países latino-americanos, é necessário não negligenciar o impacto desestruturador do *Consenso de Washington*, ao enunciar princípios gerais válidos para todos os países, independente das suas trajetórias: disciplina monetária, reforma fiscal, desregulamentação financeira, eliminação de barreiras na escala internacional da concorrência, privatização e desregulamentação da economia e do Estado (BOYER, 2001, p. 37).

Estas questões colocam a probabilidade de novas concepções de desenvolvimento e de subdesenvolvimento a partir da realidade atual. De um lado, voltada para a questão dos mecanismos da coordenação necessária mais equilibrada (entre mercado, Estado e sociedade), e, de outro, para a diversidade de escolha com novos arranjos institucionais (comunidades, redes, associações, conselhos, consórcios). Assim, as economias modernas não se definem mais apenas pelo grau de coordenação entre a lógica mercantil e estatal, mas pela variedade e complementaridade dos novos arranjos institucionais.

Deste panorama é possível concluir que a economia e a geografia do desenvolvimento deveriam procurar estudar a dinâmica *sistêmica e institucionalista* do território, porque ambas se beneficiam dos ensinamentos da história, dos avanços da sociedade e da abordagem interdisciplinar, rompendo com os reducionismos corriqueiros (econômicos, sociológicos, geográficos, políticos). A temática tradicional circunscrita aos “obstáculos do desenvolvimento” foi substituída por um debate sobre os “estilos de desenvolvimento”, os “modos de desenvolvimento”, os “tipos de sociedade” etc.

Do ponto de vista da economia política, segundo Boyer (2001, p. 48), a análise comparativa do desenvolvimento e a teoria econômica institucionalista constituem bons antídotos aos dogmatismos e às ideologias que opõem as concepções intervencionistas à visão liberal, e confirma os limites inerentes a um regime econômico fundado sob um só dos mecanismos de coordenação (Estado ou mercado). Do ponto de vista de Furtado (2001, p. 30), o aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação-dependência e de sua introjeção nas estruturas sociais permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à persistente concentração da renda em benefício das economias dominantes, e pela

marginalização de frações crescentes da população nos países de economia dependente. Por outro lado, a crítica da “lógica dos mercados” ampliou a percepção do impacto no ecossistema de um tipo de sociedade que impulsiona à acumulação ao mesmo tempo em que reproduz necessariamente as desigualdades sociais e regionais.

Estas análises das trajetórias nacionais de desenvolvimento feitas pela literatura especializada mostram alguns fatores que, no longo prazo, parecem possibilitar a expectativa do desenvolvimento (BOYER, 2001, p. 16; GUELLEC e RALLE, 2001, p. 46-53,57; FURTADO, 2001). São eles: i) o progresso técnico, a inovação e o espírito empreendedor; ii) a acumulação do capital físico: os meios de produção, nos quais o progresso técnico deve normalmente se inserir; iii) a formação do capital: a taxa de investimento e o bom sistema de alocação pelos preços; iv) os recursos e capital humano: melhoramento das competências humanas, do nível de educação e das capacidades organizacionais; v) a abertura e a integração mais estreita das economias nacionais para trocas de bens e serviços, por investimentos e ligações entre interesses intelectuais e interesses industriais; vi) as economias de escala; vii) recursos naturais: sua raridade ou abundância relativa.

Além desses fatores, outros valores sociais também desempenham papéis preponderantes nos processos nacionais de desenvolvimento, como: i) a harmonia das instituições de base do capitalismo – regime monetário, formas da concorrência e relação salarial; ii) a boa governança do Estado e do território; iii) a ausência de corrupção; iv) a democracia e a participação social; v) a promoção dos direitos e da liberdade; vi) a qualidade ambiental e ecológica.

É nesse quadro de adequações e inadequações das interpretações do desenvolvimento que parece emergir o conceito de desenvolvimento territorial.

O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO SOCIALMENTE ORGANIZADO

A nossa primeira reflexão crítica sobre as origens e as noções de território nas ciências econômicas, sociais e geográficas nos conduziu para uma concepção abrangente na qual o território local e regional pode ser entendido como um espaço geográfico de tamanho variável, geralmente intranacio-

nal, mas que não se reduz a uma escala de planejamento estatal das políticas públicas locais/regionais, nem tampouco a uma condição de suporte geográfico das atividades econômicas (PIRES e MULLER e VERDI, 2005).

Conforme tem sido abordado por vários autores, as novas tecnologias da informação e da comunicação estão influenciando todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, a gestão empresarial, os modos de regulação dos processos socioeconômico-territoriais. Em tais circunstâncias, é necessário pensar além do “espaço” como suporte geográfico, já que o essencial é compreender como introduzir inovações tecnológicas sociais e organizacionais nos emaranhados do tecido produtivo e empresarial, para o qual é preciso definir as novas formas de ação das administrações públicas, que devem incentivar o fomento produtivo e a negociação estratégica entre atores que buscam o desenvolvimento econômico e social em nível territorial. Nesse sentido, é mais adequado pensar o território em termos de *espaços socialmente organizados*, com seus ativos e recursos, suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão) (PIRES; MULLER; VERDI, 2005).

Esta noção de território socialmente construído pode ajudar a compreender melhor a heterogeneidade e a complexidade do mundo real fragmentado do Estado nacional, suas características culturais e ambientais específicas, seus atores sociais e sua mobilização em torno de projetos que garantam o acesso a recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e social. A criação de um território depende de como a comunidade se organiza em termos políticos e societários, e de como constrói as instituições democráticas, que impulsionam estratégias de alcance das finalidades em forma de projeto comum. É apenas nesse caso que o território é mais que um promotor de ativos e recursos específicos, é o principal agente coletivo do desenvolvimento.

A construção do território voltada para o desenvolvimento é a constituição de um espaço abstrato de proximidades entre diferentes atores com uma ancoragem geográfica estabelecida, para engendrar os processos de criação dos recursos particulares (sociais, econômicos e virtuais), com os objetivos de resolver problemas e apontar para soluções inéditas (PECQUEUR, 2000). Nesse sentido, o território se constitui em um produtor de externalidades complexas, uma escala geográfica de proximidades organizacionais, um espaço de coordenação de ações entre os atores sociais (GILLY; TORRE, 2000).

Na globalização da economia, o território é geralmente formado por uma rede de lugares (SANTOS *et al*, 1994; VELTZ, 1996; SCOTT, 1997) ou por uma rede de empresas (CHESNAIS, 1996; CASTELLS, 1996; VELTZ, 1996). Portanto, o desenvolvimento territorial local e a globalização são dois fenômenos de um mesmo processo, que possui legitimidade institucional e articulação espacial.²

Essas abordagens negam a perspectiva de conceber o território como um simples palco ou suporte das atividades humanas, e dá mais ênfase ao espaço econômico e social. Assim sendo, o território é visto como “o modo de estabelecimento de um grupo, no meio ambiente natural, que na organização das localizações das atividades instaura e faz prevalecer as condições da comunidade-linguagem e da aprendizagem coletiva” (PERRIN, 1992; GILLY e PECQUEUR, 1995, p.304). O território possui as potencialidades próprias de desenvolvimento graças às ações dos atores locais. É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.

O território local, através das estratégias dos atores, é um produtor de normas e de ordens implícitas que constituem um quadro regulador, um espaço geográfico fundado na proximidade organizacional particular (COLLETIS e PECQUEUR, 1993).

A existência da “diversidade territorial” se apóia na aquisição e na adaptação de conhecimentos gerais e específicos, que são filtrados pela própria prática, institucionalidade e cultura local. Nesse sentido, o território é, segundo Becattini e Rullani (1996), um dos contextos nos quais se desenvolve a *divisão do trabalho cognitivo*, isto é, a divisão do trabalho na produção e utilização dos conhecimentos, os quais podem ser classificados em “contextuais” (quando se produzem num contexto local e são específicos de tal território) e “codificados” (quando se trata de conhecimento de caráter global, mas facilmente transferível). Esses últimos só podem ser utilizados adequadamente quando contextualizados nos ambientes produtivos particulares ou

² Nesse sentido, a “glocalização” se traduz em um neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinhando a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios prognósticos, os territórios locais – com suas especificidades – não foram apagados pelos fluxos econômicos da mundialização hegemônica, conforme demonstraram Benko (1996, 2001), Scott, (1997, 2003) e Kherdjemil (1998).

locais, de mesmo modo que se torna obrigatória a codificação de alguns dos conhecimentos contextuais, quando se quer facilitar sua transferibilidade e conseguir, desse modo, economias de escala suficientes. Na divisão de trabalho cognitivo de tipo circular, o território local gera conhecimentos para uso global, e o global fornece aos circuitos locais conhecimentos procedentes de todo o mundo (LLORENS, 2001, p. 27; COCCO e GALVÃO e SILVA, 2003; MONIÉ e SILVA, 2003).

Com base nessas questões, é plausível supor que o sentimento de pertencimento a um território e a identidade coletiva em torno de um projeto comum de desenvolvimento dependem muito mais dos efeitos de proximidade organizacional e cognitiva de suas redes do que das divisões geopolíticas e administrativas.

Essa perspectiva de análise do território parece ganhar força tanto na geografia quanto na economia, na sociologia e na política. A consideração dos fatores locais nas dinâmicas econômicas reais parece evidência deste movimento. Na competição mundializada, as regiões e as localidades encontram-se, doravante, em situação de concorrência; no que tange a esta última, ela pode ser analisada em dois planos distintos. O primeiro deles é o definido pelo controle dos custos e da otimização dos fatores de produção (mão-de-obra, energia, juros); o segundo, pelas especificidades territoriais. Nesse caso, as diferentes regiões não são nem um pouco intercambiáveis entre si. Uma diferença durável dos territórios, ou seja, uma diferenciação não suscetível de ser colocada em causa pela mobilidade dos fatores de produção, somente pode decorrer de uma especificidade dos territórios reconhecida como tal (BENKO, 2001, p. 9).

A QUESTÃO DA AUTONOMIA DAS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO

Conhecida como o fator espacial da acumulação e do desenvolvimento capitalista, a questão das escalas de base é tratada na economia espacial e na geografia econômica e regional há muito tempo; desde Walter Chistaller até os dias atuais, embora de diferentes maneiras.

Sem se aprofundar na questão, as escalas do desenvolvimento podem ser colocadas hoje em quatro níveis: o local ou regional, o nacional, o blo-

co transnacional e o mundo globalizado. A escala local é determinante para o desenvolvimento. As escalas sub-regional e regional adquirem novos papéis na globalização, de resistência regional da uniformização, da banalização espacial. A escala nacional, ligada à noção de Estado-Nação, permanece fundamental para o desenvolvimento. Trata-se de um conjunto estruturado de leis, de projetos comuns e de uma organização territorial mais ou menos coerente, de uma política de afirmação internacional.

É nesse sentido que alguns observadores procuram chamar a atenção para uma questão significativa, constitutiva de uma “mudança paulatina de escala”, ou de uma nova recomposição dos espaços frente às novas tendências da evolução econômica internacional.³ Trata-se de uma mutação geopolítica maior das condições de produção, de competência e de interdependência. Se na escala superior comprovamos a criação ou o reforço dos blocos econômicos (no começo principalmente como mercados comuns, e logo evoluindo para espaços político e economicamente unidos), na escala mais baixa, com a descentralização do Estado, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais no nível regional e local.

2. AS LÓGICAS ESPACIAIS E TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO

Com o retorno das noções de desenvolvimento e território, observa-se, de maneira geral, o emprego cada vez mais freqüente da expressão “desenvolvimento territorial” (STORPER, 1997; PECQUEUR, 2001; BENKO e PECQUEUR, 2001; BOISIER, 2003; MAILLAT, 2002; VEIGA, 2002; RIBAS *et al*, 2004; PIRES *et al*, 2006). No Estado brasileiro, o termo tem sido utilizado recentemente para designar secretarias e órgãos da administração pública. Tal tendência, apesar de tratar-se de uma noção recente na literatura, indica uma revalorização das dimensões espacial e territorial na economia, na sociologia e na geografia. Esta seção procura avançar proposições teóricas e conceituais sobre a real relevância territorial do processo de desenvolvimento, que decorre dos debates sobre as escalas e os recursos –

³ Uma síntese das tendências de recomposição espacial e descentralização do sistema econômico internacional pode ser vista em Scott (1997), Benko (2001) e Müller (2000).

inovações, competitividade, solidariedade e cidadania – e das possibilidades de pô-los em marcha nas iniciativas locais e regionais de desenvolvimento.

Na globalização econômica, as relações de cada local dependem cada vez mais de um fluxo que ele não controla mais, imposto à população, aos produtores, às unidades de produção e suas regiões. Aparentemente tudo converge para uma reterritorialização da produção e do surgimento de espaços locais, que poderiam ser mobilizados para enfrentar a globalização e as turbulências mundiais.

Nessa perspectiva, a problemática atual do desenvolvimento territorial local reaparece como um processo de readaptação à internacionalização da produção e das trocas, à descentralização da globalização e do Estado-nação. Um processo de construção endógeno, mas impulsionado por fatores exógenos. Trata-se de uma solução especial à crise econômica dos anos 70 e 80, porque se insere em uma dialética de ação-reflexão que visa ultrapassar o modelo tradicional de desenvolvimento econômico. O pano de fundo dos debates é a prioridade das práticas e das instituições próprias de gestão do novo modo de desenvolvimento econômico, dando luz a uma outra utopia de desenvolvimento (DUEZ, 1998, p. 190).

Desta forma o desenvolvimento local está baseado em lógicas geográficas, sociais e econômicas mais ou menos implícitas nas dinâmicas territoriais. Quais seriam essas lógicas imprescindíveis que explicam o desenvolvimento territorial? A próxima seção procura abordar conceitualmente esta questão, privilegiando as lógicas socioespaciais e não-mercantis que mais se destacam no desenvolvimento, e que possibilitam a criação das redes e do projeto coletivo.

UMA NOVA LÓGICA DA DIVISÃO ESPACIAL E TERRITORIAL

As mudanças recentes nas hierarquias espaciais sinalizam para uma visão mais dinâmica do papel do espaço e do território nas ciências humanas e sociais (CASTELLS, 1999; SANTOS, 1998; SCOTT, 2001; VELTZ, 1996). O papel da geografia neste retorno dos territórios ao debate atual tem procurado desmistificar a idéia de homogeneização do espaço, e apontar para interpretações de novas desigualdades e fragmentações, a partir da distribuição espacial desigual dos ativos e recursos humanos e sociais.

Este ambiente transformado pela globalização mostra que a representação da estrutura do espaço geográfico, econômico e social é hoje bem mais complexa, necessitando de outros conceitos de organização espacial das economias, sobretudo periféricas, para além dos conceitos da *polarização*⁴ e *dominação*.⁵

De um lado, as mutações espaciais recentes descritas na literatura confirmam a permanência dos efeitos da polarização, mas não tanto identificados com o papel da indústria pesada. A permanência de um efeito de atração das cidades é um fato incontestável que se verifica em todo o mundo. A cidade tornou-se um pólo que conduz ao seu redor outras atividades decorrentes da sua densidade humana, das infra-estruturas das quais se beneficia e do poder de compra que representa. Esta polarização não é o resultado das atividades industriais tradicionais. A crise econômica das velhas regiões industriais frente ao crescimento e à presença de regiões de tradição rural mostra que os efeitos da polarização hoje não têm necessa-

⁴ Nesse caso, a referência é explícita à física dos campos magnéticos com as noções de gravitação e de atração. A presença de uma atividade econômica em um lugar determinado polariza outras atividades, aumenta o poder de compra e cria novos empregos. Logo que o pólo de atividade exista, ele propaga em torno dele uma dinâmica de desenvolvimento. Isto significa que a repartição das atividades sobre o território econômico não é aleatória nem igualitária. Essa idéia não é nova e tem em Françoise Perroux (1961) seu principal expoente. O efeito da polarização vai ser interpretado e identificado com a ação da indústria pesada (siderurgia, mecânica), que engendra efeitos de aglomeração, provocando a criação de atividades anexas, como outras indústrias, serviços e infra-estruturas que constituem o motor do crescimento regional. Estas idéias foram transformadas em experiências concretas também no Brasil como estratégias tradicionais de desenvolvimento regional (Volta Redonda, pólos petroquímicos etc).

⁵ Nesse caso, a idéia se apóia sobre a existência de desigualdades crescentes entre países e entre regiões. Existiria um centro e as periferias. Na escala planetária, o centro é constituído por um conjunto de países desenvolvidos e industrializados, enquanto a periferia representa a massa indiferenciada dos outros países reagrupados sob a noção de Terceiro Mundo. Esta oposição é transportada no seio de cada país entre regiões industrializadas e regiões agrícolas. Os centros não se contentam em dominar as periferias; eles alimentam e perseguem esta dominação. Enquanto o centro detém a tecnologia, a infra-estrutura e a presença financeira, a periferia dispõe de mão-de-obra, mercado promissor, mas pouco qualificado. Desenvolve-se, assim, uma relação social de dominação entre centro e periferia. Poderia-se assim falar do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (A. G. Frank) ou da “troca desigual” (A. Emmanuel), opondo os países desenvolvidos a um vasto Terceiro Mundo.

riamente o mesmo efeito amplo de atividades que se exerce nos pólos de desenvolvimento. A recomposição das hierarquias espaciais traz a importância da qualidade das relações entre atores econômicos. Um dos recursos principais da constituição dos pólos econômicos mais performáticos é a presença elevada do potencial humano, quer dizer, a existência de uma população densa, disponível, qualificada e, sobretudo, capaz de se adaptar às mudanças técnicas e aos constrangimentos crescentes do mercado mundial. Poderia-se assim falar de uma polarização territorial (PECQUEUR, 2001, p. 25-26).

Por outro lado, as mutações na organização do espaço observadas pela literatura contradizem em parte as teorias da dominação, que se apóiam sobre a existência de desigualdades crescentes entre países e regiões (FRANK; EMMANUEL). Observa-se tanto a existência de fenômenos de desigualdades persistentes ou mesmo crescentes entre regiões ou países, como também parece cada vez mais difícil explicar essas situações através de grandes leis universais que se aplicariam mecanicamente. O surgimento de regiões industrializadas na periferia, como em certas regiões desfavorecidas nos países desenvolvidos, reúne exemplos que fragilizam e surpreendem o ordenamento da polarização industrial e da oposição entre centro e periferia, redistribuindo a nova divisão territorial do trabalho. Entretanto, não são todas as regiões rurais que se desenvolvem e nem são todas as regiões industriais que perdem.⁶

UMA NOVA LÓGICA DO ATOR-COLETIVO

O reforço mútuo das estratégias dos atores passa pelas relações específicas às quais eles estão entrelaçados. É da natureza dessas ligações que se determina a eficiência produtiva dos atores e que se permite encontrar o caráter local do desenvolvimento (PECQUEUR, 2001, p. 41).

Os anos 80 deram início a uma nova teoria do desenvolvimento, conhecida como “desenvolvimento por baixo”. Ela opunha ao capitalismo dominante o potencial local de organização, propondo uma lógica de au-

⁶ A respeito das mudanças territoriais da produção na globalização ver Benko e Lipietz (1994, 2000) e Castells (1998).

tonomia (relativa), quer dizer, um modo alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado que conte com suas próprias forças. Esta corrente de reflexão, marcada por uma problemática ecologista, funcionou como um sinal de alarme. Ela se elevava contra a ditadura das grandes estruturas que esterilizam a imaginação criadora dos atores e desperdiçam os recursos humanos.

Segundo Pecqueur (2001, p. 40), quando se observam as experiências de desenvolvimento local em alguns países, na maioria deles o ator principal é a figura do empreendedor do negócio mais que a própria empresa. Esta personalização não prejudica a qualidade e a competências dos empreendedores, mas ela marca uma tentativa voluntarista do projeto de desenvolvimento, marcada pelas visões de autonomia prescrita e autonomia desejada. A rejeição da dominação do exterior (agressor) é rechaçada e em seu lugar busca-se justificar a unidade do interior, sua solidariedade e sua coerência.

Essa dificuldade na identificação de uma lógica comum do ator que impulsiona o desenvolvimento local não é apenas empírica, mas uma questão de fundo teórico frágil. Se o que faz a diferença entre os modelos de desenvolvimento local é a especificidade das experiências, é plausível supor que o tipo de ator que promove a transformação local não pode ser premeditado. Em alguns casos ele é confundido com o indivíduo-empresário-empendedor, em outros casos, com a organização (empresa ou uma rede de empresas), ou há casos ainda em que é o próprio território como ator coletivo que faz o desenvolvimento. Nesse caso, trata-se da criação de uma forma institucional coletiva, isto é, a *governança territorial*, que agrega os atores para pilotarem juntos uma estratégia de desenvolvimento local em comum.

Entretanto, dar aos atores um lugar central nas relações econômicas é necessário, mas não suficiente. Segundo Pecqueur (2001, p. 40), “o desenvolvimento local não é sistematicamente identificado a um projeto coletivo. Ele é, mais prosaicamente, a consequência de uma combinação favorável de projetos individuais que se reencontram particularmente através de interesses comuns”. As sociedades locais vivem uma solidariedade que não é sempre consciente e formulada como tal. A estratégia de adaptação dos atores aos constrangimentos exteriores reforça-os mutuamente nos lugares, instalando um novo processo de desenvolvimento. Desta forma, as vantagens da

proximidade e das ligações do tipo local não podem produzir efeitos positivos se não estiverem totalmente abertas ao exterior.

UMA NOVA LÓGICA DE REDES

Foi dito anteriormente que somente as relações mercantis não são suficientes para se compreender a riqueza das relações humanas entre os atores sociais. Aquém do mercado, existe um vasto campo de relações que funcionam à maneira de uma rede, que obedecem a regras de proximidade geográfica, profissional ou parental. No caso da criação de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), pode ser constatado que a mobilização principal mais freqüente das relações ocorram pelo viés das estratégias de gestão patrimonial. Essas estratégias se inscrevem nas relações de solidariedades familiares e de conluíus que nada têm a ver com as relações mercantis. Desta forma, pode-se considerar a empresa como um sistema aberto de comunicação pela qual e na qual circulam as informações de toda natureza. Se limitarmos as relações que influenciam a capacidade das empresas de produzir e de vender produtos e serviços, elas podem ser consideradas como redes com finalidade produtiva (PECQUEUR, 2001, p. 42).

A figura do empreendedor mobiliza em torno dele dois tipos de rede com finalidade produtiva. O primeiro tipo de rede é ativado por um conjunto de instituições nas quais os fins estão claramente definidos, que tenha vocação e competência para prolongar as relações com a empresa (PECQUEUR, 2001, p. 43). O segundo tipo de rede agrupa as relações pessoais e informais, que são características de uma cultura local. São as relações de solidariedade que são indispensáveis para completar a rede institucional. Essas relações informais dão origem a uma cadeia de redes flexíveis cuja fronteira já não é mais claramente definida. No primeiro lugar dessas relações estão as redes familiares e em segundo as redes profissionais.

Segundo Pecqueur (2001, p. 45), é a combinação desses dois tipos de redes (institucionais e familiares) que permite definir um meio local. Trata-se não de um projeto voluntarista de um desejo de desenvolvimento freqüentemente fechado ao exterior que guia uma dinâmica de desenvolvimento local, mas da densidade de redes com finalidade produtiva. No momento em que a combinação é positiva, isto é, quando não há impedimento ou

incompreensão forte entre os atores, pode-se observar a emergência de um meio produtivo inovador, e o surgimento de dinâmicas territoriais que tiram dos recursos humanos próximos os meios de se adaptar à complexidade e à globalização dos mercados.⁷

Nesse contexto, as redes informais não têm o objetivo declarado de regulação das relações entre atores. Sua densidade é muito variável de um lugar a outro. Elas permitem uma socialização da atividade de produção e são a expressão da capacidade local de organização, desde que cada ator tenha consciência de pertencer a uma mesma comunidade cultural. Este pertencimento a uma comunidade está ligado à identidade e à representação simbólica que cultiva a unidade da região ou do território local. A construção material e imaterial (simbólica) do território compreende a procura de critérios “objetivos” e “subjetivos” de identidade local ou regional, que podem ser objetos das lutas pelo poder de representações mentais, materiais e de manifestações sociais (BOURDIEU, 1989). A construção da identidade coletiva depende em grande medida dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 1999b).

Essas redes humanas de relações materiais e simbólicas entre atores existem sempre, e são as expressões máximas das redes e das identidades da vida social. Entretanto, nem sempre elas são dinâmicas e o meio que elas formam também nem sempre apresenta capacidade de renovação.

Uma nova lógica de criação de recursos

Segundo Pecqueur (2001, p. 46-47), pode-se afirmar que cada processo de desenvolvimento local depende basicamente da capacidade de criar três fatores básicos: se *innovar*, se *adaptar* e se *regular*. É a capacidade de cooperação das redes de atores formais e informais que permite a realização conjunta dessas condições.

A capacidade de *inovação* pode ser técnica e social e diz respeito a um novo produto ou um novo processo de fabricação, concebido por um empreendedor individual ou coletivo (empresa, grupo). Ela é aplicada na organização da produção e do trabalho, alterando a organização social de

⁷ A discussão teórica e a procura de aprimorar a metodologia de pesquisa das relações entre as transformações econômicas e as dinâmicas territoriais locais foram objeto de um artigo de Pires (2006a).

conjuntos de empresas (por exemplo, a flexibilidade). A capacidade de inovação de um meio industrial compreende as descobertas tecnológicas e a ruptura das rotinas.

Além das inovações individuais, o desenvolvimento de um território requer uma inovação integrada como um patrimônio comum. Nem sempre esta inovação é bem aceita por todos em condições de se integrar (por exemplo, quando se trata de mudar o sistema de relações profissionais em vigor no território).

A capacidade de *adaptação* é outro recurso que um meio tem para reagir às mudanças dos mercados nacionais e mundiais, e com isso garantir a segunda condição do desenvolvimento. A capacidade de reagir se mede pelo nível de solidariedade espacial que sustenta os atores no território, e esta não pode existir sem que o meio seja suficientemente denso para que as relações entre os atores possam se intensificar (estrutura urbana, redes de transportes, população e mão-de-obra disponível, um número importante de PMEs). Por essas razões é que a solidariedade territorial não pode ser decretada nem instaurada no curto prazo, pois as redes informais mais ainda que as redes institucionais só se constroem no longo prazo.

A solidariedade territorial se configura em torno de um coletivo de empreendedores aberto a outros atores (bancos, poderes públicos, associações, consumidores etc). Este coletivo de atores deve estar inserido na cultura do meio onde está implantado. Ele deve ter uma consciência clara e positiva de sua identidade local e da sua cultura industrial, mas deve, da mesma maneira, ser reconhecido e legitimado como tal pelo conjunto do corpo social. A solidariedade territorial é o resultado de um ambiente favorável que permite que as relações de rede se adaptem às inovações e às necessidades vindas do exterior.

A capacidade de *regulação* é um recurso específico que um meio econômico local tem de produzir, como um conjunto de regras em harmonia com as regras de níveis mais elevados, a fim de prolongar a existência de uma solidariedade sócio-cultural entre todos os atores dos territórios nacionais e transnacionais. Segundo Pecqueur (2001, p. 49), a regulação pode ser definida como a regularidade e a estabilidade relativa das formas de solidariedade que permitem a reprodução das condições favoráveis à inovação. Ela é constituída por *regras* de comportamento que são explícitas e institucionais, mas também implícitas e informais. No primeiro caso, a *lei* e os regimentos

organizam as relações entre atores nacionalmente, onde as sociedades locais têm pouco para se afirmarem. Entretanto, ela pode se apropriar de recursos institucionais para estabelecer comportamentos coletivos implícitos. A *regulação local* requer uma convivência entre os atores diretamente implicados na produção e na cultura do ambiente. Esta convivência organiza as relações entre os atores à sua maneira, procurando uma autonomia relativa com relação às regras em vigor nos níveis nacional e internacional.

Este processo de desenvolvimento econômico em geral aparece como a expressão da tríplice capacidade de uma sociedade econômica para inovar, ser solidária para reagir e regular para governar. No caso do desenvolvimento territorial local, são as redes informais e institucionais que criam um espaço de cooperação no qual as três etapas podem se articular. A estratégia a partir do potencial local não é um fechamento, mas ao contrário, uma abertura que se define em relação e em função dos outros níveis de regulação política (nacional, bloco de integração, global). Nesse processo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios locais, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também os fiéis solidários no desenvolvimento nacional e internacional. A idéia de que o desenvolvimento é localizado e dependente de ativos e recursos próprios a certas regiões (“capital natural”, “capital humano”, “capital social”, “capital simbólico”) está presente nos estudos que trazem novas luzes para entender a dinâmica e os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional.

UMA LÓGICA NÃO-MERCANTIL

As mudanças para novas práticas não-mercantis colocam em cheque as concepções e as análises tradicionais do desenvolvimento. Desta forma, vimos emergir uma visão sobre o desenvolvimento local que provém de um novo olhar sobre a dinâmica territorial dos fluxos econômicos.

Nos países desenvolvidos, o desenvolvimento local é então proposto como alternativa ao modelo fordista que utiliza mal a força de trabalho humana. Entretanto, deve-se ficar atento porque alternativa significa opor um modelo a um outro modelo. Como foi observada, a sinergia das relações em rede em um território não aparece para todos com a mesma intensidade e a mesma eficácia. Os contextos de surgimento desta forma de desenvolvi-

mento com relações não-mercantis ainda são muito específicos aos lugares onde se tem observado. Assim sendo, o desenvolvimento local não é substituto ao fordismo, nem é universalizável. Ele é um método de ação para as comunidades e também um quadro normativo de respostas ao desenvolvimento nacional. Ele permite apresentar um conjunto de práticas diversas, mercantis e não-mercantis, às vezes contraditórias, que valoriza a intimidade que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais (PECQUEUR, 2001, p. 51).

Os estudos de diferentes pesquisadores demonstraram características comuns de certas relações não-mercantis ou imateriais (serviços) que explicam as especificidades das “regiões ganhadoras”, estudadas em várias partes do mundo. São elas: um bom funcionamento das instituições; uma maior capacidade de cooperação dos atores locais, privados e públicos; uma coordenação das ações de projetos minimamente estabelecidas, isto é, a governança territorial; um bom espírito empreendedor; uma mão-de-obra qualificada e competente; uma capacidade de inovação, de cooperação e de adaptação aos novos mercados e às novas tecnologias (BENKO e LIPIETZ, 1994, 2000).

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO

O processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas, como abordado nas seções anteriores, cria o que chamamos de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. O processo de desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de agentes locais/regionais, nas quais o território seria o *agentelator* principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os *recursos* específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e/ou inovados) no local ou região, ou nos mais diversos elos da rede mundial. O desenvolvimento territorial

é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter *local e específica*, portanto uma ação associada a uma *cultura*, a um *plano e instituições* locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES e MULLER e VERDI, 2005).

A tradição da geografia regional e econômica foi sempre em estabelecer a diversificação ou especialização das regiões. Na “nova geografia econômica”, a trajetória se estende à *especificação* do território e se caracteriza pela elaboração de um conjunto de atributos e de um modo de coordenação coletivo entre os agentes econômicos locais, incluindo cidades ou regiões vizinhas. Os efeitos organizacionais reforçam a proximidade física e geográfica, e podem permitir uma flexibilidade de adaptação aos recursos, às atividades e às competências sem prejudicar o contexto territorial. A especificação remete à possibilidade de produzir um único bem, sem concorrência espacial interna e totalmente inerente a um só processo de produção. Os distritos industriais na Itália, ou os sistemas produtivos locais na França e os Arranjos Produtivos Locais no Brasil têm em comum essa forte especificidade territorial, na medida em que seus produtos são fabricados em condições de cooperação únicas, intransferíveis. Nesses casos, é também o conjunto da sociedade local que constrói as vantagens relativas para as atividades produtivas (não são apenas as empresas que se organizam, mas o conjunto de instituições locais). Trata-se de uma capacidade criadora do tecido socioeconômico que organiza a combinação de recursos dispostos, para colocar em ação as estratégias coletivas susceptíveis de incentivar o futuro econômico do território.

As dinâmicas territoriais implícitas a esses processos resultam da coordenação possível de duas estratégias. Por um lado, da construção de um projeto coletivo de desenvolvimento local definido e colocado em ação pelos atores públicos e privados; esse é um novo campo para as políticas públicas locais. Por outro lado, da perspectiva das empresas, desenvolver estratégias de utilização dos recursos locais a fim de otimizar suas condições de produção ou de criação de novos recursos (PIRES, 2006a). Assim, pode-se distinguir dinâmicas dos territórios dirigidas por todos os atores em torno de poderes públicos e de estratégias de empresas, que podem ou não utilizar os recursos locais comunitariamente. Esses dois processos não se opõem e podem mesmo se combinar expressando os interesses comuns do território através de instituições formais e informais. Eles são alternativos às estraté-

gias unilaterais dos governos municipais de atração de empresas com base na guerra fiscal. Ao contrário, as empresas deveriam ser atraídas pelas potencialidades e especificidades do território, isto é, por uma competitividade territorial ativa, e não pelas concessões e isenções fiscais, doações de terrenos etc, típico da competitividade territorial passiva.

Assim, segundo a natureza dos recursos mobilizados e o tipo de coordenação dos atores, os territórios podem ter dinâmicas diferentes, inclusive na passagem de um modo de desenvolvimento territorial a outro. Alguns autores chamam isso de “plasticidade dos territórios” (GUILHON *et al*, 1997).

Dos vários pontos de vista, geográfico, econômico, social e político, este quadro conceitual do desenvolvimento permite ultrapassar os limites e dilemas dos mecanismos clássicos de regulação dicotômica do desenvolvimento, como o Estado e o mercado, para introduzir o papel da sociedade civil através de arranjos institucionais intermediários, como as comunidades e associações locais. Estes elementos fundam um território local. Em um modo tripartite de organização do poder, o Estado (poder público), o mercado e a sociedade civil comunitária seriam os três agentes capazes de resolver os grandes conflitos, de promover o território local a assumir o papel de agente do desenvolvimento e das mudanças socioespaciais.⁸ Todavia, qualquer forma de se apoiar, doutrinariamente, em apenas uma das três pontas do triângulo (Estado, mercado, sociedade civil comunitária), incluiria o perigo de eliminar e incapacitar as outras fontes de ação, necessárias para a criação, regulação e a integração social. A sociedade civil enquanto comunidade pode firmar um papel determinante na conciliação dos imperativos da eficácia da dinâmica do crescimento, quer dizer, a produtividade, o nível de vida e de justiça social, necessário para uma repartição não demasiadamente desigual dos dividendos do crescimento.

Nesse sentido é que o debate da governança do desenvolvimento territorial se pauta em um equilíbrio necessário e complementar entre o Estado, o mercado e a sociedade civil/comunidade. Ao Estado corresponde a capacidade humana de julgamento razoável, ao mercado corresponde o interesse e à comunidade corresponde a solidariedade. Nesse sentido, acentua-se a cooperação na estratégia de desenvolvimento, o alcance dos aspectos extra-

⁸ Uma síntese do debate econômico e sociológico da complexidade das relações entre Estado, mercado e sociedade pode ser vista em Boyer (1998) e Offe (1999).

econômicos, que objetivaria a sensibilização da comunidade ou da região para suas vocações e potencialidades, partindo das vantagens econômicas e extra-econômicas localizadas, através de um processo de governabilidade participativa, democrática e solidária que envolveria governos (federal, estadual e municipal), entidades de classe, organizações não-governamentais e lideranças comunitárias. A mudança social esperada seria o resultado combinado das ambigüidades frente às novas tendências de democratização, globalização, descentralização e participação (PIRES e REIS, 2001).

No Brasil, a criação surpreendente de organizações e instituições locais sob a forma de conselhos, comitês, agências e consórcios que ultrapassam os limites municipais é parte desse novo quadro da reação local às mudanças globais. A Constituição brasileira de 1988 impulsionou novos processos de territorialização e localização, abrindo a chance de novos arranjos institucionais de governança. Esses processos têm gerado, igualmente, maior solidariedade territorial local. As investigações apontam dois tipos de tendências nos últimos 20 anos. De um lado, houve disseminação de conselhos locais de gestão de políticas públicas de caráter redistributivo, e de outro lado, proporcionalmente, menor difusão de fóruns de desenvolvimento regional, vinculados a decisões econômicas com impacto na mobilização abrangente sobre a representação da sociedade civil local (PIRES e NEDER, 2005).

Para fins deste artigo, interessa ressaltar que do ponto de vista da dinâmica atual do sistema econômico mundial, as regiões e as localidades, ou melhor, os territórios, têm se convertido em novos atores coletivos e fontes de vantagens competitivas. As políticas públicas de desenvolvimento do território, antes a cargo do poder central, têm sido, nesses processos, delegadas às suas coletividades territoriais e locais. Assim é que o “desenvolvimento local”, em teoria e na prática, vem substituir a regulação do desenvolvimento estatal e centralizador característico do período anterior. Hoje nos encontramos em uma nova onda de programas e projetos locais de desenvolvimento. A relevância dos fatores locais nas dinâmicas econômicas vem criar novas perspectivas de diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais.

Portanto, o renascimento dos meios locais e regionais como lugares da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida em sociedade. É assim que uma nova

visão política local está se gestando no novo contexto global, na qual a democracia e a cidadania adquirem um novo sentido no contato da sociedade local. A criação de novas entidades locais e de novas ações democráticas está em perspectiva. Uma nova visão de desenvolvimento surge baseada na sustentabilidade e na solidariedade como recursos específicos, uma ferramenta possível de edificar comunidades e sociedades locais democráticas mais equilibradas e menos desiguais.

No Brasil, esta análise da regulação do desenvolvimento local como possibilidade de descentralização da economia e da política estatal centralizadora mostra as evidências de base para um novo pacto federativo, ao mesmo tempo conceitual e prático, embora politicamente controverso.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida neste artigo procurou mostrar como as lógicas socioespaciais e territoriais do desenvolvimento refletem as metas pré-estabelecidas firmadas entre atores, organizações e instituições junto às redes de compromissos cívicos e republicanos. A presença ou a ausência dos recursos do território expressa as vantagens e desvantagens locais, e mede a diversidade e competitividade do desenvolvimento territorial.

Esta reflexão ultrapassa as noções clássicas do desenvolvimento, ao colocar o desenvolvimento territorial como temática de política econômica e social de caráter específico e interdisciplinar. O desenvolvimento territorial está fundado na dependência da sociedade na organização da produção social local ou regional, e na criação de instituições com diretrizes locais que fazem expectativas em prol de uma meta comum local-nacional, com o apoio do Estado e das parcerias com as estratégias empresariais privadas.

Assim sendo, na perspectiva das lógicas socioespaciais do desenvolvimento, as cidades e regiões tornam-se, além das empresas e dos grupos econômicos, cada vez mais, as fontes específicas de vantagens competitivas e de solidariedade na globalização. É por isso mesmo que o desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação normativa para os atores e as comunidades em resposta ao desenvolvimento unilateral “por cima”, que valoriza a intimidade das relações “por baixo” que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais.

BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, I. Cinquante ans de développement économique: les principales leçons. In: **Revue d'économie du développement**, v. 9 (1-2), p. 65-113, numéro spécial, 2001.
- BECATTINI, G.; RULLANI E. Sistemas productivos locales y mercado global. In: **Información comercial española**. Madrid, n.754, junio, 1996.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. In: **Interações – Revista Internacional de desenvolvimento local**, volume 1, número 2, março, pp.7-12, 2001.
- BENKO G. & LIPIETZ A. (orgs). **As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras, Ed. Celta, 1994.
- BENKO G. & LIPIETZ A. (orgs). **La Richesse des Régions: la nouvelle géographie socio-économique**, Paris, Puf, 2000.
- BENKO Georges & PECQUEUR Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. In: **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez., 2001.
- BOISIER, Sérgio. **El Desarrollo En Su Lugar (El Territorio en la sociedad del conocimiento)**. Serie Geolibros, Universidad Católica de Chile, Santiago, 2003.
- BOURDIEU Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In **O Poder Simbólico**, Ed. Difel, São Paulo, pp.107-132., 1989.
- BOYER, R. L'après-consensus de Washington: institutionnaliste et systémique?. In: **L'Année de la régulation**, v. 5, p.13-56, 2001-2002. Ed. Association recherche et regulation – Paris: Presses de Sciences Po. 2001.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. In: **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura** (vol 1). Ed Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- CASTELLS M. O Poder da Identidade. In: **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura** (vol 2). Ed Paz e Terra, São Paulo, 1999b.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.
- COCCO, G.; GALVÃO, A.P.; SILVA, G. (Orgs.) **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.
- COLLETIS, Gabriel & PECQUEUR, Bernard. Integration des espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives?. In: **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n. 3, pp. 489-506, 1993.
- DUEZ, Philippe. La place du développement local dans la dialectique du développement économique. In Kherdjemil B., Panhuys H., Zaoual H. (orgs). **Territoires et Dynamiques Économiques**. L'Harmattan, Paris, pp.189-221, 1998.

- FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque histórico-estrutural**, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 3ª. Edição, 2001.
- GILLY Jean-Pierre & PECQUEUR Bernard. La dimension Locale de la Régulation. In BOYER, Robert & SAILBOARD, Yves, **Théorie de la Régulation L'État des Savoirs**, Paris, La Découverte, p. 304-312, 1995.
- GILLY, Jean-Pierre et TORRE, André (coords.). **Dynamiques de Proximité**, Paris, L'Harmattan, 2000.
- GUELLEC, Dominique e RALLE, Pierre. **Les nouvelles théories de la croissance**. Ed. La Decouverte, Paris, 2001.
- GUILHON, B.; HUARD, P.; ORILLARD, M.; ZIMMERMANN, J-B.(cords). **Économie de la Connaissance et Organisations: entreprises, territoires, réseaux**. Paris: L'Harmattan, 1997.
- KRIFA Hadjila. Globalisation des entreprises et creation/destruction d'emplois: un cadre d'analyse. In Lamotte (coord.), **Les Régulations de L'Emploi: les stratégies des acteurs**, L'Harmattan, Paris, pp.201-228, 1998.
- MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 3, n. 4, março, 2002.
- MARQUES-PEREIRA, J. & THÉRET, B. Regimes politiques, médiations sociales de la régulation et dynamiques macroéconomiques. In **L'Année de la régulation**, v. 5, p.105-143, 2001-2002. Ed. Association recherche et regulation – Paris: Presses de Sciences Po. 2001.
- MONIÉ, F.; SILVA, G. (orgs.). **A Mobilização Produtiva dos Territórios: instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.
- MÜLLER, Geraldo. Região: descentralização na globalização. In: **Revista REDES**, vol. 5, n.2, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, p. 9-25, 2000.
- PECQUEUR, Bernard. **Le Développement Local**, Ed. Syros, 2ème édition, Paris, 2000.
- PERRIN J.-C. Pour une révision de la Science régionale, une approche par les milieux. In : **Revue Canadienne des Sciences Régionales**, vol. XV, n. 2, 1992.
- PIRES, E.L.S.; REIS FILHO, J.C.G. dos. Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil. **Anais do XXIII Congresso Latino-americano de Sociologia**, Antigua/Guatemala, 2001.
- PIRES, Elson L.S. Internacionalização e Transformação da Relação Salarial e do Mercado de Trabalho na Constituição de Zonas de Integração Regional. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol. 11, 2003.
- PIRES, E. Mutações Econômicas e Dinâmicas Territoriais Locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. Texto apresentado no

- workshop “Dinâmica Econômica, Fluxos e Eixos de Desenvolvimento”, In: **I Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano**, 7/10/2004 na Unesp/Presidente Prudente, 2006a.
- PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos, In: **Geografia – Associação de Geografia Teórica**. Rio Claro, SP: AGETEO, 2006, no prelo.
- PIRES, E. & NEDER R. Les Changements de Régulation et de Gouvernance Territoriale au Brésil: les institutions, les faits et les mythes. In: **Analyse des Changements Institutionnels** – caractérisation, méthodes, théories, acteurs. La Rochelle: 14-17 septembre, 2005. <http://www.toulouse.inra.fr/centre/esr/ecth2005/>.
- QUEMIA, M. Théorie de la régulation et développement: trajectoires Latino-Américaines. In: **L'Année de la Régulation**. Économie, Institutions, Pouvoirs, v. 5, p.57-104, 2001-2002. Ed. Association recherche et régulation – Paris: Presses de Sciences Po. 2001.
- RIBAS, A.; SPOSITO.; SAQUET, M.. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SANTOS Milton & SOUZA Maria Adélia A de & SILVEIRA Maria Laura (orgs). **Território. Globalização e Fragmentação**. Ed. Hucitec, Anpur, 1994.
- SCOTT Allen J., **Regions and the World Economy**, Oxford University Press, 1997.
- SCOTT, Allen J. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. In **Géographie, Économie, Société**, volume 5 – n.1 – Janvier-Mars, pp.31-57, 2003.
- STORPER, M. Territorialização numa Economia Global: Potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. e NABUCO, M. R. (Orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**, São Paulo: Bertrand Brasil, p. 13-26, 1993.
- STORPER, M. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. New York: Guilford Press, 1997.
- VEIGA, José Eli da. “A face territorial do desenvolvimento”, In: **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 3, n. 5, setembro 2002
- VELTZ Pierre. **Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel**, Puf, Paris, pp. 147-172, 1996.
- WACKERMANN, Gabriel. **Géographie du Développement**. Ellipses Édition Marketing, Paris, 2005.



PARTE 2

DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL E LUTAS CAMPONESAS – INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA E ÁFRICA





MARGINALES, POLIFÓNICOS, TRASHUMANTES: LOS CAMPESINOS DEL MILENIO

ARMANDO BARTRA

Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural “Maya”

Lo peculiar de los márgenes es que son siempre el producto y el reflejo de algo otro que a menudo remite al centro, el cual se niega, paradójicamente, a reconocer su imagen en este espejo [...]

Es por esto que la respuesta analítica más común se resume por lo general en hacer un corte tajante entre la norma y el margen, entre centro y periferia, entre el capital y el resto. La cuestión campesina entra en este juego, puesto que justamente presenta de entrada todos los aspectos de la no-modernidad [...]

La cuestión campesina puede ser el punto de partida para una reflexión sobre el funcionamiento de todo el orden social [...] por que está en el margen [...] y el margen, cuando ya no se le considera como un apéndice o un desecho, aparece como lo que es [...]; un momento de la reproducción de un orden general.

Claude Faure, *El campesino, el centro y la periferia*

INTRODUCCIÓN

La barbarie extramuros es mito fundacional de las civilizaciones globalizadoras. Los sistemas imperiales necesitan postular un más allá, un ámbito salvaje al otro lado de sus fronteras donde el “orden natural” justifique tratamientos de excepción. Procedimientos brutales contrastantes con los buenos modos que, se presume, imperan murallas adentro.

Coartada y autoengaño, en realidad, pues por lo menos desde el siglo XVI, cuando el gran mercado engulle también América, la barbarie ya no es más el horizonte de la civilización sino su cara oscura, su pesadilla, su closet vergonzoso. Entonces el capitalismo real es también, y sobre todo, el de la periferia: gobernado a la mala, saqueado sin clemencia, diezmado por pestes, sacudido por hambrunas.

Pese a la ideología de “fuerte apache” que inspira las nuevas cruzadas imperiales, el hecho es que los hombres del tercer milenio compartimos una casa de cristal. Y la progresiva conciencia de la globalidad hace cada día más vano el mito de que a los “civilizados” los rodea una exterioridad premoderna, territorio de salvajes irredentos a quienes es legítimo someter a fuerza de cintarazos o de “bombas inteligentes”. Desacreditada la pretensión de que hay un adentro – el presente verdadero por antonomasia – y un afuera – algo así como el pasado congelado –, los bárbaros invaden las calles, la red y el imaginario de las metrópolis. Hoy la marginalidad interiorizada es patente y estentórea: millones de sudacas avecindados en el norte, muchedumbres en incontenible éxodo austral, homosexuales salidos del closet, insólitas rebeldías indias en la red, furor globalifóbico... Y con ellos resucitan los campesinos, emblema viviente de la centralidad de los orilleros, de la actualidad de los anacrónicos.

PERVERSOS POLIMORFOS

*Día a día, los campesinos hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecías. Teodor Shanin, **La clase incómoda***

En el reino uniforme que el capitalismo viene tratando de imponer cuando menos desde la primera revolución industrial, los campesinos son una anomalía: diversos por naturaleza, sustentan su polimorfismo perverso en múltiples y variadas maneras de interactuar con la biosfera. Porque mientras el sistema fabril es proclive a la especialización, la monotonía tecnológica y el emparejamiento humano, la agricultura es territorio de la heterogeneidad: variedad de climas, suelos, ecosistemas y paisajes que se expresa en diversidad productiva y sustenta pluralidad societaria y variedad cultural.

Desde chico el capitalismo apostó al emparejamiento de lo que es dispar por idiosincrasia y naturaleza: uniformó a los hombres con el overol obrero y desmontó los bosques nivelando los suelos para edificar metrópolis, instalar fábricas y establecer vertiginosos monocultivos. En el campo, el saldo fue económicamente perverso pues al privatizar recursos naturales variopintos, desigualmente distribuidos y escasos el sistema del mercantilismo



absoluto engendró rentas agrícolas: ganancias extraordinarias provenientes no de la inversión sino de la propiedad. No faltó quien las creyera herencia del viejo régimen; en verdad eran saldo de una contradicción insalvable: la resistencia de madre natura a la compulsión emparejadora del capital.

El sueño del capitalismo decimonónico fue hacer de la agricultura una fábrica: atendida sólo a máquinas e insumos industriales y liberada por fin de los caprichos de la naturaleza. El uso del láser para nivelar suelos, la plasticultura, la hidroponía, los innumerables agroquímicos, las semillas híbridas, el riego computarizado, la fertirrigación, la maquinaria agrícola asistida por técnicas de programación, entre otras innovaciones, revolucionaron paulatinamente el campo. Pero la profecía no se cumplió del todo sino a fines del siglo XX, cuando, al descifrar el germoplasma, la biotecnología creyó haberse apropiado – ahora sí – de las fuerzas productivas de la vida, que en adelante podían ser aisladas, reproducidas, intervenidas y, sobre todo, patentadas.

El gran dinero anda de fiesta. Por fin el sector agropecuario está por librarse de la dictadura de la fertilidad, las lluvias y el clima como de antiguo lo hicieron las demás ramas de la industria. Por fin podrá prescindir del terrateniente, del campesino y del burócrata, que fueron necesarios para medio ordenar una producción que no se sometía, como las otras, al autómata fabril. Por fin fue vencida la voluble naturaleza, empeñada por siglos en imponer su perversa diversidad a un sistema que sólo florece en la monotonía. Y es que la nueva productividad depende cada vez menos de la heterogeneidad agroecológica, de modo que al irse independizando los rendimientos de condiciones naturales diversas y escasas, menguan también las rentas diferenciales; sobrepagos que en el pasado pervirtieron el reparto del excedente económico y que hacían necesario apelar al Estado y los campesinos como alternativa al indeseable y costoso monopolio agrícola privado.

Paradójicamente, la tendencial extinción de la vieja renta de la tierra coincide con el debut de la flamante renta de la vida. A la añeja privatización de superficies fértiles está sucediendo el saqueo de la diversidad de flora, fauna y microorganismos, ya no sólo secuestrando especímenes sino descifrando, interviniendo y patentando sus códigos genéticos.

Ciertamente la biodiversidad, natural o domesticada, no puede cercarse o embalsarse, pero con el subterfugio de patentar “organismos modificados” es posible establecer alambradas virtuales en torno al genoma. Y no es poca cosa, pues se trata de un bien infinitamente más rentable que la tierra, y del



que hoy dependen la agricultura, la farmacéutica, los cosméticos y una porción creciente de la expansiva industria química.

Dejar la alimentación, la salud y el buen ver de la humanidad en manos de un puñado de transnacionales de la biotecnología es un riesgo enorme. Pero preocupa aún más el que sus colosales e irrestrictos intereses nos impongan un modelo tecnológico según el cual, conservada la vida en forma de especímenes, tejidos y códigos genéticos, los ecosistemas biodiversos salen sobrando. Porque habiendo bancos de germoplasma “*ex situ*” ya no importa arrasar bosques, selvas y policultivos para establecer vertiginosas plantaciones especializadas, ni preocupa que el genoma silvestre o históricamente domesticado se contamine de transgénicos (frankensteins odiosos no tanto por su condición artificiosamente mutante como por lo imprevisible de su comportamiento en libertad).

Así, en el tercer milenio, además del emparejamiento de hombres, máquinas, tierras y aguas, nos amenaza el intento de uniformar la biosfera. Pretensión en la que nos jugamos el pellejo, pues la reproducción de la naturaleza depende de la enmarañada diversidad biológica de ecosistemas complejos siempre entreverados con la pluralidad social.

Las llamadas industrias de la vida son en verdad industrias de la muerte. Pero lo que en ellas se dramatiza no es sólo su propia irracionalidad, sino también una de las tensiones mayores del sistema del gran dinero: la contradicción entre la uniformidad tecnológica, económica y social que demanda el orden del mercado absoluto y la insoslayable diversidad biológica, productiva y societaria, consustancial a la naturaleza y al hombre. Un conflicto sin duda radical, que sus primeros críticos apenas destacaron, quizá porque en el fondo compartían el optimismo emparejador del joven capitalismo.

En los tiempos que corren, restablecer la diversidad virtuosa es asunto de vida o muerte, pues a la urbanización e industrialización inmisericordes que abonan el cambio climático se suma una agricultura insostenible: deforestación exponencial, pérdida de suelos fértiles, escasez de agua dulce, monocultivos fertilizados, plagas resistentes, consumismo de agroquímicos, manejo irresponsable de transgénicos...

Y en esta encrucijada civilizatoria los arrinconados campesinos piden la palabra y reivindican de nueva cuenta su modo de hacer. Porque cuando se trata de impulsar una agricultura sustentable que combine salud

ambiental y equidad societaria la empresa privada tuerce el rabo, mientras que en comparación los pequeños productores domésticos resultan un dechado de virtudes.

Las revaluadas ventajas de los labriegos ya no se refieren, como pensábamos en los años de 1970, a su condición de productores de alimentos y materias primas baratos, que al “transferir su excedente económico a través del intercambio desigual” sustentaron la industrialización. Atrás quedó la freudiana envidia de la plusvalía que algunos campesinólogos le atribuimos gratuitamente a los rústicos, y con ella las laboriosas pruebas argumentales de que los agricultores domésticos eran tan explotados como los obreros. Quizá lo son, pero el problema de fondo es otro.

DE LA EXPLOTACIÓN A LA EXCLUSIÓN

Lejos quedaron los días en que ser campesino significaba trabajar la tierra, recibir apoyo estatal, vender la cosecha, ser explotado [...] Los campesinos latinoamericanos enfrentan el nuevo milenio excluidos del sistema [...] En la era del desperdicio, los productores nacionales aparecen como desechables. **Blanca Rubio, *Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal***

En las últimas décadas del siglo xx los campesinos de la periferia transitaron de la explotación a la marginación, de soportar la expansión industrial produciendo alimentos baratos para el mercado interno a cosechar precariamente materias primas destinadas a mercados globales cada vez más saturados, fluctuantes y monopólicos. Si en los años de 1970 luchaban por la tierra para escapar de la proletarización, en el nuevo milenio se rebelan contra la exclusión.

Desde la posguerra y hasta los años de 1970 los trabajadores rurales del subcontinente fueron orgullosos productores de alimentos vitales para la urbanización, mientras que hoy reciben el estigma de redundantes, prescindibles, marginales. De 1940 a 1975 un cometido mayor de la agricultura campesina latinoamericana era la producción de comida barata para el mercado interno, como sustento de una acumulación industrial que necesitaba bajos salarios. Desde mediados de los setenta la producción para el consumo nacional decae, pues la industria se desvincula de la agricultura en lo tocante

al interés por obtener alimentos subvaluados y la atención del gran capital se traslada a la agroindustria de exportación.

Los pequeños y medianos productores domésticos, que durante el segundo tercio del siglo XX constituyeron un sector irrenunciable para la acumulación de capital en un modelo integrado, en el último tercio devienen cada vez más irrelevantes en un sistema desarticulado y extrovertido. Así, los campesinos pasan de la honrosa posición de explotados al ignominioso estatuto de excluidos.

Bifurcación histórica en la que no sólo los campesinos salieron perdiendo; también recularon nuestras naciones, cuyos gobiernos renunciaron a la autosuficiencia en bienes de consumo básico y con ello a la seguridad y soberanía alimentarias. Situación particularmente peligrosa cuando la comida es un arma en manos del imperio y la disponibilidad global de bienes de consumo masivo depende, en parte, de condiciones climáticas cada vez más volubles y, en parte, de tecnologías tan sofisticadas e intensivas como frágiles.

Pero la ruina y éxodo de los campesinos y otros sectores asalariados nos ha conducido también a la pérdida de la soberanía laboral, y hoy carecemos de autosuficiencia y seguridad en el empleo. Circunstancia excepcionalmente grave cuando la economía del país al que muchos transferimos nuestra mano de obra sobrante entra en recesión y suprime masivamente puestos de trabajo.

No hay que engañarse: en el fondo de la exclusión rural está la real pérdida de competitividad de numerosos sectores campesinos. Pequeños agricultores productivamente estragados, que si pasaron de la explotación a la marginación es porque no hay en sus pobres cosechas excedente económico que expropiar. Y su exclusión no será circunstancial sino, quizá, definitiva si su producto devino redundante como resultado de un acelerado crecimiento de la productividad agrícola que, combinado con la relativa lentitud del crecimiento demográfico, hoy ya permite satisfacer el incremento de la demanda planetaria de bienes agropecuarios con cultivos cada vez menos extensos y sin necesidad de sembrar en condiciones agroecológicas productivamente marginales. Dicho de otra manera: si es cierto que la nueva tecnología “a logrado erradicar la renta”, como escribe Blanca Rubio en el libro citado, o cuando menos lo sustantivo de ella, entonces en verdad los campesinos salen sobrando. Y entonces la marginación rural masiva será un fenómeno ineluctable y “racional”, pues el sistema del gran dinero excluye todo trabajo que no rinda plusvalía, que no pueda ser explotado. ¿Pero, será así?

La revolución biotecnológica de las últimas décadas ha revolucionado la producción agropecuaria de tal modo que hoy, gracias a la intensificación y los altos rendimientos, la oferta depende mucho menos que antes de las cosechas aportadas por las áreas marginales. Si la fertilidad natural de la tierra, la abundancia de agua y el clima favorable, sin que ya sean irrelevantes, constriñen cada vez menos la productividad agropecuaria, la renta diferencial estará sujeta a una irreversible tendencia decreciente. Y en una agricultura hipertecnificada, de productividades que propenden a la homogeneidad, salen sobrando los pequeños productores capaces de operar en desventaja sacrificando utilidades. Porque si no hay renta diferencial no hay campesinos, pues en la medida en que se pueda abastecer la demanda sin apelar a cosechas de rendimientos estructuralmente desiguales ya no será necesario contrarrestar el monto total de las onerosas rentas agrícolas a través de productores mercantiles no capitalistas operando en las peores tierras y articulados mediante la regulación estatal de la producción y la acumulación.

Paradójicamente, el presunto fin de la vieja renta de la tierra coincide con el arranque de nuevas modalidades rentistas basadas en la apropiación de bienes naturales escasos. A la añeja privatización de las superficies fértiles y del agua está sucediendo la privatización de la diversidad de flora, fauna y microorganismos ya no sólo a través de la extracción de especímenes sino descifrando, interviniendo y patentando sus códigos genéticos. En la carrera de la bioprospección, en la sorda batalla por el usufructo de las regiones biodiversas se oculta el regateo por la *renta de la vida*. Insondable fuente de ganancias perversas que cobra fuerza en tiempos de biologización creciente de la actividad productiva. Privatizar radicalmente recursos de histórico usufructo común es monopolizar un bien natural escaso infinitamente más rentable que la tierra.

Pero el mayor peligro de que se patente la vida no está en las enormes ganancias que arrojaría ese monopolio. La mayor amenaza radica en la condición desechable y hasta indeseable que adquieren los ecosistemas naturales cuando de lo que se trata es de someter la producción agrícola al empleo de semillas manipuladas. El riesgo está en que, privatizadas *ex situ* las muestras de tejidos y los códigos genéticos, sale sobrando la biodiversidad *in situ* – la naturaleza en cuanto tal. En el tercer milenio, el nuevo emparejamiento que nos agrede ya no es sólo el de los impersonales hombres de overol, las aguas embalsadas y las tierras desmontadas y aplanadas; hoy es el uso interesado e

irresponsable de los transgénicos lo que amenaza a la biodiversidad y atenta contra la sobrevivencia humana.

Sólo que el esperado emparejamiento productivo es en verdad un espejismo. Cuando, gracias a los agroquímicos, las semillas mutadas y los invernaderos, el capital creía haber hecho tabla rasa de la molesta heterogeneidad productiva, la intrínseca pluralidad de la naturaleza y de la sociedad regresa por sus fueros. Hoy es cada vez más evidente que la producción agropecuaria saludable y sostenible debe amoldarse a la diversidad de los ecosistemas y sociosistemas. En el tercer milenio está quedado dramáticamente claro que la cruzada uniformante que emprendió el capital desde hace más de quinientos años ha llegado a su límite; y también que el emparejamiento está ocasionando una vasta catástrofe ecológica y social, de modo que si no lo revertimos enérgicamente la humanidad se queda sin futuro. En los tiempos que corren, restaurar la diversidad virtuosa es cuestión de vida o muerte.

Y restablecer la pluralidad deseable es poner límites a la voracidad emparejadora del mercado. Si admitimos que el monocultivo, el abuso de los agroquímicos y el manejo irresponsable de los transgénicos no sólo afectan la calidad de los productos y ponen en riesgo la salud de los consumidores, sino que también depredan los recursos naturales y atentan contra la biodiversidad, entonces deberemos optar por tecnologías ecológicas que se adapten a la heterogeneidad de los sistemas: agroforestería, policultivos, manejo orgánico. Y si aceptamos, igualmente, que la reproducción de la biodiversidad domesticada depende en gran medida de los saberes y prácticas de las comunidades rurales – frecuentemente indígenas – que añaden a la diversidad natural la pluralidad de usos productivos, sociales y culturales. Si reconocemos, en fin, que estas diversidades son valiosas y condición de la sobrevivencia humana, entonces deberemos enmendarle la plana a la racionalidad del capital restituyendo y potenciando las viejas pluralidades tecnológicas y sociales que tanto le ofenden.

El aprovechamiento multiforme de la diversidad natural resuelve también la contradicción entre la discontinuidad consustancial a los procesos de trabajo agropecuarios y la reproducción salarial de la mano de obra, problema que el sistema del mercado absoluto es incapaz de superar, cuando menos de manera ortodoxa. Y es que el capitalismo, que funciona bien con procesos especializados y continuos que hacen rentable el empleo de los medios de producción y de la fuerza de trabajo, pasa aceite cuando su consumo

es por fuerza sincopado, como sucede en la agricultura, sujeta a ciclos naturales y donde los requerimientos de mano de obra se concentran en siembras y cosechas. La estrategia empresarial consiste en externalizar la contradicción contratando jornaleros temporales. Pero el sistema no admite exterioridades, y si el empleador directo no retribuye más que el tiempo trabajado, la sociedad como un todo tendrá que asumir la gravosa reproducción integral de los asalariados estacionales. Por fortuna para el capital global, ahí está la economía doméstica para sustentar mediante la producción de autoconsumo a los jornaleros de tiempo parcial.

Al abaratar los costos de las cosechas comerciales, la economía de autoabasto que en muchos casos soporta a los jornaleros estacionales no sólo beneficia a los empresarios del campo, también le resuelve un grave problema al sistema capitalista global. Pero el providencial arreglo no puede llevarnos a ignorar la severa ineficiencia estructural de la especialización capitalista aplicada en procesos productivos condicionados por la naturaleza y sus ciclos. Porque, en el fondo, lo que permite al agroempresario especializado pagar únicamente las jornadas laborales que requiere es una diversificación de cultivos que corre por cuenta del empleado y su familia. Ilustran esto las plantaciones empresariales de los valles costeros, que sólo son económicamente viables gracias a los cultivos campesinos de la sierra. Es decir, que, finalmente, se cuelga a trasmano la diversificación productiva, asociada en este caso a la combinación de dos distintas racionalidades económicas inmanentes.

De esta manera llegamos otra vez a la misma conclusión pero por otro camino: la multiplicidad de tecnologías y la diversidad articulada de aprovechamientos se imponen tanto por la pluralidad de los ecosistemas como por las limitaciones espacio-temporales de la capacidad laboral. Y si la estrategia polifónica es virtuosa para la producción, también lo es para el consumo, pues reporta bienes y servicios diversos todo el año, sin olvidar lo plausible que resulta para el trabajador un modelo productivo que le permite desarrollar tareas múltiples, siempre menos gravosas que las monótonas rutinas de la especialización extrema.

Por definición, la nueva agricultura basada en paradigmas campesinos deberá desobedecer los dictados del mercado, pues maximizar ganancias no puede ser la prioridad única de una producción comprometida con la equidad social y el medio ambiente. De hecho, desde hace rato le estamos tor-

ciendo la mano a la libre competencia. Sin embargo, el análisis costo/beneficio está tan interiorizado que, para justificar que se violenten los fallos del mercado, debemos adjudicarle valor comercial a bienes que en sentido estricto no lo tienen, pues son valores sociales o propiedades naturales. Así, es cada vez más frecuente que en las decisiones sobre la viabilidad económica de un proyecto productivo se incorporen “externalidades” ambientales y, ocasionalmente, sociales. Hoy se admite que – además de sus cosechas específicas – ciertas actividades agropecuarias “producen agua”, “capturan carbono”, retienen el suelo. Y se admite, también, que estos servicios ambientales debieran ser pagados, sea por el consumidor al repercutirlos en el precio, sea por otros productores cuyas externalidades son ambientalmente negativas (léase industrias contaminantes) o, si no, por la sociedad como un todo a través de compensaciones otorgadas por el Estado.

Y en esta disyuntiva civilizatoria los campesinos recobran su razón de ser como portadores de una racionalidad societaria y productiva virtuosa que remite menos a su presunta condición de productores explotados que cosechan alimentos baratos y más a su capacidad para asumir las premisas del llamado “desarrollo sustentable”.

Hoy, reivindicar a los rústicos y tratar de contrarrestar su creciente exclusión ya no pasa por demostrar que producen excedentes y por tanto que sus cosechas son necesarias para la acumulación de capital. En adelante la crítica debe ser más profunda: si los emparejamientos tecnológicos y societarios a ultranza ya no son posibles ni deseables, entonces el costo social de los productos, medido por el tiempo de trabajo medio que se emplea en generarlos, deja de ser la condición productiva tendencialmente dominante. Y deja de serlo pues a estas alturas es necesario reconocer la racionalidad y pertinencia de tecnologías diversas, adecuadas a condiciones agroecológicas disímiles, aunque éstas tecnologías tengan rendimientos físicos y económicos heterogéneos.

Pero, de ser así, se tendrá que admitir también que – a través de sobrepagos, transferencias o subsidios – la sociedad pague precios diferentes por productos intrínsecamente iguales; cotizaciones diferenciales que retribuyan la presencia virtual de “externalidades” valiosas en algunos de ellos. Lo cual es terriblemente trascendente, pues significa que la sociedad debe reconocer y retribuir el tiempo de trabajo individualmente invertido – siempre y cuando sea socio-ambientalmente necesario – no obstante que sea mayor al tiempo de trabajo medio.

Con tal de mantener los valores-precios como instrumentos de contabilidad social, se puede justificar esta retribución como pago de “servicios” ambientales y/o sociales, y se puede cuantificar tratando de medir “externidades” positivas. Sin embargo, tal traducción de valores de uso a precios, siendo útil para fines contables, no es más que una convención. Y precisamente en este carácter convencional radica la enorme trascendencia de tales cotizaciones: precios atribuidos que no se imponen de manera automática, como los verdaderos precios de mercado, sino que surgen de negociaciones y acuerdos sociales, donde se manejan argumentos técnicos, pero también consideraciones políticas y correlaciones de fuerzas. Compromisos que resultan indispensables cuando se trata no de obtener utilidades, sino de evitar impactos indeseables a la ecología y a la sociedad, o de revertir los daños ya ocasionados. Y esto significa, ni más ni menos, que estamos pasando de la desalmada fórmula D-M-D’, que opera de manera ciega y automática, a la fórmula M-D-M’, que supone valoraciones y acuerdos sociales.

Reconocer que hay valores sociales y ambientales superiores a los dictados de la economía del lucro, defender los bienes y saberes colectivos, reivindicar la preeminencia de los valores de uso sobre los de cambio y de los acuerdos sociales sobre los automatismos mercantiles son conceptos y prácticas extremadamente promisorias, pues en ellas se ubican las premisas de una modernidad otra. Y es que la diversidad – tanto natural como societaria – resultó el talón de Aquiles del sistema del mercado irrestricto y debe ser punto de partida de las renovadas utopías que demandan los tiempos.

En el arranque del milenio, el capital manotea peligrosamente extraviado en sus íntimos laberintos. Titánico pero renco y excluyente, el supremo orden mercantil enfrenta padecimientos que se antojan terminales. El mayor: un irremediable desencuentro entre su compulsión emparejadora y su insoslayable necesidad de exterioridades socioambientales: reservas de recursos humanos y naturales que a la vez son patios traseros donde tirar basura y encorralar personas sobrantes.

Y ahí, en las peores pesadillas del gran dinero, están los campesinos: desahuciados por la economía, la historia y la tecnología, los rústicos regresan de la tumba encabezando ejércitos de marginales: desempleados crónicos, migrantes de a pie, jóvenes sin futuro, víctimas de las nuevas pandemias de transmisión sexual, locos, tontos, insolventes, desconectados; excluidos de toda laya que demandan igualdad pero reivindican la diferencia.

LAS COSECHAS INVISIBLES

*Los campesinos queremos seguir cosechando alimentos sanos para todos; queremos seguir generando empleo e ingreso para millones de mesoamericanos; queremos seguir cuidando los recursos naturales que nos dan aire puro, agua limpia, tierra fértil y diversidad biológica; queremos mantener y desarrollar nuestra cultura y nuestros usos y costumbres indios, afroamericanos y mestizos que son orgullo nuestro y patrimonio de todos; queremos impulsar nuevas formas de convivencia democrática... Por eso estamos en pie de lucha... **Movimiento Indígena y Campesino Mesoamericano. Manifiesto de Xochimilco, México, 2004***

Los campesinos son indispensables no tanto porque producen alimentos baratos, sino porque reproducen la diversidad social y natural, que es un valor de uso y no un valor de cambio. Los pequeños productores agrícolas – hoy se ve – son polifuncionales. Esto significa que su eficiencia y competitividad no deben valorarse sólo con base en lo que lanzan expresamente al mercado, sino también en bienes y servicios poco visibles en una óptica estrechamente mercantil. Por lo general ausentes de los análisis costo/beneficio, estas funciones son de índole societaria, cultural y ambiental.

Veamos para el caso de México, algunas aportaciones de carácter social:

- En un país con severos problemas de autosuficiencia, seguridad y soberanía laborales, forzado a exportar alrededor de medio millón de ciudadanos al año, más de 40 mil al mes, casi mil 500 al día, uno por minuto la economía campesina genera empleos e ingresos a costos sustantivamente menores que la industria y los servicios.
- Cuando México ha perdido autosuficiencia, seguridad y soberanía alimentarias, la producción campesina de básicos destinada al mercado nacional, local o al autoconsumo reduce el riesgo de crisis de medios de vida y de hambrunas.
- En el contexto de una sociedad rural desintegrada por el éxodo y la falta de opciones y de un mundo urbano saturado de precaristas atendidos a la economía informal parasitaria, la economía agropecuaria doméstica fija a la población y fortalece la comunidad.
- Frente a una producción rural tradicionalmente pulverizada, la nueva proclividad campesina a combinar labores familiares con ac-

tividades asociativas de carácter agroindustrial, comercial y financiero genera economías de escala y refuerza la organicidad social.

- Cuando el narconegocio deviene socorrida estrategia de sobrevivencia rural, restaurar la viabilidad de la economía doméstica es la forma más barata de combatir el crimen organizado.
- Y sin duda la forma menos cruenta y más legítima de desalentar la guerrilla es fortalecer a campesinos y comunidades como punto de partida para la dignificación justiciera y democrática de la sociedad rural.

Otras son aportaciones culturales:

- Si uno de nuestros mayores bienes es la diversidad de culturas: autóctonas, migradas y mestizas, y si la matriz originaria de esta pluralidad es casi siempre de carácter rural y comunitario, habrá que reconocer en la economía campesina el sustento material y espiritual de nuestra identidad como nación.
- Admitir la legitimidad de las reivindicaciones autonómicas de los pueblos indios supone también reconocer en la economía familiar, que practican mayoritariamente, la base productiva de sus derechos.
- Dado que la cultura popular no industrial incluye tanto productos artesanales como usos lingüísticos, políticos, jurídicos, religiosos, arquitectónicos, indumentarios, musicales y culinarios, así como prácticas y saberes agrícolas a veces ancestrales, su futuro depende de la revitalización de la comunidad y de la economía campesina que la sustenta.

Y otras más ecológicas:

- En tiempos de grandes disturbios ambientales que dramatizan los límites del modelo prevaleciente de producción y consumo, resaltan las virtudes de una economía y una socialidad comunitarias capaces de mantener y desarrollar una relación más armoniosa con el medio ambiente.
- Admitiendo que algunas prácticas campesinas ancestrales como la roza-tumba y quema dejaron de ser sustentables por la presión demográfica sobre las tierras disponibles, no cabe duda de que los nuevos paradigmas ambientales – tanto los *grises* que impulsan tec-

nologías limpias, como los *verdes*, que convocan a no violentar la capacidad de carga de los ecosistemas – están revalorando los aprovechamientos diversificados, el bajo o nulo empleo de agroquímicos y la escala productiva modesta capaz de adecuarse con flexibilidad a los variopintos requerimientos del medio ambiente; es decir, están reivindicando el diverso y cambiante pero terco y consistente modelo campesino de producción.

- Cuando el agua potable, la atmósfera limpia y el suelo fértil devienen recursos escasos y cada vez más valiosos contra los que atentan tanto los patrones tecnológicos intensivos y uniformes como la compulsión lucrativa del capital, es necesario apelar una vez más a una producción campesina diversa por naturaleza y que antepone el bienestar a la ganancia.
- Si el siglo XXI ya no ha de ser de los petroquímicos, sino de las industrias de la vida basadas en la ingeniería genética, el recurso estratégico por excelencia será la biodiversidad, un bien que las transnacionales y sus bioprospectores extraen y patentan mientras que las comunidades y los campesinos lo preservan y recrean para su aprovechamiento franco y compartido.

Por décadas reivindicamos el derecho de los rústicos a existir alegando que podían ser tan “eficientes” como los empresarios. Batalla perdida, pues en términos de rendimientos técnicos directos y rentabilidad económica estrecha, la brecha entre la pequeña agricultura doméstica y la privada se ha venido ensanchando. Tanto así, que para algunos los campesinos ya son una clase innecesaria y prescindible cuya inminente extinción hay que celebrar. Hoy el debate debe replantearse: quizá los productores domésticos no son tan “eficientes” como los empresarios del campo si los medimos con la vara de la empresa privada, pero sin duda lo son infinitamente más si ponderamos su impacto sociocultural y ambiental, rubros donde el agronegocio de plano sale reprobado.

¿Pero aún habrá campesinos cuando, por fin, se decida premiar sus servicios? ¿El éxodo incontrolable no está acabando con lo que restaba de la comunidad rural? Probablemente los habrá, pues los labriegos, y en especial los indios, no sólo resultaron polimorfos, sino también transterritoriales y ubicuos.

CAMPESINOS EN TRÁNSITO

Tú llegas a una sociedad como la estadounidense, bien cosmopolita, y de repente te preguntas: "Quiénes somos nosotros. Quién soy yo en este país. ¿Mexicano? Esto está muy general". Y luego los propios mexicanos te dicen: "Eres de Oaxaca o oaxaquita", quiérase o no. Pero no soy de Oaxaca así nomás; yo soy de un lugar. Y vas ubicando... Luego yo creo que hay un cambio... en la forma de ver la identidad: un poco más global, no tan reducida a tu pueblito o región...

*La migración nos ha dado cierto sentido de solidaridad para defender nuestros derechos... Los triquis migrantes, mixtecos, zapotecos..., hemos encontrado nuestro espacio al salir de Oaxaca. Hay unión de todos nosotros. **Arturo Pimentel, fundador del Frente Indígena Oaxaqueño Binacional***

La imagen de una comunidad indígena mesoamericana cerrada, introvertida y conservadora que describen antropólogos como Eric Wolf probablemente fue válida hasta los años de 1950, pero en la segunda mitad del siglo xx los poblados étnicos intensificaron notablemente sus intercambios disruptivos con el exterior, tanto de mercancías como de personas. Sin duda el saldo fue la paulatina descomposición de un agregado humano que sacaba fuerzas del enconchamiento y la desconfianza en la innovación perturbadora. Pero esta no fue la única resultante; mientras que unas comunidades se erosionaban, otras se adaptaron, sobrevivieron y hasta embarnecieron en el trance al asumir el oportunismo y la plasticidad como estrategia, pero conservando el núcleo básico de cohesión.

Después de los años de 1960, en México se intensifica y hace más remota la migración desde el sureste campesino e indígena y la trashumancia deviene clave de las mayores mutaciones comunitarias. El peregrinar estacional en vaivén, que ya se daba a las costas más o menos cercanas, se extiende del sur y sureste a los valles agrícolas de Sonora, Sinaloa y Baja California, y en el último cuarto del siglo la migración proveniente de la Mesoamérica raigal cruza atropelladamente la frontera, primero hacia las cosechas de California y luego hacia las ciudades. Y cuanto más profunda es la incursión más tiende a ser definitiva, de modo que muchos de los jornaleros sudacas que llegan al noroeste y a Estados Unidos se establecen en las regiones de trabajo.

La migración distante y prolongada no sólo altera la fisonomía de los lugares de destino; también modifica profundamente la economía, la socialidad

y la cultura de los poblados de origen, con los que los transterrados conservan lazos estrechos. Y sobre todo revoluciona a la comunidad, que al desdoblarse en sucursales remotas deviene multiespacial, discreta, binacional.

En esta suerte de globalización plebeya que es el éxodo, los nuevos nómadas se echan al morral la identidad y los pueblos dislocados se organizan por encima de distancias y fronteras. Así, los campesinos del milenio devienen transterritoriales y ubicuos. Y sin embargo, en un sentido profundo, permanecen campesinos, pues para las comunidades a la intemperie preservar la identidad es cuestión de vida o muerte.

La irrefrenable compulsión migratoria, resultante de una larga crisis que acabó con el empleo, el ingreso y la esperanza de pobres y no tan pobres, ha hecho de México una nación peregrina. En particular los campesinos se la viven en el camino. Pero el nomadismo cíclico, e incluso la diáspora, no significan olvido y muerte de la comunidad originaria, sino fundación de una nueva comunidad salteada, discontinua, fragmentada.

La escala del fenómeno es inmensa. Hay en México alrededor de 4 millones de jornaleros, en su mayor parte migratorios: en Sonora se emplean unos 150 mil trabajadores agrícolas estacionales, 100 mil en Baja California y por el estilo en Sinaloa. Asalariados a tiempo parcial que al principio bajaban de las zonas serranas de las mismas entidades, después llegaron de Oaxaca y ahora vienen principalmente de Guerrero, aunque ya empiezan a arribar los chiapanecos expulsados por la crisis del café. El gran flujo migratorio del Pacífico, al que se suman anualmente unos 60 mil trabajadores guatemaltecos, es el principal; pero hay muchos otros, algunos altamente especializados: las cortadoras de mango, que antes trabajaban en campos cercanos a su pueblo, ahora recorren un circuito que empieza en Tapachula, Chiapas, y luego recorre las huertas de Oaxaca, Guerrero, Michoacán, Colima, Nayarit y Sinaloa.

Y ya estando en el camino, pues de una vez “*on the road*”. “¿A dónde irás que más valgas?... Al gabacho ¿Qué, no?”, reflexionan los jóvenes carentes de porvenir en mexiquito. Antes se iban casi puros campesinos fregados, ahora ya no; la mayoría de los nuevos migrantes tiene un poco de dinero y algunos estudios. Pero aun así la diáspora rural es enorme, quizá la mitad de esa patria transterrada; en números gruesos, 25 millones de mexicanos – 20% de la población nacional –, de los cuales cerca de la mitad nacieron en México, y la mitad de esa mitad son indocumentados.

Dicen que la distancia es el olvido, pero los migrantes rasos no conciben esa razón. Siempre solidario, el sector más pobre de los transterrados envía dinero a sus familiares varados en México. No es poca cosa; en 2005 serán alrededor de 20 mil millones de dólares, lo que hace de la exportación de compatriotas una de las mayores fuentes de divisas, sólo superada por el petróleo y el conjunto de las manufacturas, pero muy por encima del turismo, el sector agropecuario y el extractivo. Un flujo centavero quizá, pero mayor que la nueva inversión extranjera directa por la que tanto nos afanamos.

En los últimos años las remesas han venido creciendo a una tasa del 25 o 30% anual, y de ellas dependen directamente un millón doscientos cincuenta mil hogares, es decir, alrededor de 6 millones de personas, 6% de la población. Y muchas de estas familias que viven con el alma en un giro son rurales, campesinos que encuentran en los envíos en dólares un ingreso más seguro y abundante que el gasto público agropecuario, pues en los últimos años las remesas superaron ampliamente el total de los recursos fiscales destinados al campo.

En verdad es un toma y daca. Los transterrados retroalimentan a sus pueblos natales con dinero, artilugios electrónicos e influencias culturales del gabacho, pero tienen en ellos una entrañable retaguardia que los dota de raíces, de identidad. Y por eso todos los años, un millón y medio de personas, 15% de los nacidos en México pero residentes en Estados Unidos, regresan de vacaciones a sus enfiestados pueblos natales, en una suerte de efímero y recurrente milenio chiquito que los reintegra brevemente a la edad de oro y a sus orígenes. Sentido de pertenencia que es bagaje indispensable, sobre todo cuando se vive en las entrañas del monstruo.

Las comunidades no se disgregan; se extienden, se replican por metástasis. El resultado es un espacio distendido y topológico: una superficie social que conserva sus propiedades por más que se estire o comprima. Pero las comunidades multinacionales no fronterizas no sólo se estiran; también se fragmentan, y sus segmentos distanciados, más que a la topología, remiten a una geometría de la discontinuidad.

La condición dislocada de las comunidades que dispersó la diáspora define ámbitos distendidos y desgarrados: espacios no euclidianos que se avienen mal con las mojoneras y cartografías convencionales. Dilatados colectivos que aun salteados y discontinuos delimitan un adentro y un afuera, mantienen la cohesión, elevan la autoestima...

Los nuevos gitanos migran con “el costumbre” a cuestras, pero abriendo bien los ojos y asumiendo con prestancia las novedosas coordenadas de los lugares de destino. Sin embargo las comunidades transterritoriales desperdigadas siguen definiendo su propio espacio/tiempo interno. Hacia adentro, las reglas y los relojes que se emplean para medir distancias sociales, procesos de cambio y ciclos históricos provienen de la comunidad originaria. Y – como nos enseñó Einstein para la física – esta asincronía de los relojes y desproporción de las reglas es más fuerte cuanto mayor es la velocidad relativa de un sistema respecto de otro. Porque ocurre con frecuencia que las comunidades más movidas son también las más diferentes y cohesivas.

Cohesión que no significa enconchamiento inmovilizador, sino receptividad y adaptación. Una comunidad fuerte no es dura, rígida, cerrada y resistente al cambio, sino flexible, dinámica, oportunista, mudable. Y muchas de estas mudanzas van en el sentido de aglutinar al colectivo fortaleciendo y reinventando su identidad.

El comunero errante es un ente peculiar, mágico. Con frecuencia salta de uno a otro segmento de su dilatado hábitat, que pueden distar miles de kilómetros, como quien va aquí nomás, a casa de la abuela. Puede concelebrar las festividades tradicionales del terruño sin tener que salir de su nuevo asentamiento, pues por remotas que sean las sucursales devienen parte constitutiva de la comunidad originaria. Más aún, puede ocupar simultáneamente diversos cargos y lugares sociales en el colectivo disperso, porque en los grupos cohesivos quien se va a la villa no pierde su silla. Y es que en la comunidad discreta hay una suerte de relativización de la lejanía o indiferencia a la distancia que, con una ayudita de los nuevos medios de comunicación permite abolir el cerca y el lejos. La politopía es, en fin, una forma de sobreponerse al desgarramiento migratorio, de resistir.

Los comuneros del éxodo – a los que Michael Kearney llama “polibios” por analogía con las especies que son a la vez terrestres y acuáticas – son ubicuos e intercambiables. Los que se quedan despiden a los que se van “como si se despidieran de ellos mismos”, dice José Saramago de ciertos viajeros en su novela *La balsa de piedra*. Y de esta manera los comuneros de la diáspora sacan fuerza de la adversidad.

Gracias a la politopía de los que se van sin irse y a la terca multifuncionalidad de los que quedándose no se quedan del todo, los campesinos son aún nuestros contemporáneos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAURE, Claude. **Los campesinos, el centro y la periferia**, en *Sociología*, año 5, num. 7, mayo-agosto 1990. Universidad Autónoma Metropolitana, México.
- KEARNEY, Michael. La comunidad rural oaxaqueña y la migración: más allá de la política agraria e indígena, In: **Cuadernos Agrarios**, Nueva Época, num. 19-20, México, 2000.
- MOVIMIENTO INDÍGENA Y CAMPESINO MESOAMERICANO. **Manifiesto de Xochimilco**, Instituto Maya, México, 2004.
- PIMENTEL, Arturo. Entrevista de Sergio Sarmiento, In: **Cuadernos Agrarios**, Nueva Época, num. 19-20, México 2000.
- RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. Plaza y Valdés, México, 2001.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda. Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo**. Rusia 1910-1921. Alianza Editorial. España, 1983.



A TERRA AFRICANA E AS QUESTÕES AGRÁRIAS: O CASO DAS LUTAS PELA TERRA NO ZIMBÁBUE¹

SAM MOYO

African Institute for Agrarian Studies

INTRODUÇÃO

A questão agrária na África está, cada vez mais, sendo pesquisada e recebendo atenção política devido à persistente ameaça de fome e aos crescentes conflitos pela posse da terra (MOYO, 2006). Todavia, na literatura e no discurso do *mainstream* sobre a terra, há a idéia de que a reforma agrária é um assunto morto neste novo mundo globalizado. Muitas questões têm sido levantadas sobre a necessidade de se competir globalmente e sobre o fato de a globalização requerer uma nova estrutura de produção, de modo que a idéia da reforma agrária, uma reforma redistributiva, é considerada irrelevante. Mas a evidência no hemisfério sul, isto é, na América Latina, na Ásia e na África, mostra o oposto. Na África, a persistência da insegurança alimentar junto com o subdesenvolvimento têm sido o estímulo para a reforma agrária. Por exemplo, em países como Costa do Marfim, Quênia etc., há um aumento, não um declínio, da consciência com relação à terra por diferentes razões complexas. Os recentes conflitos por terra no Quênia, no Zimbábue, em Ruanda, na África do Sul e em muitos outros países do sul da África também apontam para a necessidade crescente de a reforma agrária compor a agenda de desenvolvimento.

Evidência empírica colhida na África indica a emergência de uma concentração de terras crescente nas áreas rurais, juntamente com o aumento de ocupações de terra “ilegais” por parte de várias populações excluídas do aces-

¹ Este artigo se baseia em vários trabalhos de pesquisa realizados pelo autor, tais como CODESRIA Greenbook Series Publication “The Land Questions, the State and Agrarian Transition: Contradictions of Neoliberal Reforms”, Sam Moyo, (2006) Book, Dakar. O autor agradece a assistência acadêmica de Ndabezinhle Nyoni. Tradução de Viviane Cristine Calor e revisão técnica de Marta Inez M. Marques e Bernardo Mançano Fernandes.

so à terra por um número crescente de capitalistas agrários, elites e agentes imobiliários (MOYO, 2006). Isso, aliado a direitos de propriedade vagos, direitos de herança ou exclusão, que surgem de mudanças nos sistemas de acesso à terra africanos, de relações desiguais de gênero e do acesso diferenciado das classes aos meios de produção, sugere uma questão agrária peculiarmente africana (MOYO, 2006). O aumento da urbanização na África reflete-se na pressão crescente sobre a terra urbana com a proliferação de favelas, assentamentos informais (SIMONE, 1998) e assentamentos costeiros (KANYINGA, 2000). Mais unidades domésticas dependem para a sua reprodução social básica do cultivo da terra. Migrações internas voluntárias ou involuntárias e deslocamentos forçados reforçam a desigualdade no controle da terra e os conflitos a ela relacionados (MOYO, 2006). A questão agrária também está “embutida” no controle por parte do capital externo e do Estado de grandes extensões de terra com minerais e outros recursos naturais valiosos. Instituições financeiras externas bem como instituições de apoio ao desenvolvimento têm influenciado alguns desses conflitos agrários, especialmente ao promover a mercantilização da posse da terra. Uma nova geração de políticas da terra tem justificado o controle desigual sobre esta e levado a novas disputas por terra em graus variáveis tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas.

A questão agrária também se reflete na escassez de recursos de terra arável e irrigável, bem como na crise agrícola, caracterizada pela falta de transformação da tecnologia agrícola e de articulação agro-industrial. O crescimento demográfico e a concentração de áreas cultiváveis têm levado à escassez de terra em várias localidades, apesar da intensificação do uso da terra em alguns países (MOYO, 2006). A degradação extensiva dos frágeis recursos do solo sob essas condições resulta da contradição entre o uso extensivo da terra e a baixa produtividade, impostas por mudanças técnicas lentas e relações de produção ineficazes. As “estratégias de redução da pobreza” têm negligenciado a importância do acesso à terra e a recursos financeiros e humanos para o uso eficaz da terra ao promover o uso extrovertido da terra sob relações comerciais desiguais.

As fontes sociais e econômicas das disputas por terra na África sugerem que as mutáveis questões agrárias, que atravessam divisões de classe, étnicas e de gênero, dominam cada vez mais a política, o Estado e os movimentos sociais. Este artigo discute a terra e as questões agrárias na África, enfocando

principalmente a questão da terra no Zimbábue, em seu contexto histórico e contemporâneo. A questão da terra no Zimbábue surge de uma história complexa de maldesenvolvimento periférico, sob massivas expropriações de terra para assentamentos coloniais e processos de semiproletarização, caracterizados por desenvolvimento desigual, injustiças raciais, acumulação distorcida e crescimento do mercado interno. Lutas nacionalistas contra a dominação racial, política e econômica, e contra a marginalização social resurgiram após a independência como resultado dos fracassos de duas décadas de estratégias de desenvolvimento neoliberais e uma estrutura de reforma agrária baseada no mercado. O caso zimbabuense desafia a concepção do discurso dominante sobre a terra, que dá a reforma agrária como um assunto encerrado neste novo mundo globalizado.

A TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NA ÁFRICA

A questão agrária na África de hoje é estruturada por um processo de transformação social de 150 anos impelido pelo domínio colonial, pelo desenvolvimento capitalista desigual e pela formação do Estado neocolonial. As relações agrárias e os regimes fundiários na África podem, geralmente, ser divididos em dois tipos: 1 – África colonial, com massiva alienação de terras, grandes propriedades privadas e estrutura agrária bimodal e 2 – África de governo indireto, com pequena produção de mercadoria com base em sistemas costumeiros de acesso à terra. A trajetória recente indica uma crescente concentração da terra (agricultura, mineração, recursos naturais, turismo), crescimento da propriedade privada e da produção para o mercado externo, mais marginalização.

A TERRA E OS PROBLEMAS AGRÁRIOS NA ÁFRICA NÃO-COLONIAL

Os problemas de distribuição da terra em países não-coloniais começaram com os processos de diferenciação rural, que aumentaram a partir dos anos 1970 e seguiram em escalada nos 1990. A maturação de uma pequena-burguesia africana após a independência assistiu a novas concentrações da

propriedade da terra entre funcionários públicos aposentados, profissionais liberais, empresários locais e outras elites urbanas. Essas forças sociais emergiram de antigas lideranças nacionalistas, políticas e administrativas, elites “tradicionais”, e elementos de uma nova classe média pós-independência, cuja rotina de acumulação era focada em exportações agrárias. Tal diferenciação rural, juntamente com o aumento de camponeses pobres e semiproletários, que se espalham e oscilam entre as áreas rural e urbana, explica a demanda por políticas de reforma agrária em favor das elites. Evidências no Quênia, Malauí, Botsuana, Moçambique e Zâmbia também revelam que a desigualdade no acesso à terra rural tem crescido com os programas de ajuste estrutural (*structural adjustment programmes* ou SAPs).

O acesso diferenciado à terra e o crescimento da concentração de terra têm surgido “de baixo” e “de cima”. Essa tendência, fundamentada em sistemas de regulação costumeiros ou em sistemas legais formais de propriedade, está embutida em procedimentos e estruturas de poder desiguais e discriminatórios, que distribuem a terra desigualmente, considerando classe, gênero, etnia e outras formas de hierarquia social (MOYO, 2006). Ao se transformar a terra em mercadoria, por meio de reformas no sistema de posse da terra e novos sistemas de administração da terra, a concentração de terra, de acordo com a hierarquia de classe, tem se acelerado. A alienação das terras e a marginalização dos pobres rurais e urbanos são acompanhadas por capacidades enfraquecidas dos sistemas administrativos locais de proteger os direitos sobre a terra local. Tentativas de difundir sistemas de propriedade privada da terra em oposição aos regimes de posse costumeiros se originam nas elites dirigentes do Estado e no capital financeiro internacional e, por meio delas, consolida-se o poder das elites, dos líderes tradicionais e dos funcionários públicos sobre os sistemas de distribuição e de concessão da terra.

A partir de “cima”, as políticas de distribuição de terra e de reforma agrária têm promovido a acumulação de terra por meio da provisão oficial direta ou pela prática da apoderamento privado de lotes enormes para a elite. Em países como Quênia, Uganda e Nigéria, encontramos esse cenário de acumulação de imensas extensões de terra nas mãos de uma elite politicamente poderosa às custas do campesinato. Nesses países, o Estado assumiu o controle das instituições fundiárias, conduzindo à distorção na distribuição de terras com práticas de alocação de terras *ad hoc* e conflito.

A partir de “baixo”, os processos de diferenciação agrária e de poder têm encorajado as elites locais a acumular maiores propriedades em meio à crescente escassez, falta e privação de terra. Isso acarreta situações muito difundidas, nas quais capitalistas agrários locais têm surgido e adquirido lotes de terra maiores do que a média, baseados em processos internos de diferenciação social. Esses incluem acumulação de recursos a partir do apoderamento de terras, vários recursos estatais, a acumulação de pequenas poupanças agrícolas, de salários e remessas, e de outras fontes de renda não relacionadas ao campo. A concentração local de terra também acarreta situações nas quais líderes tradicionais, anciãos e os primeiros povoadores nativos acabam por ficar com as maiores e melhores porções de terra. As reformas do sistema de posse da terra tendem a reconhecer formalmente regras costumeiras discriminatórias ou a tolerar persistentes abusos por parte das elites locais e dos funcionários públicos locais, bem como introduzir a outorga legal de títulos para o benefício dessas elites. Embora as estruturas fundiárias não sejam tão extremamente desiguais como no caso dos territórios de colonos brancos, o processo de concentração de terras agora ocorre em uma escala significativa.

Dessa maneira, a percepção de que a África, fora dos antigos territórios coloniais, não tem um problema em termos de distribuição de terra, dada a abundância de terra (ver Mafeje, 2003), não é comprovada pela realidade empírica. Pois, apesar de a maioria dos países africanos tender a ser grande em termos de território, e com baixa densidade demográfica, muito da terra é árida e o solo não é cultivável em grande parte do continente – e os recursos hídricos para a agricultura não estão adequadamente distribuídos ou utilizados para a agricultura intensiva. Mais da metade das terras cultiváveis inativas do mundo está na África, mas ainda assim, em alguns países, a densidade populacional (por exemplo, no Burundi) está próxima de seu máximo, dados a tecnologia agrícola empregada e os modelos de gerenciamento da fertilidade do solo. Muito da terra cultivável na África não é aproveitada por causa de empecilhos naturais, como a mosca tsé-tsé, que impede o uso de aproximadamente um terço do continente, incluindo algumas das terras mais bem irrigadas e mais férteis (PNUA²), enquanto a terra é subutilizada pelos grandes proprietários. Desse modo, os padrões usuais de acesso *per capita* à terra cultivável

² Programa das Nações Unidas para o Ambiente (N. T.)

exibem uma crescente escassez ou total falta de terra juntamente com terras subutilizadas e um aumento de injustiças distributivas.

Jayne et al. (2002) indicam que a proporção de terra com lavouras cultivadas para a população agrícola (em uma estimativa grosseira do tamanho da unidade de produção *per capita*) tem encolhido gradual mas sistematicamente na África. Os países relativamente densamente povoados, como o Quênia e a Etiópia, têm visto essa proporção cair pela metade nos últimos 40 anos. Mesmo em países considerados abundantes em terra, tais como Zâmbia e Moçambique, os dados também mostram uma clara tendência de declínio no tamanho das unidades produtivas. Essa tendência sugere que apenas a intensificação do trabalho na terra não irá assegurar a subsistência de unidades produtivas com restrições de terra sem deslocamento substancial do trabalho agrícola para setores não-agrícolas. Em algumas partes da África Central (Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo), a escassez de terras produtivas é o principal fator de conflito.

No norte da África, a terra produtiva é muito escassa e a disponibilidade de água, crítica, pois Egito, Líbia, Argélia e Marrocos estão localizados em áreas exclusivamente desérticas. Pequenas unidades de produção dominam a produção agrícola, daí o foco das políticas para a terra na otimização do uso da terra, na minimização da degradação da terra e na contenção das taxas de urbanização.

A TERRA E OS PROBLEMAS AGRÁRIOS NA ÁFRICA COLONIAL

A singularidade da questão da terra na África colonial é a expropriação por parte do colonizador e as desigualdades raciais no acesso à terra. Isso foi mais extensivo no Quênia, na África do Sul, no Zimbábue e na Namíbia, e ocorreu em menor extensão em Moçambique, na Suazilândia, em Botsuana, na Tanzânia e na Zâmbia. A maior escala de desapropriação da terra pelo colonizador branco ocorreu na África do Sul, onde 87% da terra foi alienada no século XVIII. Esses padrões de distribuição de terra tiveram amplos efeitos sobre as relações raciais e sobre os traços socioeconômicos, tais como riqueza, renda, distribuição do emprego e padrões de controle econômico. Após a independência, as populações de colonos brancos tenderam a di-

minuir, apesar de a proporção de terra em posse da minoria branca não ter diminuído proporcionalmente. Ao contrário, tem havido um aumento gradual de proprietários estrangeiros em países como Moçambique, Zâmbia e Malauí, no contexto do interesse renovado do capital internacional por recursos naturais baseados em turismo e mineração (MOYO, 2003).

Países como a África do Sul e a Namíbia continuam a se defrontar com a posse desigual de terra, especialmente porque a terra titulada, que é protegida de expropriação por suas constituições democrático-liberais pós-independência, está principalmente nas mãos de uns poucos proprietários comerciais brancos. Na África do Sul, 60 mil proprietários brancos, que perfazem somente 5% da população branca, são donos de quase 87% (85,5 milhões de hectares) da terra, embora apenas 20 mil deles produzam 80% do produto agrícola bruto (THWALA e KHOSA, 2007; LAHIFE, 2007). Mais 40 mil, incluindo cerca de 2 mil proprietários negros, dão origem a 15% da produção, enquanto 500 mil famílias vivendo em suas antigas terras natais produzem estimados 5%. Pelo menos 12 milhões de negros habitam 17,1 milhões de hectares de terra e não mais do que 15% (ou 2,6 milhões de hectares) dessa terra é potencialmente cultivável. Assim, os brancos possuem seis vezes mais terra em termos da quantidade de terra disponível e de sua qualidade (NATIONAL LAND COMMITTEE). Na Namíbia, onde os colonos brancos perfazem cerca de 8% do total da população, a terra comercial sob titulação privada perfaz aproximadamente 6.300 propriedades, que pertencem a 4.128 proprietários brancos. Essa titulação privada cobre 44% da terra disponível e 70% da terra mais produtiva para a agricultura, enquanto que apenas 2,2 milhões de hectares de propriedades comerciais pertencem a proprietários negros. Em contraste, as terras comunais abrigam 138 mil famílias em uma área de 33,5 milhões de hectares, que é somente 41% da terra disponível.

Assim, as formas diferentes de assentamento colonial na região do sul da África, relacionadas ao grau de expropriação colonial da terra, definem as principais diferenças nas questões da terra, particularmente em termos da natureza de questões nacionais não resolvidas. Onde prevaleceram expropriações e ocupações coloniais brandas – por exemplo na Suazilândia, em Botsuana, na Zâmbia e no Malauí –, questões da terra menos explosivas são encontradas, apesar de, com o tempo, a concentração de terras entre os negros ter se tornado um problema. A expropriação radical para assentamen-

tos no Zimbábue, na África do Sul, na Namíbia, em Moçambique e em Angola levaram a lutas mais prolongadas de libertação e a persistentes conflitos de terra. Todavia, é crucial reconhecer a natureza regionalmente sistêmica das questões da terra que a colonização trouxe para o sul da África. Isso significa que a expropriação da terra em partes da região e a generalizada mobilização de mão-de-obra migrante, especialmente no Lesoto, no Malauí, no Zimbábue e na África do Sul, foram facetas interligadas ao crescimento de algumas partes da África do Sul no setor agroindustrial, na mineração e nos enclaves das fazendas comerciais, e da mineração e dos enclaves agrícolas no Zimbábue e na Zâmbia na metade do século XX (MOYO e YEROS, 2005; SACHIKONYE, 2004).

As economias da região, fundadas sobre a migração da mão-de-obra e sobre enclaves como padrão de assentamento, dependiam do subsídio do salário urbano pelas assim chamadas economias rurais de subsistência baseadas em terras marginais, e da combinação entre os meios de vida rural e urbano que define o fluxo de renda popular na economia regional. A ligação do capital agro-industrial na região da Comunidade Sul-Africana de Desenvolvimento (*Southern African Development Community* ou SADC) hoje reflete historicamente as interações hegemônicas e os modelos de política da terra e de gerenciamento agrário do colonizador, dentro de uma estratégia de desenvolvimento agroindustrial focada em exportações para a Europa, mediada principalmente pelo capital sul-africano e por mercados de trabalho regionais. Esse modelo de desenvolvimento define os padrões de distribuição de renda e de consumo altamente injustos, e a persistência das economias rurais e informais marginalizadas.

Estados liberais corporativistas, estruturas de ajuda para o desenvolvimento (doadores bilaterais e multilaterais e estruturas de financiamento) e o sistema de comércio eventualmente consolidaram a estrutura neoliberal usada para se reportar a questões nacionais da região e às estratégias da reforma agrária. Estas últimas têm sido interconectadas por uma crescente ideologia neoliberal e por estratégias de gerenciamento econômico de estabilização macroeconômica impostas externamente e desenvolvidas localmente, pela liberalização do comércio para o exterior e pela desregulamentação dos mercados domésticos (terra, mão-de-obra e produtos). Por mais de quatro décadas, esses processos levaram a vários níveis de desindustrialização dos enclaves que haviam se desenvolvido baseados nos processos de industriali-

zação capital-intensivo desde os anos 1950, juntamente com a crescente dependência da terra para a sobrevivência da maioria das economias da região. As lições disso são fracassos e dissensão na abordagem da reforma agrária e do gerenciamento econômico.

Pouco progresso foi feito na implementação da reforma agrária no sul da África, especialmente com relação a se corrigir a, colonialmente derivada, desigual propriedade da terra do período pós-independência, as regras discriminatórias do uso da terra, e os sistemas de propriedade não confiáveis, que marginalizam a maioria das populações rurais e urbanas pobres. O legado do controle desigual sobre a terra baseado na raça, em vigência nos antigos assentamentos coloniais, foi mantido, após a independência, por meio de constituições que garantiram a proteção da propriedade privada ao santificarem abordagens do querer-vender querer-comprar na redistribuição de títulos de propriedade. Os países com legados de limitada ocupação colonial têm se inclinado a enfrentar os desafios da promoção de sistemas de posse de terra legais e administrativos justos e de gerenciamento efetivo da terra, dentro de um contexto de crescente concentração da terra e diferenciação das classes agrárias. Por exemplo, na Suazilândia e no Malauí, a luta pela posse de terra eqüitativa invoca o controle de líderes tradicionais sobre a distribuição da terra (MASHININI, 2000).

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS: TAMANHOS DECLINANTES DA TERRA

Um problema fundamental que confronta as questões agrárias no sul da África é o continuado aumento da população entre os camponeses em terras marginais e superpovoadas, sem um aumento líquido no acesso às mal distribuídas e subutilizadas terras cultiváveis, e uma lenta taxa de crescimento na produtividade da terra e intensificação agrícola. Políticas e práticas discriminatórias do uso da terra, e leis referentes ao acesso à terra, têm tendido a encorajar a subutilização ou o uso ineficiente da terra entre os grandes produtores, que, apesar de tudo, possuem altos níveis de produtividade em áreas limitadas das terras que controlam. Expandir o número de produtores por meio da redistribuição da terra poderia aliviar a escassez da terra e os padrões de insegurança em relação à apropriação gerados pela má distribui-

ção da terra. Em vez disso, as políticas de reforma agrária do sul da África têm se concentrado em reformar as regras do uso da terra e as das práticas de gerenciamento ambiental entre os pequenos proprietários e a transformar sistemas de posse costumeiros em sistemas de propriedade orientados pelo mercado, na crença de que isso vá levar ao aumento de investimentos agrícolas e à intensificação.

A posse de terra cultivável *per capita* por famílias vem caindo devido ao aumento de população nas áreas de direito costumeiro na região, enquanto os poucos grandes produtores brancos e alguns negros possuem a maioria das melhores terras cultiváveis em fazendas gigantescas. Dessa forma, a pobreza tende a ser concentrada nas famílias com propriedades de um hectare e, especialmente, nas de menos de 0,5 hectare (FIDA,³ 1999). No Malauí, cerca de 31% das parcelas de terra possuídas por mais de 80% da população que detém a terra sob o sistema de posse costumeiro estão abaixo de 0,1 hectare (KANYONGOLO, 2007). O tamanho médio da propriedade mudou de 1,53 hectares em 1968/69 para menos de 0,86 hectares em 1996/97. Estimativas de tendências futuras sugerem que, por volta de 2010, 82% das pequenas unidades familiares terá áreas de terra com menos de 0,5 hectare (*ibid.*). Em Lesoto, encontra-se uma situação similar. A terra disponível por família tem diminuído para abaixo de um hectare por causa do avanço das áreas urbanas sobre as áreas rurais e da erosão do solo (KINGDOM OF LESOTHO NATIONAL REPORT, 2006). Desta forma, a exclusão da terra tem aumentado de 13% em 1970 para 55% em 1990. Enquanto os pequenos produtores negros pobres e os sem-terra clamam por um aumento na redistribuição da terra, a elite negra rural e urbana também clama por acesso a amplas e superdimensionadas fazendas comerciais, como aconteceu recentemente no Zimbábue, onde os tamanhos máximos prescritos são baseados em noções antiquadas de tamanhos de terra necessários para uma agricultura comercial “viável”.⁴

Os tamanhos das propriedades na região refletem a tendência na posse da terra. Na Namíbia, a média da fazenda comercial branca de larga escala (*large-scale commercial farm* ou LSCF) é de 5.700 hectares. No Zimbábue,

³ Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (N. T.)

⁴ Esses tamanhos têm sofrido uma redução ainda maior, mesmo quando permanecem na alta escala para a agricultura comercial viável.

a média era de 2.500 hectares com variações entre a região natural II (RN II) e a região natural V (RN V).⁵ Nas áreas comunais, a média de tamanho de uma propriedade é por volta de dois hectares, e, em áreas de reassentamentos, é de cinco hectares. Na África do Sul, 28,5% das propriedades eram maiores do que mil hectares (WILDSCHUT e HULBERT, 1998). No Malauí, 40% dos pequenos produtores cultivava menos do que 0,5 hectare, com uma média de tamanho de unidades de 0,28 hectare (FIDA, 1999). As áreas habitadas pelos pequenos produtores experimentam os níveis mais altos de pobreza. Os programas de reassentamento na região estão procedendo nesta base: propriedades de tamanho pequeno para os negros, com média de menos de dez hectares de terra cultivável em áreas tais como a RN II no Zimbábue. A reforma agrária baseada no controle do tamanho das propriedades vem sendo seguida na maioria dos países.

Isso deixa uns poucos produtores com a posse de lotes excessivamente grandes de terra. Usando o ponto limite de mais de 10 mil hectares possuídos ou por companhias ou por indivíduos, como uma única ou múltiplas propriedades, cerca de 66 proprietários (com 158 latifúndios) ocupavam mais de 2 milhões de hectares de terra no Zimbábue por volta de 1998 (MOYO, 1998). A maior parte desses latifúndios forma propriedades múltiplas de companhias. Oito indivíduos juntos, por exemplo, possuíam treze fazendas ocupando 158.531 hectares, dos quais 29% dessa área constava como fazendas múltiplas. A propriedade de fazendas múltiplas é, assim, uma característica determinante da elite proprietária do Zimbábue, quer se trate de companhias, quer indivíduos.

O critério usado para determinar tamanhos viáveis de propriedades é baseado no legado das noções dos colonos brancos de “pequena escala” para a produção orientada para a subsistência, e a produção “comercial”, sendo a das fazendas brancas de larga escala. As últimas são consideradas necessárias para a agricultura mecanizada, tendo como base a falsa premissa de que economias de escala tornam a agricultura viável. Ainda assim, os negros têm sido historicamente incapazes de adquirir maquinário agrícola pesado, por causa do preconceito institucionalizado na distribuição de recursos e da dis-

⁵ Isso prosseguiu até que o governo adquiriu e redistribuiu cerca de 10 milhões de hectares de terra para cerca de 250 mil famílias (MOYO, 2002). Além disso, listou tamanhos máximos de fazendas por região natural agro-ecológica, o que obliterou os tamanhos de fazendas grandes.

criminação das instituições financeiras. Todavia, embora muitas grandes fazendas assim mantidas sejam produtivas para os padrões da região, a maior parte de suas terras é subutilizada.

Para esconder a subutilização e os usos especulativos do solo, fazendeiros comerciais brancos e companhias multinacionais tendem a dedicar suas terras para cuidar da vida selvagem, mesmo quando os benefícios sociais e econômicos de tais usos permaneçam contestados (MOYO, 2000). Apesar disso, investir em ranchos de caça e de turismo ecológico resulta em exclusão continuada dos pobres de amplas áreas e, em alguns países, no cercamento de terras recentemente consolidadas para esse fim. Várias empresas acionárias que permanecem em conluio com os fazendeiros brancos excluem tanto a elite negra quanto os pobres negros, que contestam tais arranjos por meio de várias estratégias, tal como invasões de terra. O setor do turismo tem justificado a exclusão dos negros argumentando que é técnico demais para os padrões de gestão dos pequenos produtores negros e que a propaganda requerida é muito sofisticada. Tem-se argumentado que os últimos deveriam se concentrar em lavouras menos técnicas, tais como a produção de grãos para a alimentação, em vez de no setor horticultor de exportação (BANCO MUNDIAL, 1991).

Assim, na África colonial, agudas diferenças ideológicas e políticas persistem acima da relevância e do propósito da terra, da reforma agrária e da importância destas para se resolver a questão nacional e para o desenvolvimento. Uma extensa desapropriação de terras resultou na falta generalizada de terra, na semiproletarização e no surgimento de um frágil, mas resistente, campesinato de várias formas. A expropriação colonial para o assentamento de colonos (incluindo de gado) evoca as lutas por reparações e clama por uma solução para a questão “nacional” do direito popular soberano sobre a terra, especialmente com referência ao desequilíbrio racial e étnico nas relações econômicas e de propriedade (MOYO, 2006). Programas liberais de reforma agrária, ao mesmo tempo em que são hesitantes sobre a necessidade de extensa redistribuição, assumem que os atuais direitos dos grandes proprietários devem ser protegidos e estes compensados, quando a transferência ocorrer. No entanto, as expectativas populares são de que os antigos padrões coloniais deveriam ressarcir suas “vítimas” da atual expropriação de terra, bem como as vítimas da expropriação colonial (ver também MANDANI, 2001). Reparções por perdas na era colonial não têm sido adequadamente discutidas na África (MOYO, 2006), talvez porque os elos na “comunidade

internacional” sejam mais importantes (em questões de “parentela”) do que a reforma agrária e o desenvolvimento, em um contexto de procedimentos econômicos neoliberais e normas de governança (e “domínio da lei”), que minam as capacidades nacionais de corrigir injustiças históricas.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA ALIENAÇÃO DA TERRA NO ZIMBÁBUE – CONQUISTA HISTÓRICA

O período de 1890 a 1970, do início ao fim do domínio colonial, caracterizado pela expropriação da terra baseada na raça e na discriminação econômica e política (ver vários estudos de PHIMISTER, 1989; MLAMBO, 2000; MOYANA, 2002 etc.), definiu a questão da terra no Zimbábue. O nacionalismo de massa no Zimbábue colonial foi parcialmente catalisado pelo Ato de Proteção da Terra Agrícola (*Land Husbandry Act* ou LHA) de 1951, apoiado pelo Banco Mundial (YEROS, 2002). O Estado colonial esperava transformar uma considerável quantidade de camponeses em operários industriais em tempo integral, separados da terra. O nacionalismo radicalizou-se ao saltar a divisão urbano-rural, e culminou em luta armada durante os anos 1970.

A expropriação da terra pelos europeus no Zimbábue começou em 1890 e passou por uma série de fases ao longo de mais de 65 anos até meados dos anos 1960. O primeiro grupo de colonos, que havia chegado à procura de ouro, se estabeleceu em Mashonaland em 1890, após derrotar os nativos. A cada membro sobrevivente desse grupo foram dados cerca de 1.500 acres de terra. Ainda, eles não encontraram a quantidade de ouro que esperavam, e assim voltaram os olhos para as terras tentadoras sob controle ndebele, do rei Lobengula.⁶ Em 1894, criaram-se as duas primeiras reservas, as Reservas Gwai e Shangani, que foram destinadas pela British South Africa Company aos povos ndebele derrotados.⁷ Ainda, os ndebeles recusaram-se a se mu-

⁶ Que, em 1888, assinou a Concessão Rudd, que pavimentou o caminho para a BSA Company ocupar o país amparada por uma Carta Real concedida pelo governo britânico.

⁷ A cada membro da BSA Company que participou da derrota dos matabeleland foi prometida e dada, entre outras coisas, uma fazenda medindo 3 mil morgen (6 mil acres) em qualquer parte do território ndebele. Ainda, as fazendas obtidas eram maiores do que as áreas estipuladas – crianças também foram beneficiadas (ver MOYANA, 1984).

dar para as reservas, e viviam nas fazendas européias como arrendatários, pagando altas rendas. A partir daí, os africanos perderam as suas terras e o princípio de segregação da terra, que começou em Natal por volta do meio do século XX, foi adotado como um “ingrediente necessário de política nativa na Rodésia [agora Zimbábue]” (MOYANA, 1984). Essa onda de desapropriações mais tarde se espalhou por todo o país.

Mais tarde, todavia, os colonos permitiram a criação de uma classe capitalista de pequenos agricultores negros fora das áreas comunais – nas “Áreas de Compra Nativas” (*Native Purchase Areas*) – como um meio de cultivar uma aliança burguesa acima da divisão racial. Isso resultou em nativos comprando fazendas que chegavam a 40 mil acres. Esse projeto, entretanto, permaneceu insignificante, uma vez que o Estado branco colonial se recusou a apoiar a expansão do capital negro e, na verdade, a competição com o capital agrário branco. Além dos fazendeiros das Áreas de Compra, uma pequena elite de fazendeiros negros aflorou dentro das áreas comunais, junto com o desenvolvimento da produção de mercadorias, mas isso também seria proibido de ter um desenvolvimento dinâmico. Por volta de 1930, a população africana de cerca de um milhão estava distribuída em 29,8% da terra, enquanto os europeus, que totalizavam cerca de 50 mil, estavam distribuídos em 51% da terra, armando o palco para a exploração dos nativos pelos colonos, como discutido abaixo.

A lei colonial no Zimbábue combinava formas diretas e indiretas, pois a lei indireta em si mesma estava muito distante de ser completa ou suficiente para organizar os processos de trabalho. O projeto segregacionista do capital agrário branco foi alcançado por meio da segregação territorial (Ato da Partilha da Terra ou *Land Apportionment Act*, 1930) e, ainda mais crucialmente, da segregação *legal*, que consistia na transferência da autoridade judicial dentro das áreas comunais para os chefes tribais, sob o Ato dos Assuntos Nativos (*Native Affairs Act*, 1927) e sob o Ato da Lei e Cortes Nativas (*Native Law and Courts Act*, 1937), enquanto que seu cerne social foi o da fixação das mulheres à terra por relações de parentesco, adjudicada pelos chefes tribais (SCHMIDT, 1990). O capital agrário branco exercia poder direto sobre vastos lotes de terra “européia” expropriada e reproduzia relações de dependência pessoal em sua relação com os arrendatários e os trabalhadores negros (PALMER, 1977). O capital minerador aperfeiçoou o “sistema composto”, para fixar o trabalhador por meio de uma variedade de

instrumentos econômicos e extra-econômicos (VAN ONSELEN, 1976). A política do Estado minou sistematicamente a agricultura africana ao taxá-la e manipulá-la, como aconteceu, por exemplo, com os Atos de Controle do Milho (*Maize Control Acts*, 1931, 1934); ao subsidiar o capital agrário branco e reforçar sua supremacia econômico-estrutural, o Estado suprimiu a organização de sindicatos (Ato de Conciliação Industrial ou *Industrial Conciliation Act*, 1937) e a mobilização nacionalista.

A sociedade colonial do Zimbábue tinha engendrado e desenvolvido estratégias e políticas que eram estruturalmente desequilibradas e racialmente discriminatórias, baseadas principalmente em manter os mercados domésticos da minoria branca e as exportações, enquanto proporcionava rendas mínimas para a subsistência dos negros pobres e para a reprodução da mão-de-obra migrante. O controle da terra expropriada colonialmente, do gado e de outros recursos naturais, e a distribuição desigual de infra-estruturas econômicas nas áreas rurais eram essenciais para essa estratégia de desenvolvimento, que até 1979 enfatizou a industrialização substitutiva de importações. Sob tais condições, resolver a questão da terra era uma reivindicação fundamental nas lutas nacionalistas que mobilizavam uma ampla militância nas áreas rurais.

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha facilitaram um acordo negociado em direção a um “governo da maioria”. Em 1979, o acordo político e a constituição negociados na Lancaster House forneceram parâmetros cruciais à volta dos quais se poderia buscar direitos de propriedade, reforma agrária e desenvolvimento, dentro de um mercado orientado por uma estrutura de governança democrático-liberal. Isso levou a um acordo de partilha de poder desigual com a comunidade branca e a proteção da propriedade privada, particularmente da terra agrícola.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO: LUTAS NACIONALISTAS E A HISTÓRIA DAS OCUPAÇÕES DA TERRA

As expropriações de terra foram acompanhadas por lutas pela terra entre nativos e colonos. A resistência à expropriação da terra foi expressa em três fases durante a era colonial. A fase inicial ocorreu em 1894, quando os nativos recusaram-se a se mudar para reservas que tinham solo pobre, e não

contavam com fontes de água ou áreas de pasto adequadas. Isso foi seguido pela rebelião armada dos ndebele (1896), em um esforço para reaver suas terras perdidas. Mesmo que a rebelião tenha fracassado, marcou o início de conflitos raciais pela terra. Os conflitos que se seguiram envolveram invasões e a recusa de mudança para as áreas designadas aos africanos.

O segundo período ocorreu durante a incipiência do sindicalismo. O processo de trabalho no Zimbábue colonial veio a ser caracterizado por uma contradição duradoura entre proletarização e um dualismo funcional politicamente engendrado, pelo qual a pequena produção de mercadorias nas áreas comunais, e, especialmente, o trabalho feminino não-remunerado subsidiassem a reprodução social da mão-de-obra masculina nas minas e nas fazendas. Essa contradição não iria produzir nem um proletariado industrial bem estabelecido nem um campesinato viável, mas uma força de trabalho em movimento, vagando por entre terras comunais, fazendas de brancos e áreas industriais. Esse foi o “sub-proletariado”, o agregado de famílias de trabalhadores-campesinos, diferenciados por sexo e divididos por particularidades etno-lingüísticas e um crescente senso de nação (YEROS, 2002b). Sob tais condições, a organização de sindicatos foi uma luta onerosa. Os obstáculos inerentes à sub-proletarização – migração, dualidade rural-urbana, pobreza, divisões étnicas e de gênero – combinaram-se com a repressão do Estado e, no período pós-guerra, com a investida de táticas divisionistas do sindicalismo internacional (RAF-TOPOULOS, 1996). Todavia, logo após a Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo no Estado colonial branco fez alguns avanços, a ponto de mobilizar com sucesso greves nacionais em 1945 e 1947.

Os colonizadores introduziram, no final dos anos 1940 e nos anos 1950, reformas limitadas nas relações trabalhistas e no sistema eleitoral, no último com a intenção de cooptar a pequena burguesia negra dentro da estrutura e da ideologia de parceria racial. Todavia, as reformas e a parceria não foram bem-sucedidas nem sobreviveram. Ao final dos anos 1950, as eternas restrições da acumulação desarticulada impunham-se à Federação e empurravam sua balança de pagamentos para a crise; em 1958, o equilíbrio de classes e as alianças capitalistas estavam entrando em um novo período de reconfiguração. Por um lado, a organização dos sindicatos negros continuava a avançar, agora em convergência com o nacionalismo popular anticolonial que se difundia pelo continente. Por outro lado, não havia surgido uma burguesia negra sob a tutela do capital branco a tempo de defender uma so-

lução neocolonial. Ao invés disso, o Estado colonial branco tornou-se polarizado entre um nacionalismo africano transclassista, liderado pela pequena burguesia negra, e uma supremacia branca transclassista, liderada pelo capital agrário branco (ARRIGHI, 1973). Nos anos seguintes, a organização nacionalista foi suprimida e empurrada para a clandestinidade, a descolonização foi abortada, a independência unilateral foi declarada em 1965, e, no final, a transição para o neocolonialismo, adiada.

A terceira fase coincidiu com as lutas nacionalistas de independência nos anos 1960 e 1970, mobilizadas por duas frentes patrióticas (*patriotic fronts* ou PFs), a saber, ZAPU⁸ e ZANU⁹, apoiadas, respectivamente, pela Rússia e pela China. A guerra de guerrilha criou pequenas zonas semiliberatas. Isso proporcionou a criação de bases sociais em diferentes partes do país, mobilizando famílias e jovens para apoiar a guerra, criando uma estrutura social e política de resistência que, como veremos adiante, foi mobilizada novamente na última fase pelos mesmos veteranos da guerra de libertação durante a radicalização da reforma agrária.

Durante esse período, a questão agrária dominou as ações políticas nacionalistas cujas lideranças prometeram corrigir os desequilíbrios na distribuição da terra quando a independência fosse obtida. De acordo com Moyana (2002), a questão agrária indubitavelmente trouxe consciência política para as massas em um espaço de tempo relativamente curto. Dessa forma, lutas dispersas, lideradas por camponeses nos anos 1970, tornaram-se um importante fator de mobilização para a guerra nacional que levou à independência em 1980. Um exemplo notável de resistência à remoção forçada é a dos povos tangwena, no final dos anos 1960. O caso exemplifica a brutalidade dos colonizadores e a perseverança dos tangwena, que não apenas permaneceram em sua terra, como também internacionalizaram o sofrimento dos africanos com relação à questão da terra. A resistência a desapropriações de terra levou ao apossamento, a esporádicas, mas não defensivas, ocupações de terra, à rejeição de certos regulamentos do uso da terra e ao saque de recursos naturais pela maioria rural. Os últimos anos de ocupação colonial foram varridos por uma guerra de guerrilha no contexto da Guerra Fria. No final dos anos 1970, as políticas externas britânicas e estadunidenses tinham

⁸ *Zimbabwe African People's Union*, ou União dos Povos Africanos do Zimbábue (N. T.)

⁹ *Zimbabwe African National Union*, ou União Nacional Africana do Zimbábue (N. T.)

Sam Moyo

se tornado muito preocupadas com a possibilidade de resultados radicais no sul da África, daí o focar de suas energias em uma transição negociada para o neocolonialismo. Em 1979, após anos de guerra de guerrilha, e sob uma coalizão das Frentes Patrióticas, o movimento de libertação iria assinar uma transição neocolonial na Lancaster House em Londres.

OS PROCESSOS ECONÔMICOS E DE REFORMA AGRÁRIA NO ZIMBÁBUE – REFORMAS ECONÔMICAS (1980-1996)

A primeira década de independência (1980-1989) viu grandes mudanças políticas ocorrerem no contexto da manutenção, em termos gerais, da estratégia macroeconômica “heterodoxa” pré-independência e do legado dirigista na introversão econômica induzida por sanções. Serviços sociais (saúde e educação) e infra-estrutura foram estendidos ao setor dos pequenos produtores, juntamente com políticas de apoio ao capital monopolista e ao crescimento dos empreendimentos estatais. Os primeiros dois anos experimentaram um crescimento rápido, devido grandemente à suspensão das sanções, ao influxo de ajuda e às boas chuvas. Esse *boom* foi acompanhado por grandes aumentos com gastos sociais, pela criação da legislação do salário mínimo e pelo início de um programa de “reassentamento acelerado”. Uma crise na balança de pagamentos em 1982 fez o governo procurar o Fundo Monetário Internacional (FMI), levando à desvalorização da moeda pela metade, ao aumento das taxas de juros e à redução dos subsídios do milho, por meio de um programa SAP “doméstico”, que cortou o programa de “crescimento com igualdade”. Por volta de 1984, todavia, o governo dispensou o FMI ao pagar suas dívidas e “seguiu sozinho”, rejeitando as medidas de austeridade (YEROS, 2002; MOYO, 2005). Depois de 1984, tentou-se um programa de reforma agrária gradual baseado no mercado. O desemprego pairava entre 30 e 40% na entrada dos anos 1990.

Em 1988, no entanto, o governo procurou uma vez mais a ajuda do FMI e do Banco Mundial, uma vez que o déficit orçamentário aumentava devido a sua crescente política social e gastos com a previdência. Os empréstimos começaram sob um ESAP¹⁰ do Banco Mundial no Zimbábue

¹⁰ *Emergency Service Attendant Position*, ou Posição de Receber Serviços de Emergência (N. T.)

em 1991. A adoção do programa ESAP ocorreu na ausência de uma crise econômica completa (STONEMAN, 2000). E, significativamente, o ESAP coincidiu com a expiração das cláusulas da Lancaster House relacionadas à terra. O presidente Mugabe, alega-se, não estava inteiramente convencido de que o ESAP iria funcionar; no entanto ministros-chave de seu gabinete apoiaram o programa (YEROS, 2002; MOYO, 2005). O ESAP não continha inicialmente um acordo paralelo com o FMI, até a “missão de resgate” deste, já em janeiro de 1992, por causa dos danos causados às contas externas do Zimbábue pelo ESAP severo e pela seca. O pacote continha as máximas neoliberais padrões: redução do déficit orçamentário, incluindo a diminuição do setor público e cortes nos serviços sociais, e liberação generalizada de moeda, preços, taxas de juros, comércio, fluxos de capital e mercado de trabalho (*ibid*).

O grosso do programa ESAP foi implementado sob os efeitos adversos das secas de 1991/92 e de 1994/95, assim como os efeitos negativos nos rendimentos da exportação aumentados com a expiração, em 1992, do tratado de 1964 de comércio preferencial com a África do Sul¹¹. O comércio e os preços foram liberados, os subsídios agrícolas, retirados, o sistema de distribuição do câmbio estrangeiro, desmantelado e a taxa de câmbio foi depreciada para aumentar a competitividade (YEROS, 2002; MOYO, 2005). O ESAP teve um impacto estagflacionário. A inflação elevou-se para 42% em 1992, de uma média de 14% nos anos 1980, e as altas taxas de juros estrangularam a economia, enquanto a liberalização financeira empurrou as taxas de juros ainda mais para cima. A partir de 1993, os negócios estrangeiros na Bolsa de Valores do Zimbábue (*Zimbabwe Stock Exchange*, ZSE) foram permitidos e o *status* de “mercado emergente” concedido (*ibid*). Reservas, taxas de juros e moeda tornaram-se altamente expostas à instabilidade financeira global como foi visto mais tarde durante a crise asiática em 1997.

A era da liberalização econômica formal (ESAP), de 1990 a 1996, levou a uma significativa desindustrialização, à redução dos gastos sociais e dos subsídios em geral, à liberalização dos mercados agrícolas e do comércio e à erosão dos salários e da renda das classes trabalhadoras, acompanhada pela escalada de movimentos grevistas. Ainda assim, uma ínfima distribuição de terras ocorreu nesse período.

¹¹ Este pacto foi renovado somente em 1996.

A REFORMA AGRÁRIA LIBERAL NO ZIMBÁBUE PÓS-INDEPENDÊNCIA (1980-1996)

No Zimbábue, entre 1980 e 1996, buscou-se a reforma agrária dentro de uma abordagem “centrada no Estado, mas baseada no mercado” para a aquisição de terra no fundamento do querendo-vender-e-querendo-comprar, como havia sido acordado na Lancaster House em 1979. Proprietários de terra conduziram a identificação e o fornecimento da terra disponível para reassentamento, enquanto que o governo central era um comprador reativo escolhendo a terra em oferta. O governo provia a terra a beneficiários selecionados principalmente por meio de seus funcionários distritais sob a supervisão direta de funcionários do governo central.

Cerca de 65% da terra adquirida no mercado foi comprada até 1985, através do programa “Reassentamento Intensivo Padrão” (*Normal Intensive Resettlement*). Todavia, muitas fazendas foram compradas no “mercado”, inclusive aquelas que tinham sido “ilegalmente” ocupadas por camponeses, em um programa oficial que foi então chamado de “Programa Acelerado de Reassentamento da Terra” (*Accelerated Land Resettlement Programme*), para complementar o programa “normal”. O Reino Unido doou aproximadamente 33 milhões de libras (44 milhões de dólares) durante os anos 1980 para aquisição das terras no mercado tanto como para incentivos a vários reassentamentos. Esse dinheiro, chamado de “ajuda” em vez de reparação, foi concedido como uma doação complementar aos incentivos do próprio governo do Zimbábue (GoZ), e foi desembolsado como indenização para a compra, pelo GoZ, de terras aprovadas pelos gabinetes do ODA¹² do Reino Unido. Zimbabuenses negros também compraram fazendas na base do “querendo-vender”.

O passo da reforma agrária entre 1980 e 1986 foi lento. Entre 1980 e 1985, cerca de 430 mil hectares eram adquiridos a cada ano. Isso incluía terra abandonada por fazendeiros brancos nas zonas liberadas durante a guerra. Entre 1985 e 1992, o ritmo da aquisição caiu para cerca de 75 mil hectares por ano, enquanto que, entre 1992 e 1997, aproximadamente 158 mil hectares foram adquiridos por ano. Dessa maneira, por volta de 1986, cerca de 3,4 milhões de hectares de terra tinham sido adquiridos, reduzindo o setor agrícola comercial branco para 11 milhões de hectares ou 29% da terra cul-

¹² *Official Development Assistance*, ou Assistência Oficial ao Desenvolvimento (N. T.)

tivável, contra os 50% que possuía em 1980. Essa terra foi reassentada para cerca de 70 mil famílias, número bem abaixo das 162 mil famílias visadas para reassentamento (MOYO, 1995; 2005). Ao fim da reforma agrária baseada no mercado no final dos anos 1990, o capital negro (800 fazendeiros negros) havia se estabelecido na agricultura comercial de larga escala por meio da compra de terras ou do arrendamento de cerca de 19% das fazendas comerciais de larga escala.

Assim, até 1989, a reforma agrária no Zimbábue, em termos de quantidade, qualidade, localização e custo da terra adquirida para redistribuição foi conduzida pelos proprietários, em vez de pelo Estado ou pelos beneficiários, de acordo com suas necessidades e demandas. O preço da terra subiu drasticamente. Todavia, as ocupações de terra, chamadas de “squatting” por funcionários do governo e acadêmicos (por exemplo, ALEXANDER, 2006), tiveram um papel significativo no início da reforma agrária no período de 1980-1999, apesar do domínio da abordagem oficial de aquisição de terra pelo mercado, que seguia o Acordo de Lancaster e o ESAP.

O GoZ deu maior ênfase à reforma agrária e ao desenvolvimento rural dentro do setor camponês. Dessa maneira, pesquisa agrícola, serviços de extensão, estradas e armazéns, educação e saúde tornaram-se o foco (BRATTON, 1987), em vez da redistribuição da terra e da reestruturação agrária nacional. Quando, em 1990, expiraram as salvaguardas constitucionais da transferência de terra baseada no mercado da Lancaster House, a implementação do programa de ajuste estrutural econômico reforçou a submersão da reforma agrária.

AS OCUPAÇÕES DE TERRA NA ERA PÓS-INDEPENDÊNCIA

A redistribuição da terra na base de ocupações “ilegais” emergiu durante os primeiros quatro anos após a independência, sob a divisa do reassentamento acelerado. Nessa abordagem de ocupação liderada pela comunidade, grupos de famílias lideravam a identificação da terra para redistribuição ao ocupá-las, e o governo central iria comprar tal terra a preço de mercado. Comunidades locais de “squatters”, ou posseiros, assim se auto-elegiam como beneficiárias para a redistribuição, freqüentemente suplantando as listas de espera oficiais. Terras abandonadas e subutilizadas, a maior parte das quais

localizada na fronteira da guerra de liberação na zona das montanhas do leste, bem como terras do governo e esparsas terras comunais no Vale do Zambezi, eram os principais alvos para a ocupação da terra, assim como eram as fazendas LSCF (*Large-Scale Commercial Farms*), de propriedade negra. Embora o GoZ tenha usado de força nas expulsões para coibir essa abordagem a partir de 1984, abundam as evidências da cumplicidade da Frente Patriótica Zanu, de funcionários do GoZ e de veteranos de guerra nas ocupações de terra durante todo o período dos primeiros vinte anos (MOYO, 2003).

As ocupações de terra, tanto como abordagem para a restituição de terra quanto como força motora da reforma agrária nos primeiros vinte anos, não têm sido reconhecidas pela maioria dos estudiosos nem pelos ativistas da “sociedade civil” e partidos políticos, muito embora elementos do partido da situação e veteranos de guerra sempre as terem incitado. Os “movimentos” de ocupação da terra variaram com o tempo, em consonância com o ritmo e a forma da redistribuição da terra. A primeira fase das **ocupações de alta intensidade discreta** ocorreu em todo o país, de 1980-1985, paralela ao programa oficial de reassentamentos, enquanto que o período entre 1985 e 1996 testemunhou o que nós chamamos de processos de **ocupação de intensidade baixa normal** (MOYO, 2001; 2003). Embora as antigas ocupações refletissem a militância residual das comunidades de sem-terra em zonas libertadas e distritos nos quais os chefes tribais, veteranos de guerra e colaboradores haviam sido altamente mobilizados e/ou desapontados pelo progresso na reforma agrária, os últimos movimentos foram mais amplamente fundamentados.

As ocupações aconteceram no contexto de recursos decrescentes para dar continuidade aos reassentamentos e da liberalização econômica que resultou em reduções de gastos e em rendas corroídas nas áreas urbanas e nas de mineração. Durante os anos 1990, ocupações “ilegais” de terra se expandiram em conteúdo e forma, do acesso à terra para saques generalizados de recursos naturais, sendo alvejadas não somente as terras privadas, mas as terras de propriedade comunal do Estado e as terras urbanas (MOYO, 1998; 2000; 2003). A partir da metade dos anos 1980, o próprio Estado começou a aumentar as expulsões, freqüentemente de forma violenta, daqueles considerados ocupantes ilegais de terras em fazendas comerciais, terras comunais, parques nacionais, áreas urbanas e terras do Estado (HERBST, 1990). A brutalidade com a qual essas expulsões foram efetuadas, tanto pela polícia

quanto pelos fazendeiros, lembraram as expulsões levadas a cabo nas décadas anteriores à independência (MOYO, 2000; 2003). Isso havia sido associado a um aumento de violência por parte dos proprietários, particularmente fazendeiros brancos, contra ocupantes ilegais, freqüentemente com a aprovação implícita ou explícita do Estado.

Todavia, sob muitas circunstâncias, depois de 1984, o governo se fez “de cego” com relação às ocupações, por inação para removê-los, deixando aos proprietários de terra a tarefa de adotar várias medidas para remover os ocupantes, por meio de ordens judiciais e expulsões – algumas das quais envolvia queimar as casas dos ocupantes (MOYO, 2000). A política para as ocupações do GoZ se opunha formalmente, na época, às “invasões” de terra (MOYO, 2000; 2003; ALEXANDER, 2003) e encorajava, por meio da lei, de ações judiciais e da polícia, em colaboração com os fazendeiros das LSCF e autoridades locais, a expulsão regular dos ocupantes. Ainda assim, numerosas ocupações de terra continuaram por anos, tanto em terras privadas quanto nas do Estado. Dessa forma, o “auto-provisionamento” ou as lutas populares pela terra tendiam a ser gerenciadas pelo governo central por meio de uma combinação de expulsões com tolerância de alguns “assentamentos de ocupantes”, e por meio do desvio da fome por terra pela apresentação de esquemas de apoio agrícola projetados para afetar a reforma agrária dentro das Áreas Comunais, ao melhorar a intensidade do uso da terra *in situ*. Apesar da “Squatter Policy”, ou “Política para os Ocupantes”, do GoZ prometer expulsá-los, fracassava em acabar com a ocupação, principalmente porque sua legitimidade em fazê-lo era questionada devido à lenta redistribuição de terras.

A demanda por redistribuição da terra aumentou entre os pobres dada a pobreza crescente e ao corte de trabalhadores sob o ESAP, bem como entre a classe média nativa e os capitalistas, que tinham começado a ampliar seu foco para a acumulação de capital por meio de mercados emergentes baseados no uso da terra e dos recursos naturais (MOYO, 2000). A seca severa de 1991-1992, durante o período de plantio, levou a extensivo corte de despesas nas grandes fazendas comerciais, adicionando ao ESAP um arrocho induzido, e aumentou a pressão sobre as terras comunais e os recursos naturais (MOYO, 2000; 2003). Embora por volta de 1992 o Estado tenha decretado a estrutura legal para resolver a questão da terra por meio de aquisição compulsória de terras, não teve êxito ao usar esse instrumento, dadas as “bem-sucedidas”

contestações dos proprietários de terra nos tribunais durante os anos 1990. O ambiente para graves conflitos por terra foi criado durante esse período, como levantado em nossa pesquisa sobre os novos usos da terra nas províncias mashonaland (*ibid*). As ocupações de terra, assim, diminuíram de ritmo do final dos anos 1980 até por volta de 1996, somente para se expandir e culminar em movimentos mais intensos, que nós chamamos de **ocupações intensivas ruidosas**, que começaram a partir de 1997, quando o GoZ acedeu às exigências dos veteranos de guerra ao designar 1.471 fazendas (MOYO, 2001; 2003). Nessas ocupações, veteranos de guerra, camponeses, líderes tradicionais e xamãs, operários urbanos e elites, envolvendo grandemente a Frente Patriótica Zanu e funcionários públicos, alinharam-se por uma ação direta para a reforma agrária, desafiando todo o aparato do “Estado” e seus instrumentos. Esses processos levaram à reconstituição de formações da sociedade civil (especialmente dos sindicatos, organizações não-governamentais [ONGs] e dos partidos políticos de oposição, como o Zanu) em termos de alianças, exigências e estratégias, especialmente a partir de 1998.

A RADICALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA E O ESTADO – ESFORÇOS INICIAIS DE REFORMA AGRÁRIA RADICAL, 1997-1999

Tendências a adotar reformas radicais e extensas, baseadas na expropriação de terras (com ou sem compensação), junto com a mobilização das tomadas “populares” de terra (apossamento ou ocupações), opondo-se ou competindo com a abordagem oficial baseada no mercado, tenderam a aparecer, ocasional mas hesitantemente, no processo de reforma agrária pós-independência do Zimbábue. A resolução oficial de buscar estratégias radicais tornou-se formalizada na aprovação do Ato da Aquisição de Terra (*Land Acquisition Act*) de 1992, doze anos depois da independência e no rastro da adoção do ESAP – uma contradição política crítica que não tem recebido atenção adequada (MOYO, 2000; MOYO, no prelo). Ainda assim, tentativas de aquisição compulsória de terra durante os anos 1990 foram falhas. Em 1993 e 1995, o Estado, desafiado nos tribunais pelos proprietários de terra, falhou em adquirir compulsoriamente cerca de 130 fazendas. Uma tentativa crítica de adquirir compulsoriamente terras para redistribuição foi

empreendida em 1997, quando o GoZ listou oficialmente 1.471 fazendas, sob a pressão de uma associação de veteranos de guerra “rebeldes”. Essa aquisição compulsória de terra foi também desafiada “com sucesso” pelos proprietários nos tribunais em 1998. Cerca de 40% (640) das 1.471 fazendas tinha efetivamente sido tiradas da lista pelo governo, que argumentou que o processo de aquisição de terra precisava se conformar a vários objetivos de políticas para a terra (MOYO, 1998).

Todavia, as 847 fazendas que permaneceram na lista de aquisição foram dela retiradas pela Justiça no início de 1999, seguindo contestações dos proprietários, refletindo tanto as numerosas brechas nos procedimentos legais estabelecidos para a aquisição compulsória como os vagarosos processos administrativos que as autoridades tinham de seguir, especialmente na questão da desapropriação em massa. Isso frustrou alguns elementos do partido da situação e o governo, que viam esses procedimentos como um obstáculo para a rápida redistribuição de terra. Na verdade, esses atrasos tenderam a alimentar discursos radicais de tomadas de terra, e “legitimaram” as estratégias de ocupação de terra perseguidas pelos líderes das comunidades rurais, políticos locais e grupos de pressão, tais como os veteranos de guerra, durante 1998 e 1999.

Dessa maneira, 1997 marcou a fronteira da estratégia de reforma agrária no Zimbábue, pois levantou-se uma questão: se o partido político no poder e seu governo iriam reunir determinação política séria para desafiar o legado colonial e os direitos de propriedade encastelados na legislação existente e na “regra da lei”. Tinha a redistribuição da terra sido conduzida de forma conclusiva ou foi retórica política, em resposta aos sucessivos conflitos? (MOYO, 1997, *The Mirror*). Ademais, o novo governo do partido trabalhista britânico vem renegando desde 1997 as promessas feitas pelo partido conservador de financiar o programa de reforma agrária, porque “eles não eram descendentes de famílias que tinham terra” (CLARE SHORT, 1997). Esse impasse, sobreposto às exigências dos veteranos de guerra, contribuiu para a listagem das 1.471 fazendas em 1997. As pequenas ondas de ocupação ruidosa em 1998 e 1999 evoluíram, então, para ocupações de escala total em 2000, seguindo a “rejeição” da nova constituição proposta em fevereiro de 2000, como resultado direto da campanha do MDC¹³, que a Zanu PF percebeu como alinhamento do MDC aos “proprietários” e ao governo britânico.

¹³ *Movement for Democratic Change*, ou Movimento pela Mudança Democrática (N. T.)

A REFORMA AGRÁRIA RADICALIZADA, 2000-2004

Por volta de 2000, o programa de reforma agrária do Zimbábue foi anuviado pelas preocupações políticas da “comunidade internacional” com relação à imposição da regra de lei, especialmente sobre as fazendas ameaçadas de serem tomadas por ocupações de terra e as implicações e a utilidade disso para eleições “livres e justas” e não violentas (MINISTRO DO EXTERIOR DO REINO UNIDO, abril de 2000). O papel da reforma agrária no alívio da pobreza e a estabilidade macroeconômica foram também destacadas (MOYO, 2004).

O fracasso do governo em adquirir o grosso das fazendas listadas para aquisição compulsória, o desafio da campanha eleitoral de 2000 com o nascimento de uma oposição forte no partido MDC e a decadente performance econômica parcialmente atada às finanças reduzidas da estabilização internacional e o conflito político dentro da Zanu PF levaram à coalizão de forças de libertação radicais e forças nacionalistas contra a “oposição” externa e o capital branco. Isso foi expresso por meio de uma radicalização do programa da reforma agrária. As tentativas de aquisição compulsória de terra, as ocupações da terra e o impasse entre o governo do Zimbábue e a comunidade internacional impeliram a economia em uma espiral decrescente, liderada por uma queda do dólar do Zimbábue de 74% em um único dia (14 de novembro). Embora a radicalização da reforma agrária tenha aparecido como “auto-serviço” da parte do presidente Mugabe, o fato é que o desafio dos veteranos de guerra, primeiro dentro da Zanu PF e então com as ocupações, foi de uma magnitude significativa, pois os veteranos de guerra estavam firmemente embutidos dentro do aparato do Estado, e, na verdade, eram os encarregados da segurança, incluindo a do gabinete do presidente. Nessas circunstâncias, não é surpreendente que o processo de radicalização resultasse no desafio do Estado neocolonial branco como um todo, e de seus aparatos-chave: segurança, administração, o Judiciário, a mídia e as leis dos direitos da propriedade.

Existia medo real de que as ocupações houvessem escapado ao controle, tanto em termos de conflitos quanto em termos do aumento de terras ocupadas por volta de maio de 2000, quando alguns líderes governistas clamaram por um basta. As lutas internas políticas que isso gerou, as contradições enfrentadas pela mobilização da comunidade e os conflitos entre ocupantes, proprietários de terra e produtores rurais que espocavam em vários lugares eram problemas que acarretaram intenso diálogo e negociação política. Isso se refletiu em nu-

merosos diálogos entre os veteranos de guerra e o governo, dentro do partido do governo, entre o GoZ e os proprietários de terra, e entre o GoZ e os “doadores”. Esforços iniciais para resolver essas dificuldades foram, até certo modo, baseados nas expectativas de que após as eleições haveria uma diminuição nos conflitos políticos em geral, e que a redistribuição formal de algumas fazendas iria reduzir as agora entrincheiradas tensões da ocupação da terra.

Pensou-se que, se as negociações com o governo britânico (abril de 2000) e com o PNUD¹⁴ (junho de 2000) dessem certo, um programa de “pista do meio” poderia avançar, como aparecia no primeiro esboço do plano do GoZ de “pista rápida” em abril de 2000. Esse plano adaptara outros, apresentados na conferência dos doadores em 1998, e refletia um desejo de continuar somente com recursos mínimos e compensar os dois anos de ação perdida. Mas as tensões políticas não diminuíram até julho de 2000. Ao contrário, houve uma escalada na confrontação, refletida em campanhas midiáticas dos dois partidos, nas ações de “greve” do MDC, no cancelamento das operações agrícolas nas fazendas ameaçadas e na troca de produtos plantados por parte dos proprietários e nas iniciativas agressivas do governo para conter essas últimas, embora apoiando as ocupações de terra. Parece que porque o MDC e a Zanu PF lançaram suas campanhas para as eleições presidenciais imediatamente após as eleições parlamentares, ambos usando suas estratégias de política agressiva (ver também Adrienne Le Bas, 2004), a abordagem radical da tomada da terra foi fortalecida e a escala de expropriações foi impulsionada para 2000. A falta de um apoio firme dos doadores foi outro gatilho, enquanto o governo ignorava as aberturas para um apoio condicional maior com relação à reforma agrária, como proposto pelo PNUD em 2000 e sua missão de 2001. O relatório do PNUD, representando os pontos de vista da maioria dos doadores, não foi todavia aceito pelo governo em 2002, dado o processo de transferência proposto, de pista mais lenta, dados os processos obscuros de financiamento e dadas as condições para práticas macroeconômicas e de governança imediatamente melhoradas que o relatório requeria.

Sentindo que um ponto sem volta havia sido atingido no conflito da reforma agrária e na confrontação política, dada a falha no diálogo com proprietários e doadores, e dada a retórica eleitoral do MDC que continuava a deslegitimar os processos da reforma agrária de pista rápida como um embuste eleitoral, o

¹⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (N. T.)

Sam Moyo

governo continuou a acelerar e a mover-se cada vez mais rápido com o “Programa de Reforma Agrária de Pista Rápida” (*Fast Track Land Reform Program* ou FTLRP) de agosto de 2000 (MOYO, no prelo). Mas o grau de aceleração foi significativamente radicalizado de ano para ano. Isso se refletiu na tentativa de expropriar 3 mil fazendas até o final de 2000. Novamente, a maioria das fazendas listadas foram reavidas na Justiça até o final de 2000, levando a uma ação ainda mais amarga e radical e ao arrolamento de cerca de 5 mil fazendas ao final de 2001, e de mais de 6 mil fazendas até o final de 2002. Dessa maneira, durante agosto de 2000 e em meados de 2003, o diálogo entre o governo e a comunidade internacional (PNUD) foi gradativamente se tornando um diálogo bilateral sobre a questão de se tirar da lista as fazendas possuídas por estrangeiros. Pouco acordo foi conseguido até 2004 (MOYO, 2005). A comunidade internacional (os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Européia) puniu o governo com sanções específicas. Colaboraram para esse estrangulamento econômico o FMI e o Banco Mundial, que também cortaram o suporte financeiro ao país.

A radicalização da expropriação da terra, portanto, começou de fato com o recuo do compromisso e da negociação em 2000. Como resultado, sete anos de diálogo para apoio à reforma agrária tinham falhado e o governo prosseguiu sozinho e de modo cambaleante para expropriar 90% das terras das fazendas comerciais de larga escala, achacado por litígios “bem-sucedidos” em favor dos proprietários e acompanhado por violência esporádica e por evicções forçadas nas terras brancas (MOYO, 2005). Ademais, um momento crucial na radicalização da expropriação da terra desde o final de 2000 foi o aumento da demanda por terra entre várias classes (camponeses, o operariado urbano e elites negras, em geral), enquanto o GoZ expandia sua definição de beneficiários e mais pessoas se juntavam à ocupação “ilegal” da terra ou se candidataravam legalmente para comprar terra de 2000 a 2002.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS PELA TERRA¹⁵

A maioria das análises da “crise” do Zimbábue peca pela falta de uma análise empírica da correlação de forças em escala nacional e local, dada a tendência de enfoque sobre categorias analíticas amplas estudadas como

¹⁵ Baseado em artigo para a ISS de Sam Moyo (2005).

unidades simples, tais como o Estado autoritário, a sociedade civil, o movimento pela democracia, veteranos de guerra e partidos políticos (RAFTOPOULOS, 2003, ALEXANDER, 2003; WORBY, 2003; RUTHERFORD, 2003). Dessa maneira, essas análises ignoram a complexidade, o “embutimento” e os interligamentos das estruturas fundamentando esses movimentos complexos. Os movimentos camponeses, em particular, e suas alianças a partidos políticos, usando especialmente os processos de ocupação de terra, tendem a ser subestimados. Isso, é claro, reflete concepções estereotipadas de longa data acerca das organizações camponesas, suas estratégias e influência (HOBSBAWN, 1998). Suas conceitualizações de Estado, estruturas de classe e dimensões internacionais de política são incapazes de considerar os contraditórios processos sociais em andamento.

Abordagens variadas sobre a política da terra, indo da abordagem “guiada pelo mercado” para a “guiada pelo Estado”, foram usadas em diversos momentos, em relação às estratégias mutáveis de agentes não pertencentes ao Estado, tais como camponeses, veteranos de guerra, chefes tribais e ONGs, bem como proprietários e a “comunidade internacional”. Ações não ligadas ao Estado variaram de ações diretas, tais como ocupações de terra e manifestações de rua, a engajamento colaborativo ou corporativista na implementação dos programas oficiais de reforma agrária. Táticas diferentes de diálogo político, negociação e confrontos de fachada foram adotados em diferentes momentos. Esses processos mudaram com o tempo, por causa de condições ideológicas mutáveis, de condições materiais e dos interesses dos agentes principais, especialmente com a pobreza crescente e com o declínio econômico.

A influência da organização de instituições da sociedade civil (*civil society organisation* ou CSO) na política voltada para a terra é um fenômeno muito mais complexo do que freqüentemente é reconhecido. O contorno da política de pista rápida veio de fontes variadas, incluindo as pressões (opostas) internas e externas, mobilizadas por partidos políticos e pela CSO, e estruturas locais do Estado, autoridades tradicionais e movimentos de camponeses (e da CBOs). A política da pista rápida evoluiu em resposta aos impactos negativos do neoliberalismo, que mobilizaram maiores demandas por terra entre os pobres e entre as nascentes elites negras. O crescimento da oposição política inflamou a política voltada para a terra, dada a dimensão racial da desigualdade do acesso à terra e a prevaricação sobre

a responsabilidade colonial. Isso reforçou a ideologia nacionalista do “movimento pela terra”, enquanto que a resistência à reforma agrária em escala menor e o isolamento radicalizaram as elites políticas de centro.

Em acréscimo à crítica das instituições “internas” de influência política, a crítica “externa” (feita pelo MDC até 2003, por algumas ONGs e pela união dos fazendeiros comerciais – por exemplo, CFU,¹⁶ JAG¹⁷ etc.) acerca da reforma agrária também gerou respostas importantes na política da terra. Essa crítica era focada nos problemas das tendências corruptas, das violações de direitos humanos (por exemplo, desalojamento de trabalhadores rurais, expulsões de fazendeiros e “direitos” dos proprietários de terra) e nos processos “conforme a lei” e na “regra da lei”. Embora largamente expressa nos termos da oposição (de contestação de partidos políticos) e contra o “método” da reforma agrária na mídia e nos fóros internacionais, a crítica “externa” foi liderada pelos proprietários de terra, por ONGs, pelo MDC e por alguns estudiosos. A crítica externa na mídia independente foi efetiva (WILLEMS, 2005), apesar de ter diminuído em 2003 com o fechamento do *Daily News*, enquanto aflorou na internet e em relatórios publicados pela CSO em *websites*.

Há também uma tendência de se diferenciar inadequadamente motivação política e política organizacional deliberada, voltada para a violência, dos processos de violência mais institucionalizados na sociedade zimbabuense, e do esporádico uso oportunista da violência por certos elementos (agentes criminosos e corruptos), que perpetuam a violência e prosperam no “caos”. Isso foi admitido parcialmente por Morgan Tsvangirai, líder do MDC (2005). Nem a capacidade do Estado de lidar com os crescentes conflitos de terra, litígios, corrupção e violação de direitos humanos tem sido criticamente examinada. As táticas agressivas e a mobilização populista das CSOs afetaram a efetividade de ambos os lados no desenvolvimento das políticas pró-pobres.

A crítica interna (apoiadora da reforma) e a crítica externa (de resistência ou propósitos opostos) tiveram o seu maior efeito no componente “comercial” (A2) do programa da reforma agrária, no qual o acesso da elite à

¹⁶ *Commercial Farmers Union of Zimbabwe*, ou União dos Fazendeiros Comerciais do Zimbábue (N. T.)

¹⁷ *Justice for Agriculture*, ou Justiça para a Agricultura (N. T.)

terra, incentivos e crédito exibiam tendências de favoritismo ou “cronism”, corrupção, e uso ineficaz da terra distribuída. Essa pressão influenciou ou sustentou as exigências rurais por maior igualdade nas distribuições da terra. Isso tirou a ênfase que inicialmente havia sido posta em se “imputar” a pretensa falha da reforma agrária à redistribuição da terra aos proprietários pobres de “subsistência”, especialmente por parte dos proprietários de terra, de alguns partidos políticos da classe média e de agentes da CSO que excavaram o método da reforma agrária, particularmente a expropriação das antigas grandes fazendas (ver TSVANGIRAI, 2002). Esses processos de advocacia refletiram processos intencionais e não-intencionais, situacionistas e oposicionistas, agressivos e construtivos de interação entre a sociedade civil e o Estado para mudar o nexos entre pobreza e política da terra.

No Zimbábue, os períodos de 1996-1997 e 1998-1999 testemunharam o nascimento de “movimentos” sociopolíticos paralelos, surgidos das metacontradições na política e na economia domésticas, e das relações externas. Elementos de espontaneidade na construção dos “movimentos” sociais e políticos, e suas “direções” ou orquestração por forças-chave domésticas e externas, eram evidentes nos dois movimentos. A emergência do movimento camponês liderado por veteranos de guerra derivou-se de movimentos camponeses dispersos já existentes. Este radicalizou a política da terra e as elites políticas, bem como desafiou os requisitos da estratégia de desenvolvimento neoliberal, mas foi cooptado pela Zanu PF e pelo Estado, por um período de três anos (entre 1998 e 2001). A emergência da aliança ZCTU¹⁸-NCA¹⁹-MDC, que refletiu alguma espontaneidade e calculada liderança estratégica local, foi impulsionada por facilitação externa, se não orquestração, durante esse período de três anos. Isso também refletiu a cooptação de movimentos de protesto urbano-sociais em ponto de ebulição, juntamente com a emergente capacidade da CSO de se comunicar com uma grande base social de classe média. Certamente, o capital local também estava ativo em promover e financiar esse processo de mobilização. Isso causou uma incoerência ideológica neste movimento primordialmente urbano, e levanta questões acerca dos elos orgânicos e da base social do MDC dentro desses movimentos sociais.

¹⁸ *Zimbabwe Congress of Trade Unions*, ou Congresso dos Sindicatos do Zimbábue (N.T.)

¹⁹ *National Constitutional Assembly* ou Assembléia Nacional Constituinte (N.T.)

Nem pode ser discutido que a aliança entre a Zanu PF, veteranos de guerra, alguns membros da CSO e elites nacionalistas tenham mantido uma base orgânica no campesinato antes de 1998. Movimentos camponeses existentes tendiam a estar espalhados e não poderiam ter agido espontaneamente em escala nacional sob essas circunstâncias. Os veteranos de guerra transformaram os movimentos de ocupação de terra já existentes em um movimento nacional, enquanto que a Zanu PF, e depois o Estado, cooperaram esse movimento e foram bem-sucedidos em controlá-lo e homogeneizá-lo, guiando o “movimento” pela terra em direção a um programa de reforma agrária liderado pelo Estado.

Enquanto as contradições de um estresse econômico cada vez mais profundo e do conflito político se desdobravam, os dois “movimentos” políticos opostos degradavam o conteúdo social de seus movimentos com suas estratégias políticas “agressivas”. Suas táticas de “terra arrasada” visavam deliberadamente a sustentar a polarização e o “machismo”. Algumas definições teóricas dessas estratégias polarizadoras estão sendo trabalhadas (LEBAS, 2005). Isso tendeu a marginalizar o debate bipartidário sério sobre reforma agrária e a redução da pobreza. A mídia regional (especialmente a sul-africana) e a internacional, interagindo com a mídia nacional (a do governo e a “independente”) refletiram e reforçaram essa polarização (WILLEMS, 2005).

Ademais, faltava à maior parte desses escritos sobre o Estado uma estrutura conceitual e uma base empírica para entender o papel significativo jogado por instituições locais na elaboração da política voltada para a reforma agrária. Além disso, da influência das CSO nacionais e dos partidos políticos, dos “comitês da terra” locais e dos líderes tradicionais, emergem redes como uma das mais importantes instituições a moldar a direção política e a implementação da reforma agrária de pista rápida. Os comitês da terra apresentavam fontes contraditórias de influência (positivas e negativas) na política nacional e nos procedimentos de implementação, bem como na natureza do resultado equitativo. Em alguns casos, eles eram a origem das distribuições egoístas e o patronato local. Desse modo, todavia, asseguravam que muitas outras pequenas elites rurais ganhassem acesso comparável ao das elites urbanas às terras A2. Na maioria dos casos, no entanto, eles forçavam uma queda na quantidade de terras distribuídas, desafiando os planos do governo central do esquema A2 para acomodar mais pessoas. O fato de que os comitês de terra e as associações de veteranos de guerra locais tendiam a interagir com outras instituições, tais

como líderes tradicionais, grupos camponeses locais e outros, tendeu a criar um muro de pressão contra os influentes funcionários do governo central e contra as elites urbanas em matéria de reforçar os princípios políticos ou policiar as tendências corruptas. Membros dos comitês de terra e veteranos de guerra que haviam liderado os movimentos de ocupação de terra tornaram-se fontes-chave para a exposição da corrupção nas distribuições de terra e na mobilização de um suporte social mais amplo para uma reforma agrária mais abrangente, exigindo adaptações na política da terra e correções nas distribuições de terra desiguais ou injustas. Líderes tradicionais geraram tanto influência indutora de igualdade, ao procurar por mais terra para suas “comunidades”, como efeitos indutores de desigualdade, ao procurar por maiores lotes comerciais para si mesmos.

Os “comitês da terra” locais apresentaram um importante mecanismo constitucional para a “crítica interna” que moldou a política da terra e alargou sua capacidade de inclusão, enquanto juntavam funcionários do governo local a uma variedade de líderes locais tradicionais, veteranos de guerra, líderes do partido do governo e especialistas. A grande variação regional na implementação da política da terra também refletiu a diversidade de participação. Isso expandiu a base da influência da política da terra para além de seu centralismo pré-1997, apesar de ter excluído a da CSO, considerada opositora, e oficiais do MDC. Assim, o ativismo político direto em nível local foi razoavelmente partidário, apesar de que, no nível central do Estado, instituições tais como o subcomitê parlamentar da terra e subcomitês correlatos fossem bipartidários. Essa crítica, combinada com outras críticas “internas” (do Estado ou não) e “balanços”, teve o efeito de moldar a preocupação com relação à política para a terra de alguns moderados da Zanu PF e do Goz, que procuravam correções políticas e de implementação, para assegurar consistência e justiça política contra as negativas defensivas dos problemas da política da terra pelas elites políticas “linha dura”. A exposição interna dos problemas de implementação (nos comitês da terra, nos balanços do governo e na Zanu PF) a partir de estudos independentes e de relatórios opositoristas, tudo isso serviu para pressionar as “elites políticas” e estruturas locais de implementação para se lutar por justiça, por igualdade e por processos de implementação “processualmente” corretos (anticorruptos) da reforma agrária e para melhorar a transparência e a responsabilidade dentro do processo.

Tanto os partidos políticos da situação e da oposição quanto os membros da CSO alinhados a eles tinham várias formas de influência na política da terra. A dramática mudança de rumo do governo para cooptar os movimentos pela terra e efetuar mais tarde mudanças políticas para a redistribuição extensiva de terras foi fomentada tanto pela insistência dos veteranos de guerra e dos movimentos camponeses dispersos quanto pela emergência, como força política, da aliança ZCTU-MDC, apoiada pelas ONGs da classe média, bem como pelo capital (incluindo os proprietários de terra). Isso remodelou a correlação de forças sociais e o equilíbrio de poder em geral. A aliança “pró-democracia” entre o MDC e alguns membros locais da CSO, o capital local e o internacional, doadores internacionais e ONGs do norte foi apresentada com a contradição de aparentemente rejeitar as políticas redistributivas e seus potenciais para reduzir a desigualdade e a pobreza. Os redistribucionistas e a aliança nacionalista enfrentaram a contradição de estar associados com as deficiências de governança que emergiram sob uma forte agenda estadista.

O foco de alguns desses membros da CSO sobre a governança e a advocacia de direitos humanos teve um efeito positivo, ao sublinhar o déficit de democracia no Zimbábue e criar capacidades na sociedade civil para influenciar a política em geral. Mas sua negligência em promover a reforma agrária desde 1980, e quando a oportunidade surgiu, em 1997, em seguida a anos de políticas SAP devastadoras e ao recente declínio econômico, permanece como sua principal contradição enigmática. Os direitos à terra das populações rurais transformaram-se assim em um direito humano fundamental negligenciado, dado o foco da CSO e do MDC em advogar por uma mais ampla governança do Estado e do partido da situação.

Esses processos de pressão social pela reforma agrária geraram o que poderia ser chamado de uma tendência redistribucionista expandida, baseada em um “mecanismo interno autocorretivo” que usava alianças dentro e fora das estruturas do Estado. Ainda que limitado, o alcance da tomada das terras e dos equipamentos da elite e o controle político central, a tendência a se expandir foi contida pela larga gama de demandas por terra dos beneficiários potenciais. A pressão social não eliminou inteiramente a tendência à distribuição desigual de terra, daí as pressões contínuas sobre o Estado central para a busca de “correções” na implementação da reforma agrária que são em si mesmas tolhidas por lutas políticas entre os níveis centrais das elites até nossos dias, especialmente com relação à herança.

O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA DE PISTA RÁPIDA: RESULTADOS E RESPOSTAS – A NOVA ESTRUTURA AGRÁRIA

Uma abordagem de “pista rápida” para a reforma agrária foi introduzida em 1996-1997, levando à transferência de 80% dos grandes latifúndios a 150 mil beneficiários por volta de 2004. Isso trouxe a reforma agrária para o centro da agenda política e econômica do Zimbábue e polarizou os discursos de política da terra na comunidade internacional. O caráter social e de classe dos beneficiários (quadro – 1) revela diferentes padrões de acesso, capacidades heterogêneas do uso da terra e seus requisitos de apoio (MOYO, 2006). Pequenos lotes (A1) foram distribuídos a 140.866 famílias, ao passo que beneficiários “comerciais” (A2) perfaziam 14.500 novos fazendeiros, em 4,2 e 2,3 milhões de hectares, respectivamente. Isso mudou a distribuição subsetorial do controle da terra. Pequenos proprietários agora controlam 70% da agricultura, enquanto um número maior de proprietários de escala pequena a média, assim como os poucos grandes fazendeiros, detêm 30% da terra. A qualidade da terra recebida pelos beneficiários varia de acordo com o potencial agroecológico, com a distribuição da água e dos recursos de irrigação, estando a maior parte desses últimos em poder dos novos fazendeiros comerciais.

A emergente estrutura de classe agrária abarca, assim, cerca de 1,3 milhão de propriedades. É dominada numericamente por “camponeses” ou por pequenos produtores (98% das unidades) em áreas comunais e de reassentamento, que detêm 73% do total da área de terra cultivável. Há uma diferenciação intraclasse no campesinato impulsionada *inter alia* por variações na qualidade da terra (agroecologicamente e socialmente), acesso preferencial a rendas não relacionadas à agricultura e influência diferenciada. Pode se esperar que essa diferenciação continue sob condições econômicas adversas ou favoráveis, especialmente se persistirem as operações de venda de títulos nos mercados informais sob posse costumeira e autoridade tradicional. Uma vez que a instituição dos chefes tribais não foi desafiada pelo processo de reforma agrária, estruturas de linhagem, sexo e idade permanecerão significativas na determinação da diferenciação camponesa, juntamente com o acesso a financiamento e “educação”.

Fazendeiros “pequeno-capitalistas” empregam significativa mão-de-obra não-familiar de outros camponeses e sem-terra em áreas que variam de 30 a 100 hectares. O topo do campesinato (>10%) compreende fazendeiros pe-

queno-capitalistas, com o resto vindo de A2 e de fazendas comerciais de pequena escala (*small-scale commercial farming* ou SSCF). Fazendeiros capitalistas médios possuem de 40 a 150 hectares e empregam substancialmente mais mão-de-obra contratada do que a advinda de suas próprias famílias. Assim, fazendeiros capitalistas de pequenos a médios agora abrangem cerca de 21 mil unidades, detendo 9% do total da terra cultivável. Provavelmente haverá uma reconfiguração nessas duas classes competidoras, pois fazendeiros capitalistas médios levam grande vantagem nos lances por terra e no processo de acumulação, em virtude de seu melhor acesso a outros meios de produção (crédito e tecnologia), a contatos, à informação e ao próprio processo de elaboração de políticas. Em contraste, as propriedades dos “grandes capitalistas”, que perfazem cerca de 4.317 unidades, com áreas variando de 150 a 1.500 hectares, dependendo da região, agora detêm cerca de 9% da terra. Essa categoria é altamente diferenciada e desfruta de um acesso ainda mais amplo a recursos políticos e econômicos e de um alto potencial para acumulação de capital, melhores preços para sua produção e controle da mão-de-obra.

Quadro 1 – A nova estrutura da posse da terra

Tipo de propriedade	Título de propriedade	Famílias		Área		
		Números	%	Hectares (milhão ha)	%	Tamanho (ha)
Pequena	Comunal	1.100.000		16,400		15
	Antigo reassentamento	72.000		3,700		51
	A1	140.866		4,236		32
	Subtotal	1.312.866	98	24,336	72,8	19
Pequena a média escala comercial	Antigas SSCF	8.000		1,400		175
	Pequenas A2	13.000		1,429		110
	Subtotal	21.000	1,6	2,829	8,5	135
Larga escala comercial	Média ou grande A2	1.500		0,900		600
	Negros LSCF	1.440		0,900		625
	Branco LSCF	1.377		1,200		871
	Subtotal	4.317	0,3	3,000	9	695
Bens incorporados	Companhia	743		1,400		1.884
	Igreja	64		0,041		641
	Paraestatal	153		0,600		3.922
	Subtotal	960	0,1	2,041	6,1	2.126
De transição	Não localizada			1,239		
Total		1.339.143	100	33,445		

Fonte: Moyo e Yeros, 2005

A capacidade das comunidades rurais de reverter a pobreza e de conseguir melhoria de vida está condicionada por seu controle territorial e usufruto da terra, bem como por transferências de benefícios externos de pequena escala feitas pelo Estado, pelas remessas de dinheiro de trabalhadores urbanos e pela ajuda dependente de ONGs. Esse acesso, estendido a novas terras, melhorou o acesso à terra nas áreas comunais e tem ampliado as oportunidades para a redução da pobreza. Mas esse resultado introduziu novos padrões de diferenciação agrária e social, embora de uma base mais equilibrada racialmente e estruturalmente igualitária.

Essas mudanças estruturais sugerem a emergência de um significativo mercado doméstico potencial, fundado sobre um campesinato maior e sua população predominantemente rural, bem como em uma maior classe capitalista agrária negra em propriedades menores que na situação pré-2000. Isso acarretou novos processos inter-relacionados de reorganização agroindustrial e a consolidação da classe capitalista negra, bem como a diferenciação mais acentuada do campesinato em termos de camponeses “ricos” (pequeno-capitalistas) e “pobres” (semiproletários) e o processo de trabalho que a estes escora, dentro de um contexto de um continuado dualismo funcional (MOYO e YEROS, 2005). Os efeitos da redução da pobreza poderiam, todavia, ser limitados pelo corte nos gastos dos novos capitalistas, se esses fossem bem-sucedidos em restabelecer um padrão de acumulação desarticulada.

IMPACTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Os impactos de curto prazo da reforma agrária estão misturados. Embora o acesso à terra tenha criado uma base econômica potencial maior para muitos dos pobres, a falha da política em promover rapidamente o uso produtivo da terra por todos os pequenos fazendeiros, juntamente à persistência das secas por mais de quatro anos, vêm contribuindo para a insegurança alimentar rural e a pobreza.

A produção agrícola tem caído em volume e em termos de preço desde 2000, particularmente em oito dos quinze produtos-chave produzidos no Zimbábue, se bem que em taxas variadas de declínio. Esse declínio durante a transição, comum quando reformas extensas são efetuadas, tem durado

mais tempo no Zimbábue por várias razões, tais como declínio das condições macroeconômicas inter-relacionadas, transferência de terras, secas prolongadas, isolamento econômico e resistência dos proprietários de terra em produzir em áreas menores.

As condições macroeconômicas deterioradas afetaram o fornecimento e o uso de insumos durante o período, o próprio processo de redistribuição de terras e, a curto prazo, limitaram a capacidade produtiva das novas propriedades de larga escala comercial. Condições macroeconômicas frágeis e políticas durante esse período (incluindo a política agrícola) afetaram grandemente a rentabilidade do agronegócio e de seus agentes patrocinadores, especialmente porque a escassez de forex limitou toda a gama de incentivos disponíveis aos fazendeiros, ao passo que a inflação e o controle de preços resultaram em um arrocho de custo-benefício que pesou severamente contra o investimento no campo. Em 2004, essas condições melhoraram um pouco. Todavia, esses fatores internos foram exacerbados, se não detonados em algumas instâncias por fatores vindos de fora, cujos verdadeiros efeitos começaram antes do programa da pista rápida em 1997-1998, incluindo reduzidos crédito e ajuda externos (isto é, isolamento econômico) e conflitos políticos, e mais tarde as secas prolongadas.

O Programa de Reforma Agrária de Pista Rápida foi iniciado em 2000 no rastro de uma economia já combalida, de uma base exportadora decrescente e acordos de comércio negativos para a agricultura e a mineração, de efeitos de longo prazo dos choques externos a partir das secas recorrentes no começo dos anos 1990 e de fluxo negativo de capital. A maioria dessas condições econômicas já estava se deteriorando desde 1997. Reduções prévias significativas no crescimento real do produto interno bruto, usualmente associadas a secas, tenderam a ser seguidas pela recuperação econômica no ano seguinte (MATSHE, 2004), dado que a ajuda externa, sem contar a ajuda humanitária, havia tido um papel fundamental. Mas entre 1996 e 1999 os fluxos externos declinaram significativamente (MOYO, 2004). Desde 2000 o crescimento real do produto interno bruto tem sido negativo, alcançando -14,5% em 2002, e projetado para -12,4% para 2003 (MATSHE, 2004), indicando que outros fatores além da seca e das transferências de terra também foram críticos.

A reforma agrária, as políticas econômicas adotadas desde 1997 e os rombos nos recursos que têm aparecido foram exacerbados pelo isolamento

externo e ainda mais por causa da crescente escassez de insumos agrícolas e de financiamento (MATSHE, 2004). O isolamento econômico do Zimbábue começou em 1996, quando o fracasso em assinar o programa ZIMPREST²⁰ (SAP) proposto levou à redução do financiamento externo, incluindo empréstimos concessionários do Bretton Woods e de financiadores bilaterais, assim como de doações. O crédito comum de comércio, sobretudo por parte de instituições européias, também foi reduzido. O suporte do fluxo da balança de pagamentos e dos créditos de exportação de mercadorias transpôs, por anos, os rombos financeiros do Zimbábue pela entrada de importações e investimentos relacionados. Os fluxos externos foram gradualmente reduzidos, primeiro entre 1997 e 1999 e então quase cessaram completamente a partir de 2000. O rombo na forex foi aumentado em 30% em 2003 (RBZ *Monetary Statement*).

As razões para esse isolamento são uma arena contestada para o debate moral, político e econômico. As razões formais reunidas para justificar esse isolamento cresceram em número com o tempo, enquanto as condições econômicas e políticas se deterioravam, para incluir política macroeconômica ruim, governança e práticas de “direitos” humanos ruins, falta de “regra da lei”, a própria reforma agrária “caótica” e dívidas atrasadas (ver também FMI, 2004). A resposta do GoZ a esse isolamento e as razões por trás dele são: as nações ocidentais procuraram impor uma estrutura política macroeconômica SAP impraticável e falha desde 1996; a resistência a financiar reformas agrárias extensas quando as exigências foram aumentadas pela Grã-Bretanha desde 1997, e mais tarde por outros doadores; a punição pela intervenção na República Democrática do Congo e pela reforma agrária radical. Além disso, o GoZ enfatizou o comprometimento externo para com a “mudança de regime”, ao arrochar a economia para gerar uma crise social e ao financiar a oposição direta e indiretamente (*THE HERALD*, várias edições).

A confiança dos pequenos produtores da agricultura irrigada pela chuva tornou-se também uma grande causa da recuperação lenta. Os efeitos do tempo ruim por mais de três anos (dois anos de secas [2001-2002 e 2002-2003], um ano afetado por ciclone [2000-2001], chuvas desigualmente distribuídas [2003-2004]) e a grande seca de 2004-2005 foram críticos,

²⁰ *Zimbabwe Programme for Economic Transformation*, ou Programa para a Transformação Econômica do Zimbábue (N. T.)

reduzindo a produção camponesa dos principais grãos comestíveis básicos (milho e pequenos grãos), e, em escala menor, tubérculos. Combinadas à escassez de insumos e à falta de recursos de irrigação, as safras declinaram e as lavouras secaram, apesar de os números das áreas cultivadas terem permanecido altos. A produção de algodão, que também era produzida sob condições similares pelos camponeses, sobreviveu por causa de sua resistência à seca e à concentração de sua produção em terras áridas adaptadas, bem como por causa dos incentivos continuados dos serviços de apoio fornecidos por comerciantes do setor privado e por agências contratadoras com grandes rendas de exportação, como a Cottco. Fora dos anos de seca, esses produtos experimentaram um aumento, especialmente por volta de 2006.

Outros produtos, tais como trigo, tabaco, laticínios e soja, que têm sido produzidos predominantemente em larga escala por fazendeiros brancos, sofreram um declínio de 30% a 68,6%, dada as transferências de terras. A horticultura, apesar de produzida por propriedades de larga escala, sofreu perdas bem abaixo dos 15%, uma vez que não foi afetada pelas transferências de terra de forma significativa.

A interação de uma complexa gama de fatores (econômicos, sociais e políticos, discutidos acima na seção 5.0) que permeiam a variedade de resultados, medidos em termos de resposta, é notável. Estes incluem uma produção baseada em classe e em raça e redes de comercialização; tradições de financiamento e capacidades diversas para mobilizar recursos estiveram em jogo. A perda de alguns produtos externos e de mercados financiadores também tiveram um papel significativo, bem como as políticas dirigidas de controle de preço que levaram a um aumento dos mercados informais especulativos.

CONCLUSÕES

Os efeitos da reforma agrária zimbabuense a partir de 2000, como um modelo dissidente de reforma agrária radical na região do sul da África, precisa ser reconhecido (MOYO, 2004). O impacto mais comumente considerado é o da expectativa de que as ocupações de terra – como uma estratégia popular para corrigir injustiças na distribuição de terras e fome – possam se repetir amplamente, especialmente em antigos países coloniais como a África do Sul (COUSINS, 2000), a Namíbia e mesmo no

Quênia. A formação do LPM²¹ na África do Sul em 2001 é um indício significativo, mas há perspectivas incertas de tal difusão, apesar de ocupações de terra recentes ali ocorridas (ANDILE MNGITXAMA, *pers. comm.*). Essas expectativas parecem prematuras, uma vez que a coalizão política para um governo de maioria parece estar relativamente intacta, e que as perspectivas de crescimento econômico da África do Sul são tidas como promissoras, apesar dos níveis altos de desemprego, de pobreza e de desigualdade de renda.

Esforços para incrementar a política de redistribuição de terras na África do Sul e na Namíbia também têm ocorrido desde 2001. A questão crucial é se essas reformas vão considerar a crescente concentração de terra, principalmente entre as elites brancas e africanas e os proprietários estrangeiros, incluindo empresas multinacionais, na agricultura, no turismo e nos setores imobiliários urbanos. A concentração de terras entre as elites africanas, para a exclusão dos pobres e das comunidades “remotas”, gera ainda mais conflito interelite. Esses processos de concentração de terras são parte de políticas oficiais que almejam desenvolver o capitalismo agrário e o turismo, ambos baseados no uso da terra orientado para a exportação. Talvez porque a concentração de terras em países como Zâmbia, Botsuana, Moçambique e Malauí tenha sido menos dramaticamente executada do que foi no caso recente dos processos no Zimbábue, os processos de concentração não são muito debatidos em discussões regionais e internacionais sobre a questão da terra.

O impacto regional mais amplo, tanto das relocalizações dos fazendeiros brancos quanto do declínio de produção no Zimbábue, foi o ponto de partida de uma reestruturação da produção agrícola e de padrões de comércio na região (MOYO, no prelo). Alguns desses impactos resultaram mais das debilidades recorrentes que confrontam economias periféricas famintas por capital estrangeiro do que diretamente da própria reforma agrária radical. Mas eles também refletem os novos modelos de relação governo-doador em geral. Na era da Guerra Fria e do apartheid, a assistência ao desenvolvimento estava menos preocupada com governança e com questões de direitos humanos, pois a ajuda era consistentemente focada em cooptar orientação ideológica e o alinhamento político dos Estados. O presente afastamento

²¹ *Landless People's Movement*, ou Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (N. T.)

entre o GoZ e a comunidade internacional por causa de transgressões de governança domésticas e da abordagem de reforma agrária do Zimbábue de expropriação em massa apoiada por ocupações de terra reflete o dilema regional de se tratar da questão nacional, do desenvolvimento distorcido e da democratização dos territórios coloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. 2006. **The Unsettled Land: State-making and the Politics of Land in Zimbabwe 1893-2003** (James Currey, 2006).
- ARRIGHI, G. 1973. The Political Economy of Rhodesia, In: **Essays in the Political Economy of África, Giovanni Arrighi and John S. Saul**, New York, NY, and London: Monthly Review Press.
- BRATTON, M. 1987. The Comrades and the Countryside: The Politics of Agricultural Policy in Zimbabwe, **World Politics**, 39: 2: 174–202.
- COUSINS B. 2000. Why Land Invasions Will Happen Here Too... **Programme for Land and Agrarian Studies**, School of Government, University of Western Cape 2000, 1-4.
- HOBBSAWN, E. 1998. **Uncommon People. Resistance, Rebellion and Jazz**. Abacus, London.
- IFAD (International Fund for Agricultural Development). 1999. Assessment of Rural Poverty in the Eastern and Southern African Region. Document circulated at the workshop on Rural Poverty, Rome, 24-25 January 2001.
- IMF, 2004. Zimbabwe: 2004 Article IV Consultation. **IMF Country Report No. 04/297**. www.imf.org
- JAYNE, T. et al. 2002. **Smallholder Income and Land Distribution in Africa: Implications For Poverty Reduction Strategies**, USAID
- KANYINGA, K. 2000. Re-Distribution from above. The Politics of Land Rights and squatting in Coastal Kenya. A report from the research programme: “The political and Social Context of Structural Adjustment in Africa”. **Research Report** n°. 115. Nordiska Afrikainstitutet. Uppsala 2000.
- KANYONGOLO, F. E. 2007. Law, Land and Sustainable Development in Malawi In: Kojo S Amanor and Sam Moyo (eds) **Land and Sustainable Development in Africa**. (Forthcoming) ZED Publishers London.
- KINGDOM OF LESOTHO, 2006. Kingdom of Lesotho National Report presented at the International conference on Agrarian Reform and Rural Development (ICARRD), held in Brazil, 7- 10 March 2006.

- LAHIFF, E. 2007. State, market or worst of both? Experimenting with market based land reforms in South Africa. **Occasional paper series** n°. 30. PLAAS, University of Western Cape, SA.
- LEBAS, A. 2005. Incorporation versus control: The construction of oppositional labour in Zimbabwe and Zambia. Chapter four PhD Thesis on **Polarisation and party development: Capturing constituencies in democratising Africa**.
- MAFEJE, A. 2003. The Agrarian question, Access to land and Peasant Responses in sub-Saharan Africa. UNRID **Programme papers on Civil Society and Social Movements**.
- MAMDANI, M. 2001. **When victims become killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton University Press.
- MASHININI V (2000) **The Land Problem in Lesotho: Focus on Contestation and Conflicts**. Paper Presented at the SARIPS/Sapes Trust Annual Colloquium, Harare, 24–27 September.
- MATSHE, I. 2004. **The Overall Macroeconomic Environment and Agrarian Reforms**. African Institute for Agrarian Studies. Mimeo.
- MDC, 2005. President Tsvangirai's Tuesday message to the people of Zimbabwe. 8 February 2005.
- MLAMBO, A.S. 2000. 'Manufacturing in Zimbabwe, 1980–90', In: **Zimbabwe: A History of Manufacturing, 1890–1995**, A.S. Mlambo, E.S. Pangeti, and I. Phimister, Harare: University of Zimbabwe Publications.
- MOYANA, H. V. 2002 [1984] **The Political economy of land in Zimbabwe**. Mambo Press, Gweru, Zimbabwe.
- MOYO S. & YEROS P. 2005. Land Occupations and Land Reform in Zimbabwe: Towards the National Democratic Revolution. In: S Moyo & P Yeros (eds) **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America, 165–205**. London: Zed Books.
- MOYO S (forthcoming) Fast Track Land And Agrarian Reform. In: **Zimbabwe: Contradictions of Neo-liberalism**. Forthcoming Book.
- MOYO, S. 1995. **The Land Question in Zimbabwe**, Harare: SAPES Books.
- MOYO, S. 1998. **The Land Acquisition Process in Zimbabwe (1997/8)**. United Nations Development Programme (UNDP).
- MOYO, S. 2000. 'Land Reform under Structural Adjustment in Zimbabwe; Land Use Change in Mashonaland Provinces, Nordiska Afrika Institutet Uppsala.'
- MOYO, S. 2001. The Land Occupation movement and Democratization in Zimbabwe: Contradictions of neo-liberalism. **Millennium: Journal of International Studies**, Vol. 30, No. 2, pp 311-330.
- MOYO, S. 2003, 'The Interaction of Market and Compulsory Land Acquisition Processes with Social Action in Zimbabwe's Land Reform', In: **Pan-Africa-**

- nism and Integration in Africa**, edited by Ibbo Mandaza and Dani Nabudere, Harare: SAPES Books.
- MOYO, S. 2004. **The Land and Agrarian Question in Zimbabwe**. Paper presented at the first annual colloquium (30 September 2004) at the University of Fort Hare.
- MOYO, S. 2005 **Land Policy, Poverty Reduction and Public Action in Zimbabwe**. Paper presented at the ISS/UNDP conference on: Land Reform and Poverty Reduction. 17-19 February 2005. Hague Netherlands.
- MOYO, S. 2006. **The Land Questions, the State and Agrarian Transition: Contradictions of Neoliberal Reforms**, CODESRIA Greenbook Series Publication, Dakar;
- MOYO, S. 2007. 'The land question in southern Africa: A comparative review', In: Ntshebeza and Hall (eds) **The land question in South Africa the challenge of transformation and redistribution**. HRSC Press: South Africa.
- PALMER, R. 1977. **Land and Racial Domination in Rhodesia, London, Ibadan, Nairobi, Lusaka**: Heinemann.
- PHIMISTER, Ian 1989, **An Economic and Social History of Zimbabwe 1890-1948: Capital Accumulation and Class Struggle**, London: Longman.
- RAFTOPOULOS B. 2003. The State in Crisis: Authoritarian Nationalism, Selective Citizenship and Distortions of Democracy in Zimbabwe. In: A Hammar, B Raftopoulos & S Jensen (eds) **Zimbabwe's Unfinished Business: Rethinking Land, State and Nation in the Context of Crisis**, 217-241. Harare: Weaver Press.
- RAFTOPOULOS, B. 1996, Labour Internationalism and Problems of Autonomy and Democratisation in the Trade Union Movement in Southern Rhodesia, mimeo.
- RANGER, T. 2004, 'Nationalist History, Patriotic History and the History of the Nation: The Struggle over the Past in Zimbabwe', **Journal of Southern African Studies**, 30: 215-234.
- RUTHERFORD, B. 2003. Belonging to the Farm(er): Farm Workers, Farmers, and the shifting politics of citizenship. In: Amanda Hammar, Brain Raftopoulos and Stig Jensen (eds) **Zimbabwe's Unfinished Business: Rethinking Land, State and Nation in the Context of Crisis**. Weaver Press.
- SACHIKONYE, L. 2004. **Inheriting the earth: Land Reform in Southern Africa**. CIIR comment.
- SCHMIDT, E. 1990. 'Negotiated Spaces and Contested Terrain: Men, Women, and the Law in Colonial Zimbabwe, 1890-1939', **Journal of Southern African Studies**, 16: 4: 622-48.
- SIMONE, AbdouMaliq. 1998. **Urban Processes and Change in Africa**. CODESRIA Working Paper 3/97. Published by CODESRIA Dakar, Senegal.

- STONEMAN, C. 2000. Zimbabwe Land Policy and the Land Reform Programme. In: Bowyer-Bower, T.A.S and Stoneman, C. (eds) **Land Reform in Zimbabwe: Constraints and Prospects. SOAS studies in development geography**. Ashgate Publishing Ltd, England. Pp47-58.
- THWALA, W.D. and Khosa, M. (2007). Land and sustainable development in South Africa, In: Kojo S Amanor and Sam Moyo (eds) **Land and sustainable Development in Africa**. Forthcoming book. ZED Publishers London
- VAN ONSELEN, C. 1976. **Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900–1933**, Johannesburg: Ravan Press.
- WILDSCHUT A & HULBERT S (1998) A Seed Not Sown: Prospects for Agrarian Reform in South Africa. Mimeo. German Agro Action and the National Land Committee.
- WILLEMS, W, 2005. Peaceful demonstrators, violent invaders: Representations of the land question in the Zimbabwean press. **World Development** Vol 32, nº. 10. Pp 1767-1783.
- WORBY, E. 2003, The End of Modernity in Zimbabwe? Passages from Development to Sovereignty, In: Amanda Hammar, Brain Raftopoulos and Stig Jensen (Eds) **Zimbabwe's Unfinished Business: Rethinking Land**, State and Nation in the Context of Crisis. Weaver Press.
- WORLD BANK, 1991. **Zimbabwe: Agriculture Sector Memorandum**: Vol 1 and Vol 2. No. 9429-Zim. Washington.
- YEROS, P. 2002. **The Political Economy of Civilisation: Peasant-workers in Zimbabwe and the Neo-colonial World**, PhD Thesis, University of London.



A GEOPOLÍTICA DA REFORMA AGRÁRIA

PARIS YEROS

Departamento de Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

A questão agrária é freqüentemente compreendida, tanto em suas origens sociais quanto em seus resultados, como uma questão circunscrita nos limites do Estado.¹ Este nem sempre foi o caso. Nas suas origens históricas no fim do século XIX, a questão agrária passou a ser discutida no âmbito de uma questão mais fundamental, a questão nacional. Por sua vez, a questão nacional chegou a ser entendida como uma questão *internacional*, cuja resolução era sujeita a uma dialética de forças internas e externas.

Sabe-se que Marx e Engels não chegaram a propor uma teoria propriamente “internacional” – de fato, resistiam a tal ontologia –, mas nos seus escritos políticos, especialmente após as revoluções fracassadas de 1848, passaram a considerar a revolução burguesa como um fenômeno condicionado por contradições *transnacionais*, em todo o continente europeu. Foi então que usaram pela primeira vez o termo “revolução permanente”, derivado de uma visão do capitalismo como “totalidade”. Sabe-se também que eles não valorizaram o campesinato, o qual nas disputas políticas da época foi de fato reacionário. Porém, ao longo dos anos – de 1848 à Comuna de Paris e aos novos debates com os populistas e marxistas russos – reconheceram que a questão “camponesa” merecia mais atenção, analítica e programática.

Na Segunda Internacional formou-se uma ortodoxia em torno da “revolução por etapas” que efetivamente desassociou os Estados um do outro; ao mesmo tempo abriu-se o debate sobre o potencial político da reforma agrária

¹ Este trabalho desenvolveu-se a partir de discussões com Sam Moyo, Francesco Pierri, Claus Germer e Bernardo Mançano Fernandes e de debates no AIAS em Harare, no NEAD em Brasília, na UFPR em Curitiba, e no II Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2005), UNESP, Presidente Prudente. Agradeço aos meus colegas e aos participantes dos debates pelo estímulo e pelas críticas.

na revolução nacional, sem, no entanto, alteração da “linha dura”. A primeira grande divergência no interior da Internacional surgiu com a ascensão do marxismo “oriental” (e “periférico”), liderado por Lenin e Trotsky, a qual restaurou a abordagem dialética de Marx em primeiro plano. Por um lado, Trotsky aprofundou a teoria da revolução permanente (enquanto continuou a subestimar o campesinato); por outro lado, Lenin elevou a reforma agrária a um elemento-chave da questão agrária/nacional, desenvolveu seu entendimento da totalidade do sistema capitalista, ora imperialista, e colocou-se a favor de uma aliança operário-camponesa, sob liderança proletária. Em 1917, a aliança campo-cidade, embora desequilibrada e não suficientemente organizada, pôs em prática a primeira revolução permanente, contra as forças imperialistas.

No decorrer do século XX, todas as revoluções bem-sucedidas fundiram, sem interrupção, as tarefas burguesas e socialistas na resolução da questão nacional, e todas atribuíram à questão agrária a suprema importância (LÖWY 1981; AMIN 1990). E isto porque, por um lado, houve um reconhecimento de que na periferia do sistema, onde todas as revoluções se deram, a base social da revolução era esmagadoramente rural (composta de camponeses empobrecidos, semiproletários e proletários); e, por outro lado, a reação das forças imperialistas transnacionais impunha medidas defensivas, radicais. Na prática, se não na teoria, questão nacional e questão agrária eram intimamente ligadas e necessariamente internacionais.

Não seria inapropriado então dizer que, sob a globalização (entendida aqui como o conjunto das transformações econômicas e políticas no período após a crise dos anos 1970 e após a Guerra Fria), houve um retrocesso na prática e na teoria referentes a essas duas questões históricas, a agrária e a nacional. O que pretendo fazer aqui é revincular a questão agrária à nacional, rever o processo da reforma agrária no período pós-Segunda Guerra Mundial sob uma ótica internacional, e assim contribuir para a análise da conjuntura atual.

A NATUREZA DO IMPERIALISMO

O nosso ponto de partida é necessariamente o sistema como um todo. A contribuição de Lenin neste aspecto foi dupla: primeiro, por considerar as relações entre Estados imperialistas no serviço do capital financeiro; e se-

gundo, por reconhecer diferenciação e hierarquia entre Estados no sistema. Ainda assim, ele não propôs uma teoria internacional rigorosa, mas nos forneceu os fundamentos de tal teoria. Para nosso propósito, basear-nos-emos nestes fundamentos e levaremos em conta o debate a respeito da relação centro-periferia que seguiu a Segunda Guerra Mundial e a descolonização.

A relação centro-periferia é uma relação de poder que tira a sua força de duas lógicas conceitualmente distintas, uma econômica e outra política. Sua lógica econômica é a lógica da sociedade capitalista: o inexorável ímpeto de acumular capital. Sua lógica política é aquela do sistema de Estados: uma competição estruturada por segurança entre estados formalmente autônomos. O presente sistema contrasta com a idéia de um “Estado global” ou “império”, ou seja, um centro único de poder que coincide com a sociedade capitalista. É verdade que qualquer sistema político, seja internacional ou global, seria incumbido da mesma tarefa, qual seja, o controle das contradições de acumulação em escala mundial através das conhecidas formas de deslocamento (temporal e espacial, principalmente pela financeirização do capital) ou resolução (desvalorização/destruição de ativos). Num hipotético império/Estado global, o centro único de poder monopolizaria os meios de violência e imporá o deslocamento/resolução das contradições em escala mundial; seu único competidor seria o poder popular. Porém, no presente sistema *internacional*, o controle da acumulação se torna uma disputa *geopolítica*: esta é movimentada organicamente por alianças e conflitos de classe nacionais e transnacionais; e liderada estrategicamente por uma multiplicidade de centros de poder (Estados) buscando assegurar a acumulação de capital no interior de suas próprias fronteiras e projetar seu poder externamente para os mesmos fins.

Esse sistema internacional não é um sistema “horizontal” composto de unidades essencialmente similares em competição “anárquica”. Os Estados são diferenciados em suas estruturas econômica e social, que, por sua vez, são articuladas em escala mundial (AMIN 2003). Assim, alguns Estados (ou Estados regionalizados) controlarão os poderes financeiro e tecnológico, enquanto outros controlarão (pelo menos formalmente) apenas recursos naturais – incluindo recursos “estratégicos”; alguns Estados/regiões serão compostos principalmente por forças de trabalho industrial e pós-industrial, enquanto outros serão constituídos amplamente por camponeses semiproletários e trabalhadores urbanos informais e desempregados; até hoje

alguns Estados/regiões permanecem substancialmente articulados dentro de suas fronteiras, com seus sistemas de bem-estar erodidos, mas não desmontados, enquanto outros persistem perenemente desarticulados e em uma crise de reprodução social; alguns Estados/regiões continuam a determinar a lei internacional do valor através de seus monopólios, ao passo que outros permanecem subordinados a ela, tendo falhado em “nacionalizá-la”; e, claro, alguns Estados controlam imensamente mais poder militar que outros.

O sistema internacional, portanto, é um sistema *estruturalmente diferenciado*, formado por complexos de Estado-sociedade diferentes e articulados. Além disso, ele é um sistema *vertical*, constituído de centros dominantes e periferias dominadas, em uma relação “neocolonial”; esta inclui um número de “semiperiferias” híbridas, com tendências tanto neocoloniais quanto subimperialistas. A economia política do sistema internacional exhibe uma *dominância estrutural* do centro sobre a periferia cujo objetivo é o controle das contradições da acumulação em escala mundial. Isso não significa que as relações capitalistas e forças produtivas não se desenvolvam nas periferias; desenvolvem-se subordinadas econômica e politicamente, sob uma tendência geral de polarização. Também não significa que os estados centrais não acolham suas próprias vulnerabilidades, derivadas de sua articulação com o sistema como um todo, mas que as relações de poder desse sistema são altamente assimétricas. Da mesma forma que o mestre “depende” do serviçal na famosa dialética de Hegel, o centro “depende” da periferia; porém, a característica estrutural chave desse relacionamento não é de “interdependência”, mas sim de dominação.

A teoria da relação centro-periferia tem sofrido diversas críticas, sendo três as mais comuns, a respeito de seu “funcionalismo”, “determinismo” e “populismo”. Todas estas têm apontado para problemas reais, mas apesar de suas intenções de dismantelar a teoria, elas a têm esclarecido e fortalecido. Portanto afirmamos: 1 – a totalidade do sistema continua a determinar as partes, mas não extingue a agência das partes, as quais são capazes de condicionar, ou até de se afastar parcialmente, por meios revolucionários, da lógica do sistema, e combater a mesma lógica; 2 – a base econômica em escala mundial determina a superestrutura tanto nacional quanto internacional, mas não a determina diretamente, pois ideologia, política e Estado mantêm o potencial de autonomia relativa do capital; e 3 – enquanto a “contradição principal” do sistema permanece a de centro-periferia – isto é, a contra-

dição com influência preponderante sobre o curso de outras contradições –, a resistência à dominância estrutural depende da superação política das contradições no interior do estado periférico. Pois, o imperialismo ergue-se a partir das burguesias, pequenas burguesias, e fraquezas ideológicas e políticas da classe operária precisamente no interior do Estado periférico. Sem consciência proletária e força popular nacional – como Lenin, Trotsky, Mao Tse-Tung, Che Guevara, Ho Chi-Minh, Amílcar Cabral e Frantz Fanon nos ensinaram – não existe revolução permanente, mesmo em conjunturas internacionais relativamente favoráveis.

Com base neste breve esboço teórico, podemos investigar as relações entre Estados centrais e entre Estados centrais e periféricos nos períodos pós-guerra e atual.

É indubitável que, no período após a Segunda Guerra Mundial, houve uma transformação histórica nas relações entre Estados centrais. Não se tratava mais de uma rivalidade interimperialista selvagem, que tinha levado a humanidade a duas guerras gerais, mas de um consenso básico entre a Tríplice (EUA, Europa Ocidental e Japão), liderado pelos Estados Unidos, sobre a necessidade de manter o mercado relativamente livre e de gerenciar o sistema coletivamente. Esta transformação consolidou-se nas primeiras duas décadas do pós-guerra, sob a ameaça socialista da Guerra Fria, e persiste até hoje, embora em condição precária.

O mundo pós-guerra é, de fato, bem parecido àquele previsto por Kautsky. Só que a base material do consenso não consiste em uma fusão do capital em um “trust gigante”, como Samir Amin (2003) tem apontado, mas no crescimento das economias de escala a tal ponto que empresas transnacionais requeiram mercados de pelo menos 500 milhões de consumidores potenciais – ou seja, mercados necessariamente supranacionais – para manterem sua rentabilidade. A isto, podemos acrescentar o fato de que o grau de investimento *direto* estrangeiro entre os Estados centrais tem surgido como uma força orgânica incomparável àquela do período anterior (caracterizado principalmente por investimentos de portfólio), fortalecendo assim as tendências à coordenação.

No entanto, é importante ressaltar, primeiro, que este “imperialismo coletivo” em nenhum momento tem superado totalmente a rivalidade entre Estados centrais; a lógica *política* do sistema interestatal continua a impor competição geopolítica. De fato, as duas lógicas, econômica e política,

chegaram a ser tão profundamente contraditórias que vêm gerando no pós-Guerra Fria uma *indeterminação* imprevisível entre consenso e rivalidade imperialista, e cujo resultado nos últimos anos tem sido a transição (ou vacilação?) do “Consenso de Washington” à “Virada Bush”. Segundo, é importante reconhecer que esta evolução histórica na base econômica do imperialismo, como se verá mais adiante, se deriva, na primeira instância, de forças sociais que desafiaram a própria existência do capital, especialmente no pós-guerra, obrigando-o a estabelecer e aprofundar as bases econômicas e políticas da aliança capitalista tricontinental. Terceiro, o imperialismo, seja consensual ou conflituoso entre os Estados centrais, permanece um sistema selvagem e perigoso para toda a humanidade. Enquanto a contradição principal permanece a do centro-periferia, com sua violência sistemática contra a periferia, as ameaças geradas pela “racionalidade” do sistema, desde a degeneração ambiental até a proliferação nuclear ou o “boomerang” reacionário fundamentalista, atingem a todos, no centro e na periferia.

Se as relações entre Estados centrais têm mudado, as relações entre centro e periferia permanecem essencialmente inalteradas. Dizer isso hoje pode parecer estranho para alguns. Contradiz-se, obcecadamente, que a industrialização está sendo difundida progressivamente na periferia – basta ver a Ásia do Leste, a Índia e sobretudo a China... – ou que a globalização transcendeu o princípio de soberania nacional (HARDT e NEGRI 2000). A última afirmação é nada mais que um desejo alienado, alimentado pelo eurocentrismo, que se recusa a reconhecer hierarquia entre nações e proletariados. A primeira afirmação, igualmente eurocêntrica, é a própria *ideologia* de modernização do pós-guerra.

A relação centro-periferia é uma relação de poder, poder este que não se reduz a indústria, mas que inclui poder financeiro, tecnológico, militar e ideológico, e cujo objetivo é o de exercer controle sobre as contradições de acumulação em escala mundial. Isto não exclui industrialização periférica. Porém, cabe ressaltar que a indústria não tem atingido diretamente a maioria da população do mundo, e onde se desenvolveu, ela tem sido de caráter *comprador* e, com pouquíssimas exceções, socialmente distorcida. Esta é a regra.

Não é por acaso que, desde que se consolidou a relação centro-periferia no final do século XIX, nenhuma nova “grande potência” tem emergido sob a lei internacional do valor. As únicas que conseguiram superar a dominância estrutural foram aquelas, como veremos, beneficiadas de

um “tratamento especial” para fins geoestratégicos ao longo da Guerra Fria, isto é, a Europa Ocidental e o Japão, ambas destruídas pela Segunda Guerra, e secundariamente os “milagres econômicos” da Ásia do Leste. Os outros dois casos de superação da dominância estrutural têm sido a União Soviética e a China, que se afastaram, parcialmente, por meios revolucionários, da lógica do sistema.

Também não é por acaso que hoje em dia a China é o país economicamente mais dinâmico. Seu crescimento inédito deve-se em grande medida ao seu afastamento histórico da lei internacional do valor, à sua consolidação nacional e à formação de uma burocracia poderosa, capaz de comandar a sua reintegração no mercado internacional nos termos de sua escolha. Claro que, se a regra a respeito da industrialização periférica for vencida no caso da China, será a exceção. Cabe ressaltar que, além de seu poder militar, a exceção da China consiste em seu poder financeiro, baseado no seu enorme superávit comercial, o qual atualmente financia o enorme déficit comercial dos EUA. Não se trata de qualquer país periférico ou semiperiférico. De fato, trata-se da emergência contínua de uma grande potência, cujo poder industrial, financeiro e militar está arrebatando a indeterminação entre consenso e rivalidade imperialista.

Em todos os casos, o exercício de poder do centro sobre a periferia consiste no impedimento, senão necessariamente do crescimento econômico fora do centro, certamente do crescimento econômico *estrategicamente independente* do centro, isto é, fora de controle imperial. Este poder é exercido tanto entre “aliados” quanto contra “inimigos”, e não apenas contra inimigos socialistas, mas também capitalistas estrategicamente independentes. O caso clássico desta lógica, mencionado acima, tem sido a reconstrução rápida da Alemanha e do Japão no pós-guerra, ambas desmilitarizadas e mantidas desde então estrategicamente dependentes dos EUA. O caso atual chinês é o de um crescimento econômico dependente de investimentos, mercados e recursos naturais estrangeiros, mas com uma postura estratégica ainda independente. E, neste caso, a estratégia dos EUA – consolidada na Estratégia Nacional de Segurança de 2002 (a virada Bush) – tem sido a de minar a independência chinesa, ou de qualquer outro “competidor estratégico”, por controlar unilateralmente os recursos naturais da Ásia Ocidental.

Seja como for a estratégia atual contra competidores estratégicos, a estratégia imperial contra o nacionalismo independente, mesmo contra países

que não são candidatos ao *status* de “grande potência”, utiliza instrumentos diversos. Pode-se dizer que em muitos casos a estrutura socioeconômica desarticulada e dependente tem se reproduzido automaticamente, mas onde o crescimento econômico na periferia chega a ameaçar a condição de dependência, outros instrumentos, mais deliberados – econômicos, sociais, políticos e militares – são ativados. Por um lado, afirma-se que, no período do imperialismo coletivo, a guerra se tornou um fenômeno Norte-Sul, para resolver a escalada das contradições do sistema como um todo. Por outro lado, instrumentos militares menos diretos, como golpes de Estado, têm sido usados, em aliança com burguesias domésticas, e, mais comumente ainda, uma mistura de violência doméstica cotidiana juntamente com medidas econômicas, sociais e políticas para cooptar forças sociais potencialmente independentes. Em todos estes casos, a estratégia tem sido a de manter não apenas a ordem social, a qual preocupa especialmente a posição privilegiada das burguesias domésticas, sustentadas por ideologias eurocêntricas, mas também a desarticulação e dependência econômica do Estado periférico como um todo, que preocupa especialmente a posição das burguesias imperialistas.

É aí que se encontram as duas questões históricas, a nacional e a agrária.

TRANSIÇÃO AGRÁRIA E QUESTÃO NACIONAL

A questão nacional é a questão da soberania. Não se trata de uma condição absoluta, ela é sempre relativa, e nunca se transforma em isolamento sem conseqüências para todo o sistema. Soberania é uma condição bidimensional, com facetas internas e externas, sendo estas dialeticamente relacionadas; também se trata de um projeto substantivo, popular e material, não meramente de uma formalidade constitucional. Após a Segunda Guerra Mundial, com a dissolução dos impérios europeus, a soberania nacional estabeleceu-se como princípio da ordem política mundial, que desde então vem se chocando com a lógica do imperialismo. Como vimos acima, a estratégia do imperialismo é de minar o aprofundamento da soberania na periferia para manter a sua desarticulação herdada do colonialismo.

Pergunta-se, em que consistiria a resolução da questão nacional? Consistiria em três medidas que visam à nacionalização da lei do valor: demo-

cracia, especialmente a liberdade e autonomia da classe trabalhadora; nacionalização do grande capital, que implica a expropriação de interesses financeiros e industriais, estrangeiros e domésticos; e reforma agrária, que implica a desapropriação das grandes propriedades agrícolas. São medidas dialeticamente relacionadas: não se pode perseguir uma sem a reação do capital como um todo.

A questão agrária, por outro lado, é a questão da transição dupla, da sociedade pré-capitalista e agrária à sociedade capitalista e industrial. Na segunda metade do século XIX, a questão agrária/ camponesa tratava-se de como ganhar o apoio do campesinato para completar, ou até superar, esta transição, ou como entender as novas tendências socioeconômicas no campo decorrentes da expansão do capital. No século XX, após a Revolução Bolchevique, a questão ganhou um terceiro sentido: como fazer a transição à sociedade socialista e industrial, ou seja, como submeter a acumulação agrícola à industrialização planejada. Salta à vista que, em todos os casos, a questão agrária era quase fundida com a questão nacional. Tratava-se de um grande salto para frente, à sociedade moderna, industrializada, democrática e soberana.

Todavia, ninguém na época previa – inclusive Lenin, para quem a questão nacional era uma questão claramente antiimperialista – a possibilidade de desarticulação sistemática e de polarização mundial continuada. No entanto, no decorrer do século XX, afirmaram-se dois processos históricos relacionados: a *bifurcação* entre a transição capitalista e industrial; e a *desarticulação* das transições industriais. Em outras palavras, embora a lógica do capital tenha transformado as relações de produção no campo ao redor do mundo, a industrialização tem sido confinada efetivamente ao centro do sistema, juntamente com um punhado de países semiperiféricos; dentre esses últimos, a dupla transição tem se dado em condições dependentes e socialmente distorcidas.

Enquanto a questão agrária refere-se à transição à modernidade, a reforma agrária tem sido vista como um instrumento-chave para esta transição. Como vimos, a reforma agrária (entendida aqui no sentido estrito, da redivisão da terra) nem sempre teve o apoio das forças progressivas; foi só no século XX que virou um instrumento claramente revolucionário. No entanto, até hoje há certa resistência à reforma agrária. Duas objeções levantam-se. Primeiro que a reforma agrária, ao invés de ser uma medida revo-

lucionária, acaba sendo uma medida conservadora e pacificadora, por criar uma nova pequena burguesia no campo. Segundo, que a transição histórica ao capitalismo se completou pela própria lógica do capital, atalhando assim intervenções radicais no campo; em países semiperiféricos, acrescenta-se, a transição foi de fato dupla, capitalista e industrial.

As críticas não são irrelevantes, mas são profundamente não-dialéticas. É claro que a reforma agrária tem criado pequenas burguesias e tem sido uma medida paliativa na grande “revolução passiva” periférica; hoje em dia, tem ganhado até o apoio do Banco Mundial. Também é claro que a reforma agrária não serve mais uma transição ao capitalismo e à industrialização formalmente entendida. Porém, não se pode separar questões econômicas de questões políticas. Em primeiro lugar, a transição capitalista tem criado uma situação específica na periferia do sistema, marcada pela semiproletarização crônica e pelo surgimento de movimentos rurais dinâmicos, movimentos que hoje em dia são o epicentro de resistência popular militante, em contraste à cooptação e submissão sindical. O fato de que estes movimentos continuam a vacilar entre consciência pequeno-burguesa e proletária apresenta possibilidades revolucionárias, isto é, possibilidades de disputar o caráter de reformas rumo a reformas radicais, *sem interrupção*, que levariam ao cooperativismo avançado e ao trabalho coletivo no campo. Em segundo lugar, a transição capitalista/industrial não pode ser vista como uma transição formal, como se fosse uma “etapa”; é a substância desta transição que nos interessa, isto é, o fato de que a soberania nacional tem sido, e continuará a ser, incompleta, comprometida pela particularidade das transições agrárias e industriais na periferia. Enfim, qualquer tentativa de aprofundar a soberania necessitaria medidas radicais tanto na cidade quanto no campo, medidas que implicariam a reestruturação fundiária e produtiva no campo; e aí a escolha sempre será a de reestruturar “de cima” ou “de baixo”.

A longa transição à modernidade na periferia do sistema é o resultado tanto da lógica interna do capital como das lutas sociais transnacionais. Podemos identificar seis transições:

- a) a experiência dominante de reformismo elitista e de industrialização mínima na África, Ásia, e América Latina;
- b) exceções desenvolvimentistas de profundas reformas estruturais, pactos de classe, e desenvolvimento industrial estrategicamente protegido, a saber, na Ásia do Leste e no Sul da Europa;

- c) experiências de industrialização dependente, por meio de reformismo elitista, tal como na Índia, Brasil e Ásia Oriental pós-1985; ou sem reformismo, como nos regimes minoritários brancos da África do Sul e Zimbábue;
- d) revoluções “vindas de cima”, tal como na Europa Oriental liderada pelos soviéticos, ou “vindas de baixo” como na China, Cuba e Vietnã, conduzindo a maiores ou menores experiências de desenvolvimento agroindustrial articulado;
- e) experiências de reintegração de economias planejadas ao capitalismo internacional e sua “periferização” – com a proeminente exceção da China; e
- f) experiências de desindustrialização de economias capitalistas sob ajuste estrutural (cujo caso mais agudo talvez tenha sido o do Zimbábue).

Estas transições subordinadas têm sido acompanhadas pela hegemonia ideológica do eurocentrismo, a ideologia do imperialismo, que no pós-guerra abandonou formalmente suas justificativas biológicas para dar lugar a um racismo culturalizado, mais apropriado ao novo sistema de nações formalmente autônomos. Hoje em dia, o eurocentrismo manifesta-se na ideologia da modernização evolucionária, ou “por etapas”, que nega a existência da contradição centro-periferia. Manifesta-se também em ideologias raciais diversas no interior de Estados, tal como as de “embraquecimento”, “mestiçagem” e “multiculturalismo”.

Neste contexto, fica clara a importância histórica dos novos movimentos rurais. São estes que vêm agregando e mobilizando os condenados da terra ao redor do mundo, desafiando o capital pela sua postura autônoma e militante e, em muitos casos, reabrindo debates sobre a identidade nacional, seu passado racista e seu futuro soberano.

De fato, estamos em pleno desdobramento da “quarta” fase da questão nacional, cujas forças são diversas em escala mundial, mas cuja esperança mais promissória atualmente encontra-se precisamente entre os novos movimentos rurais. É útil identificar as três fases anteriores da questão nacional para entender melhor a conjuntura atual. Essas incluem as de: 1789-1914, decorrentes das revoluções Francesa e Haitiana, a fase de reformismo político e de criação de Estados na Europa Centro-Occidental, de independências oligárquicas

brancas na América Latina, e da marcha para frente do imperialismo; 1917-1945, envolvendo o colapso dos impérios na Europa Centro-Oriental, a revolução na Rússia e o crescimento do populismo “mestiço” na América Latina; e 1945-1989, o período de descolonização na Ásia e África acompanhada por novos populismos e pelo revolucionismo de maneira mais ampla na periferia. A presente fase permanece controversa e contraditória em seu caráter e direcionamento político, abrangendo uma vasta gama de forças. Um olhar rápido revelaria um movimento antiglobalização, agregando movimentos rurais, urbanos, operários, feministas, ambientalistas, indígenas, negros e de casta; a formação de um bloco de Estados periféricos em negociações comerciais; a radicalização de Estados, a saber, Venezuela, Bolívia e Zimbábue; e não menos importante, o crescimento do fundamentalismo islâmico.

Argumenta-se que esta conjuntura fervente marca, de fato, o fim da questão nacional, decorrente da “globalização” do capital e das lutas sociais (NEGRI & COCCO, 2005). Mas este não é o caso. Embarcamos em uma nova fase histórica na qual a contradição centro-periferia está sendo mais uma vez questionada, de maneira *transnacional*, com base em novos nacionalismos periféricos, pan-nacionalismos, e internacionalismos correspondentes. O nosso desafio, portanto, é de *engajar criticamente* com o nacionalismo periférico, ao invés de *desengajar* criticamente, de maneira eurocêntrica, ou mesmo engajar *não-criticamente*, de maneira populista.

Para nosso propósito aqui resta focar a dinâmica mundial da reforma agrária e os desafios atuais enfrentados por movimentos rurais.

IMPACTOS DAS REVOLUÇÕES

A reforma agrária é um fenômeno dialético, de realização nacional, mas com fortes implicações em escala mundial, que desafia a segurança do capital como um todo. Muitas vezes, como atualmente no Brasil, fala-se da “correlação de forças” em relação a mudanças estruturais, como a da reforma agrária, mas o uso deste conceito deixa muito a desejar. Primeiro, porque falta uma análise internacional (como veremos aqui); e, segundo, porque é sujeito a interferência ideológica (próxima seção).

As fontes da reforma agrária são sempre lutas sociais locais, e o resultado destas lutas depende, no final das contas, de sua firmeza ou fraqueza

política e ideológica. Contudo, todo este processo de mobilização e confronto com o capital é movimentado por forças transnacionais e contradições gerais do sistema que condicionam o curso da reforma agrária. Isso ficou claro na primeira grande revolução, da França. Essa foi resultado de uma dialética acirrada de fatores externos e internos: por um lado, a crise econômica e fiscal do Estado francês, em decorrência do seu apoio militar à guerra anticolonial dos EUA contra a Grã-Bretanha, o adversário estratégico principal da França; por outro lado, a mobilização ampla da sociedade francesa contra a monarquia, juntando ideólogos burgueses com pobres da cidade e do campo. Por sua vez, o resultado revolucionário desta conjuntura arrebatou o sistema inteiro, tanto na Europa quanto nas colônias, por ter desafiado a ordem social e a legitimidade política dos demais Estados/impérios e as relações entre si. Logo, a dialética entrou numa segunda fase, a das guerras napoleônicas, marcada pela exportação da revolução no continente e da contra-revolução, como também pela revolução dos escravos no Haiti; e, em seguida, a terceira fase das “revoluções passivas” na Europa e das independências oligárquicas brancas na América Latina.

A Revolução Bolchevique seguiu um processo revolucionário semelhante, de guerra internacional, mobilização social interna, colapso do Estado, revolução, contra-revolução, guerra civil, reformismo social na Europa e novas mobilizações sociais na periferia. No entanto, a exportação programática da revolução foi comprometida pelo fracasso revolucionário no resto da Europa e pelas fraquezas e retrocessos internos da União Soviética. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial que a União Soviética foi compelida pela competição estratégica e obrigada por forças revolucionárias na periferia a assumir uma postura mais solidária, embora contraditória. Efetivamente, a Guerra Fria entre capitalismo e socialismo travou-se a partir das mobilizações sociopolíticas na periferia do sistema (SAULL, 2007). Estas mobilizações e guerras de libertação obrigaram não apenas a União Soviética, mas o próprio imperialismo, liderado pelos Estados Unidos, a ajustar-se para assegurar a sua sobrevivência estratégica.

O desafio da reforma agrária ao imperialismo encontra-se no fato de que o processo de mobilização social pela reforma agrária e a reforma agrária em si contêm o potencial de quebrar o padrão de acumulação desarticulada do Estado periférico e levar ao desenvolvimento autônomo. Tal mobilização e desenvolvimento, por sua vez, têm efeitos internacionais demonstrativos,

por inspirar solidariedade antiimperialista e incentivar a difusão do radicalismo. Portanto, qualquer país que se rebela, seja ele do tamanho da China ou de uma pequena ilha no Caribe, logo vem a enfrentar a ira da reação. Na Guerra Fria, o foco geopolítico da contradição centro-periferia espalhou-se da Ásia à América Latina e à África, criando assim um terreno transnacional de lutas contra o imperialismo. Por outro lado, o fim da Guerra Fria não apagou as contradições sociais do sistema, mas tirou da cena a União Soviética que, querendo ou sem querer, abria um espaço geopolítico para lutas nacionais ao redor do mundo.

Podem-se identificar três momentos ao longo da Guerra Fria que influenciaram o curso da reforma agrária mundialmente: as revoluções na China no final dos anos de 1940, em Cuba no final dos anos de 1950, e as revoluções simultâneas dos anos de 1970 na Ásia, na África e na América Central – incluindo o Vietnã, as colônias portuguesas de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e os Estados formalmente independentes da Etiópia e Nicarágua. Todos estes foram momentos decisivos nos quais o controle imperial foi vencido por forças radicais na periferia do sistema. E em todos os casos, o imperialismo foi mobilizado de formas diversas, conforme necessidades, para retomar controle, tanto nos focos de conflito quanto em outros lugares na periferia onde forças sociais viam-se incentivadas pela nova correlação de forças. Medidas tomadas pelo imperialismo incluíram mobilização militar, junto com reformas agrárias *controladas*, em aliança com classes dominantes no interior dos Estados periféricos.

As primeiras reformas agrárias deram-se na Ásia do Leste imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Estas eram de fato profundas e serviram como laboratório para a política estadunidense de reforma agrária no resto da periferia (MOYO e YEROS, 2005). Sob a ameaça revolucionária, liderada pelos comunistas chineses, oficiais dos EUA chegaram logo à conclusão que a menos que fossem abolidas as relações não-capitalistas no campo, a influência geopolítica seria concedida à União Soviética. Assim, nos cinco anos após a guerra, três países, Japão, Coréia do Sul e Taiwan, foram submetidos a reformas fundiárias de grande escala, juntamente com supressão militar de forças radicais. Em todos os casos, a reforma agrária foi implementada sem a marginalização das oligarquias políticas, as quais foram compensadas, induzidas ao desenvolvimento industrial rápido, com ajuda econômica e tecnológica sustentada, e transformadas em classes industriais

aliadas aos EUA. Cabe ressaltar que, ao mesmo tempo, reformas agrárias foram feitas também na Itália, enquanto o projeto de reconstrução rápida estava em pleno vôo na Europa Ocidental, costurando assim as bases sociais, econômicas e políticas da aliança imperialista tricontinental.

Tais medidas sociais radicais não foram necessárias nas Filipinas, país vizinho aos “milagres” econômicos asiáticos, ou na Guatemala, onde as forças radicais foram vencidas por meios militares, incluindo um golpe de Estado, e onde as reformas agrárias já feitas foram revertidas. Medidas radicais também não foram precisas em outros Estados nos anos 1950, onde reformas agrárias foram feitas por governos nacionalistas, como na Bolívia ou no Egito, ou em monarquias como no Irã – reformas que foram controladas ou por intenção ou por fraquezas sociais internas, e sempre sob o olhar externo. Em esferas de influência não-estadunidenses, como as colônias britânicas e francesas na África, respectivamente no Quênia e na Argélia, o reformismo agrário passou pelo conhecido processo de mobilização militar imperial e supressão sangrenta de revoltas sociais, seguido por descolonização negociada, reformismo agrário (mais extensivo na Argélia) e cooptação neocolonial das novas classes dirigentes.

Uma segunda vaga de reformas agrárias registrou-se na América Latina após a Revolução Cubana. A revolução inspirou uma nova onda de militância no continente que obrigou os EUA a agir novamente contra elementos não-capitalistas. Sob a bandeira da Aliança para o Progresso, lançada em 1961, uma série de reformas agrárias foram implementadas, geralmente contra os desejos das classes latifundistas. Mais uma vez, o objeto era uma reforma agrária controlada, visando a criação de uma pequena burguesia conservadora, juntamente com repressão contra os excluídos. No entanto, pelos meados dos anos 60, o novo reformismo social estava se enterrando sob, por um lado, a proliferação do radicalismo e, por outro, a reação unificada das burguesias industriais e agrárias brancas. Nessa conjuntura histórica, os EUA mudaram o rumo reformista, substituindo a reforma agrária pela modernização tecnológica do latifúndio, juntamente com apoio às ditaduras militares, conforme a necessidade. Assim, uma série de golpes de Estado, do Brasil em 1964 ao Chile em 1973, estabeleceu a estrutura política para a reorganização das agriculturas latino-americanas, para a sua modernização sem o deslocamento das classes dominantes, para a sua integração no complexo agroindustrial estadunidense e para a manutenção da acumu-

lação desarticulada. Ao mesmo tempo, esta “revolução verde” estava sendo difundida na Ásia, a partir da Índia castista, sob governo nacional-populista aliado à União Soviética.

O terceiro momento da reforma agrária foi profundamente contraditório em suas tendências e imprevisível em seus resultados. Por um lado, a América Latina tinha sido, aparentemente, assegurada pelo imperialismo, e, a partir do golpe de Estado no Chile, um novo modelo econômico monetarista ‘neoliberal’ estava sendo implementado. Por outro lado, esta era a época da crise geral do imperialismo, econômica, política e ideologicamente. A crise foi o resultado orgânico, primeiro, da sobreacumulação do capital em escala mundial, com o amadurecimento das economias alemã e japonesa e a sua competição direta com a economia estadunidense; e, segundo, da reativação das lutas sociais no centro, culminando em 1968, e da proliferação das lutas de libertação na periferia, especialmente no Vietnã, as quais apertaram a rentabilidade e a segurança do capital em escala mundial. Juntamente com a guerra no Vietnã, o imperialismo sofreu derrotas militares nas colônias portuguesas na África, como também revoluções na Etiópia e em seguida na Nicarágua. Nos últimos casos (África e América Central), a pequena ilha de Cuba, aproveitando da crise geral, prestou solidariedade, incluindo apoio militar, aos movimentos armados, em uma segunda tentativa de exportar e defender a revolução na periferia. A União Soviética também aproveitou a crise geral e proveu abrigo geopolítico às lutas periféricas e às iniciativas de Cuba, porém, sem superar as suas próprias contradições que a levaram a invadir o Afeganistão no final da década de 70. Finalmente, a China entrou no jogo em um período de transição da Revolução Cultural à acomodação ao imperialismo, apoiando tanto a luta de libertação em andamento no Zimbábue quanto os adversários da União Soviética e aliados dos EUA em Angola.

Nessa conjuntura, a resposta do capital, ainda liderado geopoliticamente pelos EUA, mas com divergências significativas interimperialistas, foi de reestruturar a produção no centro e exportá-la para determinados lugares na periferia, especialmente na Ásia do Leste; de financeirizar o capital através da desregulação dos sistemas monetários e financeiros; de implementar uma política “monetarista”, com altos juros nos EUA; e de arcar simultaneamente com novos gastos em tecnologia militar. O resultado foi a retomada de poder em escala mundial, submetendo todas as economias do mundo, in-

clusive dos aliados europeus e japoneses, ao poder financeiro e à moeda estadunidense, baseados nos centros de poder em Nova York e Washington.

Em poucas palavras, chegamos assim ao “Consenso de Washington”, à erosão do Estado de bem-estar no centro, à derrota da rebelião periférica, sustentada pelo poder geopolítico soviético, e em seguida ao colapso da própria União Soviética e à consolidação da chamada “globalização”. Dali em diante, Estados periféricos vieram a ser gerenciados por meio das suas dívidas, denominadas em dólares, e das novas elites financeiras que replicaram o modelo monetarista de desregulação financeira, altos juros e controle da inflação. Este modelo teve a sua contrapartida neoliberal no campo, onde um novo período de mudanças estruturais veio a integrar cada vez mais a agricultura aos mercados externos e ao complexo agroindustrial global liderado por um punhado de empresas transnacionais. Ao mesmo tempo, uma onda de medidas reacionárias, sob a liderança intelectual e financeira de instituições internacionais, como o Banco Mundial, deu início à privatização de terras estatais, coletivas ou comunais/indígenas, cadastrando e estabelecendo títulos privados de terra para o melhor funcionamento do mercado. Foi só depois do fim da Guerra Fria que a reforma agrária voltou à pauta internacional, ora geopoliticamente “segura”, controlada e baseada nas leis do mercado e num raciocínio neoliberal/neopopulista.

Cabe ressaltar que durante esta transição à globalização, os outros conhecidos instrumentos de controle imperial não foram abandonados. No caso da América Central, o uso do poder militar através do armamento de milícias contra-revolucionárias foi decisivo; na África Austral, a atenção virou-se para o Zimbábue, onde esforços imperialistas foram escalados, a partir do poder militar do regime de apartheid na África do Sul, para evitar desdobramentos revolucionários semelhantes aos das colônias portuguesas. Neste último caso, a transição negociada ao neocolonialismo foi efetuada em 1979, composta por democracia parlamentar e manutenção da estrutura econômica, isto é, de concentração fundiária nas mãos da burguesia branca e de acumulação desarticulada.

Vimos que as mobilizações sociais da segunda metade do século XX obrigaram a reestruturação do imperialismo. As mesmas obrigaram também a transição final ao capitalismo na periferia do sistema, com a tendência de abolição de relações não plenamente capitalistas no campo e a modernização das grandes propriedades agrícolas. Trata-se da segunda grande “revo-

lução passiva”, agora alcançando a periferia do sistema, a partir das pressões geopolíticas criadas pelos três momentos revolucionários do pós-guerra – pós-China, pós-Cuba, e pós-Vietnã.

Num trabalho recente (MOYO e YEROS, 2005), identificamos cinco caminhos ao capitalismo no campo (fora das revoluções socialistas) que marcaram a segunda metade do século XX na periferia do sistema. Nota-se que estes caminhos não são mutuamente excludentes, havendo combinações de experiências no interior do Estado. São estes:

- a) a dominante via “junker”, de transformação de grandes propriedades em empresas plenamente capitalistas na América Latina, África Austral e Ásia (fora da Ásia do Leste);
- b) a via “mercantil” do capital não-rural, envolvendo comerciantes, pequeno-burgueses, burocratas, militares e profissionais que ganharam acesso à terra através do Estado, do mercado ou da reforma agrária;
- c) a via “estadual”, envolvendo terra apropriada pelo Estado ao longo do projeto desenvolvimentista; esta está em reversão por meio de privatizações, concessões a interesses privados, ou conversão ao ecoturismo;
- d) a via do “camponês rico”, de pequeno-burgueses gerados pelas tendências orgânicas do capitalismo e pelas políticas do Estado, incluindo a reforma agrária;
- e) a via do “camponês pobre”, envolvendo as massas de camponeses semiproletários e proletarizados que migram entre campo-cidade ou através de fronteiras internacionais em procura de trabalho, e freqüentemente dividem-se em lares duplos (campo-cidade). eles também participam de guerras, muitas vezes de natureza econômica/não-emancipatória, baseadas no comércio de diamantes, petróleo, madeira e coca, ou se urbanizam em condições precárias, ou lutam pela sua re-camponização.

Temos argumentado que esta última via tem gerado uma classe “semiproletária”, não apenas em termos *objetivos*, mas também *temporais*, no sentido de oscilar entre perda e recuperação de acesso a terra, e *subjetivos*, no sentido amplo de não querer se urbanizar plenamente, por razões diversas. Ao longo dos últimos vinte anos este semiproletariado vem crescendo com

integração de proletários vindos de origens diversas, isto é, os demitidos de minas ou os desempregados das cidades. Em países plenamente periféricos, o semiproletariado representa a grande maioria da população, enquanto em países semiperiféricos, altamente urbanizados, a representação numérica é necessariamente menor mas não menos significativa em termos políticos. Temos argumentado também que, no período neoliberal, têm surgido novos movimentos rurais ao redor do mundo, tanto na periferia quanto na semiperiferia, que vêm organizando e mobilizando o semiproletariado, usando táticas militantes, como a ocupação de terra, enfrentando o capital agrário e o Estado neocolonial, e abrindo novos debates nacionais e transnacionais anti-hegemônicos. Estes movimentos rurais, onde se encontram, são o epicentro da luta antiimperialista, nesta quarta fase da questão nacional.

A NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

O fim da Guerra Fria afastou a União Soviética do papel que desempenhava na política internacional e consolidou a transição à globalização. Isto é, a reestruturação econômica neoliberal que vinha se impondo desde os anos 70 foi fortalecida pela homogeneização político-ideológica mundial. Porém, não se tratava do “fim da história”, pois as contradições sociais na periferia do sistema que movimentavam o conflito Leste-Oeste continuaram a interromper a nova “paz”. Dois acontecimentos em especial marcaram a nova era: a insurreição armada zapatista no sul do México em 1994 e a re-radicalização do movimento de libertação no Zimbábue a partir de 1997, ambas vindas do campo.

A transição à globalização tem sido contraditória. Por um lado, o modelo neoliberal consolidou-se em todo lugar, agravando as contradições sociais vigentes; por outro, o modelo econômico foi acompanhado por uma abertura política, marcada pela democratização (ou redemocratização) ao redor do mundo, a qual tem possibilitado a reorganização das forças sociais em um novo espaço “civil”. É esse espaço civil que tem facilitado a emergência de diversos movimentos sociais que hoje integram o movimento antiglobalização, como também de movimentos que nos últimos anos têm chegado ao poder do Estado pela via das urnas, como no Brasil, na Bolívia e na Venezuela (embora com menor grau de organização sociopolítica).

Todavia, a nova sociedade civil não é um espaço de plena liberdade e autonomia, pois a sociedade civil, por definição, é um dos terrenos onde se fundamenta o próprio poder do capital. Na época neoliberal, em particular, a sociedade civil tem sido o espaço onde o capital tem obrigado a sociedade a conciliar-se com a lógica do capitalismo neoliberal. Este processo de “civilização da sociedade” tem sido complexo, constituído por iniciativas diversas de cooptação por parte do capital, por agências doadoras internacionais, pela fraqueza político-ideológica dos próprios movimentos, e pela repressão do Estado contra os “não-civilizados”. É aí que se encontra o fenômeno contraditório da radicalização, fora da sociedade civil (México e Zimbábue), e da via parlamentar, dentro da sociedade civil (Brasil, Bolívia, Venezuela).

O novo período histórico apresenta novos desafios. É claro que não se pode descartar os novos espaços políticos, mas também não se deve superestimá-los. Nos últimos anos, a superestimação da sociedade civil tem ganhado vigor através da ressurreição do pensamento “gramsciano”, o qual, diz-se, atribui possibilidades radicais à sociedade civil. Esse não é exatamente o caso. Para Gramsci, essa possibilidade encontrava-se nos Estados “ocidentais” da época, onde reinava a sociedade civil, ao contrário dos Estados “orientais”, e especificamente da Rússia czarista, onde reinava a coerção do Estado. A periferia do sistema atual não é comparável a nenhum dos dois, sendo que os Estados periféricos de hoje ocupam um meio-caminho entre democracia e autoritarismo. Aqui a sociedade civil está altamente constrangida, sem capacidade de representar as aspirações de grandes camadas da sociedade. Não é por acaso que a violência contra os sem-terra no Brasil continua com impunidade, enquanto os grandes centros urbanos e favelizados encontram-se abandonados em uma guerra civil de baixa intensidade. No final das contas, qualquer tentativa de ir além dos parâmetros da sociedade civil *neocolonial* será sujeita a cooptação e repressão pelo Estado e os seus aliados nos Estados centrais.

Ao mesmo tempo, o quadro internacional continua em transição. O fim da Guerra Fria tem fechado um espaço histórico de manobra na periferia do sistema, por ter retirado da cena um possível aliado geopolítico contra o poder imperial. Ao mesmo tempo, consolidou-se a nova estratégia geopolítica dos EUA, cujo objetivo principal é o de reposicionar-se entre aliados e inimigos para controlar diretamente os recursos naturais da Ásia Ocidental;

a “guerra contra o terror” é o seu novo discurso político, no lugar do antigo “anticomunismo”. No entanto, o poder imperial nunca é total; novos espaços geopolíticos já existem, e outros podem ser criados em função das contradições e vulnerabilidades do imperialismo.

Primeiro, é importante salientar que uma série de conflitos foi encerrada em decorrência do fim da Guerra Fria, com grande destaque na África Austral, incluindo a democratização da África do Sul. Nesse caso, o movimento de libertação chegou ao poder do Estado, sob as conhecidas condições neocoloniais. Porém esta situação permanece instável, dado que o movimento de libertação vem de uma história radical e mantém raízes fortes na população. A sua re-radicalização, como aconteceu no Zimbábue, é certamente possível. Segundo, uma grande parcela da periferia viu-se rebaixada na ordem de importância geoestratégica, cujo resultado principal tem sido a recusa por parte dos EUA a envolverem-se em determinadas guerras civis ou a escalar e militarizar determinados conflitos sociais. Isso ficou claro precisamente no caso do Zimbábue, onde o conflito em torno da reforma agrária radical não foi escalado e militarizado, como fora, anteriormente, durante a Guerra Fria, por meio do regime de apartheid na África do Sul.

Terceiro, ao lado da intervenção estadunidense direta na Ásia Ocidental, nota-se em outros lugares a tendência a aceitar, tolerar, ou até promover, iniciativas regionais de cooperação e de segurança, isto é, tentativas de integração ou de balanceamento à distância. Destacam-se, entre outras, a nova cooperação nuclear dos EUA com a Índia, contra a China; e as iniciativas de integração e de segurança coletiva por “líderes regionais”, isto é, Estados semiperiféricos, como a Nigéria, a África do Sul e o Brasil. Nestes últimos casos, a intenção dos EUA é de relegar iniciativas regionalistas ao nível regional e, ao mesmo tempo, controlar o seu potencial de se transformar em projetos estrategicamente independentes. No entanto, estes regionalismos apresentam uma rara oportunidade política para ação coletiva, contra desenhos imperialistas.

Apesar destes novos espaços, os conhecidos instrumentos de controle imperial permanecem em vigência. A estratégia permanece a de reproduzir a desarticulação e dependência na periferia do sistema através de alianças com as burguesias domésticas, especialmente as dos Estados semiperiféricos, as quais são encarregadas do gerenciamento da ordem capitalista no interior do Estado periférico e na região. Em vários casos, como em Israel e

na Colômbia, laços especiais são mantidos e fortemente apoiados por assistência militar, servindo assim como “proxys” regionais. Ao mesmo tempo, procura-se novos aliados entre os Estados pós-soviéticos da Ásia Central e da África Central. No último caso, novos laços têm sido criados, os quais na década de 90 levaram Ruanda e Uganda a invadirem o Congo com apoio estadunidense, invasão esta que resultou em uma conflagração geral entre sete países; atualmente, a mesma lógica tem levado a Etiópia, com apoio estadunidense, a invadir a Somália.

Qual é a nova correlação de forças? Para chegar a uma resposta não é suficiente identificar as formas de poder do capital, mas também é necessário identificar as suas vulnerabilidades e contradições. No final das contas, a “correlação de forças” não existe independentemente das forças sociais. Ela é aceita e sustentada, ou desafiada e mudada – enfim criada. É importante enfatizar isso porque a noção de correlação de forças muitas vezes serve, inclusive no Brasil do PT, como apologia em favor da acomodação ao capital. Movimentos sociais também recorrem a esta noção, junto com a nova teoria da “sociedade civil”, para justificar a sua própria acomodação. Uma análise mais precisa da conjuntura atual deve buscar apontar as novas possibilidades internacionais e os desafios internos dos movimentos.

Assim, o quadro internacional apresenta várias possibilidades. No caso da África Austral, o fato da África do Sul ter provido abrigo diplomático ao Zimbábue nacionalista é importantíssimo, e revela as contradições do subimperialismo naquele continente. O fim da Guerra Fria, a democratização da África do Sul e o enfraquecimento geopolítico estadunidense decorrente da resistência iraquiana – todos estes fatores têm possibilitado uma reforma agrária radical no Zimbábue. Ao mesmo tempo, o poder financeiro exercido contra o país tem sido suficiente para minar a sua recuperação econômica pós-reforma agrária. Deveríamos acrescentar que, apesar do apoio diplomático da região, a re-radicalização do movimento de libertação não se difundiu na África do Sul; que a China, apesar do seu próprio apoio político e econômico, não entrou no jogo geopolítico com a mesma determinação que tínhamos visto anteriormente por parte da União Soviética ou de Cuba; e que a solidariedade internacional expressa por outros movimentos sociais, como a Via Campesina e o movimento anti-globalização, nunca chegou. No caso da América do Sul, estamos passando por um processo semelhante. O novo nacionalismo na Venezuela e Bolívia revela as novas possibilida-

des pós-Guerra Fria. No caso da Bolívia especialmente, o conflito não foi escalado e militarizado; e o Brasil, sob o governo do PT, tem seguido, por enquanto, a via de negociação, embora sem grandes concessões e sem um comprometimento substantivo com os esforços progressistas do governo vizinho. Ao mesmo tempo, no caso da Venezuela, vimos uma tentativa golpista contra o governo eleito de Chávez, tentativa que fracassou por conta da mobilização social, mais ou menos espontânea. Certamente, a correlação de forças não é tão adversa assim. A conduta do governo brasileiro na região no futuro próximo, com a possível escalada da polarização regional, terá uma influência determinante.

Então, o que falta? Primeiro, em todos os casos são os próprios movimentos que não conseguem superar as suas fraquezas político-ideológicas internas. O desafio de organizar tanto o semiproletariado quanto o proletariado permanece, bem como o de implantar e de disseminar uma consciência claramente proletária e nacional. No caso dos movimentos rurais, a tendência dominante é a de assumir uma identidade “camponesa” e restringir a sua militância à reforma fundiária, isto é, reivindicar a recamponização sem a superação da ideologia da propriedade privada. Observa-se também a tendência de recorrer a identidades “étnicas”, muitas vezes folclorizadas, ou a “internacionalismos” entre centro e periferia que ocultam hierarquias históricas entre proletariados e nações. Segundo, a classe operária permanece dividida ideologicamente, taticamente e estrategicamente entre campo e cidade. Neste caso, o ressurgimento de movimentos rurais radicais não tem correspondência nas cidades, onde os sindicatos permanecem cooptados, enquanto uma grande massa da população permanece sem organização, em condição lumpenproletária, embora capaz de atender a apelos anti-hegemônicos.

Terceiro, faltam partidos políticos com a vontade ou capacidade de prover liderança operacional e ideológica. Nos últimos vinte anos, houve uma ruptura entre partidos e movimentos. É claro que esta ruptura tem ressuscitado a autonomia operacional e ideológica dos movimentos, facilitando a sua recuperação e o florescimento de identidades populares. Porém, os demais desafios operacionais (aliança campo-cidade) e ideológicos (consciência proletária/nacional) também foram prejudicados. Os partidos políticos, por sua vez, nunca se recuperaram. Conseqüência importantíssima é a dificuldade atual de produzir teoria político-econômica *orgânica* aos movimen-

tos e adequada à resolução da questão nacional. Nesse contexto, enterrou-se também a relação histórica entre questão agrária e questão nacional.

Quarto, temos assistido ao florescimento de novas formas de solidariedade internacional. Hoje em dia, os movimentos rurais organizam-se transnacionalmente por conta própria. Tanto o movimento antiglobalização, que pode ser visto como uma “Quinta Internacional”, quanto a Via Campesina, uma das lideranças do mesmo, têm ressuscitado o espírito de internacionalismo, ora sem a hegemonia da União Soviética. No entanto, os vários fatores mencionados acima complicam a sua atuação efetiva em escala mundial. Uma série de conseqüências segue: a dificuldade de conceitualizar as especificidades do capitalismo periférico, especialmente o fenômeno histórico de semiproletarização e a sua contrapartida lumpemproletária urbana; a diluição da consciência proletária e o rebaixamento da questão nacional; e a fragilidade da solidariedade internacional. Todas estas falhas tendem a conduzir à “civilização” do movimento antiglobalização. Sintomático destas dificuldades é a emergência da própria Via Campesina que visa organizar “camponeses” no centro e na periferia, sem questionar o posicionamento sistêmico que os divide, e apresenta-se, efetivamente, como a Internacional da Pequena Burguesia.

A resposta do MST aos desafios dos nossos tempos é essencialmente correta, embora haja bastante espaço para debate e avanço. Desde o fim dos anos 1980, o movimento tem reconhecido a importância do cooperativismo no campo como condição necessária para a viabilidade econômica dos assentados e para a reprodução política do movimento. Nos últimos anos, tem reconhecido também a importância da aliança campo-cidade e, através da Coordenação dos Movimentos Sociais, vem buscando a construção de um movimento de massa, agregando a CUT e outros movimentos urbanos, incluindo os sem-teto. Ao mesmo tempo, atua no continente e em escala mundial através da Via Campesina e o movimento antiglobalização. Tem se tornado um verdadeiro modelo operacional e, sem dúvida, é a fonte mais importante de valores democráticos no país.

Outra faceta importante do movimento é a sua valorização da dimensão cultural na luta democrática e antiimperialista. A solidariedade que se pratica no movimento procura se fundamentar em culturas populares antihegemônicas, culturas que resgatem a história dos oprimidos, indígenas e negros, desde a colonização. É precisamente esta a história que tem sido

silenciada pelos projetos de embranquecimento e mestiçagem ao longo da história do país, e continua a ser silenciada hoje pelo mito da democracia racial, ou cidadania “multicultural” (NASCIMENTO, 2002[1978]; GUIMARÃES, 2005).

Porém, o movimento não tem esclarecido suficientemente a sua inclinação ideológica. Isso não se deve necessariamente, como é frequentemente constatado, ao fato de que o movimento ergue-se em dois pilares, um *sem* terra, outro *com* terra. Esta divisão não é insuperável em si. O desafio, como o movimento bem reconhece, é de conscientizar tanto os sem-terra, que ingressam no movimento em procura de um pedaço de terra familiar, quanto os com terra, que egressam do acampamento com a terra familiar cobiçada. No entanto, os esforços feitos continuam a resultar em uma vacilação, ou indeterminação, entre consciência proletária e camponesa. Esta indeterminação fica evidente no fato de que o movimento propaga, simultaneamente, a idéia da “agricultura familiar”, pequeno-burguesa (GERMER, 2002), e a de cooperativismo/coletivismo. Reflete-se também no fato de que poucas (aproximadamente 7%) cooperativas dos assentados têm avançado em direção ao trabalho coletivo.

Outro ponto a ser considerado é relacionado aos próprios esforços culturais do movimento mencionados acima. Apesar de sua determinação de reconstituir a identidade nacional, esta determinação parece mais intuitiva do que articulada explicitamente. Contrasta-se aqui a poderosa crítica do movimento cultural urbano *hip-hop*, o qual, apesar das suas várias incapacidades operacionais e ideológicas, mostra uma habilidade inédita de superar a folclorização étnico-racial, desmascarar a cultura do racismo e assumir uma identidade negra nacional. Falta ainda no MST uma crítica correspondente e análise das relações raciais no Brasil que seria capaz de mobilizar ideologicamente as experiências vividas pela classe operária, no campo e na cidade.

Estas duas frentes, a anticapitalista e a anti-racista, são necessariamente interligadas na luta antiimperialista (FANON, 1968). Este ponto é fundamental para qualquer esforço de construir um movimento de massa entre campo e cidade, como também de revincular a questão agrária à questão nacional, de consolidar uma identidade nacional popular, de fortalecer o seu internacionalismo e de mudar a correlação de forças decisivamente a favor da classe operária.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, Samir (2003), **Obsolescent Capitalism**, Londres e Nova York: Zed Books.
- AMIN, Samir (1990), **Delinking**, London: Zed Books.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2005), **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, 2ª Edição, São Paulo: Editora 34.
- FANON, Frantz (1968), **Os Condenados da Terra**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GERMER, Claus M. (2002), A Irrelevância da Agricultura “Familiar” para o Emprego Agrícola, **Reforma Agrária**, Revista da ABRA, 31: 1: 47–62.
- HARDT, Michael & Antonio Negri (2000), **Empire**, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LÖWY, Michael (1981), **The Politics of Combined and Uneven Development**, Londres: Verso.
- NASCIMENTO, Abdias do (2002 [1978]), O Genocídio do Negro Brasileiro. In: **O Brasil na Mira do Pan-Africanismo**, Salvador: EDUFBA/CEAO.
- NEGRI, Antonio & GIUSEPPE Cocco (2005), **Glob(AL)**, tradução de E. Aguiar, Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.
- MOYO, Sam & PARIS YEROS, orgs (2005), The Resurgence of Rural Movements under Neoliberalism, In: **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America**, Londres, Nova York e Cidade de Cabo: Zed Books e David Philip.
- SAULL, Richard (2007), **The Cold War and After: Capitalism, Revolution and Superpower Politics**, Londres: Pluto Press.

FORJANDO DEMOCRACIA: FORMACIÓN POLÍTICO-CULTURAL Y VINCULACIONES DESDE ABAJO

GERARDO OTERO¹

Department of Sociology and Anthropology
Simon Fraser University

INTRODUCCIÓN

La vuelta del siglo XXI ha traído un descontento generalizado con los resultados del globalismo neoliberal en el mundo, pero muy marcadamente en América Latina, tal vez por estar directamente dentro del área de influencia más inmediata de los Estados Unidos. En este contexto, “globalismo neoliberal” alude al enfoque ideológico defendido por el gobierno de los Estados Unidos y la mayoría de las organizaciones supraestatales, tales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, que promueven un modelo de desarrollo basado de lleno en el mercado. Dado que este modelo de desarrollo ha resultado ser aun más excluyente que el anterior modelo sustitutivo de importaciones, las sociedades latinoamericanas no han dejado esperar su vigorosa resistencia y oposición al neoliberalismo.

El propósito de este artículo es ofrecer una perspectiva alternativa del globalismo de izquierda. Esta posición arguye que las fuerzas de la globalización han debilitado fundamentalmente a los Estados-nación, y que el destino de la política y los movimientos sociales progresistas, democráticos y de izquierda dependen ahora del grado en que cuenten con solidaridad internacional y de la conformación de una sociedad civil transnacional (véase por ejemplo Strange, 1996; Bronner, 1999, 2002; Beck, 2000; Brysk, 2000). Si

¹ Agradezco al Consejo para las Ciencias Sociales y las Humanidades de Canadá por el financiamiento recibido para mi investigación a través del proyecto “Neoliberal Globalism and its Challengers” dirigido por Gordon Laxer y del cual soy co-investigador. Partes de este ensayo están basadas en el primer capítulo de *México en transición: Globalismo neoliberal, Estado y sociedad civil*, coordinado por el autor (Otero, en prensa). Diríjase cualquier correspondencia sobre este capítulo a otero@sfu.ca. Para una mayor elaboración de estas ideas, véase mi libro *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural* (Otero, 2004a)

bien estos autores no han tenido mucho impacto más allá de sus ámbitos académicos, los escritos de Michael Hard y Tony Negri (véanse *Imperio* y *Multitud*) sí han trascendido en alguna medida en algunos sectores activistas de los movimientos sociales.

En contra de esta postura globalista, internacionalista o “cosmopolita”, mi argumento es que el Estado-nación sigue siendo la esfera crítica para la imposición de los intereses de las clases dominantes. De la misma manera, la lucha por cualquier mejoría de las condiciones económicas, políticas y culturales de las clases, las comunidades y los grupos subalternos tiene que darse en este mismo ámbito. Si bien la solidaridad internacional siempre será bienvenida; por sí misma, la internacionalización de la política no tendrá un impacto sustancial en el balance de fuerzas a escala local. De hecho, el lugar principal de la política sigue siendo el ámbito local o nacional para el logro de cambios sustanciales en las oportunidades de vida de las clases, las comunidades y los grupos subalternos. Ultimadamente, estos grupos podrán afectar la intervención estatal a su favor en la medida en que se constituyan político-culturalmente en el ámbito local, en la forma de una existencia organizada con capacidad de movilización. En la medida en que las raíces de las organizaciones sean locales, en esa medida podrán enfocarse en los temas ambientales y socioeconómicos específicos de sus localidades, y podrán desarrollar mecanismos de participación democráticos. El ejemplo que aquí propongo de esta alternativa de política popular-democrática impulsada desde abajo es la práctica del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

El principal desafío para lograr la formación político-cultural se puede plantear de la siguiente manera: ¿Cómo pueden extraer concesiones del Estado las clases, las comunidades y los grupos subalternos sin que al hacerlo sean cooptados por el mismo, y por tanto desarticulados de las luchas popular-democráticas? Para enfrentar este desafío con éxito se requiere construir organizaciones democráticas para la lucha, un liderazgo responsable, que rinda cuentas a sus bases, y la participación de éstas en la toma de decisiones.²

La primera sección introduce el enfoque aquí propuesto y ofrece algunos antecedentes históricos sobre la movilización de los campesinos indígenas, que constituye el referente empírico del artículo. En la segunda

² Para una mayor elaboración de estas ideas, véase mi libro *¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en el México rural* (Otero, 2004a)

sección presento un esbozo de la teoría de la formación político-cultural de las clases, las comunidades y los grupos subalternos (FPC). En la tercera sección se presenta una propuesta alternativa a la perspectiva globalista respecto a cómo enfrentar el globalismo neoliberal. Llamo a esta alternativa teórica y de práctica política el enfoque de las “vinculaciones de desde abajo” o VIDA. A la luz de las herramientas teóricas de FPC y VIDA, y con el propósito de mostrar su pertinencia, la cuarta sección analiza una paradoja que se ha dado en el surgimiento y desarrollo del EZLN: que si bien surgió como un movimiento revolucionario, nacional-popular, eventualmente se vio reducido a una lucha indígena regional. Finalmente, las conclusiones resumen los argumentos del artículo y sugiere una agenda para la investigación futura.

ENFOQUE Y ANTECEDENTES

Como alternativa de la posición globalista, y complemento de la teoría de la formación político-cultural (FPC), aquí se propone un enfoque en torno a las vinculaciones desde abajo (VIDA). Las implicaciones de este enfoque son tanto teóricas como políticas. Desde el punto de vista teórico, VIDA nos induce a pensar en los nuevos desafíos que plantea el globalismo neoliberal, y la nueva relación entre el Estado y la sociedad civil.

Como propuesta política, el enfoque que aquí se presenta está parcialmente de acuerdo con la que ofrece John S. Dryzek (1996) en torno a los prospectos para la profundización de la democracia en la era del capitalismo global. Para Dryzek, tales prospectos de profundización “son mejores en la sociedad civil que en las instituciones formales del gobierno, a través más que al interior de las fronteras nacionales, y en los ámbitos de la vida que no siempre se han reconocido como políticos” (1996, p. 3-4). Estoy de acuerdo con Dryzek respecto a los ámbitos primero y tercero que plantea para profundizar la democracia, pero sólo parcialmente con el segundo (“a través más que al interior de las fronteras nacionales”). Si bien reconozco que la escala internacional es relevante para la acción política, planteo que si la democracia ha de profundizarse, la lucha por esta meta debe estar firmemente enraizada en el nivel local-nacional. Es en este ámbito donde las clases, las comunidades y los grupos subalternos dan sus luchas y donde el Estado

puede responder con políticas estatales en su favor (o no hacerlo), donde los dirigentes pueden ser responsables y rendir cuentas directamente a sus bases (o no hacerlo), y donde se puede dar mayor (o menor) grado de participación democrática de las bases.

Las referencias empíricas que respaldan el análisis de este artículo provienen de las luchas de los campesinos indígenas en Latinoamérica y la amplia solidaridad que han recibido desde varias partes del mundo. Hemos presenciado una movilización extensa y vigorosa por parte de los campesinos indígenas de la región desde las últimas dos décadas del siglo XX, por lo cual no es coincidencia que se hayan escrito muchos libros al respecto (por ejemplo, ASSIES, VAN DER HAAR y HOEKEMA, 2000; BRYSK, 2000; BURGUERE CAL y MAYOR, 2000; DÍAZ POLANCO, 1997; OTERO, 2003; RAMOS, 1998; VAN COTT, 2000; WEARNE, 1996). Sus demandas principales quedan contenidas en la noción de *autonomía* e incluye los temas de autodeterminación, tierra y territorio. Mi argumento es que estas demandas, ultimadamente, sólo pueden satisfacerse a cabalidad en el ámbito del Estado-nación. Además, en Latinoamérica, estas demandas indígenas sólo pueden ser acomodadas trascendiendo los débiles regímenes de democracia liberal que empezaron a surgir en los años ochenta hacia formas de democracia societal, con una gran consolidación de la sociedad civil y la multiplicación de formas participativas en la vida política de las bases.

Autonomía, como ha sugerido Héctor Díaz Polanco (1997), se puede definir de dos maneras, pero sólo con una de ellas se pueden resolver satisfactoriamente las demandas indígenas. La primera es la definición liberal de autonomía, concebida como la dotación del “permiso” desde arriba por parte de las clases dominantes para que las comunidades indígenas se encarguen de sus asuntos y retengan por lo menos algo de sus costumbres. En este caso, la definición específica de autonomía depende de la discreción del antojo de las clases dominantes. La segunda definición, por contraste, implica el llegar a formular un régimen jurídico político que sea el resultado de un acuerdo mutuo, de una concertación que implique la creación de una verdadera colectividad política dentro de la sociedad nacional” (DÍAZ POLANCO, 1997, p. 95). Aquí propongo que para llegar a un acuerdo político y un régimen de autonomía se requiere que los pueblos indios se constituyan en actores formados político-culturalmente para exi-

gir sus derechos y reivindicaciones. Es decir, una verdadera autonomía indígena sólo puede ser el resultado de una lucha desde abajo, y no de una graciosa concesión de las clases dominantes.

Si bien la discusión en este ensayo trata del campesinado indígena latinoamericano en general, se presta mayor atención al caso mexicano por tres razones principales: 1 – México experimentó la primera gran revolución del siglo XX; 2 – a la vuelta del siglo XXI ha vuelto a ser el escenario de una de las mayores movilizaciones de campesinos indígenas en la región; y 3 – México ha estado a la vanguardia en la implementación de las reformas neoliberales desde mediados de los años ochenta. Entre otras cosas, la revolución de 1910-1920 resultó en una gran reforma agraria, contenida en el artículo 27 de la Constitución de 1917. A través de esta reforma más de 3,5 millones de unidades domésticas campesinas se convirtieron en beneficiarias del reparto agrario, pero muchas tuvieron que esperar más de tres décadas para recibir tierra y otras muchas se quedaron esperando. De hecho, todavía existían por lo menos un millón de solicitantes de tierra cuando se introdujo la nueva Ley Agraria en 1992, como parte de las reformas neoliberales, que daría fin a la obligación del Estado de repartir la tierra. Este parte-aguas legislativo se hizo en preparación para que México se uniera a sus vecinos del norte en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), y contenía tres puntos principales: el Estado deja de tener la obligación del reparto agrario, establecida en el Artículo 27; el ejido, que había sido la forma preferida de tenencia de la tierra bajo la cual se hacía el reparto agrario desde 1917, ahora se puede vender a otros ejidatarios o convertirse en propiedad privada; y se promueven legalmente las inversiones conjuntas entre ejidatarios y capitalistas privados (BARTRA, en prensa; BARRY, 1995; OTERO, 2004d).

México ha visto la expresión más radical de la movilización campesino-indígena contemporánea: el levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional o EZLN en 1994. A diferencia de la revolución de 1910-1920, que resultó en instituciones que intentaron asimilar o integrar a los pueblos indios a la cultura mestiza nacional dominante, el levantamiento de 1994 ha puesto la cuestión de los derechos y la cultura indígenas al frente del debate público.

Los pueblos indios de México constituyen del 12 al 15% de la población total, es decir, algo más que el promedio latinoamericano de 10%. El

rango en porcentaje en la región va de menos de uno por ciento en Brasil hasta de 30 a 45% en Perú y Ecuador, hasta más del 60% en Guatemala y Bolivia (VAN COTT, 2000, p. 14). Si consideramos que la población *rural* de México es de alrededor de 25% del total, entonces podemos inferir que cerca de la mitad del campesinado mexicano mantiene una identidad indígena, dada la concentración en áreas rurales de los indígenas. La pregunta es si la emergente democracia mexicana puede acomodar las demandas de esta porción tan sustancial de su pueblo. Esta pregunta es relevante no sólo para México, sino para América Latina en general, sobre todo para los cinco países que concentran al 80% de la población indígena en la región: Bolivia, Ecuador, Guatemala, México y Perú (VAN COTT, 2000, p. 14).

Podríamos argüir que la manera como los Estados latinoamericanos enfrenten las relaciones con sus pueblos indios determinará en gran medida el carácter y la profundidad de sus transiciones democráticas. Las clases dominantes tienen la opción de mantener a los pueblos indios como los grupos más explotados, oprimidos y excluidos políticamente, o de reconocer finalmente sus diferencias culturales y su derecho a tierra y territorio no sólo en el papel, sino en los hechos. En una medida cada vez mayor, sin embargo, esto ya no sólo es una cuestión de opciones desde arriba, para las clases dominantes y el Estado. El alcance del cambio dependerá de la movilización indígena desde abajo; de ahí la necesidad de un enfoque teórico y político de VIDA.

GRAMSCI Y LA TEORÍA DE LA FORMACIÓN POLÍTICO-CULTURAL DE GRUPOS, CLASES Y COMUNIDADES

Lo que me inspiró en un principio a formular un marco teórico alternativo para el estudio de la formación político-cultural fue mi insatisfacción general con las versiones economicistas y el reduccionismo clasista en el marxismo. Tal insatisfacción fue más generalizada en otros ámbitos académicos durante los debates de los años 70 y 80, resultando en varias reacciones teóricas, algunas de las cuales rechazaron el marxismo o hicieron contribuciones paralelas. Entre las primeras, surgió la perspectiva de los llamados “nuevos movimientos sociales” (NMS), misma que emergió principalmente en Europa. Esta perspectiva representaba una fuerte crítica a la política de izquierda basada en las clases y los partidos políticos, y se pronunciaba en

favor de una “política identitaria” enraizada en la sociedad civil, en vez de enfocarse en el aparato estatal o la sociedad política. Algunas expresiones latinoamericanas de esta perspectiva se enfocan en la autonomía, los significados y la identidad (ESCOBAR y ALVAREZ, 1992; ALVAREZ, DAGNINO y ESCOBAR, 1998).

En los Estados Unidos, el debate se dio más entre sociólogos inspirados por las teorías estructural-funcionalistas que consideraban a los movimientos sociales como actores sociales irracionales y los que adoptaban un enfoque basado en el conflicto social, con influencias principalmente weberianas y marxistas, para quienes la movilización era racional. Entre estos últimos, la “teoría de la movilización de recursos” (TMR) puso su principal énfasis en el análisis de las organizaciones de los movimientos sociales como actores institucionales. A diferencia de la perspectiva de los NMS que se enfocaba en la sociedad civil, la TMR siguió enfocándose en el examen de la acción de los grupos sociales en el sistema político para lograr sus fines. Dado su énfasis en la organización, se podría decir que la TMR tiene ciertas influencias del análisis leninista (TARROW, 1998).

Otro desarrollo teórico que surgió en los Estados Unidos, y que fue un buen complemento de la TMR, fue el enfoque de la “estructura de las oportunidades políticas” (EOP). Su principal énfasis consiste en preguntarse si las instituciones políticas reprimen o facilitan que los movimientos sociales cuestionen ciertos problemas estructurales con éxito. Para este enfoque, entonces, la pregunta de investigación es si las instituciones políticas son firmes, inamovibles y coherentes, o bien si pueden abrirse (intencionalmente o no) para ofrecer oportunidades a los movimientos sociales (BUECHLER, 2000; TARROW, 1998. Para un contraste con la discusión en América Latina, véase Hellman 1995).

Si bien la perspectiva de los NMS ha sido una importante fuente para mi análisis, quedé insatisfecho con su exagerado énfasis en la política identitaria y el hecho de que prácticamente descartó el análisis de cualquier conexión con lo que he llamado “procesos estructurales de clase” (OTERO, 2004a), los cuales incluyen no sólo las relaciones de producción, sino también las relaciones sociales de reproducción. Así pues, las teorías de los NMS, en particular las de Laclau y Mouffe (1985), me dotaron de instrumentos teóricos para rechazar el economicismo y el reduccionismo clasista. Además, fue crucial la crítica de la perspectiva de los nuevos movimientos

sociales para enfocarme en la sociedad civil como el lugar de la formación político-cultural. Esta perspectiva me guió también hacia el estudio de las culturas regionales como fuente para la formación de identidades, los modos de participación de las bases en sus organizaciones y, sobre todo, para la articulación de las demandas de los movimientos.

Una vez que había llegado a mi formulación teórica alternativa, me di cuenta de que ésta tenía paralelos tanto con la teoría de la movilización de recursos, TMR, como con la de la estructura de las oportunidades políticas, EOP. Como se verá en esta sección, mi perspectiva enfatiza la formación de organizaciones de clase como elemento crítico en la formación político-cultural, tal como la teoría de la movilización de recursos enfatiza la organización de los movimientos como variable central. Asimismo, de manera similar a la perspectiva de la EOP, considero el carácter de la intervención estatal como una parte crítica del proceso. Si bien la perspectiva de la EOP enfatiza las estructuras de oportunidades políticas para la acción de grupos o movimientos, sin embargo, mi análisis se enfoca en averiguar si las políticas estatales son favorables o adversas para los productores, por un lado, y si tales políticas son el resultado de la iniciativa del propio Estado o de la presión, iniciativa y movilización desde abajo de las clases, comunidades y grupos subalternos. El contraste principal entre la teoría de la EOP y la que aquí propongo, entonces, consiste en que la EOP enfatiza sobre todo una perspectiva desde arriba: ¿en qué medida existen oportunidades políticas desde las estructuras estatales existentes? Mi teoría, en cambio, se pregunta además si los propios movimientos se las agencian para abrir tales oportunidades desde abajo y para forzar ciertas políticas estatales en su favor.

Necesitamos entonces una teoría político-cultural para comprender cómo se han organizado las clases, las comunidades y los grupos subalternos de la sociedad para montar un contra-movimiento protector contra los ataques del globalismo neoliberal. En el contexto de una democracia liberal emergente, de carácter elitista y concentrada en las elecciones, tal movilización se localiza en el ámbito de la sociedad civil. Ahora bien, si se trata de consolidar la sociedad civil frente al Estado, Antonio Gramsci sería el teórico clásico del siglo XX que nos brinda las mejores ideas para una comprensión teórica del proceso. Sobre la base de algunos de sus conceptos, así como también de mi propia obra anterior, en esta sección propongo una síntesis de lo que he llamado la teoría de la formación político-cultural de los gru-

pos, clases y comunidades. La formación político-cultural es el proceso por el cual se constituye y consolida la sociedad civil dentro de regímenes semi-autoritarios o con una democracia liberal débil (OTERO, 2004a, 2004b; OTERO y JUGENITZ, 2003). Aunque esta teoría fue planteada originalmente en términos de la formación político-cultural de las clases sociales, se aplica igualmente a grupos y comunidades (véanse, por ejemplo, los capítulos de COHEN y de MARTÍNEZ-TORRES en OTERO, 2006).

Empecemos con la definición del Estado democrático en su sentido extenso que propone Gramsci. En vez de restringir su definición a las estructuras jurídico-políticas, Gramsci generalmente se refiere al Estado como la suma de la “sociedad política”, o el ámbito de la dominación, más la “sociedad civil”, o el ámbito de la hegemonía. Entre menos democrático sea un Estado, más dependerá de la fuerza y la dominación. Pero entre más democrático sea, más se basará en la hegemonía o el consenso del pueblo que lo constituye. La democracia, nos dice Gramsci, “debe significar que todo ‘ciudadano’ pueda ‘gobernar’ y que la sociedad lo ubique, aunque sea de manera abstracta, en la condición general de poder lograr esto. La democracia política tiende hacia la coincidencia entre los gobernantes y los gobernados” (GRAMSCI, 1971, p. 40).

Dentro de esta concepción radical de la democracia y del Estado, una pregunta central que surge entonces es la siguiente: ¿Cómo pueden las clases o grupos subalternos llegar a ser hegemónicos o dominantes, o por lo menos lograr la habilidad para influenciar intervenciones o políticas estatales en su favor? Para Gramsci, la respuesta a esta pregunta en relación a las clases subalternas requiere de la identificación de dos fases, que son parte de lo que yo he llamado la formación político-cultural (OTERO, 2004c): primero, deben lograr la “autonomía con relación al enemigo que tienen que derrotar”; y segundo, requieren “del apoyo de los grupos que activa o pasivamente las apoyaron” en sus luchas (GRAMSCI, 1971, p. 53). Un tercer punto que plantea Gramsci en otro lugar, pero que también forma parte del proceso de formación político-cultural, tiene que ver con la cuestión de la dirigencia o el liderazgo: a menos que la dirigencia sea democrática y que responda a sus bases, lo que puede resultar es la desmoralización y la cooptación de la organización de la clase. Algo que ocurre con demasiada frecuencia es que el carácter de la dirigencia no depende de los propios dirigentes ni de sus bases, sino de la acción estatal. Como lo plantea Gramsci: “Entre el consenso y la

fuerza se erige la corrupción/fraude... Esto consiste en procurar la desmoralización y la parálisis del antagonista (o los antagonistas) mediante la compra de sus líderes... para sembrar el desorden y la confusión en sus rangos” (GRAMSCI, 1971, p. 80 nota).

La formación político-cultural es, entonces, el proceso a través del cual los productores directos y otros grupos sociales subalternos conforman sus demandas o objetos de lucha, forman sus organizaciones para la lucha, y generan una dirigencia para representarlos ante el Estado y otras organizaciones con las cuales pueden establecer alianzas. En el contexto del globalismo neoliberal, podemos re-plantear así la pregunta desde la teoría de la formación político-cultural: ¿Cómo se pueden organizar las clases, las comunidades y los grupos subalternos para hacer avanzar sus demandas sin que por ello sean cooptados por el Estado bajo el discurso hegemónico-burgués? Con estos planteamientos teóricos, volvamos ahora a la historia, tratando de establecer su relación con estos postulados.

La teoría de la formación político-cultural (FPC) contrasta con el reduccionismo clasista y economicista del marxismo tradicional (MT) y con el reduccionismo culturalista de las teorías identitarias que surgen de las teorías de los nuevos movimientos sociales (NMS). Mientras que aquel establece una relación causal directa entre la posición de las clases en el proceso productivo y su formación política, el segundo hace abstracción de las demandas materiales y se enfoca en los procesos de formación identitaria. FPC propone una síntesis sistemática que trascienda el reduccionismo de ambos enfoques (véase OTERO y JUGENITZ, 2003 para una crítica del MT y de NMS).

En vez de enfocarse en la relación directa entre posición económica de clase y resultados políticos, la teoría de la formación político-cultural plantea que hay tres determinantes que median este proceso. En primer lugar, las culturas regionales forman la base desde la cual se articulan las demandas de las organizaciones de clase que surgen para la lucha. En segundo lugar, la intervención del Estado conforma los contornos iniciales del carácter de las organizaciones resultantes, que pueden ser de tres tipos: burgués-hegemónico, de oposición, o popular-democrático. Por último, los tipos de liderazgo y los modos de participación de las bases determinan las oportunidades que tiene la organización de retener su independencia frente al Estado y su autonomía frente a otras organizaciones políticas, así como las alianzas que puede construir con otros movimientos y organizaciones. Esbozemos brevemente cómo

funciona cada una de estas mediaciones, ilustrando su significado en relación al ejemplo que nos ofrece la formación del campesinado indígena.

Las culturas regionales para los pueblos indios han estado en una relación muy cercana con sus relaciones de producción y sus relaciones de reproducción, o lo que he llamado “procesos estructurales de clase” (OTERO, 2004a). Las relaciones de producción se refieren primordialmente a las que se establecen entre los explotadores y los explotados, mientras que las relaciones de reproducción son sobre todo aquellas entre los explotados. En el caso del campesinado indígena ambos tipos de relación – con los explotadores y entre los explotados – han contribuido a la formación de las identidades indígenas y campesinas. Un componente clave de las relaciones de producción para los campesinos indígenas consiste en sus relaciones con otros grupos étnicos, sobre todo con los grupos dominantes de mestizos, ladinos o criollos. Ahora bien, puede ser que la relación clave para el campesinado indígena con los grupos dominantes se de a través del mercado y no de la producción. En cualquier caso, las relaciones étnicas asimétricas al interior de relaciones de producción o de mercado tienden a reforzar las identidades étnicas o, por el contrario, a forzar la asimilación de los grupos étnicos subordinados. En términos de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe (1985), el antagonismo entre dos posiciones de los sujetos constituye sus identidades respectivas. Dadas las relaciones altamente polarizadas entre los pueblos indios y sus explotadores y opresores, es más fácil entender la centralidad que han llegado a ocupar sus demandas por la autonomía, por los derechos y la cultura indígenas. Como nos dice Rodolfo Stavenhagen: “Las demandas por el derecho a la autonomía sólo se puede comprender plenamente en relación a una larga historia de opresión, exclusión y explotación. Tal ha sido el caso de los pueblos indios” (2000, p. 13).

En la medida que la etnicidad de los pueblos indios ha sido una parte central de las culturas regionales en la mayor parte del centro y sur de México, su identidad como pueblos indios juega un papel clave en la conformación de las demandas o los objetos de lucha. Por otra parte, la reproducción de la cultura indígena depende en gran medida del acceso continuo a la tierra y el control sobre un territorio determinado. Un hecho notable acerca de los pueblos indios contemporáneos es que han resistido las políticas estatales de genocidio, asimilación o integración subordinada por medio milenio, a pesar de la realidad de que siempre han ocupado posiciones subordinadas como grupo.

La teoría de la formación político-cultural plantea que se dan tres tipos principales de intervención del Estado, cada una de las cuales produce efectos distintos sobre las organizaciones de clase. Primero, cuando la intervención del Estado ayuda a la reproducción material de las clases subordinadas, pero la iniciativa de tales políticas proviene del propio Estado. En este caso el resultado político consiste generalmente en una organización cooptada que pierde su independencia frente al Estado y refuerza la hegemonía burguesa. En este sentido, la hegemonía estaría expresada en el número y el espesor de las organizaciones que apoyan el proyecto hegemónico que defiende el Estado. Podríamos decir que entre más organizaciones cooptadas existan, la sociedad civil más queda “confiscada” por el Estado o la sociedad política. Dentro de un régimen autoritario, esto puede significar que el ámbito de la dominación crece por encima del de la hegemonía, en la medida que la cooptación de las organizaciones se da por la fuerza más que por el convencimiento. Como mínimo, tendríamos una situación de corporativismo estatal como la que caracterizó a México la mayor parte del siglo XX (véase los capítulos de Mackinlay y OTERO, Singelmann, y de la Garza Toledo en OTERO, 2006).

En segundo término, y del otro lado del espectro político, se pueden dar intervenciones del Estado negativas o represivas. Estas pueden resultar en la desmovilización, por lo menos temporal, pero potencialmente también pueden reforzar la formación de organizaciones independientes y de oposición (un ejemplo es el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, EZLN). En este caso, no importa tanto si tales organizaciones no alcanzan ningún éxito en sus demandas específicas en medio de las políticas represivas del Estado, pues la sola emergencia de las organizaciones se puede considerar un logro, mismo que puede resultar eventualmente en la apertura de oportunidades políticas para hacer avanzar el resto de sus demandas en luchas futuras.

Finalmente, una tercera variante se da cuando la intervención estatal es favorable para la reproducción de los productores directos como resultado de la movilización desde abajo. Esto se da cuando las organizaciones de oposición ingresan en lo que he llamado el “momento subjetivo de la lucha”, es decir, cuando se convierten en sujetos o actores políticos que construyen su propio futuro. En la medida en que este tipo de organizaciones llegue a tener éxito tanto en la conformación de la política estatal en su favor como en la retención de su independencia organizativa respecto del Estado, enton-

ces su carácter se convierte en “popular-democrático”. Cuando un conjunto sustancial de organizaciones de este tipo establecen una alianza entre ellas, estarían en condiciones de promover un proyecto hegemónico alternativo de carácter popular-democrático.

Los tipos de dirigencia y sus correspondientes modos de participación de las bases determinan si la organización va a retener su independencia del Estado (o no) y su autonomía de otras organizaciones políticas (o no), y el carácter de las alianzas que puedan establecer con otras organizaciones de la sociedad civil. Desafortunadamente, los tipos de liderazgo en tanto mediación o “variable” dependen a su vez considerablemente de la propia intervención del Estado. Es decir, el Estado generalmente tiene la posibilidad de por lo menos intentar la cooptación o la compra de líderes de organizaciones de oposición o de las popular-democráticas. Pero la relativa facilidad o dificultad de que se de la cooptación dependerá enormemente del nivel de democracia y participación en la organización: entre mayor sea la democracia y la participación, menores serán las posibilidades de que los líderes comprometan la integridad de su organización; y viceversa.

Al teorizar sobre rendición de cuentas y democracia en organizaciones de amplia membresía en el México rural, Jonathan Fox (1992) argumenta que pueden escapar a la “ley de hierro de la oligarquía” de Robert Michel, aún si éstas pasan por ciclos de participación altos, bajos y de vuelta altos. En este contexto, la rendición de cuentas del liderazgo, dice Fox, “se refiere a la capacidad de los miembros para hacer responsables a los líderes de sus acciones, pero también requiere un grado de autonomía de la dominación externa” (1992, p. 23). También se requiere el desarrollo de contrapesos internos: “Los canales múltiples y alternativos tanto para la democracia directa como representativa conforman el balance de poder entre líderes centrales y sus bases” (Fox, 1992, p. 28).

Históricamente, se podría argumentar que han existido los siguientes tres tipos principales de dirigentes en México (OTERO, 2004a), planteado esto como tipos ideales:

1. El liderazgo “carismático-autoritario”, que se interesa primordialmente en mantener su control personal sobre la organización o el movimiento. Este tipo de liderazgo puede retener mayor independencia del Estado, especialmente cuando sus bases están movilizadas, pero tiende a no rendir cuentas ante sus bases.

2. Por su parte, el liderazgo de tipo “corrupto-oportunista” puede rendir mejor sus cuentas inicialmente, pero ser más susceptible de comprometer la independencia o la autonomía estratégicas de la organización. En este caso, de poco sirve la democracia inicial si el liderazgo puede sucumbir a la corrupción o la cooptación.
3. Finalmente, los principios y la práctica del liderazgo “democrático-participativo” incluyen el elevar la conciencia política e ideológica de sus bases y entrenar nuevos cuadros que puedan eventualmente llenar los puestos de dirección cuando sea conveniente, ya sea porque los actuales han cumplido con sus tiempos o por causas de fuerza mayor. Aquí los modos de participación incluyen una comunicación fluida de abajo hacia arriba y viceversa, de tal forma que pueda existir plena representación real de las bases por la dirigencia. Así pues, los intereses de ésta – tanto de corto como de largo plazo – coinciden plenamente con los de las bases, y existen mecanismos de revocación de los líderes en caso de que haya desviaciones importantes entre acciones y mandato.

Sobre decir que los primeros dos tipos de dirigencia son los que se encuentran con mayor frecuencia en la historia. Con un liderazgo democrático-participativo, sin embargo, podrían existir mayores niveles de rendición de cuentas, democracia interna, así como también mayores posibilidades de reducir dramáticamente la corrupción y la cooptación. Por lo tanto, una dirigencia democrático-participativa aumenta también las probabilidades de que la organización llegue a ser de carácter popular-democrático (OTERO, 2004a, 2004c).

VINCULACIONES DESDE ABAJO (VIDA): SOCIEDAD CIVIL Y TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA

LA TORMENTA... la que está... Nacerá del choque de estos dos vientos, llega ya su tiempo, se atiza ya el horno de la historia. Reina ahora el viento de arriba, ya viene el viento de abajo, ya la tormenta viene... así será... LA PROFECIA... la que está... Cuando amaine la tormenta, cuando lluvia y fuego dejen en paz otra vez la tierra, el mundo ya no será el mundo, sino algo mejor. (Subcomandante Marcos, 1994)

El fin de la Guerra Fría y el colapso del socialismo de Estado de la Unión Soviética representan un gran parte-aguas para las luchas progresistas y de izquierda alrededor del mundo. No sólo se trataba de un modelo de desarrollo desde arriba y autoritario, sino que el socialismo de Estado también fue desacreditado por sus fallas en el ámbito económico (HALLIDAY, 1995). Si bien la lógica de movimiento del capitalismo es la búsqueda de la ganancia, en el socialismo de Estado lo que se trataba de maximizar era el poder de la elite burocrática y su Estado (CASTELLS, 1997). La mayoría de las izquierdas del mundo habían tomado ese tipo de socialismo como el modelo a aspirar, y por tanto centraron sus fuerzas en la lucha directa por el poder estatal, una estrategia que Antonio Gramsci había cuestionado desde los años veinte para el caso de las democracias occidentales, a partir de su propia experiencia durante año y medio de estancia en los años iniciales de la Unión Soviética (HOARE y SMITH, 1971). Una de sus ideas centrales era que primero había que conquistar la hegemonía, o el liderazgo moral e intelectual de la sociedad, antes de aspirar al poder estatal. De lo contrario el resultado necesariamente sería un modelo de desarrollo desde arriba, autoritario, sin que necesariamente se tomaran en cuenta los designios de las masas.

Parte de las fallas económicas del socialismo de Estado ha de atribuirse a su falta de democracia en la mayoría de los niveles de la organización social, desde los talleres de ensamblaje de las fábricas hasta el Estado mismo (BURAWOY, 1985). Esta ausencia democrática resultó en gran medida del enfoque desde arriba de las luchas previas y de la propia organización leninista del partido. La naturaleza vanguardista y elitista de esta teoría y práctica de la organización, que contrasta claramente con la noción que Marx propuso de *praxis* y retomada por Gramsci, llevaba en sí la semilla del futuro autoritarismo estatal. El ideal leninista del “centralismo democrático” se convirtió en la práctica en un centralismo claramente inclinado hacia la jerarquía y el autoritarismo, no sólo en la Unión Soviética, sino en todos los países del llamado socialismo real, o de socialismo de Estado (MEDVEDEV, 1975; BAHRO, 1978; KONRÁD y SZELENYI, 1979; ECKSTEIN, 1994; OTERO y O'BRYAN, 2002), o peor aún, como lo llamó Roger Bartra, socialismo “trágicamente existente” (1982).

Ahora bien, se da una paradoja en la reestructuración neoliberal: tal reestructuración asigna un papel decreciente para el Estado en la economía (BIERSTEKER, 1995) y contiene por tanto la posibilidad de introducir o

fortalecer la toma de decisiones en forma democrático-participativa en los países semiperiféricos ricos en recursos naturales como México, Venezuela o Ecuador. Los países semiperiféricos son países que ocupan posiciones contradictorias en el sistema capitalista mundial: Tienen la conciencia de su dependencia pero también los medios para contestar el globalismo neoliberal (LAXER, 2004). Puesto que las fracciones dominantes del sector privado en México han estado de acuerdo y promovido el globalismo neoliberal (VALDÉS UGALDE, 1996), su crítica y contestación ha venido desde abajo. Por ello mismo, para poder desafiar al globalismo neoliberal desde abajo se requiere la existencia, promoción y profundización de la gobernación democrática en todos los niveles de la vida pública.

En Latinoamérica, este proceso de democratización se está dando de manera endógena en la mayoría de los niveles de la sociedad, aún cuando parecería que los requerimientos económicos de la globalización se imponen como factor exógeno, pero con la anuencia gustosa las clases dominantes y las elites burocráticas. A la larga, la profundización de la democracia en las sociedades semiperiféricas en desarrollo, a la par con la consolidación de las sociedades civiles también en los países de capitalismo avanzado o centrales, podría llevar a un cambio de modelo económico para el sistema mundial en su conjunto. Del globalismo neoliberal podríamos avanzar hacia algo más compatible con un modelo de desarrollo redistributivo y ambientalmente sustentable. Se trataría de trascender el nacionalismo burgués que ha prevalecido desde el siglo XIX, y que ha sido excluyente de los beneficios del desarrollo para la mayoría de la sociedad, y que ha marginado a los grupos que no encajaron o no quisieron encajar en la cultura mestiza dominante. La nueva sociedad podría semejar a un nacionalismo de nuevo tipo de carácter popular-democrático y multicultural, una suerte de “nacionalismo internacionalista”³.

Puesto que las fuerzas que imponen en Latinoamérica el globalismo neoliberal parecerían ser abrumadoras, surge la pregunta siguiente: ¿qué tipo de estrategias políticas se le podrían oponer para resistir este proyecto, y para promover uno en favor del nacionalismo popular-democrático, multicultural e internacionalista? Mi proposición es que la lucha encaminada hacia

³ Debo esta frase a conversaciones con mi amigo Gordon Laxer de la Universidad de Alberta en Canadá.

la toma directa del poder estatal (como las insurgencias en Centroamérica) han sido las menos efectivas para lograr la justicia y la democracia, aunque no hayan sido las menos comunes. Por otra parte, los movimientos popular-democráticos de las últimas tres décadas se han enfocado en la consolidación de la sociedad civil y en el cambio de la correlación de fuerzas entre sociedad civil y sociedad política, o Estado en sentido restringido (EVERS, 1985; FOWERAKER y CRAIG, 1990; ECKSTEIN, 1989; ESCOBAR y ALVAREZ, 1992; ALVAREZ, DAGNINO y ESCOBAR, 1998; PICHARDO, 1997). En la medida en que esto demuestre ser más efectivo para hacer avanzar los intereses de las clases, las comunidades y los grupos subalternos, entonces la mayoría de los movimientos revolucionarios de las décadas pasadas, los que se enfocaron en la toma directa del Estado, tendrían que ser reevaluados. En retrospectiva, se puede apreciar que todas las rebeliones basadas en el campesinado en Centro y Sudamérica durante los años setenta y ochenta enfocaron sus esfuerzos en la toma del Estado a la manera leninista (BROCKETT, 1990; CASTAÑEDA, 1993; CARR y ELLNER, 1993; PALMER, 1994).

Hacia los años noventa, la combinación de estructuras de clases recalitrantes – excluyentes y represivas – y la determinación de los Estados Unidos de contener “la amenaza comunista” en su “patio trasero” selló el destino de las rebeliones y las revoluciones centroamericanas. Con algunas excepciones en Perú y Colombia, todos los movimientos guerrilleros han entrado en algún proceso de negociación con sus Estados respectivos, de tal forma que sus actividades se han confinado al actuar de los partidos políticos en la sociedad política (ROCHLIN, 2003).

El contraste más novedoso con la tendencia leninista y vanguardista, así como también con los partidos políticos, ha estado representado por la lucha del EZLN (Véase, por ejemplo, Harvey, 1998; Díaz-Polanco y Sánchez, 2003; OTERO, 2004d). A diferencia de todos los movimientos guerrilleros previos en Latinoamérica, el EZLN no ha tratado de tomar el poder estatal directamente. Más bien ha apostado a que la “sociedad civil” se organice y obligue al Estado a que se logre una solución pacífica del conflicto militar. Desde su primera declaración pública en enero de 1994, el EZLN mostró ser un actor institucional. Si bien etiquetó al entonces presidente Carlos Salinas como ilegítimo producto de un fraude electoral, convocó no obstante a los otros dos poderes, el legislativo y el judicial, a que ejercieran su función

y se deshicieran del usurpador. Esta primera *Declaración de la Selva Lacandona* invocaba también al Artículo 39 de la Constitución mexicana como fuente de legitimidad para la rebelión del EZLN:

La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno (citado en EZLN, 1994).

Al ver la tremenda movilización de las organizaciones de la sociedad civil por detener el conflicto, sin embargo, el EZLN decidió cambiar su estrategia armada: de “guerra de movimientos” (confrontación militar directa) pasó a una “guerra de posiciones” (luchas en el ámbito moral y cultural a través de comunicados, marchas, encuentros etc.). Otro cambio crítico pronto después de levantamiento se refiere a las demandas del EZLN. Aunque la vasta mayoría de sus bases son las comunidades indígenas de Chiapas, las demandas iniciales del EZLN eran demandas típicamente clasistas, y se resumían en las siguientes: “trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz” (EZLN, 1994). Posteriormente, el diálogo con una multiplicidad de organizaciones indígenas llevó al EZLN a incluir la lucha por “la cultura y los derechos indígenas” como una de sus demandas centrales. Este énfasis indianista le costaría un relativo aislamiento del resto del movimiento popular-democrático (BARTRA y OTERO, 2005).

El enfoque del EZLN en la consolidación de la sociedad civil, sin embargo, ya tenía notables precedentes en México. De hecho, muchos de los movimientos populares durante los años setenta y ochenta tenían metas distintas a las de los partidos políticos: más que desafiar al Estado directamente en la sociedad política, querían fortalecer la existencia organizativa de las clases y los grupos subalternos en la lucha por sus derechos dentro de la sociedad civil. Con esta orientación, la mayoría de los grupos defendieron celosamente su independencia del Estado y su autonomía frente a otras organizaciones políticas, particularmente los partidos (MOGUEL, BOTEY y HERNÁNDEZ, 1992; FOWERAKER y CRAIG, 1990; HELLMAN, 1994; COOK, 1996; OTERO, 2004d).

La rebelión del EZLN, por tanto, ha fortalecido esta tendencia a consolidar la sociedad civil como medio para lograr la transición democrática en México. Su novedad consiste en haber agregado la “guerra de movimientos”

a la “guerra de posiciones” que habían contribuido los movimientos anteriores como estrategia para la transición democrática. La esperanza del EZLN era, no obstante, que el forzar una transición democrática, cualquier ulterior “guerra de movimientos” se haría innecesaria.

Se podría argüir que la inicial transición hacia la democracia electoral del 2000 se debió primordialmente a la presión ejercida desde fuera del sistema político por parte del EZLN, lo cual forzó a los partidos políticos a pasar las reformas legislativas suficientes en el terreno electoral como para que un partido de oposición pudiese acceder a la presidencia. Antes del levantamiento zapatista los partidos de oposición, cuando mucho, contribuyeron a generar reformas electorales que modernizaban el sistema autoritario. Pero dada la abrumadora dominación del Partido Revolucionario Institucional (PRI) las reformas electorales dejaban intacta la naturaleza autoritaria del sistema, en cuanto que no permitían una competencia electoral equitativa, justa y democrática (CORNELIUS, 2000; CAMP, 1996; OTERO, 1996). Ahora que se ha dado el inicio de una democracia electoral en México a partir de las elecciones del 2000, podría emerger una nueva relación entre los partidos y la sociedad. De una situación en que los partidos políticos sólo discuten entre ellos, ahora tendrán que enfrentar y dialogar con las organizaciones emergentes en la sociedad civil y otros electores. Si los satisfacen, los partidos políticos podrán ser reelectos; de lo contrario tendrán que ser revocados de sus cargos mediante recursos legales que están aún por establecerse.

LA PARADOJA DEL EZLN

En esta sección utilizo los planteamientos de la teoría de la formación político-cultural (FPC) esbozados arriba para entender la forma como el EZLN ha desafiado las limitaciones de la emergente democracia liberal mexicana centrada en las elecciones. Esta discusión también nos servirá para resolver la paradoja del surgimiento y trayectoria del EZLN. A diferencia de la mayoría de las luchas indígenas en Latinoamérica, el EZLN lanzó su insurrección como una lucha típicamente clasista, con intenciones de articular un amplio movimiento revolucionario popular-nacional. La paradoja de su desarrollo consiste en que, pronto después del levantamiento, el EZLN

adoptaría como suyas las demandas de los pueblos indios, centradas en la lucha por los derechos y la cultura indígena. El problema es que una lucha exitosa contra el neoliberalismo y por una sociedad posliberal, pluricultural y popular-democrática requiere del establecimiento de alianzas mucho más allá de las organizaciones indígenas. El desafío para las organizaciones indias se puede plantear en torno a tres dilemas.

Primero, ¿cómo pueden afirmar sus luchas por la cultura y la identidad indígena sin diluir sus demandas clasistas, primordialmente como campesinos? Segundo, puesto que los pueblos indios han sido los más marginados políticamente en las sociedades latinoamericanas, el lanzarse directamente a la política electoral y gubernamental conlleva graves riesgos. Aquí el dilema consiste en cómo entrar a la lucha política sin comprometer su independencia organizativa y evitando la cooptación de sus dirigentes. Por último, el tercer dilema está relacionado con el segundo: si la organización ha de enfocar sus luchas en la sociedad civil o en la sociedad política o el Estado, y qué tan estrecha o ampliamente debe construir sus alianzas. Al restringirse a sus bases indígenas la organización puede asegurarse de que sus demandas identitarias no serán diluidas en luchas más amplias, pero sin alianzas más amplias corre el riesgo de aislarse y, ultimadamente, ser derrotada o ignorada por el Estado.

Para entender mejor estos dilemas hagamos una comparación somera entre el EZLN y la Confederación Nacional de Asociaciones Indígenas del Ecuador (CONAIE), teniendo en mente también sus obvias diferencias (organización armada vs. organización legal; táctica guerrillera vs. movilizaciones pacíficas; enfoque en la sociedad civil vs. incursiones en la política electoral y gubernamental etc., respectivamente). Al igual que la mayoría de las luchas indígenas en Latinoamérica, el EZLN ha compartido metas similares, pero los medios para conseguirlas han variado. La CONAIE, por ejemplo, inició su “levantamiento” de 1990 enmarcando sus luchas en torno a reivindicaciones identitarias, pero luego se expandió hacia las luchas de clases en una coalición nacional-popular. En contraste con esto, si bien el EZLN lanzó inicialmente una insurrección nacional-popular en 1994, con demandas económico-clasistas al centro, hacia la vuelta del siglo se había constituido en un movimiento indianista que intentaba construir la autonomía en su región inmediata (BURGUETE CAL y MAYOR, 2000; VAN DER HAAR, 2000).

¿Cómo podemos resolver esta paradoja desde el punto de vista de la teoría de la formación político cultural (FPC)? Esbochemos una solución a esta

paradoja. Dado que la lucha indígena por la autonomía es esencialmente la misma en México y Ecuador, aquí se discuten solamente las otras dos mediaciones de la FPC: la intervención estatal y los tipos de dirigencia. A diferencia de Ecuador, que tiene un Estado más débil, en México el Estado cuenta con una red de organizaciones corporativistas mucho más fuerte. Aún después de la derrota electoral del PRI en las elecciones presidenciales de 2000, el corporativismo sigue siendo una de las características centrales del autoritarismo estatal y del control hegemónico-burgués (véanse los capítulos de Singelmann; de Mackinlay y OTERO; y de de la Garza en OTERO, 2006).

En contraste, por su debilidad el Estado ecuatoriano hubo de recurrir a la dominación autoritaria hasta los años ochenta, aunque sin ser muy represivo. Por lo tanto, la CONAIE no sólo ha podido contribuir en la consolidación de la sociedad civil mediante amplias alianzas, sino que también se ha aventurado a intentar reformar al Estado desde dentro: dos de sus representantes fueron nombrados miembros del gabinete durante el primer año de la administración de Lucio Gutiérrez, cuyo triunfo electoral en 2002 no habría sido posible sin el apoyo del movimiento indígena. Al mostrar sus credenciales neoliberales, y que no iba a cumplir sus compromisos con el movimiento indígena, sin embargo, la CONAIE le retiró su apoyo a Gutiérrez y eventualmente jugó un papel importante en las movilizaciones populares que llevaron a su derrocamiento por parte del Congreso en 2005. Esta amplia movilización popular incluyó a varios de los presidentes municipales de las principales ciudades ecuatorianas (véanse los principales diarios en línea de Ecuador: *El Universo*, www.eluniverso.com; y *El Comercio*, www.elcomercio.com; y el portal de la CONAIE: conaie.nativeweb.org), lo cual indica que en estos niveles más bajos de la sociedad política se nota ya el avance de la consolidación de la sociedad civil.

Por su parte, el EZLN se ha opuesto vehementemente a participar en la política electoral de un Estado que considera autoritario o, cuando mucho, una democracia electoral de elites. El Frente Zapatista de Liberación Nacional, auspiciado por el EZLN en 1996, se convirtió en una organización política cuyos miembros sólo actuarían en la sociedad civil, pero no buscarían el poder político en la sociedad política o el Estado en sentido restringido. En contraste con el Movimiento Pachakutik, auspiciado por la CONAIE también desde 1996, el FZLN ha estado controlado muy de cerca por la dirigencia del EZLN y no ha logrado atraer a un rango muy amplio

del pueblo mexicano. Se concentra sobre todo en la Ciudad de México y su membresía se reduce principalmente a algunos intelectuales, académicos y estudiantes. Además, dado que los Acuerdos de San Andrés no se han legislado a cabalidad (HERNÁNDEZ NAVARRO y VERA HARRERA, 1998), el EZLN se ha negado a negociar con el Estado, y también a que sus bases acepten fondos de cualquier programa estatal. Este enfoque ha resguardado al EZLN de divisiones internas que podrían resultar de la corrupción o la cooptación de sus miembros o dirigentes. Pero también ha significado depender del apoyo socioeconómico de las organizaciones no gubernamentales con fondos limitados y probablemente decrecientes.

La movilización de la CONAIE y su participación en movilizaciones que han resultado en el derrocamiento de tres presidentes de Ecuador desde 1998 ha sido recibida con ambivalencia por la sociedad, pues algunos sectores la han tomado como señal de un compromiso insuficiente con la democracia. Además, su participación electoral o gubernamental desde 1998 (sobre todo mediante su apoyo a Pachakutik) ha puesto a la CONAIE en una situación vulnerable – varias de las organizaciones que la constituyen han sido susceptibles de cooptación y divisiones internas. Esta tendencia se ha rectificado desde fines de 2004, cuando el congreso de la CONAIE se volvió a atrincherar en la sociedad civil. Tras el derrocamiento de Lucio Gutiérrez el 20 de abril de 2005, la CONAIE y su alianza popular-democrática podrían estar acercándose al logro de una de sus metas principales: la refundación del Estado hacia una sociedad plurinacional.

En contraste con lo anterior, la posición resguardada del EZLN en contra de la cooptación ha resultado en su aislamiento relativo de la sociedad, sobre todo desde que pasó la Ley Indígena espuria en abril de 2001, que no reconoce la autonomía a escala federal y no satisfizo a la mayoría de los pueblos indios. Esta posición cautelosa del EZLN seguramente responde al hecho de que el Estado mexicano es comparativamente un enemigo formidable. Prueba de ello la constituye el hecho de que en 2003 y 2004, una de las más grandes movilizaciones campesinas que se han dado en el México moderno en torno a “El campo no aguanta más”, o ECNAM fue dividida mediante la intervención estatal en octubre de 2004. La demanda central de ECNAM era la renegociación del capítulo agrícola del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), pero su sexta y última demanda era la resolución de los derechos y la cultura indígenas contenidos en los

Acuerdos de San Andrés (véase el capítulo de Bartra sobre sus movilizaciones en OTERO, 2006, y Celis Callejas, 2005 sobre su colapso). El EZLN, sin embargo, permaneció al margen de esta movilización.

Es irónico, entonces, que el Estado mexicano parecería haber aislado al EZLN al confinarlo a su lucha por los derechos y la cultura indígenas. Al “indianisarse”, parecería que el EZLN ha perdido de vista su lucha de clase original y su ímpetu para construir un frente pluricultural y popular-democrático amplio en contra del neoliberalismo y por la humanidad. Se habrían perdido de vista, entonces, los otros tres grandes temas de los zapatistas: tierra y economía, derechos de las mujeres y reforma del Estado. Y sin embargo, dado lo imponente de la cultura política y las instituciones corporativistas, el ECNAM se colapsó por las divisiones en su dirigencia y el inmediatez de varias de sus organizaciones después de apenas dos años de surgimiento. Mientras tanto, el EZLN ha estado construyendo pacientemente la autonomía indígena en los hechos, a partir de sus vinculaciones desde abajo (VIDA). Acaso esta lucha paciente y a cuenta gotas es la que se requiere para debilitar al Leviatán mexicano. La lucha por la autonomía sólo se resolverá mediante un régimen político formulado por acuerdo mutuo, lo cual permitirá crear una nueva colectividad política popular-democrática, incluyente y pluricultural.

CONCLUSIONES

En este ensayo he ofrecido el esbozo de una teoría alternativa a la posición globalista. En primer lugar, el globalismo nos induce a enfocarnos en la política identitaria, como si los procesos de formación de las identidades colectivas no tuviesen nada que ver con la base material para la reproducción social de los productores directos. Mi argumento al respecto ha sido que, en general, pero de manera especial para los campesinos indígenas, una teoría sólida de la movilización y la formación político-cultural de las clases, las comunidades y los grupos subalternos debe incorporar sistemáticamente tanto las reivindicaciones materiales como las culturales para explicar sus resultados en cuanto a formación político-cultural. La teoría FPC ofrece justamente esta posibilidad al proponer tres mediaciones críticas entre los procesos estructurales y los resultados políticos.

En segundo término, la posición globalista aboga que los movimientos enfoquen sus luchas en la construcción de organizaciones para una sociedad civil transnacional. Esta sugerencia es tan vieja como el llamado de Marx y Engels en el *Manifiesto comunista* de 1848: “¡Proletarios del mundo, uníos!”. Pero a más de siglo y medio de que se propuso esta consigna, debería quedar claro que si alguna clase se ha organizado en el terreno transnacional ésta ha sido la burguesía mundial, encabezada por los intereses transnacionales y financieros de los Estados Unidos. Más aún, este hecho tiene su expresión en organizaciones supra-Estatales como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. Si bien los movimientos anti-globalización han logrado boicotear algunas de las reuniones de estas organizaciones, difícilmente podrían llegar a igualar su fuerza y menos desarrollar mecanismos democráticos internos para el ejercicio de una dirigencia responsable, con rendición de cuentas hacia sus bases. Tampoco se vislumbra cómo podrían tomar en cuenta las organizaciones civiles transnacionales los problemas ambientales de las diversas localidades, así como los temas socioeconómicos de sus gentes.

Por lo tanto, aún si se tiene que conceder que la solidaridad y la organización internacional son sin duda importantes, he argumentado que el proceso de construcción de un proyecto popular-democrático alternativo que desafíe al globalismo neoliberal debe darse a partir de las vinculaciones desde abajo (o VIDA). Sobre la base de una organización que parta de estas vinculaciones desde abajo, sus ligas con organizaciones internacionales de solidaridad podrían ultimadamente convertirse en democráticas en una escala global. Pero en el futuro inmediato y de mediano plazo el Estado-nación sigue siendo la esfera más crítica para la acción política – tanto para la imposición de los intereses de las clases dominantes como para que las clases, las comunidades y los grupos subalternos se constituyan político-culturalmente para resistir e intentar moldear la intervención estatal en su favor. Esta perspectiva es particularmente relevante para los países dependientes en general, pero sobre todo para los que podemos llamar “semiperiféricos”: dependientes, sí, pero con los recursos y las instituciones para resistir el globalismo neoliberal (LAXER, 2004) a partir de una nueva hegemonía de carácter popular-democrático que construya un nacionalismo internacionalista.

En tercer lugar, a un nivel más sustantivo, las luchas de los pueblos indios latinoamericanos han tratado de desafiar las políticas homogeneiza-

doras del globalismo neoliberal mediante el logro de espacios económicos, políticos y culturales para el desarrollo autónomo. El éxito que puedan tener las luchas indígenas en el siglo XXI tendrá por tanto que medirse frente a esta meta: ¿Pueden reformarse los Estados latinoamericanos como para trascender el globalismo neoliberal, de tal forma que puedan aceptar y respetar la diferencia a la vez que reconozcan los derechos de los pueblos indios para la autonomía (HARVEY, 2002; DÍAZ-POLANCO y SÁNCHEZ, 2003; OTERO y JUGENITZ, 2003; VAN COTT, 2000)?

En una época en que algunos de los más prominentes politólogos se conforman con una definición “minimalista” de la democracia, (por ejemplo, Karl, 1990; Mainwaring, 1992; O’Donell y Schmitter, 1986), Donna Lee Van Cott (2000) ha argumentado que, por el contrario, para enfrentar adecuadamente los problemas seculares de exclusión de los pueblos indios lo que se necesita es un tipo de democratización que se aproxime a la visión del mundo de los propios indígenas. En esta visión, la política estaría arraigada en un universo ético y cultural más amplio, en el que los ciudadanos obedezcan las leyes voluntariamente porque las aceptan, y no porque temen ser castigados. En última instancia, este tipo de cambio sólo podrá venir desde abajo, a partir de las organizaciones democráticas de la sociedad civil.

Finalmente, me permito sugerir algunos temas para la investigación futura. En éste ensayo he tratado el asunto de las identidades colectivas simplemente como otra forma de las “culturas regionales” que conforman las demandas de los movimientos sociales. Habría que preguntarse si existe algo específico de las culturas indígenas que interactúa con los tipos de dirigencia y que podría favorecer la formación de organizaciones democráticas, como lo ha sugerido Van Cott (2000). A pesar de la afirmación de Van Cott, el record histórico es por lo menos ambiguo: algunas de las comunidades indígenas más “tradicionales” como Chamula, Chiapas, han tenido estructuras políticas internas autoritarias y han sido cooptadas por el PRI (GOSEN, 1999), y en la región Huasteca algunos caciques han aprovechado la identidad indígena para consolidar su poder (SCHRYER, 1984, 1990). Por otra parte, el EZLN y otras organizaciones indígenas han desarrollado formas democráticas y responsables de liderazgo (véase OTERO, 2004d, p. 225-229). Jonathan Fox (1992) ha destacado que, en una organización de gran membresía con etnicidad mezclada, la elección de un líder indígena resultó en mayor participación y rendición de cuentas.

Cabe entonces preguntar si existe un vínculo entre algunos valores culturales indígenas con la conformación de tipos de dirigencia y modos de participación más (o menos) democráticos. O bien, ¿en qué grado depende la democracia interna de los tipos de relaciones organizativas (desde arriba, dialógicos, participativos etc.) que se establecen entre las bases y sus líderes? Para responder cabal y sistemáticamente estas preguntas se requiere hacer investigación comparada, tanto entre regiones de México, como entre varios países latinoamericanos. Un marco comparativo nos podría ayudar a entender por qué algunos movimientos populares han sido menos democráticos en algunos países (por ejemplo, Colombia, El Salvador), y más democráticos en otros (por ejemplo, Brasil, Ecuador, México). ¿En qué medida podemos explicar las diferencias a partir de historias y culturas nacionales, de tipos de dirigencia y estructuras organizativas, y/o a partir de sus posiciones en el sistema mundial (es decir, periférica o semiperiférica)?

La mayoría de estas preguntas nos convocan a prestarle atención a esferas de la vida social que no son ni estrictamente basadas en lo económico ni en las identidades culturales. Si hemos de trascender marcos explicativos monocausales, entonces requerimos hacer uso de enfoques que contemplen las intersecciones entre los procesos estructurales de las clases y las culturas regionales, las formas específicas de intervención estatal, y los rasgos político-culturales de los tipos de dirigencia y organización. Además, para las comparaciones entre países, tenemos que tomar en cuenta la fortaleza (o debilidad) relativa de los Estados, así como sus posiciones en el sistema capitalista mundial, las cuales les puede conferir mayor o menor margen de acción. Asimismo, tratándose de forjar nuevas democracias, habría que atender al enfoque de las vinculaciones desde abajo, o VIDA.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E., Evelina Dagnino y Arturo Escobar, coords. 1998. **Culture of Politics, Politics of Culture: Re-visioning Latin American Social Movements**. Boulder y Oxford: Westview Press.
- ARCHER, Margaret. 1996. **Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory**. Revised Edition. New York: Cambridge University Press.

- ASSIES, W., G. van der Haar y A. Hoekema, coords. 2000. **The Challenge of Diversity: Indigenous Peoples and Reform of the State in Latin America.** Amsterdam: Thela Thesis.
- BAHRO, Rudolf. 1978. **The Alternative in Eastern Europe.** London: New Left Books.
- BARTRA, Roger. 1982. **Redes imaginarias del poder político. México: Era.**
- BARTRA, Armando, and Gerardo OTERO. 2005. Indian-Peasant Movements in Mexico: The Struggle for Land, Autonomy and Democracy. Pp. 383-407 en Sam Moyo and Paris Yeros, coords. **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America.** Londres y Nueva York: Zed Books.
- BECK, Ulrich. 2000. The Cosmopolitan Perspective: Sociology of the Second Age of Modernity. **British Journal of Sociology** 51(1): 79-105.
- BIERSTEKER, Thomas J. 1995. The 'Triumph' of Liberal Economic Ideas in the Developing World. Pp. 174-196 in **Stallings**, 1995.
- BROCKETT, Charles D. 1990. **Land, Power, and Poverty: Agrarian Transformation and Political Conflict in Central America.** Revised Edition. Boston: Unwin Hyman.
- BRONNER, Stephen E. 1999. **Ideas in Action: Political Tradition in the Twentieth Century.** Lanham, MD. y Oxford: Rowman & Littlefield.
- BRONNER, Stephen E. 2002. **Imagining the Possible: Radical Essays for Conservative Times.** New York: Routledge.
- BRYSK, Allison. 2000. **From Tribal Village to Global Village: Indian Rights and International Relations in Latin America.** Stanford: Stanford University Press.
- BUECHLER, Steven M. 2000. **Social Movements in Advanced Capitalism: The Political Economy and Cultural Construction of Social Activism.** New York: Oxford University Press.
- BURAWOY, Michael. 1985. **The Politics of Production: Factory Regimes under Capitalism and Socialism.** London: Verso.
- BURGUETE CAL y MAYOR, Aracely, ed. 2000. **Indigenous Autonomy in Mexico.** Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs.
- CAMP, Roderic Ai. 1996. **Politics in Mexico.** Nueva York: Oxford University Press.
- CARR, Barry y Steve ELLNER. 1993. **The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika.** Boulder, CO: Westview Press.
- CASTAÑEDA, Jorge G. 1993. **La Utopía Desarmada: intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina.** Mexico: Joaquín Mortis.
- CASTELLS, Manuel. 1997.

- CELIS CALLEJAS, Fernando. 2005. "El movimiento que no aguantó más." **Masiosare, La Jornada**. Abril 3. <http://www/jornada.unam.mx/2005/abr05/050403/mas-celis.html> (consultado: abril 10, 2005).
- COOK, Maria Lorena. 1996. **Organizing Dissent: Unions, the State, and the Democratic Teachers' Movement in Mexico**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- CORNELIUS, Wayne A. 2000. **Mexican Politics in Transition**. La Jolla, CA: Center for U.S.-Mexican Studies, University of California, San Diego.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor. 1997. **Indigenous Peoples in Latin America: The Quest for Self-Determination**. Boulder, Colo.: Westview Press.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor y Consuelo Sánchez. 2003. **México diverso: El debate por la autonomía**. México: Siglo XXI Editores.
- DRYZEK, John S. 1996. **Democracy in Capitalist Times: Ideals, Limits, and Struggles**. Nueva York y Oxford: Oxford University Press.
- ECKSTEIN, Susan, coord. 1989. **Power and Popular protest: Latin American Social Movements**. Berkeley: University of California Press.
- ECKSTEIN, Susan. 1994. **Back From the Future: Cuba under Castro**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ESCOBAR, Arturo y Sonia E. ALVARES, coords. **The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy**. Boulder, CO: Westview Press.
- EVERS, Tilman. 1985. "Identity: The Hidden Side of New Social Movements in Latin America." Pp. 43-71 **New Social Movements and the State in Latin America**, ed. David Slater. Amsterdam: CEDLA, FORIS.
- EZLN. 1994. "Declaración de la Selva Lacandona." Disponible en: <http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm>. (Consultado en: Mayo 28, 2003).
- FOWERAKER, Joe y Ann Craig. 1990. **Popular Movements and Political Change in Mexico**. Boulder y London: Lynne Rienner Publishers.
- FOX, Jonathan. 1992. "Democratic Rural Development: Leadership Accountability in Regional Peasant Organizations." **Development and Change**, 23: 1-36.
- GOSSEN, Gary H. 1999. **Telling Maya Tales: Tzotzil Identities in Modern Mexico**. New York y London: Routledge.
- HALLIDAY, Fred. 1995. "The Third World and the End of the Cold War." Pp. 33-66 in Stallings, 1995.
- HARVEY, Neil. 1998. **The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy**. Durham, NC: Duke University Press.
- HARVEY, Neil. 2002. "PPP y derechos indígenas." **La Jornada**. Diciembre 28. <http://www.jornada.unam.mx/2002/dic02/021228/013a1pol.php?origen=opinion.html> (Consultado en: Diciembre 28, 2002).

- HELLMAN, Judith Adler. 1994. "Mexico and Popular Movements, Clientelism, and the process of Democratization." **Latin American Perspectives**, 21(2): 124-142.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis y Ramón VERA HERRERA, eds. 1998. **Los acuerdos de San Andrés**. Mexico City: Ediciones Era.
- HOARE, Quintin y Geoffrey Nowell SMITH. "General Introduction." Pp. xvii-xcvi in Gramsci, Antonio 1971. **Selections from the Prison Notebooks**. Coordinado y traducido por Quintin Hoare y Geoffrey Nowell Smith. Nueva York: International Publishers.
- KARL, Terry Lynn. 1990. "Dilemmas of Democratization in Latin America." **Comparative Politics**, 23: 1-21.
- KONRÁD, George y Ivan Szelenyi. **The Intellectuals on the Road to Class Power**. Translated by Andrew Arato y Richard E. Allen. Brighton: Harvester Press.
- ILO (International Labour Organization). 2003. "C169" [Cuadro de países que han ratificado la Convención 169, con fechas de ratificación]. <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/ratifics.pl?C169> (consultado en: Mayo 20, 2003).
- LAXER, Gordon. 2004. "Preface to the Neoliberal Globalism Series." In: **Governing Under Stress: Middle Powers and the Challenge of Globalization**, coords. Stephen Clarkson y Marjorie Cohen. London: Zed Books.
- MAINWARING, Scott. 1992. "Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues." Pp. 294-342 in: **Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective**, eds. Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell y J. Samuel Valenzuela. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- MEDVEDEV, Roy A. 1975. **On Socialist Democracy**. Translated from the Russian and edited by Ellen de Kadt. New York: Knopf.
- MOGUEL, Julio, Carlota BOTEY y Luis HERNÁNDEZ, eds. 1992. **Autonomía y nuevos sujetos sociales en el desarrollo rural**. Mexico City: Siglo XXI Editores y CEHAM.
- O'DONNELL, Guillermo y Philippe C. SCHMITTER. 1986. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- OTERO, Gerardo, ed. 1996. **Neoliberalism Revisited: Economic Restructuring and Mexico's Political Future**. Boulder, CO y Oxford: Westview Press.
- OTERO, Gerardo. 2003. "The 'Indian Question' in Latin America: Class, State, and Ethnic Identity Construction." **Latin American Research Review**, 38(1): 248-266.
- OTERO, Gerardo. 2004a. Global Economy, Local Politics: Indigenous Struggles, Citizenship and Democracy. **Canadian Journal of Political Science** 37(2): 325-346.

- OTERO, Gerardo. 2004b. Cuestión india y transición democrática en Latinoamérica: Clase, Estado y construcción de la identidad. **Memoria: Revista mensual de cultura y política**. 184. Junio. Disponible en: <http://www.memoria.com.mx/184/otero.htm>.
- OTERO, Gerardo, 2004c. **¿Adiós al campesinado? Democracia y formación política de las clases en México Rural**. México: M.A. Porrúa, Universidad Autónoma de Zacatecas y Simon Fraser University.
- OTERO, Gerardo, coord. 2006. **México en transición: Globalismo neoliberal, Estado y sociedad civil**. México: M.A. Porrúa, Universidad Autónoma de Zacatecas y Simon Fraser University.
- OTERO, Gerardo y Janice O'BRYAN. 2002. Cuba in Transition? Civil Society's Challenge to the Castro Regime. **Latin American Politics and Society**, 44(4): 29-57.
- OTERO, Gerardo y Heidi JUGENITZ. 2003. Challenging National Borders from Within: The Political-Class Formation of Indigenous Peasants in Latin America. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, 40(5): 503-524.
- PALMER, David Scott, ed. 1994. **Shining Path of Peru**. Second Edition. New York: St. Martin's Press.
- PETRAS, James y Henry VELTMAYER. 2001. Are Latin American Peasant Movements Still a Force for Change? Some New Paradigms Revisited. **Journal of Peasant Studies**, 28(2): 83-118.
- PICHARDO, Nelson A. 1997. New Social Movements: A Critical Review. **Annual Review of Sociology**, 23: 411-430.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. **Indigenism: Ethnic Politics in Brazil**. Madison y London: University of Wisconsin Press.
- ROCHLIN, James Francis. 2003. **Vanguard Revolutionaries in Latin America: Peru, Colombia, Mexico**. Boulder, CO y London: Lynne Rienner Publishers.
- SCHRYER, Frans J. 1984. **Una burguesía campesina en la revolución mexicana: los rancheros de Pisaflores**. México: Era.
- SCHRYER, Frans J. 1990. **Ethnicity and Class Conflict in Rural Mexico**. Princeton: Princeton University Press.
- STALLINGS, Barbara, ed. 1995. **Global Change, Regional Response: The New International Context of Development**. New York: Cambridge University Press.
- STRANGE, Susan. 1996. **The Retreat of the State: the Diffusion of Power in the World Economy**. New York: Cambridge University Press.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. 1994 [1992]. Chiapas: el Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía. Disponible en: <http://www.ezln.org/documentos/1994/199208xx.es.htm>. (Consultado en Mayo 11, 2005).

- TARROW, Sidney. 1998. **Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics**. Second Edition. London: Cambridge University Press.
- VALDÉZ UGALDE, Francisco. 1996. The Private Sector and Political Regime Change in Mexico. Pp. 127-148 en Otero, 1996.
- VAN COTT, Donna Lee. 2000. **The Friendly Liquidation of the Past: The Politics of Diversity in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- VAN DER HAAR, Gemma. 2001. **Gaining Ground: Land Reform and the Constitution of Community in the Tojolabal Highlands of Chiapas, Mexico**. Amsterdam: Wageningen Universiteit y Rozenberg Publishers.
- WEARNE, Phillip. 1996. **Return of the Indian: Conquest and Revival in the Americas**. Foreword by Rigoberta Menchú. London: Cassell y Latin America Bureau.
- WOMACK, Jr., John. 1999. **Rebellion in Chiapas: An Historical Reader**. New York: The New Press.



PARTE 3

**QUESTÕES SOBRE CAMPESINATO
E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
E DAS FLORESTAS NO BRASIL**



AGRICULTURA FAMILIAR: QUANTOS ANCORADOUROS!

DELMA PESSANHA NEVES

Departamento de Antropologia – Universidade Federal Fluminense
Pesquisadora – CNPq.

INTRODUÇÃO

Nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agronômicos que se constituíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo *agricultura familiar* talvez raramente se fizesse presente. Os termos de designação recorrentes eram *pequeno produtor*, *pequeno proprietário* e, por vezes, *camponês*. Termos diferentes estavam associados a segmentos de produtores (*modernos*) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial. Em certos textos, tangencialmente, os autores que reconheciam termos de designação aproximada estavam geralmente referidos a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores estadunidenses e europeus. Estes eram diferenciados por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social, classificados pela *family farm* ou reconhecidos como *family farmer*, isto é, pela identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção.

Todavia, a partir da última década do século passado, o termo *agricultura familiar* ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social, tornam-se necessários exercícios exegéticos de interpretação dos significados a ele associados. Um investimento de tamanha envergadura, em face da consagração que o termo alcançou, é praticamente impossível, especialmente por um único pesquisador. Reconhecendo os limites, neste artigo, pretendo contribuir parcialmente para o exercício anunciado, compartilhando com tantos outros autores que também reconhecem essa necessidade, quando nada, acadêmica.¹

¹ Oportunamente, agradeço a Pedro Fonseca Leal pelas sugestões apresentadas quando da cuidadosa leitura da versão preliminar deste texto.

Meu objetivo estará restrito à demonstração de alguns dos fatores inerentes ao processo de enquadramento institucional, cujas designações *agricultura* e *agricultor familiar* são partes do jogo social em causa. Embalados pelo trabalho coletivo de criação de novas categorias de reconhecimento, diversos agentes se integraram ao campo de construção de *problemas*² atribuídos à condição de *pequeno produtor* ou *camponês*. Para o positivo reconhecimento social pressuposto pela designação *agricultor familiar*, foram construídos ou reconstruídos quadros institucionais, cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia. E foram recrutados (através de constituição própria) agentes intermediários para alcançar a objetivação projetada pelos que se empenharam na produção de significados sociais e de práticas sob modalidades diversas: programas públicos, cursos de formação profissional, recursos financeiros redistribuídos entre governos municipais e créditos de custeio e investimento econômico para agricultores.

No artigo valorizo então o entendimento do processo político de construção da categoria socioprofissional *agricultor familiar* e de respectivos quadros institucionais, cujos agentes foram dotados de legitimidade para redefinir significados, assim marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo *agricultura familiar*. Menos que demonstração da eficácia de todo o investimento político em curso para (re)significar a *agricultura familiar* e o *agricultor familiar*, quero destacar um dos aspectos fundamentais do processo de constituição de políticas públicas ou de intervenção social – a produção de imaginários ou sistemas de crenças para reorganização da sociedade que, tendo assim alterada a representação sobre si mesma, seja potencialmente portadora das possibilidades de ação política capaz de reordenar sistemas relacionais de posições.

FAMILY FARM E PRODUÇÃO FAMILIAR: CATEGORIZAÇÕES RECONHECIDAS

A consulta aleatória às principais revistas estrangeiras voltadas para o estudo da organização da produção agropecuária, elas próprias instrumen-

² Refiro-me à produção de desqualificações de formas de inserção social, consensualmente reconhecidas como *exclusão social*, no caso especificamente expressas pela extrema pauperização e pela expropriação produtiva.



tos de qualificação e reconhecimento de temas e pesquisadores que assumiam alguma forma de afiliação às associações científicas de sociologia rural, confirma a contextualidade histórica de modos de designação desse objeto empírico.

Excetuando a *The Journal of Peasant Studies*, cuja edição foi iniciada na década de 1970 para revalorizar as temáticas *grosso modo* decorrentes da perspectiva teórica marxista, ponto de vista pelo qual o termo de designação é *peasant* (camponês)³, as demais aqui consideradas registram os deslocamentos das categorias classificatórias. Considerando alguns dos volumes editados principalmente na década de 1980, selecionei para exercício:

- **Rural Sociology.** Official Journal of the Rural Sociological Society. Published at Brigham Young University Press, Utah.
- **Sociologia Ruralis.** Journal of the European Society for Rural Sociology. Van Gorcum, Assen – The Netherlands.

À guisa de ilustração, transcreverei alguns dos títulos de artigos cujos autores adotam a nomenclatura *family farm* para caracterizar unidades de produção⁴:

SOCIOLOGIA RURALIS:

ALMÁS, Reidar. Norwegian agricultural policy and the family farm, 1945-1982.

Sociologia Ruralis, vol. XXIV, n. 2, p. 121-132, 1984.

BOUQUET, Mary. Production and reproduction of family farms in Sout-West England. **Sociologia Ruralis**, vol. XXII, n. 3-4, p. 227-243, 1982.

DE HAAN, Henk. Introduction. The family farm in advanced capitalist societies; corporatism, the state and survival strategies. **Sociologia Ruralis**, vol. XXIV, n. 2, p. 103-105, 1984. (Special theme: The family farm; corporatism the state and survival strategies).

ERRINGTON, A. and GASSON, R. Labour use in the farm family business. **Sociologia Ruralis** XXXIV (4), p. 293-307, 1994.

FULLER, Anthony M. Part time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, vol. XXIII, n. 1, p. 5-10, 1983.

³ Para uma análise de temáticas valorizadas pelos editores da revista *The Journal of Peasant Studies*, ver Neves, 1985, p. 87-132.

⁴ Os títulos de livros e artigos que valorizo para demonstração da análise das questões consideradas neste texto não aparecem nas referências bibliográficas porque não se referem a tal objetivo.



REINHARDT, N. and P. BARLETT. The persistence of family farms in United States agriculture. **Sociologia Ruralis** XXIX, p. 203-225, 1989.

RURAL SOCIOLOGY:

Obs.: A maior parte dos autores estuda a *family farm* em comparação aos conglomerados agroindustriais (*corporate farming* ou *largerscale farming*) e a partir da subdivisão entre *part-time farmer* e *full-time farmer*.

BROWN, Minnie M. and LARSON, Olaf F. Successful black farmers: factors in their achievement. **Rural Sociology**, vol. 44, n. 1, p. 153-174, 1979.

BUTTEL, Frederick and LARSON, Oscar W. Farm size, structure and energy intensity: an ecological analysis of US agriculture. **Rural Sociology**, vol. 44, n. 3, p. 471-488, 1979.

BUTTEL, Frederick and LARSON, Oscar W. Political implications of multiple jobholding in US agriculture: an exploratory analysis. **Rural Sociology**, vol. 47, n. 2, p. 272-294, 1982.

COUGHENOUR, C. Milton and KOWALSKI, Gregory. Status and role of fathers and sons on partnership farms. **Rural Sociology**, vol. 42, n. 2, p. 181-205, 1977.

ERICKSEN, Julia and KLEIN, Gary. Women's roles and family production among the old order amish. **Rural Sociology**, vol. 46, n. 2, p. 282-296, 1981.

GOLDSCHMIDT, Walter. Large-scale farming and the rural social structure. **Rural Sociology**, vol. 43, n. 3, p. 362-385, 1978.

GRASMICK, Harold G. and GRASMICK, Mary K. The effect of farm family background on the value orientations of urban residents: a study of cultural lag. **Rural Sociology**, vol. 43, n. 3, p. 367-385, 1978.

HEFFERNAN, William D.; GREEN, Gary; LASLEY, R. Paul and NOLAN, Michael F. Part-time farming and the rural community. **Rural Sociology**, vol. 46, n. 2, p. 245-262, 1981.

HELLER, Peter L.; QUESADA, Gustavo M.; HARVEY, David L. and WARNER, Lyle G. Familism in rural and urban America: critique and reconceptualization of a construct. **Rural Sociology**, vol. 46, n. 3, p. 446-464, 1981.

OLSON, Philip. Public policy and the politics of agriculture: organization inaction. **Rural Sociology**, vol. 44, n. 2, p. 266-280, 1979.

PEARSON, Jessica. Note on female farmers. **Rural Sociology**, vol. 44, n. 1, p. 189-200, 1979.

PERRY, Charles S. The rationalization of US farm labor: trends between 1956 and 1979. **Rural Sociology**, vol. 47, n. 4, p. 670-691, 1982.



O uso do termo *family farm* não é exclusividade dos autores que publicam nas revistas citadas. Consultando a bibliografia por eles indicada, pode-se constatar a recorrência do uso segundo o mesmo significado geral, tão freqüente que também liberado de definições *a priori*, pois que pressupostamente consensuais.

- BERTRAND, Alvin Lee. Research on part-time farming in the United States. **Sociologia Ruralis** VII: 295-306, oct., 1967.
- BREWSTER, D. Changes in the family farm concept, in farm structure, a historical perspective on changes in the number and size of farms. **Washington DC: committee on agriculture, nutritional and forestry**. US Senate, p. 18-23, 1980.
- CORNELIUS, J. Stress and the family farm. Paper presented at the Centre for Agricultural Strategy/Small Farmers. Association symposium: University of Reading, 1993.
- DONOHUE, George A. Full-time and part-time farmers value orientations towards social institutions. **Rural Sociology** 22: 221-227, vol. XXIV, n. 2, 1957.
- FRIEDMANN, H. Family wheat farms and third world diets: a paradoxical relationship between unwaged and waged labor. In: COLLINS, L. and GIMENEZ, M. (Eds.). **Work without wages. Comparative Studies of Domestic Labor and Self-Employment Albany**. NY: State University of New York Press, p. 193-213, 1990.
- FRIEDMANN, H. The family farm in advanced capitalism: outline of a theory of simple commodity production. In: **Agriculture**, paper presented to American Sociological Association, Toronto, August, 1981.
- FUGUITT, G.V; FULLER, A. M.; GASSON, R. and JONES, G. Part-time farming: its nature and implications: a workshop report. Ashford, Kent: Center for European Agricultural Studies, Wye College, University of London, 1977.
- GASSON, R. and ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: CAB, 1993.
- GASSON, R. et all. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics** (39), p. 1-41, 1988.
- HILDENBRAND, B. Tradition and modernity in the family farm: a case study. In: BOH, K.; SGRITTA, G. and SUSSMAN, B. (eds.). **Cross-cultural perspectives on families. Work and changes Binghamton**. NY: The Haworth Press, p. 159-172, 1989.
- HOPKIN, John J. **Financing farm growth. Corporate farming and the family farm**. Ames, Iowa: Iowa State University Press, 1970, p. 43-49.



- HUTSON, J. Fathers and sons: family farms, family businesses and the farming industry. **Sociology** 21(2), p. 215-229, 1987.
- KA, C. Agrarian development, family farms and sugar capital in colonial Taiwan, 1895-1945. **Journal of Peasant Studies** 18(2), p. 206-40, 1991.
- MARDSEN, T. Capitalist farming and the farm family: a case study. **Sociology** 18(2), p. 205-223, 1984.
- MARSHALL, Raymond and THOMPSON, Allen. **Status and prospects of small farmers in the South**. Atlanta: Southern Regional Council, 1977.
- SALAMON, S.; GENGENBACHER, K. and PENAS, D. Family factors affecting the inter-generational succession to farming. **Human Organization** 45 (1), p. 24-33, 1986.
- SALTER, L. A. What is part-time farming? **Journal of Farm Economics**, n. 18, p. 191-197, 1936.
- SCHMITT, G. Why is the agriculture of advanced Western economies still organized by family farms? Will this continue to be so in the future? **European Journal of Agricultural Economics** (18), p. 443-458, 1991.
- SINCLAIR, P. R. Agricultural policy and the decline of commercial family farming: a comparative analysis of the US, Sweden and Netherlands. In: BUTTEL, F. H.; NEWBY, H. (eds.). **The rural sociology of advanced societies**. Montclair NJ: Allanheld, Osmun, p. 327-249, 1980.
- SMALL FARM VIABILITY PROJECT. **The family farm in California**. Sacramento, California: Small Farm Viability Project, 1977.
- STRANGE, M. **Family farming, a new economic vision**. Lincoln NE: Institute for food development policy, University of Nebraska, 1988.
- VOGELER, I. The myth of the family farm: agribusiness dominance of US. **Agriculture** (Boulder, Colorado: Westview Press) XVIII, 1982.
- WHATMORE, S. **Farming women, gender, work and family enterprise**. London: Macmillan, 1991.

Entre os autores estadunidenses cuja produção foi valorizada no campo editorial brasileiro, quero destacar a contribuição de Roger Burbach e Patricia Flynn, através de *Agribusiness in the Americas*, publicado pela Monthly Review Press, de Nova Iorque, EUA, em 1980, e traduzido no Brasil sob o título *Agroindústria nas Américas*, editado pela Zahar Editores, em 1982. Eles distinguem o *sistema de agricultura familiar* do *sistema de agricultura industrializada empresarial*, mediante as condições de uso da força de trabalho: familiar para o primeiro e assalariada para o segundo. Tendo em vista a questão por eles analisada (a ameaça de sobre-

vivência da *agricultura familiar* frente ao processo de industrialização na agricultura), os limites da reprodução do *sistema de agricultura familiar* são destacados não só nos Estados Unidos como em diversos outros países da América Latina. Baseando-me na forma como Economic pressures on the family farm (Burbach e Flynn, 1980: 22-23) foi traduzido na edição brasileira, Pressões econômicas sobre a propriedade familiar (Burbach e Flynn, 1982: 22-24), os comentários que vêm sendo por mim apresentados podem ser acompanhados.

Os agricultores que protestavam contra a ameaça de bancarrota e ruína são apenas as mais recentes vítimas de uma longa tradição de redução dos preços e aumento dos custos. Sua sorte lembra a dos fazendeiros em dificuldades das décadas de 1920 e 1930, cujas hipotecas foram executadas aos milhões, depois da Grande Depressão, ou a das famílias independentes da década de 1880 e 1890, forçadas a se transformar, em grande número, em arrendatárias e meeiras. Há décadas a propriedade familiar vem diminuindo em números, e apesar disso o sistema da propriedade familiar ainda caracteriza a estrutura geral da produção na agricultura americana. A fazenda empresarial fez, até recentemente, poucas incursões na agricultura.

Um sistema de produção caracterizado pela propriedade familiar pode ser chamado de “modo de produção independente” (MPI), um sistema de unidades de produção constituídas de famílias que, sendo donas de suas terras e utilizando seu próprio trabalho, produzem mercadorias para os mercados comerciais. Com algumas exceções, mais notadamente o sistema de *plantation* no sul, a agricultura estadunidense aproximou-se, durante três séculos, do sistema de produção independente.

A característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, qualquer que seja o seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família. Em contraste, as grandes firmas de agroindústria, de propriedade de companhias como a United Brands, empregam centenas de trabalhadores assalariados.

Apesar da persistência, a propriedade familiar de hoje dificilmente seria reconhecida por um fazendeiro de 1830. Os Estados Unidos apre-

sentam a característica singular de terem sido povoados por famílias de agricultores independentes, que praticavam uma economia comercial ligada ao mercado mundial, e que tinham acesso a vastas áreas de terra sem laços feudais. O sistema agrícola familiar cresceu de maneira impressionante no século XIX, quando milhões de desbravadores se espalharam pelo continente. Durante o século passado, porém, com o desenvolvimento do capitalismo no setor industrial e de manufatura, as práticas agrícolas foram tremendamente afetadas. Embora a propriedade familiar tenha permanecido intata em meio a tudo isso, a tensão imposta à sua capacidade de sobreviver aumentou. O Quadro 1 apresenta as tendências a longo prazo no sentido de um número cada vez menor de propriedades, e de propriedades rurais cada vez maiores, de um aumento da produção agrícola e dos insumos de capital (terra, construções, maquinaria) que oferecem um pano de fundo para compreender a atual pressão sobre o agricultor familiar.” (BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 22-24)

Essa mesma perspectiva de análise é valorizada por Warriner (1939/1964). Ele considera o estatuto das unidades agrícolas organizadas em torno da alocação de trabalhadores familiares, diante do desenvolvimento econômico orientado pelo aumento da produtividade, processo que ocorreu na Europa no início do século passado.

To understand the real nature of the present farm problem in Europe we must examine the economic basis of the peasant farming system, and ask how far it determines the policy of high protection to agriculture, and how far it is responsible for the low level of earnings on the land. The most striking feature of agricultural organization in Europe is, of course, the small size of the food-producing enterprise, and the almost universal prevalence of family farming. It is natural to conclude that this indicates a weak and inefficient form of organization, since economic progress usually seems to go hand in hand with an increase in the size of the producing unit. In the development of modern industry the advance of large-scale production through the concentration of capital in large firms has been the chief means through which the productivity of labour has increased; but in agriculture there is no parallel movement of concentration.

Before we turn to examine the farm problem in Europe itself, therefore, it is necessary to look at the relation of farm organization to economic



progress in a wider perspective, to see why in general the scale of operations remains smaller than in industry. It is not only in Europe that the scale of farming operations is small. Even the large family farms of the United States and Canada, with 200-500 acres, are small businesses compared with the average industrial undertaking, and even in England, where farms over 50 acres take up about 80 per cent of the farm area, farm businesses are small, reckoned in turnover, as compare, with industrial firms. England is usually regarded as a country of large farms, yet one out of three workers on the land is a farmer. In Europe, however, the scale of farming operations is smaller still. Measured in acres, the typical peasant farm is very small, about 8 hectares (20 acres) in Western Europe, about 3 (7 acres) in the East, excluding the Baltic.” (WARRINER, 1964, p. 2)

Por esse uso restrito, isto é, espacialmente contextualizado, enquanto categorias distintivas de produtores constituídos sob o modo de interdependência entre agricultura e indústria, os termos *family farm* ou *family farmer* não foram analiticamente incorporados por pesquisadores brasileiros. Tais produtores foram aqui reconhecidos como *agricultores integrados* ou *tecnificados* e sob esta perspectiva pesquisados.⁵

No início da década de 90, Maria Helena Rocha Antuniassi e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, professoras, no contexto da realização da pesquisa, vinculadas ao Departamento de Economia Rural da FCA/UNESP, Campus de Botucatu, realizaram um amplo levantamento dos títulos constitutivos da bibliografia sobre *produção familiar* na agricultura brasileira. Este termo, *produção familiar*, já é em si elucidativo, naquele contexto, da estranheza do uso da categoria *agricultura familiar*.⁶ O levantamento abarcou 1.132 títulos. Dentre os critérios de indexação para uso dos dados do levantamento, as autoras constituíram um catálogo de temas (páginas 147-207) no qual, para efeitos de qualificação da agricultura ou de agricultores, aparecem os seguintes termos:

⁵ Ver Coradini, 1982; Dal Rosso, 1981; Lovisolo, 1989; Neves, 1981 e 1997; Paulilo, 1990; Santos, 1978; Sorj, 1980 e 1982; Wilkinson, 1986.

⁶ Essa estranheza é ainda confirmada pela resenha elaborada por Gnaccarini e Moura (1990), quando se dedicaram à análise da produção bibliográfica sobre a estrutura agrária brasileira, abarcando textos produzidos até o final da década de 80 do século passado.



Termo de indexação	Número de títulos
agricultor de baixa renda	40
agricultura Brasil	02
agricultura de baixa renda	06
agricultura de subsistência	140
agricultura e Estado	113
Arrendamento	34
Arrendatários	107
Assalariados	01
Campeinato	93
Camponeses	178
Colonato	06
Colonização	216
colonização rural	61
Colonos	119
comunidades rurais	55
comunidades agrícolas	36
economia agrícola	219
força de trabalho familiar	37
mão-de-obra familiar	141
mão-de-obra rural	62
Meação	01
Meeiros	05
Minifúndio	71
Parceiros	126
Parceria	32
parceria na agricultura	25
parceria (produção agrícola)	179
pequenas propriedades	189
pequenas propriedades rurais	17
pequenos produtores	14
pequenos proprietários	270
Posseiros	106
produção de subsistência	01
proprietário e arrendatário	10
proprietário rural	304
relações de trabalho na agricultura	131
Sitiente	27
Sítio	14
sítio e sitiente	01
trabalhadores agrícolas	29
trabalhadores rurais	301



Agricultura familiar: quantos ancoradouros!

A recorrência dos termos *agricultor de subsistência* ou *baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário*, ao lado dos termos de qualificação da dependência – *colono, meeiro, parceiro, arrendatário* – ou de apropriação provisória e informal da terra – *posseiro* – demonstra a preocupação com a diversidade de modos de existência e o irreconhecimento de uma categoria genérica de designação.

Os títulos considerados nesse levantamento foram elaborados ou editados segundo a distribuição temporal a seguir apresentada:

Distribuição temporal	Número de títulos
1935-1939	01
1940-1944	05
1945-1949	05
1950-1954	13
1955-1959	28
1960-1964	60
1965-1969	62
1970-1974	123
1975-1979	395
1980-1984	392

Por conseguinte, nesse contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias e seus respectivos agentes, não há referência ao uso do termo *agricultura familiar*. Os princípios de classificação recaem sobre a renda, sobre as condições de vinculação ao mercado, sobre os modos de apropriação da terra e de produzir, bem como de apropriação do produto do trabalho.

AGRICULTURA FAMILIAR: A VISIBILIDADE DO TRABALHO SOCIAL

O termo *agricultura familiar* é posteriormente, nos já referidos campos acadêmicos estadunidense e europeu, consagrado sob outros significados, qualificados pelas críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria (acirrador de exclusões e de expropriações diversas). E no Brasil foi assumido tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas



como pela representação política dos trabalhadores rurais. Todos operaram nessa consagração classificatória, mas para fazer reconhecer a legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica, enfim, em tese asseguradores da reprodução de modos de produzir sob orientação relativamente diversa da organização capitalista.

Não tenho a intenção de apresentar um sistemático levantamento da elaboração e consagração do termo *agricultura familiar*. Quero apenas destacar algumas contribuições produzidas no mundo acadêmico, em sintonia com atores políticos que investiram na construção de outras representações da sociedade brasileira, de modo a assegurar legitimidade à construção de categoria socioeconômica dotada de direitos.

Inicialmente, ressalto o texto elaborado por Sônia Maria P. P. Bergamasco que, a partir de dados sistematizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), procurou caracterizar e delimitar a grandeza da presença de agricultores que se valiam basicamente do trabalho familiar.⁷ As dificuldades de utilização desse tipo de dado, disfarçado por agregação segundo outros critérios, mesmo diante da surpreendente ampla recorrência dos respectivos estabelecimentos (que então veio a ser oficialmente registrada), omissão possível em contextos políticos de negação da importância da reprodução da organização familiar de produção sob a hegemonia do sistema capitalista, todos esses fatores transformaram o texto de Bergamasco em emblema da inflexão de perspectivas de estudo e interpretação. O tema *agricultura familiar* passa a aglutinar pesquisadores do Pipsa – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – afiliados ao GT III até então denominado *A Pequena Produção Agrícola*.

⁷ A elaboração do artigo representava parte de investimentos já realizados pela autora e por parceria de pesquisa com Kageyama: BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 23 (Supl.01/93), p. 7-16, Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1993; KAGEYAMA, Ângela. O emprego agrícola em 1985: análise preliminar. Campinas: IE/UNICAMP (mimeo.), *apud* BERGAMASCO, 1991; KAGEYAMA, Ângela & BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. **A estrutura de produção no campo em 1980. Perspectivas**, São Paulo, 12/13, p. 55-72, *apud* BERGAMASCO, 1991.



Comungando com investimentos de outros colaboradores⁸, Sônia Maria P. P. Bergamasco e Maria de Nazareth Wanderley se dedicaram à organização de um número temático da *Revista Reforma Agrária*, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (vol. 25, nº 2 e 3, maio-dezembro, 1995). No meu entendimento, esses investimentos selaram a consagração do tema na academia e nos grupos mobilizados para constituição de políticas de apoio aos agricultores passíveis desse enquadramento.

A situação de deslocamento pode ser constatada pela análise dos títulos dos artigos, dos documentos e principalmente do editorial do volume 25 da *Revista Reforma Agrária*.

Alguns autores qualificaram os agricultores como *pequenos produtores* ou *integrados*, conforme contextos específicos:

BRUMER, Anita e ARISTIMUNHO, Edgar da Silva. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra, p. 58-69.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. p. 86-113.

Outros se referiram à *produção familiar* ou aos *assentados* pelo Programa Nacional de Reforma Agrária:

MOREIRA, Roberto José. Parceria e os negócios do Coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural, p. 5-20.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Organização da produção e resultados econômicos dos assentamentos de reforma agrária de Sergipe, p. 70-85.

CARMO, Maristela Simões do. Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar, p. 114-127.

Contudo, a maior parte dos autores que integrou o corpo de artigos tomou posição em relação ao uso do termo, especialmente pela caracterização da grandeza da presença da *agricultura familiar*.

⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/EDUNICAMP/ANPOCS, 1992. 275p; VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991. 219p.



- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas, p. 21-36.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção, p. 37-57.
- VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar, p. 128-141.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VICENTE, Maria Carlota M.; SILVA, Celma da; BAPTISTELLA, Lago e FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo, p. 142-166.
- BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD, p. 167-177.
- CORBUCCI, Regina Célia. Algumas reflexões sobre o Programa Nacional de Agricultura Familiar, p. 178-184.

Quero destacar o duplo objetivo, acadêmico e político, dos comentários das autoras do editorial. Enfatizando o caráter predatório e excludente do processo de modernização agrícola em curso, Bergamasco e Wanderley (1995) exaltam o valor e a pertinência de investimentos para a reprodução da *agricultura familiar*:

Este modelo é hoje, mais do que nunca, questionado pelas condições do próprio mundo moderno. No Brasil, para se tornar efetivamente moderna, a agricultura deve dissociar-se dos interesses arcaicos, ligados à concentração fundiária e ao crescimento extensivo, para adotar uma dinâmica efetivamente moderna, que valorize o espaço rural, tanto do ponto de vista ambiental quanto socialmente e se comprometer com as necessidades fundamentais da população brasileira.

Com estes objetivos, os agricultores familiares, isto é, aqueles que vivem do seu trabalho nas atividades agrícolas, devem se preparar para ocupar um espaço importante na construção de um novo modelo de agricultura para o País.

O primeiro passo para isto será, sem dúvida, a constituição de uma representação própria, de forma a mostrar para o Brasil que há uma diferença entre “caloteiros” e “calejados” e que existe esta outra agricultura – não latifundiária, não predatória e não excludente. Será possível, assim, exigir que a política agrícola deixe de ser um instrumento para a viabilização do lucro empresarial e até da renda da terra, como sempre aconteceu, para se tornar um garantidor da remuneração do trabalho na agricultura. O lucro resulta da qualificação do competidor no mercado: é um assunto privado; pela importância

da produção agrícola para o País, a remuneração do trabalho daqueles que assumem produzir na agricultura é um assunto da sociedade. (BERGAMASCO e WANDERLEY, 1995, p. 3).

Levando em conta a bibliografia referenciada pelos diversos autores que participaram da edição do vol. 25 (1995) da *Revista Reforma Agrária*, pode-se perceber até então a raridade dos investimentos sobre a categorização *agricultura familiar*, bem como a importância da produção intelectual coletiva da pesquisa internacional, coordenada por Lamarche (1991/1993/1994). No Brasil, doravante, alguns desses autores se tornaram referência obrigatória:

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. **P. A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 94-104.
- BRANDENBURG, A. e FERREIRA, A.D. Agricultura familiar contratualizada às agroindústrias no Paraná. In: **Anais do Seminário “Inovações tecnológicas e reestruturação do sistema alimentar”**, GEAS/CAPES-COFECUB, Curitiba, 1991.
- BRUMER, A., DUQUE, G., LOURENÇO, F. E WANDERLEY, M.N.B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A Agricultura Familiar; Comparação internacional – I. Uma realidade multiforme**. Campinas : UNICAMP, 1993. 336p.
- BRUMER, A., DUQUE, G., LOURENÇO, F. E WANDERLEY, M.N.B. L’agriculture familiale au Brésil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L’Agriculture Familiale, une réalité polymorphe**. Paris: L’Harmattan, 1991: 159-210.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Versão preliminar. Brasília: Incra, 1994. 98p.
- GASSON, R. e ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993. 290p.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L’Agriculture Familiale; Comparaison Internationale – I. Une Réalité Polymorphe**. Paris : L’Harmattan, 1991. (traduzido para o português em: **A Agricultura Familiar; Comparação internacional – I. Uma realidade multiforme**. Campinas, UNICAMP, 1993); LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L’Agriculture Familiale; Comparaison Internationale – II. Du mythe à la réalité**. Paris: L’Harmattan, 1994.
- MIOR, L.C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. Tese de Mestrado em Desen-

- volvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. 280p.
- NEVES, D.P. **Agricultura familiar: Questões metodológicas.** (mimeo. – versão preliminar), 18p.
- VEIGA, J.E. da. **A opção pela agricultura familiar. Proposta de políticas públicas.** Relatório para o Projeto FAO/INCRA-UTF/BRA/036, junho de 1994, 45p. (mimeo.).
- WANDERLEY, M. de N.B. Le Brésil: exploitation familiale ou latifundium. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale: mythe à réalité.** Paris: L'Harmattan, 1994: 20-27.

Destaco então a virada da interconexão entre autores, mediante afiliação de alguns deles ao campo das ciências sociais no Brasil e na França. Diversas questões que pesquisadores franceses associam à *agricultura familiar* na França, tornaram-se temas de reflexão entre pesquisadores brasileiros.⁹

Eli da Veiga, no artigo *Delimitando a agricultura familiar*, analisa as restrições decorrentes da adoção do termo *pequena produção* e, relativamente, advoga as vantagens de reflexão em torno do termo *agricultura familiar*:

Durante muito tempo a comunidade acadêmica brasileira considerou que a principal diferença entre as formas de produção do setor agropecuário residia no tamanho dos estabelecimentos. A oposição entre o pequeno e o grande produtor, não somente dominou o debate sobre a estrutura social da agricultura, como chegou a ter grande influência em controvérsias teóricas sobre o próprio desenvolvimento capitalista. Houve mesmo quem concluisse que a questão agrária perdera sentido econômico, após perceber que a participação dos estabelecimentos menores de dez hectares no valor da produção só chegava a ser significativa nas culturas de mandioca e feijão... (SANDRONI, 1984)

⁹ Apenas mais recentemente, as representações e as categorias de reflexão que referenciam o debate no campo intelectual constituído por pesquisadores estadunidenses (no que tange à *agricultura familiar*) voltam a estar presentes na bibliografia de estudiosos brasileiros. Geralmente tais questões abarcam processos de urbanização no campo, divisão social de trabalho por gênero e ciclo de vida, formas de consumo do tempo produtivo (*full-time* ou *part-time*), interdependência de agentes produtivos nos diversos setores da economia e de formas de vinculação e interseção de mercados de trabalho. As questões por mim destacadas aparecem como objeto de reflexão em outros textos citados neste artigo, isto é, os utilizados para caracterizar o uso dos termos *family farm* e *family farmer*, durante a década de 80, em revistas de Sociologia Rural.

Entretanto, ao classificar os estabelecimentos do Censo de 1980 segundo as áreas efetivamente plantadas e colhidas (independentemente de suas áreas totais), Castro (1982) já constatara que a maior concentração de produtividades máximas estava em classes de áreas de colheita inferiores a 500 ha, embora superiores a 50 ha.

Rompendo com o critério de tamanho, o autor sugeriu que os estabelecimentos agropecuários fossem classificados segundo três categorias: 1 – produção de baixa renda, 2 – produção profissionalizada e 3 – investimento patrimonial. Infelizmente, não chegou a fazer uma estratificação baseada em tais critérios. (CASTRO, 1982, p. 93)

(...) quando se examina com cuidado a questão do tamanho na agricultura e na pecuária, percebe-se que este não é o aspecto mais relevante. A adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente a dimensão dos meios de produção (terra e capital) e reduz – na maior parte dos casos – as necessidades de mão-de-obra. Assim, a importância econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo do que à área inicial do estabelecimento.

Ou seja, a noção de “pequena produção” era demasiadamente vaga para que pudesse ter a importância conceitual que chegou a adquirir no Brasil entre o início dos 1970s e meados dos 1980s.

Na verdade, o que surge com clareza quando se analisa a história da agricultura capitalista é a constante oposição e coexistência entre as formas “familiar” e “patronal” de produção, sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século. (VEIGA, 1991a).

Todos os países do Primeiro Mundo acabaram por apostar nas virtudes da agricultura familiar e, por diversos caminhos, seguiram a tal “via democrática” de modernização da agricultura. Não há sequer um exemplo em que a dita “via prussiana” tenha permitido o pleno desenvolvimento de uma nação. Isto é um fato com o qual não se pode brigar. É o que se extrai da experiência histórica. Já explicar os porquês, são outros quinhentos. Passa-se para o nível das interpretações, sempre discutíveis. Uma delas, a que procura ressaltar a adaptabilidade da agricultura familiar às exigências do desenvolvimento capitalista, tem sido reafirmada em trabalhos recentes

(ABRAMOVAY, 1990, 1992; ROMEIRO, 1990; VEIGA, 1990, 1991, 1992).¹⁰

Também têm surgido alguns esforços para avaliar a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, caracterizando seus principais segmentos. Mas o conhecimento científico acumulado sobre a real situação econômica da agricultura familiar brasileira continua muito precário. Não somente em razão da falta de dados estatísticos apropriados, como, também, devido à dispersão e à heterogeneidade metodológica dos estudos de caso.

Por isso, é urgente a necessidade de se promover um amplo programa de pesquisas empíricas que tenha como objetivo a caracterização do maior número possível de sistemas agrários em que predomine a forma familiar de produção agropecuária. Os dados apresentados neste trabalho são referências para essas imprescindíveis pesquisas de campo.” (VEIGA, 1995, p. 128-129).

Retomando estudos realizados por Abramovay *et alii* (1995), Eli da Veiga (1995) propõe a construção de princípios metodológicos para reelaboração de critérios de estratificação segundo nível de renda. Sistematiza a magnitude numérica de *agricultores não-patronais*, cuja construção social incipiente o leva

¹⁰ Alerto o leitor sobre o reconhecimento que Eli da Veiga atribui a autores que convergem na defesa econômica, social e política do setor de produtores qualificados pela *agricultura familiar* e, portanto, também para a importância de tais autores na constituição simultânea dos campos sociais (intelectual e político) correspondentes. São essas as referências privilegiadas por Eli da Veiga: ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 94-104; ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Anpocs/UNICAMP, 1992; ROMEIRO, Ademar R. *Reforma agrária e distribuição de renda*. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Florianópolis, SC, de 22 a 27 de julho de 1990. Publicado pelo boletim *Quinzena*, do Centro Pastoral Vergueiro, em 15 de janeiro de 1992, nº 130; e reproduzido in: STÉDILE, João P. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 105-136; VEIGA, José Eli da. *A reforma que virou suco; uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990; VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991a. 219p; VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agrorreformismo. *Revista Lua Nova*, nº 23, março, p. 68-93, 1991b; VEIGA, José Eli da. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. *Revista de Economia Política*, nº 46, p. 88-105, abr/jun, 1992a e VEIGA, José Eli da. Reforma agrária hoje. *Revista Reforma Agrária*, edição especial dos 25 anos da ABRA, set, 1992b, Campinas, SP; reproduzido in: STÉDILE, João P. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 298-305.



Agricultura familiar: quantos ancoradouros!

a distribuí-los em A-B-C, este último segmento correspondendo a “estabelecimentos mais pobres, que não fazem parte da agricultura familiar” (VEIGA, 1995, p. 138). Ao final do artigo, as letras A-B-C se fazem corresponder a categorias classificatórias, construídas para caracterizar diferenças nas condições de reprodução social do amplo segmento, elaboradas por operações lógicas inerentes ao campo acadêmico. Deste modo, foram diferenciadamente reconhecidos como integrantes da *agricultura familiar: agricultores consolidados e agricultores em transição*. Ao mesmo tempo, mensurava-se um grande contingente (40% de estabelecimentos) desprovido dos pressupostos produtivos para alcançar a posição, isto é, a *franja periférica*. Concomitantemente, reconhecia-se um patamar desejado, os *agricultores consolidados*, da mesma forma que Castro (1982, p. 93), citado anteriormente por Eli da Veiga, ascende a esta posição os *agricultores profissionalizados*.

Para o ano de 1985, Eli da Veiga propôs a seguinte sinopse estrutural da agricultura brasileira:

Proposta de sinopse indicativa da estrutura da agropecuária brasileira, 1985		
Estabelecimentos	Nº (milhares)	%
Patronais	580	10
Familiares:		
– consolidados	1160	20
– de transição	1740	30
Franja periférica	2320	40
Total	5800	100

Fonte: VEIGA, J. E. da, 1995, p. 140.

Assim delimitada conceitual e empiricamente a *agricultura familiar*, o termo obteve imediato acordo consensual e impôs o deslocamento do uso de outras categorias como *camponeses, produção familiar e pequena produção*.

A proposição da *agricultura familiar* como termo de apelação de um setor produtivo também correspondeu a procedimentos de mobilização política, visando à criação de princípios para enquadramento institucional de diferenciados usuários de serviços e recursos públicos. Por esse motivo, consagrou-se a construção de contrapostos modelos de desenvolvimento econômico e social, capazes de qualificar as formas de organização de unidades produtivas, um deles politicamente correspondente ao desejado valor da *sus-*



tentabilidade econômico-social. Ou diferenciado por melhor corresponder aos ideários elaborados diante do enfrentamento da reconstrução produtiva, genericamente reconhecida pelo termo *globalização*. Emerge então no decorrer desses processos, a construção do *agricultor familiar* como sujeito de direitos, consagrados enfim pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996).

Essa associação do termo *agricultura familiar* a investimentos moralizantes na constituição do agricultor também é valorizada por estudiosos estadunidenses e europeus, quando se dedicam a consagrar a agroecologia como princípio de organização da atividade produtiva; ou quando assumem o papel científico-missionário destinado a tornar a idéia-valor *sustentabilidade* uma referência objetiva (isto é, modo de organização de práticas sociais e produtivas).

EREWSTER, J. M. Technological advance and the future of the family farm.

Journal Farm Ecology, 40, dec., p. 1596-1608, 1958.

FRANCIS, David G. **Family agriculture. Tradition and transformation**. Earthscan: London, 1994.

GLIESSMAN, Sthephen R. **Agroecologia. Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 637p.

Em resumo, no Brasil, o termo *agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagrase para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica.

Os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar*, tornando-se apelações obrigatórias, passaram a integrar a organização de disciplinas e cursos oferecidos em universidades brasileiras, de instituições voltadas para atualização profissional, de temas de seminários e congressos, revistas e outras tantas formas de publicação.

A AGRICULTURA FAMILIAR E A ARCA DE NOÉ

Essa consagração impôs ao termo significados tão amplos e tamanha heterogeneidade de usos, que ele só pode ser compreendido se as ambigüidades, as indefinições e as contradições forem então necessariamente defendidas.¹¹ Ele designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma; autonomiza situações que só poderiam ser inteligíveis se colocadas em relação e em processo. A classificação mais extravagante, por exemplo, estabelece a divisão do setor agropecuário em subsetor patronal ou do agronegócio e subsetor familiar. Quando utilizado para valorizar tais diferenciações, pode ainda operar na designação de um segmento modernizado ou principalmente a ser modernizado, nos termos da aquisição de novas competências e da adesão a múltiplos princípios de intervenção, especialmente estatal (ou *agricultores consolidados* ou grupo *D* e *E* ou beneficiários privilegiados do Pronaf). Pode se justapor à classificação *agricultores integrados* ou *contratuais*. E pode ainda aparecer como termo de defesa de agricultores supostamente em transição, excetuando a situação específica dos assentados rurais.

Por tal razão, pelo Pronaf, vão, em tese, sendo integradas como beneficiários do apoio institucional diversas categorias socioeconômicas de produtores sob uso do trabalho familiar e correspondentes a modos diferenciados de existência social: *extrativistas*, *pescadores*, *silvicultores* (definidos pela atividade produtiva mais valorizada nos termos do programa); *ribeirinhos* (definidos pela adequação de práticas sociais aos ciclos de imersão ou emersão

¹¹ A minha inserção no debate está circunscrita ao campo de produção acadêmica. Tem se dirigido à reflexão crítica sobre o uso dos termos *agricultura familiar* e *agricultores familiares* enquanto conceitos. (NEVES, 1987; 1993, p. 22-34; 1995, p. 21-36; 1998, p. 13-33; 2002, p. 131-159; 2004a).

de várzeas)¹²; e *remanescentes de quilombos* (modo específico de apropriação e legitimação de posse e uso da terra). Portanto, concomitantemente, o termo *agricultor familiar*, se ladeado ou apresentado relacionalmente, designa um segmento por esse prisma diferenciado, mas parte do conjunto afiliado ao setor *agricultura familiar*.

Logo, raramente ou muito precisamente pode ser utilizado ou reconhecido como noção analítica. Excepcionalmente permitirá conduzir investigações sobre os conteúdos que pretende abranger, pois que corresponde a um *carrefour* de significações de usos bastante contraditórios. E em certos contextos, o uso do termo *agricultura familiar* engloba tamanha diversidade que a diferenciação não pode ser contemplada; em outros contextos, qualifica um segmento específico que, por imprecisão, vai se distingüir de categorias socioeconômicas e de categorias qualificadoras de modos de vida. Opera então como um *passe-par-tout*, permutando princípios classificatórios os mais diversos. E assim, cria o caos, onde deveria acenar como recurso de inteligibilidade. Obscurece onde, se tomada como categoria analítica, deveria facilitar o entendimento das relações sociais. Nesse caso, não facilita o estudo de trajetórias diversas que pressupõem universos sociais e formas de ação ou intervenção social também distintas.

Assim sendo, nos quadros institucionais de aplicação do Pronaf, uma política de intervenção que constitui o setor da *agricultura familiar*, as ações são de cunho social para uns, e de cunho econômico para outros. Por vezes, são ações pulverizadas para alguns tantos outros agentes que aí vão se agregando, inclusive por reconhecimento de distinção quanto ao ciclo de vida e ao gênero (por exemplo: jovens e mulheres), critérios valorizados em domínios distintos do econômico ou do produtivo.

Entrementes, por essa mesma ambigüidade, politicamente o termo ganha eficácia, razão pela qual deve se tornar objeto de tantas mais consagrações políticas. E a tal ponto que, em termos analíticos, pode-se perguntar: o que se ganha ao identificar agricultores como familiares? Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como *agricultores familiares* não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos

¹² Os ribeirinhos do Médio Solimões se constituíram em objeto de reflexão quanto às características sociopolíticas in Neves, 2004c.

termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, *agricultor familiar* é categoria socioprofissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos.

Diante dos investimentos políticos para a construção social da categoria socioeconômica ou do exercício do fazer-criar uma organização desejada, aos cientistas sociais cumpre o dever de restituir o caráter sociológico da categoria: reconhecer que o termo evoca uma designação social e tem sua eficácia política porque cria posições e direitos correspondentes. Contudo, também reconhecer que esses exercícios são provisórios porque sempre passíveis de novas interpretações e contra-argumentações.

Não cabe aos cientistas sociais decidirem sob que condições políticas o emprego do termo é legítimo, mas sob que condições tão diferenciadas ele aparece como designação, como metáfora ou como sentido de ações políticas. Pela análise sociológica, ele pode tornar possível as perguntas: que agricultores conseguem participar dos bens sociais que os investimentos políticos acenam? Que categorias de agricultores estão sendo construídas ou reconstruídas mediante ações que facilitem sua reprodução? Que condições de possibilidade são requeridas para tanto e que desvios podem ser delineados? Em síntese, os cientistas sociais, reconhecendo os processos em jogo, podem colaborar na demonstração de que muitos são os chamados mas nem todos os escolhidos e, em decorrência, analisar as potencialidades de diferenciação de produção de sentidos, de sistemas de representação sobre a sociedade e de estruturas hierárquicas, bem como, em decorrência, as respectivas práticas e agentes mediadores que estão em operação nesse quadro institucional.

Mediante tal ponto de vista específico, procuro distinguir algumas das múltiplas significações do termo. *A agricultura familiar*, no debate político e sindical, corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Esta é a condição fundamental de sua distinção frente aos empresários agropecuários, gestores de fatores de produção cuja exploração se assenta no trabalho assalariado.

Do embate pela regulação dos espaços de abrangência a serem incorporados, tornou-se explícita a concorrência em torno da distinção pelas rela-

ções de trabalho. Do ponto de vista dos representantes sindicais dos trabalhadores rurais, *agricultor familiar* não dispõe de vínculos permanentes de força de trabalho. Do ponto de vista da representação sindical dos empresários proprietários de terra, esta categoria socioeconômica deve contemplar aqueles produtores dotados de vínculos permanentes mínimos de força de trabalho. Do embate político então restou um segmento ambíguo de agricultores que gerenciam a incorporação mercantil de força de trabalho permanente, qualificados como *familiares*, detentores de direito de acesso ao crédito e à representação delegada, nas condições instituídas pelo Pronaf. Em face desses acessos, alguns tendem a se apropriar de maior volume de capital financeiro e, em tese, encontram maiores facilidades para assegurar condições de reprodução da posição social.

Reafirmo então, a partir da perspectiva de análise adotada: salvaguardado o contexto das lutas políticas para o reconhecimento da categoria socioeconômica *agricultor familiar*, ela deve, a meu juízo, ser utilizada pela definição (mesmo que provisória e não consensual) jurídica que até aqui alcançou. Deve incorporar os conteúdos atribuídos por definições politicamente construídas, segundo negociações de interesses e conquistas relativas, cristalizadas no texto instituidor do Pronaf:

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Alguns outros aspectos valorizados – a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida – não são generalizáveis, e sim desejáveis, ressaltados em face das condições de elaboração das definições: o modelo da *agricultura familiar* contraposto ao da *patronal*.¹³

O PRONAF: ARENA DE MÚLTIPLAS LUTAS SOCIAIS

Produto de ações políticas em marcha, a categoria *agricultor familiar* vem incessantemente tendo seus significados redefinidos ou justapostos,

¹³ Sobre os desdobramentos teóricos e metodológicos dessa contraposição, ver Neves, 1995, p. 21-36.



para incorporar a enorme e desconcertante diversidade de produtores assim hetero e auto-reconhecidos. A profusão de termos referenciadores da diversidade é tamanha que, a rigor, o Pronaf deveria se voltar para a produção (e não agricultura) familiar. Ele incorpora agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aqüicultores. Todo o processo de agregação indica exatamente as aberturas politicamente conquistadas para outras inclusões, notadamente daqueles segmentos anteriormente reconhecidos como *franjas periféricas*, muitas vezes beneficiários de recursos redistribuídos por objetivos sociais, isto é, para sua reprodução melhorada na mesma condição. Essas formas de inclusão reafirmam que os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar* apresentam-se então como categoria de mobilização política, fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política. Afinal, são *agricultores familiares* aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional.¹⁴

Delimitando a análise da constituição do Pronaf nos termos em que venho elaborando os significados da categoria socioeconômica e destacando os movimentos sistemas classificatórios, valho-me inicialmente da caracterização do programa apresentada por Schneider *et alii* (2004). Advirto então para a atual impositiva defasagem de índices e termos por eles utilizados, em face das definições mutantes nos textos que institucionalizam a política e os programas de governo. Nos documentos analisados pelos autores, a *agricultura familiar*, longe de ser uma construção, é um sujeito dotado de realidade (agente e setor produtivos) que preexiste ao programa, devendo ser fortalecido e reorientado no sentido da sustentabilidade.

¹⁴ Venho me dedicando, sob diversas perspectivas, ao estudo da produção social de diferenciadas competências requeridas para objetivação do Pronaf. Ver Neves, 2002; 2004b e 2005.



OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DO PROGRAMA

Segundo o Manual Operacional do Pronaf, trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.” (SCHNEIDER *et alii*, 2004, p. 24-25)

Do ponto de vista operacional, o Pronaf, por ocasião da análise elaborada por Schneider *et alii* (2004), apresentava quatro grandes linhas de atuação:

Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;

Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;

Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;

Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.” (SCHNEIDER *et alii*, 2004: 25-26).

Em relação à delimitação do público-alvo, segundo Schneider *et alii* (2004), o programa atendia especificamente os *agricultores familiares*, caracterizados a partir dos seguintes critérios:



Agricultura familiar: quantos ancoradouros!

- 1 – Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- 2 – deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- 3 – explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- 4 – utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- 5 – residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- 6 – possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60 mil.” (SCHNEIDER *et alii*, 2004, p. 25)

Ainda pelos documentos analisados no texto datado de Schneider *et alii* (2004), a subdivisão dos tomadores de crédito assim se redefine:

Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), passaram a ser atendidos pelo Pronaf.

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2 mil. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural.

Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2 mil a R\$14 mil, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva.

Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados.

Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$ 14 mil e R\$ 40 mil.

Grupo E (Proger Familiar Rural): agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40 mil e 60 mil.

Posteriormente à adoção da segmentação dos beneficiários, ainda em 1999, foram criadas mais três linhas de crédito especiais para os agricultores familiares dos grupos B, C e D. A primeira é o chamado crédito rotativo, também conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil. Esse tipo de crédito funciona como um



cheque especial em que o agricultor vai utilizando os recursos segundo suas necessidades. Talvez por isto, ele acaba sendo utilizado majoritariamente pelo segmento dos agricultores familiares do grupo D, justamente os mais capitalizados.

A segunda linha de crédito especial é o integrado coletivo, destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários do Pronaf.

A terceira linha é o Pronaf-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), destinado a financiar projetos individuais ou coletivos que envolvam infra-estrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos etc. Deve-se mencionar, ainda, que se enquadram nos grupos B, C e D os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores, conforme os critérios de renda e dimensão da exploração. (SCHNEIDER *et alii*, 2004, p. 24-28).

No Plano de Safra 2003/2004, inaugurando a demonstração das diferenças de formulação de políticas públicas da nova gestão presidencial, os titulares da formulação do programa anunciaram as principais inovações:

As ações do Governo Federal para o rural brasileiro estão pautadas em um novo modelo que visa permitir uma inserção não subordinada das populações locais no mercado globalizado, a partir dos princípios preconizados no paradigma do desenvolvimento sustentável.

As ações buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, uma maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para o mercado, especialmente de alimentos que compõem a cesta básica; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais; e a construção de mecanismos que permitam a agregação de valor.

O fortalecimento do compromisso da agricultura familiar com a proteção ambiental, a biodiversidade e a manutenção da diversidade cultural integradas às dinâmicas locais são pontos que estão presentes em todas as ações propostas. O Plano de Safra 2003/2004 para a Agricultura Familiar define bases e diretrizes para operacionalizar tais conceitos.

Entretanto, o bom desempenho do Plano de Safra 2003/2004 depende da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos



Agricultura familiar: quantos ancoradouros!

sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e outros, que representam importante papel no monitoramento, avaliação e desempenho do Plano.” (Plano de Safra 2003/2004).

Em termos de configuração de pautas de conduta segundo valores éticos e responsabilidade social, o projetado *agricultor familiar* é, de fato, um agente em construção: antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo. Os mentores da redefinição do Pronaf, no documento em questão, preconizaram a tomada de posição do desejado agricultor frente às alternativas de inserção no mercado. Advogaram a constituição de vínculos mercantis em mercados cujas relações não acentuassem os riscos de apropriação abusiva de excedentes e de expropriação. O mercado interno (local ou regional) foi então concebido como mais propício às estratégias de controle da concorrência, especialmente as praticadas pelas empresas que se apresentam sob monopólios. Nesses termos, os atributos que configuram a categoria socioeconômica projetam a construção de paradigmas para a ação estatal e para os investimentos dos que buscam o reconhecimento social sob tal condição de afiliação. Em resumo, o *agricultor familiar* não é um estado, é um devir, é um emblema instituinte de representações sobre modos de organização da sociedade.

Ainda no Plano de Safra 2003/2004, houve redefinição dos critérios de inserção no processo de constituição do *agricultor familiar*, mas também dos princípios de abrangência do enquadramento, sendo, mais especificamente, reconhecidos outros tantos agentes como integrantes da *agricultura familiar*. Houve então uma expansão da base social de beneficiários, com redistribuição de recursos compatíveis com as características das problemáticas locais, inclusive sub-programas específicos para os estabelecimentos que, como já destaquei, antes foram designados como *franjas periféricas* ou *posições marginais*. Preconizou-se a criação de recursos de infra-estrutura que acenassem para a reprodução mais favorável de agricultores concebidos em condições de transição, isto é, enquadrados abstratamente, para efeitos de crédito, como grupos B ou A/C e mesmo C.

Para não me deter em análises sob enfoques muito abstratos, pois que neste item as circunscrevo à demonstração dos investimentos para construção de pautas de conduta que projetem a categoria socioeconômica *agricultor familiar* e, sob correspondência, para tornar expressa a configuração



de quadros institucionais, estendo-me na citação dos termos de proposição prática das ações propugnadas no Plano de Safra 2003/2004. As mudanças desejadas foram, neste documento, assim delimitadas:

- Redefinição das áreas de terra das unidades produtivas de pecuaristas familiares: a área deve estar entre 4 (quatro) e 6 (seis) módulos fiscais, utilizada por meio de arrendamento, parceria ou meação.
- Inclusão das populações tradicionais das reservas extrativistas (Resex), integrantes do Grupo A.
- Criação do Pronaf Fome Zero com crédito de investimento para o Grupo B, sob valor de financiamento entre R\$ 500 e R\$ 1 mil. Assegurou-se ainda a inclusão de recursos para custeio associado de até 35% do valor do projeto, com o rebate de 25% sobre o principal e 1% de juros, incidindo em cada parcela paga no prazo pactuado. Para os agricultores que viessem a contratar o Pronaf Fome Zero e recebessem assistência técnica, seria destacado 3% do valor financiado para o pagamento desse serviço, na data da liberação do financiamento.
- Criação do Pronaf Semi-Árido, crédito de investimento para infra-estrutura de irrigação do semiárido, destinado a agricultores dos grupos B e C. O Pronaf Semi-Árido abarcou o financiamento de infra-estrutura hídrica e implantação, ampliação e modernização das demais infra-estruturas, inclusive de projetos de dessalinização, da produção dos serviços agropecuários e não-agropecuários. Os recursos financeiros deveriam ser disponibilizados de acordo com projetos apropriados à realidade das populações de baixa renda da região semi-árida.
- Criação do Pronaf Alimentos: elevação em até 50% dos limites de financiamentos de custeio para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, isto é, para estímulo à produção de alimentos que compõem a cesta básica.
- Criação do Pronaf Pesca: crédito de investimento dirigido a pescadores artesanais que se enquadrem nos grupos B, C ou D do Pronaf, para viabilizar a ampliação das atividades geradoras de ocupações produtivas e renda, implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura da produção e serviços, de acordo com projetos específicos, viáveis técnica, econômica e financeiramente.
A abrangência desses agentes produtivos se redefiniu pela complementaridade de crédito para mulheres e jovens afiliados a unidades produtivas qualificadas pelos grupos C e D.
- Criação do Pronaf Mulher: concessão de crédito para as mulheres agricultoras visando incentivar atividades inovadoras e geradoras de



renda, quando desenvolvidas por esposas, companheiras ou filhas de agricultores.

- Pronaf Jovem Rural: concessão de crédito para apoio às atividades geradoras de renda desenvolvidas por jovens maiores de 16 anos e menores de 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano dos cursos desenvolvidos em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, as quais atendam à legislação em vigor para instituições de ensino.
- Criação do Pronaf Pecuarista Familiar: supressão da proibição do financiamento para aquisição de animais destinados à pecuária bovina de corte, e elevação de 4 para 6 módulos fiscais o estabelecimento rural dos agricultores familiares pecuaristas (bovino, caprino e ovino).
- Criação do Pronaf Máquinas e Equipamentos: estimulando os agricultores familiares dos grupos C e D a adquirirem máquinas e equipamentos agrícolas, com elevação em até 50% dos limites dos financiamentos de investimento dos grupos C e D.
- Pronaf Agroecologia: destinado a agricultores familiares beneficiários dos grupos C e D. Nas operações de investimento poderão acessar 50% do limite dos seus respectivos grupos, quando destinados à produção agroecológica (certificado sob as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Agricultores do Grupo C, em operações de custeio, também se beneficiarão do sobreteto de 50%, quando apresentarem projetos em transição para a agroecologia ou estiverem produzindo na atividade agroecológica.
- Criação do Pronaf Turismo Rural: inclusão das atividades relacionadas ao turismo rural entre as finalidades dos créditos de investimento, podendo elevar o contrato em até 50% (cinquenta por cento) (Plano de Safra 2003/2004).

Para além do aumento relativamente generalizado do volume total e qualificado de recursos financeiros a serem redistribuídos no plano geral pelo Pronaf e também pelo Proger Rural Familiar (do grupo E), houve, por parte dos gestores estatais, a intenção de regularizar a adequação entre liberação dos financiamentos e calendário agrícola dos sistemas de produção dos reconhecidos *agricultores familiares*. Além disso, houve investimento na tentativa de melhor adequar as condições de acesso no tocante à exigibilidade bancária e à criação de poupança rural. Tais medidas vêm sendo avaliadas como fundamentais para a construção da credibilidade



do Pronaf junto aos requisitados *agricultores familiares* e para expansão da base social dos beneficiários.

Para atingir tais objetivos, no texto do Plano de Safra 2003/2004, também foram anunciadas:

- 1 – Implementação de medidas de simplificação e racionalização dos contratos mediante a adoção de cédula rural padrão, registrada em cartório, com cédula de crédito rural simplificada assinada pelo agricultor.
- 2 – Implementação do Cartão do Agricultor Familiar semelhante a um cartão de crédito, que permitirá a obtenção de financiamentos de custeio nos grupos C e D, no Banco do Brasil, mediante a apresentação de um plano simples de crédito rural e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O montante do crédito de custeio que cada agricultor pode solicitar, nesse tipo de circulação de crédito, é definido a partir da área e/ou tamanho das atividades financiadas. O agricultor que usar corretamente o crédito e pagar o financiamento até o prazo de vencimento, obterá anualmente a renovação de tal crédito, por um período de até 6 (seis) anos (Plano de Safra 2003/2004).

No texto deste manual, os gestores do programa procuraram estimular a adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com a simplificação de suas normas operacionais. A alíquota (prêmio) de adesão ao Proagro foi concentrada numa única vez, incidindo em 2% sobre o orçamento total da lavoura, e até mais de 15%, quando destinada ao pagamento de despesas de custeio e manutenção da família. Assim explicam os gestores:

(...) o agricultor, em caso de perda total da lavoura, receberá o pagamento de todos os custos e mais 15% para a manutenção familiar. Quando verificada a ocorrência de adversidade climática generalizada, amparada pelo Proagro, na maioria dos empreendimentos enquadrados na respectiva agência operadora, está dispensada a comprovação individual de perdas em operação de até R\$ 7.800 (sete mil e oitocentos reais), valor máximo de financiamento de custeio admitido pelo Pronaf. O enquadramento no Proagro de lavoura cultivada em localidade contemplada com o zoneamento agrícola ficou condicionado à obrigação contratual de aplicação das recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola, conforme normas divulgadas pelo Banco Central do Brasil (Plano de Safra 2003/2004).

Por fim, ainda orientados por uma sistematização mais simplificada do uso dos recursos, neste plano os gestores anunciaram novas formas de normatização para o funcionamento das cooperativas de crédito rural; e mudança no controle das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs), com a efetivação de sua emissão por meio eletrônico, em todo o país. E redefiniram as condições de participação em linhas de crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar), para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Florestal) e do Programa de Agroindustrialização da produção dos agricultores (Sabor Brasil). Levando em conta o texto do Plano de Safra 2005/2006, outras demandas, advindas de diversos segmentos de produtores e profissionais que militam e constituem esta arena de criação e redistribuição de recursos, podem ser acompanhadas. Logo na introdução, os mentores intelectuais do programa destacaram a especificidade e a expansão dos modos de atuação nas instâncias governamentais.

As ações do Governo Federal no apoio aos agricultores familiares vêm alcançando os resultados esperados: o Pronaf promoveu a inclusão social de mais de 600 mil agricultores familiares nos dois primeiros anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos do Pronaf, contra apenas 953,2 mil em 2002. O volume de recursos destinado pelo governo ao financiamento rural de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2%.

O número de contratos firmados pelo Pronaf apresentou crescimento em todo o Brasil nos últimos dois anos, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, especialmente com crédito de grupo “B” do Pronaf, o microcrédito rural. Nessas regiões os agricultores familiares praticamente não acessavam crédito rural. A partir de 2003 muitos deles passaram a ter acesso ao crédito pela primeira vez. Isto se deve, em grande parte, ao grande esforço realizado pelas entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Essas iniciativas contribuíram para que a participação da Agricultura Familiar no Produto Interno Bruto (PIB) nacional chegasse a 10,1%, em 2003, segundo estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o que corresponde a um valor adicionado de R\$ 156,6 bilhões. O trabalho mostrou que, dispondo de apenas 30% da área, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção

agropecuária nacional. Na produção de feijão, leite, milho, mandioca, suínos, cebola, banana, fumo, essa proporção foi superior ou próxima a 50%. Apesar de a área média dos estabelecimentos patronais ser quase 17 vezes maior que a dos familiares, a renda total por hectare/ano nos imóveis onde predomina o trabalho familiar foi aproximadamente 2,4 vezes maior que a dos demais. Os estabelecimentos familiares foram responsáveis por praticamente 77% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro (Plano de Safra 2005/2006).

Em termos de produção coletiva de sentido e de posições sociais, há o reconhecimento e a preconização de que o agricultor, especialmente o *familiar*, raramente se reproduz restrito à atividade agrícola. A poliprodução é então recomendada:

Acessando o financiamento rural, os agricultores familiares têm condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolvem, implementar novas atividades agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos (Plano de Safra 2005/2006).

Em se tratando de um produtor sob processo de constituição em nova posição, dotada de diferenciadas pautas de conduta, ou sob novo reconhecimento social, ao Pronaf se atribui a expansão da oferta de serviços mediante incorporação de competências específicas, adequadas aos objetivos preconizados.

Acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas; maximização dos resultados e redução de riscos; estímulo às ações de produção e comercialização conjugadas, que abram novas possibilidades econômicas para os assentados em projetos de reforma agrária e agricultores familiares, priorizando a produção de alimentos; inserção em cadeias produtivas voltadas à produção de biocombustível (especialmente na região Nordeste); orientação para observância das recomendações de zoneamento agrícola e para participação em Programa de Garantia de Compra da Agricultura Familiar, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e transferência de recursos para apoiar o processo de transição agroecológica, com base nos princípios da agroecologia (Plano de Safra 2005/2006).

Para a definição e a incorporação dessas competências, os porta-vozes do Ministério de Desenvolvimento Agrário, especialmente no ano de 2005, investiram sistematicamente na oferta de cursos de formação profissional,



abarcando quadros técnico-administrativos de nível superior e médio e os agricultores sob diversas expressões (lideranças, gestores locais, produtores e seus familiares, nos termos da definição oficial). As projeções e os resultados já alcançados foram destacados no texto do Plano de Safra 2005/2006:

O dinamismo da agricultura familiar no último período pode ser atribuído, em grande parte, ao resgate de diversas políticas públicas, especialmente o crédito subsidiado disponibilizado por meio do Pronaf e a nova política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, implantada a partir de 2003.

A ampliação e qualificação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Seguro da Agricultura Familiar, somados aos expressivos resultados alcançados até agora com o apoio das organizações dos agricultores familiares, fazem com que a meta para o ano safra 2005/06 (julho de 2005 a junho de 2006) seja de 2 milhões de contratos no Pronaf, com a aplicação de 9 bilhões de reais (Plano de Safra 2005/2006).

Para se compreender a multicausalidade de fatores e os investimentos na construção de arenas de enfrentamento de tantas lutas sociais, condições que subjazem à constituição política do *agricultor familiar* enquanto categoria socioeconômica dotada de direitos, torna-se fundamental preservar a perspectiva processualista de produção de significados atribuídos ao termo. Por este ângulo, pode-se resguardar o estatuto de referência política ou ponto de chegada a ser perseguido que lhe é inerente. Os usos do termo enquanto estado ou ponto de saída tendem, conseqüentemente, a empobrecer o entendimento dos processos em jogo e a minimizar os efeitos ainda esperados ou desejados. Tais expectativas, sob princípios lógicos ou definição formal da organização da produção, são explicitadas pela inserção contraditória de tantos segmentos de produtores. Contudo, politicamente, justificam as diferenciadas afiliações e a capacidade mobilizadora dos recursos que, pelo Pronaf, são anunciados à redistribuição. Mesmo que os efeitos práticos não correspondam às idealizações que preconiza a estrutura socioprofissional projetada como desejável, os documentos do Pronaf podem ser lidos como expressão de campos de construção de categorias linguísticas mobilizadoras e redefinidoras da ordem social, razões pelas quais podem ser evocadas pelo ícone da arca de Noé, abrigo de agricultores recorrentemente condenados ao desaparecimento social, assim redimensionados como parte da “espécie” *agricultura familiar*.



AGRICULTOR FAMILIAR: O ESTATUTO DA CATEGORIA SOCIOECONÔMICA

Tendo em vista os critérios de distinção e de redistribuição de recursos, com ênfase no crédito bancário, as ações decorrentes do Pronaf propugnam pela incorporação de um relativo espírito empresarial, mediante estratégias que caracterizem um produtor capaz de agregar múltiplas atividades produtivas. Por isso, boa parte das linhas de crédito que foram acrescidas reconhece a possibilidade de organização e de inclusão de atividades práticas complementares, bem como de construção de justapostos papéis, abarcando, recorrentemente, em cada uma, a produção e a comercialização.

As inovações acenadas prefiguram concepções norteadoras das reconversões a posições desejadas ou reconhecidas e, assim, pressupõem outras competências. Elas valorizam alternativas distintas, portadoras de condições de reordenação social recorrentemente metaforizada como *novo mundo rural*; ou tantos outros termos exaltados pelo acréscimo do adjetivo *novo*. Essa designação tão indesignável reflete em parte os efeitos da intervenção e cria visibilidade para a constituinte estrutura socioeconômica; as interconexões de circuitos de mercado e setores produtivos; os diferenciados modos de pertencimento identitário; a construção de posições sociais dos respectivos agentes; e os padrões de construção de atores e espaços políticos.

Em articulação com as mudanças ocorridas no setor industrial e com a expansão dos setores de comércio e de serviços, nos projetos de constituição do *agricultor familiar* encontra-se subjacente a crença numa ampliação do consumo, especialmente das outras categorias socioeconômicas, e na necessária capacidade de o produtor criar situações que o coloquem em vantagens frente aos padrões de competitividade. Esta é, entre outras, a razão pela qual a atividade agrícola é apenas uma das formas de produção possíveis, articulando-se a diferentes serviços e à constituição de profissões, nos termos desta comparação, não-agrícolas. Esses investimentos, nem sempre assumidos como intenções unilaterais, exprimem a percepção de que, se os agricultores quiserem permanecer na posição, devem incorporar práticas para além da agricultura.

Estão em jogo então diferentes expressões com que se pode manifestar a incorporação de comportamentos constituídos para este contexto de organização social, desde que assumindo em comum a incorporação de compe-



Agricultura familiar: quantos ancoradouros!

tências técnicas, que, no horizonte de sua elaboração, estão constituídas por saberes empresariais. Como esta amplitude só se torna possível pela associação entre sistemas produtivos e atividades comerciais, a pluricompetência requerida, é de se esperar, não é necessariamente atributo de um único membro da família, tal qual metaforizava o chefe de família camponês. Ela está constituída pela agregação de diversos *métiers*, de qualquer forma, organizados tendo em vista os constrangimentos e as alternativas do mercado (por exemplo: agricultura e hospedagem, agricultura e artesanato, agricultura e silvicultura, agricultura e agroindústria, agricultura e serviços, nos casos em que o modelo articulador ainda reafirma ou se legitima na atividade agrícola).

A capacidade de auto-reprodução de tais produtores funda-se então na aglutinação de sistemas de exploração por múltiplos investimentos, que, no limite, se suportam mediante aceitação da individualização da força de trabalho e a organização da família pela negociação quanto à redistribuição dos rendimentos e dos modos de consumo. Como o domínio da competência empresarial torna-se necessário para administrar as várias atividades em sistema, o trabalho entre familiares fundamenta-se na negociação orientada para constituir a família como unidade de rendimentos. Em se tratando de pequenos empreendimentos, a estratégia empresarial, uma vez fundada na diversificação, só pode mesmo estar ancorada no apoio familiar, na elaboração de projetos comuns de criação de emprego para todos os membros da família.

Longe dos circuitos organizados por produtos, conclamados pelo modelo produtivo fundado na especialização, os modos de comercialização devem se agregar, em proximidade ao suposto modelo tradicional, na capacidade de os produtores constituírem redes de circulação de mercadorias.

Em conclusão, este produtor idealizado pelos programas do Pronaf submete-se a processos de reconversão, mediante incorporação de outras competências para o exercício tanto da atividade produtiva como da atividade comercial. Essas competências só serão bem sucedidas se contarem com a capacidade de o produtor avaliar potencialidades comerciais noutra ambiente, para cuja existência, ele também se faz importante protagonista. Por tais motivos, fazem-se necessários os investimentos públicos na criação ou estabilização de circuitos de mercado, preferivelmente se tomarem por base relações contratuais formais.

Para ilustração do protótipo *agricultor familiar* almejado por algumas das intenções explicitadas em muitos dos textos do Pronaf, transcreverei, na pági-



Delma Pessanha Neves

na seguinte, no que tange ao caso do estado do Rio de Janeiro, uma reportagem qualificada como emblemática dos resultados alvissareiros das ações institucionais correspondentes, com destaque para o Pronaf e o Prosperar.

AGRICULTOR PRODUZ GOIABADA CASCÃO

Novo doce já tem até a marca Cachoeirense, em homenagem à cidade produtora, para o mercado



Equipamentos como caldeira a lenha, tacho, despoldadeira e mesa de aço inox vão dar novo impulso à produção de goiaba em Cachoeiras de Macacu. Produtor está investindo na fabricação de goiabada cascão para fazer doce de qualidade, vender em grandes redes e aumentar rendimentos



A produção de goiaba, tradicional em Cachoeiras de Macacu pela venda da fruta *in natura*, começa a tomar novos rumos com a agroindústria. A perspectiva do mercado é tão grande que, em menos de nove meses depois de montar a fábrica de goiabada cascão, o produtor José Marcos de Góis, 43 anos, do distrito de Papucaia, recorreu ao investimento. Numa tacada só, modernizou as instalações e está partindo para o mercado fora da região, inclusive alguns supermercados.

O objetivo é ampliar os negócios em um mercado que, segundo ele, exige cada vez mais produtos de qualidade e bom preço. O primeiro passo aconteceu com a criação da marca. O produto que chegava às prateleiras dos pequenos mercados com o singelo rótulo de goiabada cascão, vai ganhar nome que lembra a região: Goiabada Cachoeirense. “É importante a gente criar uma marca para firmar o produto no mercado. Desde o início tenho um propósito: essa agroindústria vai ser modelo no estado”, garante Góis.

O investimento na agroindústria aconteceu com a inclusão do produtor em dois sistemas de financiamento: Pronaf e Prosperar. O maquinário novo é formado por caldeira a lenha, tacho, despoldadeira e mesa de aço inox, além de pequenos acessórios para corte e embalagem. O equipamento foi obtido com financiamento de R\$ 18 mil através do Pronaf. Para o custo da produção, Góis acabou de obter R\$ 7 mil do Programa Prosperar.

MAIS PRODUÇÃO EM MENOS TEMPO

A fabricação da goiabada também aumentou com o novo maquinário, segundo José Marcos de Góis. Antes, o doce era feito manualmente e havia um desgaste físico grande. “Na verdade triplicou. Eu levava mais de três horas para fazer 13 quilos de goiabada no tacho antigo. Agora levo apenas 40 minutos para fazer 30 quilos de goiabada. Além do tempo, houve um ganho muito grande na qualidade do produto”, disse o produtor. Para manter os compromissos de entrega, Góis vai estocar em freezer a polpa processada na época de grande produção. Hoje, ele consegue produzir 200 quilos de goiabada por mês. (Rio Rural, *O Dia*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2005, p. 3)

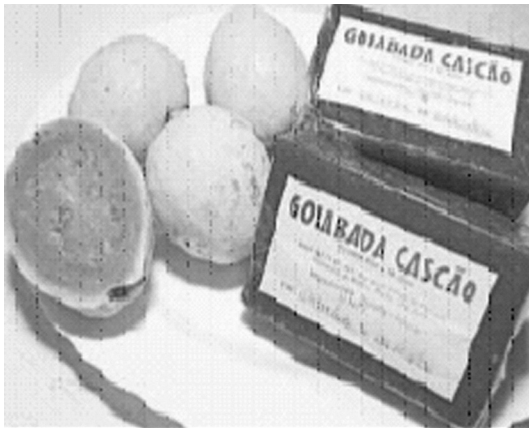
Para alcançar os objetivos constituidores desse produtor, faz-se necessária a construção de específico quadro institucional, capaz de preparar não só os produtores como os mediadores institucionais. Por tal razão, na atual configu-



ração institucional, os representantes dos agricultores e das instâncias governamentais investem na formação e no recrutamento de profissionais dotados de valores ideológicos compatíveis com a construção desse contextual produtor, mediante modelos técnicos e enquadramento institucional. Tais mudanças abarcam a institucionalização da representação de interesses e a construção de um profissionalismo, tanto por parte dos produtores e seus representantes delegados, como por parte dos mediadores institucionais.

Em sintonia, a constituição desse quadro institucional e de posições repercute na reelaboração de programas públicos, que se apresentam por um tecido amplamente movediço de regras e normativos, respondendo a demandas dessa reordenação social. Por isso os programas se apresentam confusos em termos de lógicas classificatórias e de definições a longo termo, adquirindo muitas vezes o caráter de projetos pulverizados ou de tempo marcado, cuja recorrência é a afiliação ao Pronaf, guarda-chuva formalmente elástico, cada vez mais encapsulador. Essa diversificação e diferenciação respondem também ao afastamento dos antigos sistemas homogêneos de intervenção, baseados em instituições únicas. A própria negação desse quadro monopolizador estimula a reprodução ampliada de sistemas diversificados de prestação de serviços, que melhor se adequem à concepção de redes de articulação de instituições e agentes produtivos.

Considerando a definição de *agricultor familiar* contida no Pronaf (ou o modelo desejado do agricultor que pode se reproduzir como *consolidado*), evidencia-se então o investimento no processo de sua profissionalização, inclusive pelo aprendizado e incorporação de um conjunto de práticas e regras



GOIABA tradicional em
Cachoeiras de Macacu virou
doce saboroso



que estruturam as relações coletivas, institucionalizadas em regras formais, acordos, convenções, regulamentos, leis, normativos, planos de safra, documentos, fichas, cadastros e declaração de aptidão oficialmente reconhecida.

Todos esses investimentos agregam resultados e lutas no movimento sindical e os efeitos relativos, segundo as condições de negociação política, para a construção de uma forma estatutária. A partir do corpo de regulamentações, os agentes que se afiliam ou se vêem afiliados a essa categoria socioprofissional passam a organizar um repertório linguístico próprio e a associar determinadas formas de ação coletiva, organizadas e reconhecidas pelo Estado, porque referidas à criação de serviços e regulamentação de direitos. Pela ação emanada dessas instâncias institucionais, os *agricultores familiares* não só se constituem, como alcançam o reconhecimento de sua condição de ator coletivo; e também seu enquadramento através do consentimento frente a regras de afiliação e a procedimentos institucionais.

Concluindo, *agricultores familiares* são aqueles que se inscrevem em específicas configurações institucionais e que, em decorrência, alferem benefícios pelo investimento em sua própria institucionalização (por exemplo: prestígio social e sistema previdenciário). O processo de constituição em jogo é expressão dos investimentos em profissionalização, resultantes de ações coletivas fundadas em instituições ou em associações que regulamentam a entrada na função e as condições de formação exigidas.

Os documentos constitutivos do Pronaf, produtos negociados de lutas, definem as possibilidades de quem pode ou não exercer a atividade, mediante o acesso aos recursos correspondentes às categorias e às regras que delimitam as fronteiras. Em continuidade, os agricultores que acedem a tais apelos, vêm se submetendo prestigiosamente a processos de formação de competência e reconhecimento de saber profissional, ambos fatores fundamentais para definição e redefinição da categoria sócio-profissional.

No bojo desses processos, *agricultor familiar* e *agricultura familiar* tornaram-se assim temas prestigiosos de reportagens jornalísticas e de produção de saberes científicos, estimulando a constituição de um campo editorial de livros e revistas e de domínios do campo acadêmico, expressos em organização de congressos. Paralelamente, os produtores que assim se reconhecem, desfrutam (bem ou mal) da constituição de uma estrutura institucional de formação de quadros para administração do processo de sua integração social. As exigências de afiliação institucional, mediante pertencimentos asso-



ciativos ou sindicais, e os investimentos paralelos de construção da representação delegada, todos são fatores que, reificando, fazem crer e aparecer a realidade de uma categoria socioeconômica, prenunciando então os pontos de chegada ou os objetivos no contexto presumidamente alcançáveis.

Por todo esse trabalho político, necessariamente, os significados atribuídos às categorias *agricultura familiar* e *agricultores familiares* englobam inúmeras contradições e ambigüidades, dificultando, por vezes, a construção de identidades sociais em planos mais localizados, condição que viria então a facilitar a ação coletiva.

OS LIMITES DAS ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PRONAF-RJ

Posto que o processo é de construção de uma categoria socioprofissional e este trabalho social deve estar ancorado em investimentos institucionais, a partir da minha experiência como conselheira da CTCAF – Câmara Técnica de Crédito e Agricultura Familiar, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior (Estado do Rio de Janeiro), desde 1996, representando o Idaco – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária, Rio de Janeiro, dedicar-me-ei, numa última etapa deste artigo, a tecer algumas considerações sobre a estrutura do quadro institucional que tem objetivado o Pronaf no estado do Rio de Janeiro.¹⁵ Espero assim demonstrar, no caso em apreço, as razões pelas quais os agricultores dos grupos D e E são os que melhor se beneficiam dos recursos redistribuídos pelo Pronaf e os protótipos almejados para constituição do setor da *agricultura familiar*.

Para iniciar minha argumentação, apresentarei algumas tabelas com informações sistematizadas sobre os serviços de crédito transferido pelo Banco do Brasil, tornados públicos no documento “*O Banco do Brasil e o Agronegócio Brasileiro*” (4-10-2005).

¹⁵ As análises doravante apresentadas são produto de reflexão coletiva, derivada de minha inserção profissional junto a Ctcaf. Grande parte do texto que apresento neste item foi objeto de exposição e debate junto aos membros da Ctcaf, após realização de entrevistas com os representantes das instituições que a compõem e que apresentam um caráter mais intervencionista.

Tabela 1 – Beneficiários e finalidade dos créditos concedidos pelo Banco do Brasil no Estado do Rio de Janeiro, na safra 2003/2004 e 2004/2005

Beneficiários	Safra 2003/2004		Safra 2004/2005		Variação – %	
	Contr.	R\$	Contr.	R\$	Contr.	R\$
Agricultores familiares	6.628	36.485.714	9.054	50.857.624	36,6	39,4
Demais	1.150	32.771.808	1.026	30.285.321	-10,8	-7,6
Total	7.778	69.257.522	10.080	81.142.945		

Beneficiários	Safra 2003/2004		Safra 2004/2005		Variação – %	
	Contr.	R\$	Contr.	R\$	Contr.	R\$
Custeio	6.817	53.627.592	9.080	67.767.514	33,3	26,4
Investimento	961	15.629.930	992	13.375.431	3,2	-14,4
Total	7.778	69.257.522	10.080	81.142.945		

Fonte: BANCO DO BRASIL/Superintendência Estadual do Rio de Janeiro. “O BB e o Agronegócio Brasileiro”. Apresentação na CTCAF/CEDRUS – Niterói (RJ), 04.10.2005.

Dos 7.778 contratos de crédito assumidos na safra 2004/2005, 85,2% (6.628) estavam sob a rubrica *agricultores familiares*, correspondendo à apropriação de 52,6% do valor financeiro para esse efeito circulado.

Considerando especificamente o crédito Pronaf, destaca-se a capacidade de agricultores dos grupos D e E tomarem empréstimos para fins de investimento e do grupo D para fins de custeio.

Tabela 2 – Redistribuição do crédito Pronaf safra 2004/2005 no Estado do Rio de Janeiro

Grupos	Investimento		Custeio		Totais	
	Contr.	R\$	Contr.	R\$	Contr.	R\$
Grupo "A"	263	2.408.595			263	2.408.595
Grupo "A/C"			284	845.575	284	845.575
Grupo "B"	0	-			0	-
Grupo "C"	207	1.121.998	1326	3.240.784	1533	4.362.782
Grupo "D"	359	4.652.510	6306	34.017.154	6665	38.669.664
Grupo "E"	40	3.498.755	269	1.072.253	309	4.571.008
	869	11.681.858	8185	39.175.766	9054	50.857.624

Fonte: BANCO DO BRASIL/Superintendência Estadual do Rio de Janeiro. “O BB e o Agronegócio Brasileiro”. Apresentação na CTCAF/CEDRUS – Niterói (RJ), 04.10.2005.

Quanto aos produtos e às atividades objetos de contratos e especialização mercantil, guardadas as especificidades do setor agropecuário no estado

do Rio de Janeiro, têm destaque a bovinocultura, a produção de tomate, de café, a aqüicultura e pesca e laticínios, para citar apenas as cinco principais. São então os pecuaristas, os cafeicultores e os hortigranjeiros, sob relativa segurança no mercado, que se arrogam credores.

Tabela 3 – Principais segmentos financiados pelo crédito oferecido no Banco do Brasil no Estado do Rio de Janeiro na safra 2004/2005

	Segmento	Contratos	Valor
1	Bovinicultura	1095	20.688.274
2	Tomate	2095	13.661.392
3	Café	1629	8.754.465
4	Aqüicultura e Pesca	694	5.600.185
5	Laticínios	914	5.284.560
6	Quiabo	725	3.943.698
7	Cana-de-Açúcar	329	3.121.365
8	Abacaxi	298	2.610.638
9	Mandioca	487	2.230.519
10	Pimentão	298	1.582.110
11	Citricultura	31	1.496.605
12	Chuchu	113	821.606
13	Arroz	779	779.230
14	Coco	40	770.996
15	Avicultura	13	653.030
16	Banana	121	651.783
17	Jiló	145	618.864
18	Maracujá	67	605.700

Fonte: BANCO DO BRASIL/Superintendência Estadual do Rio de Janeiro. “O BB e o Agronegócio Brasileiro”. Apresentação na CTCAP/CEDRUS – Niterói (RJ), 04.10.2005

Se a mensuração desses resultados revela os efeitos positivos da política de crédito, também demonstra seu caráter seletivo e diferenciador. Por conseguinte, a compreensão de sua eficácia pressupõe também a análise de suas limitações, ao meu juízo, decorrentes das fragilidades institucionais, responsáveis por alguns dos fatores de distanciamento dos beneficiários de direito, mas, por tais motivos, não de fato.

Tendo em vista o caráter dinâmico do programa, torna-se necessário ressaltar o caráter datado das considerações que estão sendo apresentadas. Em vista disso, elas preconizam muito mais demonstrar as características da



construção do programa, embora os dados contextualmente elaborados visassem formular avaliações sobre constrangimentos presentes na aplicação de planos de safra que se sucederam até 2004/2005. Sobre este ponto, então, deter-me-ei doravante.

No afã de constituição de um aparato institucional para objetivar as proposições do Pronaf (1996), seus sistematizadores intelectuais desenharam a criação de unidades verticalizadas de vinculação institucional e de representação delegada dos agentes econômicos: os Conselhos e as Câmaras. Para operacionalização do programa segundo este modelo de articulação, previu-se um sistema de parcerias institucionais.

Assim concebida, a execução do programa pressupôs a existência de instituições sintonizadas com os mesmos objetivos definidos no Pronaf. A proposição da parceria, entre outros objetivos, continua visando atender aos atuais princípios de racionalidade administrativa e municipalização da intervenção estatal: uso de técnicas da informatização e diminuição de custos de pessoal, bem como aumento na intensidade da velocidade para a divulgação ou oficialização de mudanças normativas, por tais recursos, insistentemente modificadas.

Em tese, a pressuposta adesão institucional ao Pronaf nega as concorrências político-partidárias e os objetivos perversos dos alinhamentos pessoais, que comumente referenciam a administração municipal e o sistema de poder local. Pelo contrário, agrega-se a outros esforços no sentido de construir formas mais amplas de inclusão política, mormente pelo controle da gestão dos recursos públicos. Embora a formatação proposta para o Pronaf seja assim caldatária de um movimento mais amplo de democratização da sociedade, suas intenções não se realizam por um voluntarismo político e cívico. Assim, o Pronaf vem se mantendo desprovido de condições para a mediada realização de intenções e acumula dificuldades de implantação e de melhor consolidação.

As instituições articuladas em parcerias, no caso do estado do Rio de Janeiro, o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Iterj – Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, a Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Unidade Técnica Estadual do Programa Nacional de Crédito Fundiário (em substituição ao Banco da Terra) e o Banco do Brasil não foram dotadas de recursos (no mínimo suficientes) para incorporar novas atividades e funções, salvo os recursos transferidos



para aquelas voltadas para assistência técnica e pesquisa. As demais devem contar com os mesmos recursos, cada vez mais escassos, e o mesmo quadro de pessoal, cada vez mais restrito, inclusive pela interrupção da reposição de funcionários afastados por morte ou aposentadoria. Quase todas as instituições tiveram que acrescentar tarefas a serem realizadas em momentos precisos, sob tempo exíguo e interdependente com o alinhamento com as demais instituições, sem, para tanto, contar com os meios necessários. Outrossim, o padrão institucional de agregação de recursos e serviços tem se norteado muito mais pela concorrência e desqualificação mútua que pela agregação. Organizando-se em parceria para melhor dar-se a ver vis-à-vis às demais do mesmo campo, os funcionários nelas lotados devem investir na construção de adesões e tomadas de posição, inclusive, dos próprios beneficiários.

A prestação de serviços aos agricultores exige deslocamentos sucessivos dos funcionários. Estes deslocamentos são tão mais dificultados quanto mais a sede institucional estiver centralizada e afastada espacialmente dos agricultores. Este é o caso especial do Incra e do Iterj. Os deslocamentos dos funcionários exigem custos como combustível para viatura, pagamento de diárias e liberação de tempo para o deslocamento e para a realização das funções. Como o padrão habitacional dos agricultores, diante da centralização de serviços básicos e de estruturas de consumo, tende a diferenciar o espaço da produção daquele do consumo e da reprodução social da família, nem sempre o deslocamento dos funcionários é bem-sucedido. Há casos em que o apoio dos presidentes de associações não pode ser incorporado para agregar produtores, tendo em vista as dificuldades de comunicação. Em muitas situações de deslocamento, os funcionários não atingem aos objetivos previstos, por não encontrarem o(s) agricultor(es) nas unidades produtivas.

Da mesma forma que se coloca em questão as condições de atendimento das instituições do aparato estatal, é preciso se perguntar sobre as condições de funcionamento do sistema cooperativista ou associativista. Estas formas de organização são quase sempre impostas por outras instituições e movimentos sociais em que seus dirigentes, por vezes, desconsideram os modos de alinhamento político dos agricultores. Geralmente os agricultores estão organizados com base em lealdades do parentesco e da vizinhança, princípios que por vezes se contrapõem aos da organização pelo associativismo e cooperativismo. Tais formas de articulação enfrentam assim dificuldades de consolidação, visto que a representação delegada que assim se institui

não corresponde às regras de reciprocidade e de controle moral elaboradas a partir dos valores referenciadores do parentesco. Os defensores daquele modelo político de organização social devem então investir para evitar o acirramento do conflito e da segmentação entre os assim impostos associados; para afastar a ineficiência administrativa da formação de fundos financeiros; para impedir o sucateamento dos bens coletivos; e, em algumas situações, a sua apropriação privada, no melhor dos casos privilegiadamente dirigida por grupos de parentesco.

Para que o associativismo e o cooperativismo pudessem ser incorporados como infra-estrutura institucional ao Pronaf, outros investimentos tornar-se-iam necessários. Seria preciso, no mínimo, construir com o agricultor a percepção das mudanças nas condições de seu enquadramento estatal, que não pode corresponder imediatamente ao da ordem do parentesco ou das lealdades vicinais. Seria preciso apoiar o realinhamento que eles valorizam, mas referenciá-lo à intersecção de formas diversas de concepção dos meios de ordenação da vida social e política.

Essas distinções nos princípios de organização política têm repercussões sobre as formas de objetivação da representação delegada nos conselhos. A tendência tem sido, em decorrência do exercício, a reprodução da associação entre representação delegada e prestação de serviços coletivos, com base no acúmulo de prestígios pessoais dos dirigentes, obtidos inclusive pelas alternativas de participação em outros universos sociais e políticos que a própria delegação exige e permite.

Paralelamente, é preciso se indagar sobre as atuais condições de resposta das organizações sindicais, ainda que o Pronaf seja devedor dos empenhos capitaneados pelos dirigentes da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A maioria dos sindicatos vem enfrentando problemas de desacumulação de recursos e perda de patrimônio diante das enormes limitações por desmobilização política dos trabalhadores, provocada por desemprego, vinculações sazonais e informais. E, por conseqüência, pela incapacidade de luta ou resistência diante da estratégia patronal de exclusão dos trabalhadores dos direitos sociais vinculados à inserção ao mercado de trabalho formal. Ademais, tendo em vista a proliferação de espaços políticos para o debate a partir da representação delegada, os dirigentes sindicais devem se desdobrar em presenças ativas nos diversos conselhos e câmaras. Não alcançam recursos financeiros para expandir a base da consti-

tuição de delegados ou a contratação de assessores que possam colaborar na participação nos diversos espaços. O próprio trabalho de mobilização política dos trabalhadores rurais, inclusive agricultores, passa a ser prejudicado pela falta de recursos infra-estruturais.

Como todas as instituições anteriormente citadas se articulam tendo em vista fundamentalmente a concessão do crédito monetário, as alternativas de objetivação do Pronaf passam a reduzi-lo a este único e restrito serviço. Ora, por suas intenções, ele não é apenas um programa de crédito. Na verdade, ao Pronaf, como já considerei, propõe-se a construção de quadros institucionais para reconhecimento da categoria sócio-profissional produtor familiar, especialmente através do crédito, recurso fundamental para a redefinição dos modos não só produtivos de inclusão social. Ele se apresenta, ao mesmo tempo, como instrumento referenciador dos valores atribuídos ao exercício da cidadania; e como instrumento fundamental ao reconhecimento da importância social e econômica do produtor familiar.

É relativamente inovador o investimento realizado na construção de um aparato institucional que assegure espaços públicos para elaboração de projetos coletivos ou comunitários. É de elevada importância a explicitação de debates sobre pontos de vistas e interesses diferenciados para a consolidação da democracia e da categoria profissional *agricultor familiar*. É fundamental a integração da população sob representação delegada na constituição de políticas que ultrapassem o localismo como dimensão de espaço e poder. No entanto, também não se pode perder de vista as difíceis condições de relacionamento com as forças de resistência, que dificultam a constituição das unidades de representação de interesses.

Também como já destaquei, tendo em vista os inúmeros investimentos para agregar diversos tipos de produtores familiares, o Pronaf tem sido um programa sob constantes alterações e incorporações, impondo-lhe constantes mudanças no que diz respeito aos dispositivos ou normativos. As regras são sempre mudadas, mesmo que em busca de aperfeiçoamento, adequação e inclusão social. Apenas os agentes institucionais que acompanham sob sistematicidade os fluxos e refluxos de regras e normas podem alcançar o ritmo das alterações e as especificidades das mutantes operações.

Os agricultores, todavia, passam a manter desconfianças e inseguranças, receios de tantas mudanças de normas. Qualificam esta complexidade como excesso de burocracia, termo que expressa muito mais o soerguimen-

to de *muralhas* que dificultam a comunicação e a apropriação das idéias. Abrange a percepção difusa de um conjunto de bloqueios e exigências que, por não serem compreendidas em si mesmas, acenam para o desconhecimento e a produção de idéias nebulosas. Ao qualificarem as dificuldades como burocratização, passam a reconhecer e a qualificar a externalidade do programa, atribuindo-lhe outro tipo de beneficiário. Ou passam a ele se referir como proposta ainda a ser implementada ou por eles ainda por ser alcançada. Desanimam-se diante da primeira dificuldade, porque *a priori* concebem o programa pela repetição de constrangimentos estimuladores da desistência e da provisoriedade, tais quais outras experiências que quase todos já acumularam diante de diversas propostas e programas oficiais. Estas experiências para muitos deles não estão distanciadas, como comprovam as absurdas delongas para regularização da condição de assentado pelo PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.

Aos supostos constrangimentos, os agricultores contrapõem sua percepção de honradez pessoal e respeitabilidade para obtenção da condição de credor. Não desejam manter relações de dependência com parentes e vizinhos sob a modalidade de cúmplice avalista. No caso dos agricultores assentados, se não precisam de avalista, dependem da tutela do Incra, do Iterj e da Emater. Tutelados, não compreendem os critérios que os afastam do acesso à declaração de aptidão e o longo tempo de espera para alcançar a condição de beneficiário do crédito, especialmente se contraposto àquele obtido mediante honradez pessoal (e não formal-legal).

Percebendo o crédito como um contrato em que a honra do credor está em jogo, também temem a desonra social causada pela inadimplência. Esta percepção pode parecer estranha aos funcionários; no entanto, ela explica um conjunto outro de condições em que se dá a oferta de crédito. O contrato de crédito é um ato individual, embora tenha por base relações sociais e integração a uma ordem moral, como exprimem a exigência do avalista e a avaliação das condições de retorno financeiro. O agricultor precisa se sentir valorizado para projetar o futuro e se construir como parte de um sistema de possibilidades e de alternativas. Tornar-se um produtor é também e fundamentalmente integrar-se em redes sociais e, principalmente, institucionais; é identificar-se com outros agentes econômicos e com eles criar alianças, especialmente as que fundamentam as possibilidades de comercialização sob certa estabilidade. O contexto e as condições sociais desta integração são

fundamentais para nele inspirar confiança. Até o momento, sem garantia de preços e de condições de comercialização, sem programas de melhoria da produtividade do solo e controle relativo das imprevisões climáticas, os agricultores acumulam riscos que são, contudo, assumidos individualmente. Desprovidos de auxílios que venham a facilitar a gestão de outros fatores de produção, eles cautelosamente se desanimam. Esses fatores, mesmo que apropriados individualmente, compõem um patrimônio social e coletivo, e como tal devem ser considerados. Os agricultores, ao negarem a demanda de crédito, exprimem a percepção que constroem sobre as condições em que são socialmente concebidos e situados.

Advogam então como condição básica para a sua constituição como demandante de crédito, uma política de constituição de infra-estrutura que considere seriamente o processo produtivo: estradas, facilidades e segurança para comercialização, investimento em técnicas de irrigação etc. Enfim, demandam, para tanto, os recursos necessários à colocação em prática de um programa de desenvolvimento local. Denunciam as condições fragmentárias e distorcidas de aplicação dos planos de desenvolvimento municipal, cujos recursos coletivos dotados pelo Pronaf infra-estrutura nem sempre são por eles alcançados.

Não estando fortemente integrados a uma estrutura de consumo e não produzindo renda que os incorpore ao patamar dos afiliados à declaração de imposto de renda, acenam constantemente com a estranheza do CPF como documento de identidade. Essa estranheza se amplia quando o documento deve ser contrapartida de diversos membros da família. Muito comumente eles não se preocupam com a renovação anual da inscrição e, portanto, apresentam-se em falta com este critério de enquadramento. Após a realização do projeto técnico e ter o demandante do crédito ultrapassado uma série de etapas no processo de sua constituição como habilitado, os funcionários das instituições mediadoras da concessão do crédito esbarram-se nestas formas de identificação. Condenam-nas por redundarem em desistência da demanda e retorno de parte do volume financeiro atribuído à transferência por crédito no estado.

Colocando-se diante do aparato institucional pelo internalizado sentimento de exclusão, os agricultores também investem na constituição de políticas públicas pelo caráter compensatório da dívida social que a “nação” para com eles acumulou. Muitos deles concebem e impõem a prática das



transferências sob fundo perdido. Se é fato que essa forma de compensação social de quando em vez é assumida, que o pagamento das dívidas é postergado ou perdoado, nem sempre estes atos os liberam da condição de devedores. Limitam-nos, muito freqüentemente, à tomada de outros créditos. Boa parte dos beneficiários potenciais, entretanto, conhecendo tais desdobramentos, teme a inadimplência. Eles preferem se manter na condição de excluídos, porém socialmente dignos.

As condições em que são definidos os meios de enquadramento pelo Pronaf pressupõem o agricultor já constituído. Negam o processo prévio de sua constituição. Por isso, muitos dos agricultores não alcançam a condição de demandantes de crédito. Diversas regras institucionais não são equalizadas – muito ao contrário, são contrastivas e contraditórias. É o caso das controvérsias entre princípios diversos de delimitação de área mínima para instalação do assentado. Como as instituições não dispõem de autonomia, os seus gestores dependem de regras e parâmetros emanados de outras instâncias, por vezes federais, que, por seu lado, consagram promulgações de critérios universais.

As exigências não podem se impor no vazio, salvo se houver alteração do ideário de inclusão do Pronaf, e, assim, ficar assumida a construção de novos excluídos dos benefícios que se lhe apregoa redistribuidor. As normas são fundamentais ao exercício de políticas qualificadas como públicas, embora elas devam encontrar as condições para se fazerem cumprir. As políticas públicas não podem se limitar a um de seus aspectos: o normativo. As normas são a condição para sua implementação, por conseguinte não podem desconhecer os meandros inerentes à sua incorporação, nem sempre pacífica e sob adesão plena.

Os assentados, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e enquadrados no crédito Pronaf tipo A, permanecem longo tempo para alcançar esta posição e, assim, sob a condição de tutelado. Por esta razão, apresentam-se como um dos segmentos de agricultores que mais dificuldades enfrenta para atender às exigências de enquadramento. Embora o crédito seja fundamental para a implantação da unidade produtiva e acesso à posição social e econômica de assentado, este só se credencia como *agricultor familiar* quando conseguir ultrapassar o longo período de dúvidas e desencantos inerentes a este modelo de conquista do título (de assentado). Os produtores que permanecem, contando com soluções próprias, muitas vezes



se descaracterizam da condição de beneficiários do PNRA e se desqualificam para o acesso ao crédito.

Para que o crédito seja de fato um instrumento de desenvolvimento, hoje impostamente qualificado como sustentável e direcionado para a geração de renda, ele não pode operar como único recurso. Pelo contrário, deve ser acoplado a um conjunto outro de medidas integradas sob políticas públicas, inclusive aquelas referentes à necessidade de se constituir o agricultor para o enquadramento estatal. Esta constituição diz respeito à sua capacitação socioprofissional, e, coerentemente, não pode ser pensada como ato individual. Ele é coletivo, social, econômico, mas principalmente político.

Os planos de desenvolvimento municipal, por esse raciocínio, também não podem se limitar à dotação de recursos, pois que devem, como almejado, estimular uma participação social capaz de assegurar ao produtor uma visão positiva de si mesmo. Esta visão não pode ser apenas discursiva. Ao contrário, precisaria estar respaldada na imagem refratária do espelho constituído pelos recursos com os quais a sociedade, assim construindo o produtor, credencia-o e reconhece-o.

Enquanto o agricultor permanecer como objeto de retórica, a ponto de se apresentar sob espera dos efeitos de ação prometidos, mas inalcançáveis para suas mãos e incompreensíveis por sua lógica social, dada a ausência de interlocução com o seu sistema de idéias, o seu padrão de desconfiança e de dúvida frente às ações do Estado estará se reproduzindo. Enquanto ele for convidado a participar como um suposto cidadão, que tem que fazer das tripas coração para ter acesso à escola, à assistência médica, ao direito de se locomover sem enormes mortificações, ao apoio necessário aos processos de circulação e venda de mercadorias, permanecerá na expectativa de que, um dia, o Pronaf, tal qual o concebe a partir da propaganda, vá romper barreiras e até ele chegar. Enfim, enquanto ele se perceber desprovido de alternativas públicas para elaborar projetos de melhoria de suas condições de vida e, principalmente, dos seus filhos, para citar apenas as reivindicações mais exacerbadas, ele não se sentirá digno do endividamento com o Estado, porque concebido como irracional e ato de risco, uma vez que, pública e privadamente, as condições de pagamento não estão asseguradas.

Do exposto, pode-se concluir sobre a necessidade de acertos institucionais para equalização das condições de integração do agricultor ao programa. As instituições convidadas à parceria devem estar, mesmo que provisoria-



mente, dotadas de recursos para formação de seus quadros e de seus beneficiários. Isto porque todo um trabalho político de constituição da categoria *agricultor familiar* está por ser feito. Para tanto, às instituições de representação política devem ser transferidas as condições necessárias para desempenho de um papel que lhes é eminentemente atribuído. A formação do *agricultor familiar* não é tarefa exclusiva da assistência técnica e de circulação de informações. Os funcionários da transmissão de saber e da difusão de tecnologia não podem ser concebidos como onipotentes, a quem são atribuídos exercícios de tarefas para as quais não foram preparados por sua formação disciplinar. Eles só podem estar dotados de formação assim tão especializada, como a complexa e multifuncional construção da categoria socioeconômica *agricultor familiar*, se, nos quadros institucionais aos quais se encontram afiliados, esta formação especializada for tarefa contínua. E, mesmo assim, não podem operar o milagre de realizar funções que exigem outra constituição de saberes e habilidades, não apreendidas por uma simples especialização. Em consonância, os quadros de composição de pessoal das instituições de assistência técnica devem incorporar formações disciplinares que assegurem a constituição técnica, social, econômica e política do *agricultor familiar*. Além disso, é preciso alcançar a consolidação de medidas demandadas desde o início de instalação do Pronaf. É o caso da operacionalização dos fundos de aval, recurso institucional básico para constituição do *agricultor familiar* autônomo, isto é, os tradicionais pequenos proprietários de terra ou empresários familiares. Como o agricultor pode confiar em programas cujas promessas são constantemente anunciadas e jamais cumpridas? Como imaginar que o contexto é favorável à modernização dos fatores de produção, se, no estado do Rio de Janeiro, a constituição do fundo de aval vem se arrastando a passos de tartaruga, sem jamais demonstrar sua eficácia?

No emperramento da engrenagem elaborada pelos idealizadores do Pronaf, para, obviamente a longo prazo, constituir a sociedade democrática e justa, sob desigualdades sociais menos espetaculares e sob base produtiva socialmente sustentável, termos que referenciam os valores dos investimentos políticos, a sua operacionalização encontrar-se-á comprometida. Falta-lhe um aparato institucional intermediário para consolidação dos objetivos, capaz especialmente de socializar os agricultores na condição de beneficiários; ou de construir o *agricultor familiar* por referência mais ou menos relativa aos modos de enquadramento previstos pelos dispositivos ou normativos.



Os cursos de capacitação de técnicos e agricultores, criados para enfrentar os constrangimentos anteriormente aventados, têm sido valorizados para dotar o programa de base institucional e operacional. Objetivam-se mediante articulações por parceria institucional e são organizados por exigüidade de tempo. Atingem os técnicos e os agricultores na velocidade da transferência da informação, além de sofrerem constantemente soluções de continuidade e prorrogações. Operam de forma descontínua e sob a crença na transferência de idéias formuladas em outros contextos, elaboradas sob outros princípios. Ora, os agricultores bem como os técnicos, não se apresentando como caixa vazia a ser preenchida por novas idéias, possuem os seus sistemas de construção de significados para a vida social e para o seu comportamento, emergidos a partir das experiências até aqui acumuladas e reelaboradas a partir de universos sociais mais restritos. Para que venham a entender os modos como devem se enquadrar como beneficiários e executores de políticas públicas, necessitam de convívio sistemático e duradouro com os propostos interlocutores. Para produzirem novos entendimentos, necessitam de tempo de negociação para a compreensão dos significados valorizados por terceiros. Tempo de periodicidade imprevista, pois que compatível à incorporação de mudanças de atitudes e às ressignificações em universos de valores e identidades sociais específicas.

Se não se pode reivindicar, no atual contexto econômico e político, o estatismo e o intervencionismo, também não se pode acreditar em mudanças milagrosas ou no voluntarismo das idéias. O Pronaf não pode prescindir de estruturas institucionais, mesmo que provisórias ou transitórias, capazes de ultrapassar o atual quadro de articulação de esforços, agregadores de passageiros de um barco dotado de mapa, mas esvaziado de timoneiros capacitados para alcançar os novos portos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo do processo de construção da identidade postulada pelas lideranças sindicais, em consonância com as condições de enquadramento político e jurídico, a categoria *agricultor familiar* corresponde a objetivos a serem alcançados, segundo jogos de forças assim constituídos. Como categoria de mobilização política e enquadramento, está dotada da ambigüidade

necessária à plasticidade da orquestração das diversas questões em jogo e dos direitos sociais, políticos e econômicos. As oscilações são inerentes à conquista de uma sociedade referenciada por princípios democráticos. Equivalem à contraposição às tendências econômicas que operam pela marginalização de inúmeros agentes produtivos. Por isso, a categoria é expressiva da posição social reivindicada como ponto de saída para alcançar um ponto de chegada, incessantemente reelaborado, conforme o próprio processo político que constitui o *agricultor familiar*.

A despeito de toda minha argumentação, não se pode negar a recorrência com que hoje, em textos acadêmicos, a categoria *agricultura familiar* é utilizada sob a pretensão de conceito. Nesses casos e sob tal quadro de pensamento, ela é definida como uma forma, entre tantas outras, de organização e gestão das relações de produção e trabalho, cujo eixo fundamental está referenciado à dinâmica da constituição da família (composição e ciclo de vida) (LAMARCHE, 1991). Engloba a pressuposta agricultura de subsistência (isto é, de orientação do uso de fatores de produção por referências marginais aos princípios de mercado), a economia camponesa (modo de produzir orientado por objetivos e valores construídos pela vida familiar – historicamente datada porque articulada à presença do Estado, da cidade e da sociabilidade comunal). Essas formas de integração se objetivam norteadas por valores outros que não apenas o encapsulamento da gestão por princípios de mercado, coexistindo no tempo e no espaço social com agricultores orientados pelas condições de articulação com o mercado (os especializados ou policultores mercantis), também qualificados como *agricultores familiares modernos*.

Para efeitos de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas e de tipos econômicos, a *agricultura familiar* corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor.

Como a capacidade e as condições de trabalho são articuladas a partir das relações familiares, deve-se levar em consideração a diferenciação de gê-

nero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar. Os trabalhadores familiares não podem ser peremptoriamente dispensados, porque geralmente são também filhos. Eles devem ser alocados segundo ritmos, intensidades e fases do processo produtivo. São então sustentados nas situações de não-trabalho e integrados segundo projetos possíveis para constituição e expansão do patrimônio familiar, para inclusão de novas gerações, conforme as alternativas de sucessão ou de negação da posição. Essas alternativas são assim interdependentes da avaliação da posição e das viabilidades de reprodução da categoria socioeconômica.

Entendida como forma de organização da produção, seu estatuto é conceitual e, por princípio, universalizável, todavia, desde que capaz de dispensar os conteúdos situacionais e as condições de inserção em variadas formações socioeconômicas. Não pode, nesse plano, ser permutável com a categoria de mobilização e enquadramento político, nem englobar a multiplicidade de alternativas práticas de encapsulamento dos agricultores. Se usados neste sentido, os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar* correspondem então à empiria e devem ser compreendidos pelos significados singulares correspondentes a cada caso. Essa distinção é fundamental para se entender o trabalho social de produção de novas categorias de pensamento e designação inerente ao processo de constituição de políticas públicas ou de intervenção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J.P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 94-104.
- ABRAMOVAY, R.; VICENTE, Maria Carlota M.; SILVA, Celma da; BAPTISTELLA, Lago e FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 142-166, 1995.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. e ANTUNIASI, M.H.R. **Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: Finep/Universidade Estadual Paulista, 1ª edição, Botucatu: UNESP, v. 1, 1986. 218 p.

- BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 167-177, 1995.
- BRANDENBURG, A. e FERREIRA, A.D. Agricultura familiar contratualizada às agroindústrias no Paraná. In: **Anais do Seminário “Inovações tecnológicas e reestruturação do sistema alimentar”**, GEAS/CAPES-COFECUB, Curitiba, 1991.
- BRUMER, A., DUQUE, G., LOURENÇO, F. E WANDERLEY, M.N.B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A Agricultura Familiar; Comparação internacional** – I. Uma realidade multiforme. Campinas : UNICAMP, 1993. 336p.
- BRUMER, A., DUQUE, G., LOURENÇO, F. E WANDERLEY, M.N.B. L’agriculture familiale au Brésil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L’Agriculture Familiale, une réalité polymorphe**. Paris: L’Harmattan, 1991: 159-210.
- BRUMER, Anita e ARISTIMUNHO, Edgar da Silva. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 58-69, 1995.
- BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia. **Agribusiness in the Americas**. Nova York, EUA: Monthly Review Press, 1980 (traduzido no Brasil sob o título *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982).
- CARMO, Maristela Simões do. Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 114-127, 1995.
- CORADINI, Odacir L e FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativa e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CORBUCCI, Regina Célia. Algumas reflexões sobre o Programa Nacional de Agricultura Familiar. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 178-184, 1995.
- DAL ROSSO, Sadi et alii. **A produção integrada contratual na avicultura do Distrito Federal**. Relatório de Pesquisa. Brasília, mimeo, 1981.
- EREWSTER, J.M. Technological advance and the future of the family farm. **Journal Farm Ecology**, 40, dec., p. 1596-1608, 1958.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Versão preliminar. Brasília: Incra, 1994. 98p.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Brasília: Incra, 1996. 24p.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 86-113, 1995.

- FRANCIS, David G. **Family agriculture**. Tradition and transformation. Earthscan: London, 1994.
- GASSON, R. e ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993. 290p.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia. Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 637p.
- GNACCARINI, José César e MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. BIB – **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Nº 3 (condensando números 15 a 19). São Paulo, ANPOCS-Cortez Editora, 1990: 9-61.
- LALLEMENT, Michel. **Sociologie des relations professionnelles**. Paris : La Découverte, 1996.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale; Comparaison Internationale – I. Une Réalité Polymorphe**. Paris : L'Harmattan, 1991. (traduzido para o português em: A Agricultura Familiar; Comparação internacional – I. Uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993).
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale; Comparaison Internationale – II. Du mythe à la réalité**. Paris: L'Harmattan, 1994.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Organização da produção e resultados econômicos dos assentamentos de reforma agrária de Sergipe. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 70-85, 1995.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital. Produção familiar e acumulação**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1989.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual do Plano Safra para agricultura familiar 2003-2004**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional da Agricultura Familiar.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual do Plano Safra para agricultura familiar 2005-2006**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional da Agricultura Familiar.
- MIOR, L.C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. Tese de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. 280p.
- MOREIRA, Roberto José. Parceria e os negócios do Coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 05-20, 1995.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 p.

- NEVES, Delma Pessanha. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 87-132, 1985.
- NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 143-177, 1987.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. **A Margem Revista de Ciências Humanas**, v. 3, p. 22-34, 1993.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-36, 1995.
- NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: Eduff, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: BRANDENBURG, Angela Ferreira E Alfio. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, 1998.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. (Org.). **Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju, 2002, p. 131-159.
- NEVES, Delma Pessanha. Campesinato: reprodução e reenquadramento sociais. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, 2004a.
- NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha; MENEZES, Maria de Nazaré Angelo. (Org.). **Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar**. Belém, 2004b, v. 4, p. 15-32.
- NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. In: **XXVIII Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2004c.
- NEVES, Delma Pessanha. Novas competências para o desenvolvimento rural. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira Ellery. (Org.). **Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica**. Aracaju, 2005, p. 183-198.
- O DIA. **Agricultor produz goiabada cascão**. Rio Rural. O Dia. 20 de novembro de 2005, p. 3.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- SANTOS, J. Vicente T. dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio e MATTEI, Lauro. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004: 21-50.

- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CORADINI, Odacir L. **Camponeses e agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VEIGA, J.E. da. **A opção pela agricultura familiar. Proposta de políticas públicas**. Relatório para o Projeto FAO/INCRA-UTF/BRA/036, junho de 1994, 45p. (mimeo.).
- VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 128-141, 1995.
- WANDERLEY, M. de N.B. Le Brésil: exploitation familiale ou latifundium. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale: mythe à réalité**. Paris: L'Harmattan, 1994: 20-27.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, p. 37-57, 1995.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 1999: 21-56.
- WARRINER, Doreen. **Economics of peasant farming**. London: Frank Cass & Co Ltd, 1964 (1ª Ed. 1939).
- WILKINSON, John. **O Estado, a agricultura e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA/BA, 1986.

O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NO BRASIL

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
Departamento de Geografia
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Campus de Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

No Brasil, o campo foi entendido como o local exclusivo do desenvolvimento de atividades agropecuárias até muito recentemente. Os problemas estruturais, como a elevada concentração da propriedade da terra e a manutenção de relações de produção altamente exploratória, as desigualdades sociais, a não universalização dos serviços públicos básicos ao homem do campo permanecem até hoje. A população residente no campo é, em média, mais pobre do que a residente nas cidades, especialmente nas regiões menos dinâmicas do país.

Atualmente não se pode identificar o espaço rural apenas com a agropecuária, pois no campo não há somente essa atividade, embora ela possa ser a mais importante na maioria das regiões situadas no interior do país. Atualmente, não é procedente se pensar no campo dissociado das cidades. A maior parte dos pequenos municípios do interior do país é essencialmente rural e a dinâmica de funcionamento das respectivas cidades-sede é estabelecida a partir dos espaços rurais que as circunda.

O texto está dividido em cinco itens, além da presente introdução, das considerações finais e das referências. No item subsequente são abordadas as diferenciações existentes entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento, sendo apresentada às funções atribuídas a agropecuária no processo de expansão da economia do país. O item 3 trata das políticas públicas e da questão do desenvolvimento do campo no Brasil; no item 4, enfoca-se a heterogeneidade do campo, o estancamento do êxodo e as tendências de revitalização de zonas rurais; no item 5, são apresentadas as mudanças de perspectiva das políticas públicas em relação ao campo e, finalmente, são apresentadas as considerações finais e as referências.

CRESCIMENTO ECONÔMICO, MODERNIZAÇÃO E AS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO CAMPO NO BRASIL

No período que se estende da década de 1950 até meados dos anos de 1970, houve grande expansão da economia mundial, com a aplicação direta dos conhecimentos da ciência e da tecnologia aos processos produtivos, conforme enfatiza Santos (1985), que cognominou tal período de técnico-científico. Neste mesmo período, o Brasil apresentou grande crescimento econômico, embora problemas estruturais como a elevada concentração da propriedade da terra, tenham permanecido e até se agravado. No decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970, o nível de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do país foi bastante superior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxas médias anuais de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e da População Economicamente Ativa (PEA)

Períodos	PIB	PEA
1951-1960	7,7	2,9
1961-1970	6,2	2,6
1971-1980	8,6	3,7
1981-1990	1,6	3,0
1991-2000	2,7	2,9
2001-2003	1,0	2,0

Fonte: Contas Nacionais, IBGE e Conjuntura Econômica, FGV. Elaboração de DEDECCA, *et al.*, 2004

Este elevado crescimento econômico, decorrente da expansão do PIB não redundou no desenvolvimento do país, pois os problemas estruturais foram mantidos, a má distribuição da renda foi ampliada e os problemas sociais e ambientais foram agravados. Portanto, o grande crescimento econômico não propiciou o desenvolvimento efetivo. O desenvolvimento ocorre somente quando o crescimento econômico se faz com respeito aos recursos naturais e quando ocorre a melhoria da qualidade de vida da maioria da população, o que é muito raro, especialmente em países subdesenvolvidos, nos quais as ações do Estado na correção

das imperfeições geradas pelo mercado são tímidas, quando não reforçam ainda mais tais imperfeições.

Neste período de grande expansão da economia sem desenvolvimento efetivo, foram estabelecidas políticas públicas conservadoras para o meio rural, as quais estiveram centradas numa visão setorial, por meio da qual se estabeleceu que a agropecuária cumpriria cinco funções principais no processo de crescimento econômico:

- a) liberar mão-de-obra para a indústria;
- b) gerar oferta adequada de alimentos;
- c) suprir matérias primas para indústrias;
- d) elevar as exportações agrícolas;
- e) transferir renda real para o setor urbano (DELGADO, 2005, p. 30).

Apesar da manutenção e até aprofundamento da elevada concentração fundiária e da permanência de arcaicas relações de produção no meio rural, a agropecuária brasileira cumpriu as cinco funções principais a ela atribuídas. A crescente incorporação de tratores, colheitadeiras, implementos mecânicos, fertilizantes e biocidas ao processo produtivo liberou grande quantidade de mão-de-obra do campo, disponibilizando assim força de trabalho para as atividades urbanas. A oferta de alimentos foi ampliada, o que garantiu abastecimento urbano e viabilizou o pagamento de baixos salários pelos setores urbano-industriais.

A oferta de matérias-primas para as agroindústrias, tanto as voltadas para o mercado interno como para o externo, foi ampliada de maneira expressiva, desempenhando papel importante na geração de divisas para que o país fizesse frente aos compromissos assumidos no exterior. Houve a transferência sistemática de renda real do campo para as cidades em razão do estabelecimento de políticas macroeconômicas que favoreceram os setores urbano-industriais e penalizaram as atividades agropecuárias. O elevado crescimento econômico ocorrido entre 1950 e 1980 consubstanciou o processo de industrialização e resultou na rápida, prematura e explosiva urbanização, provocando a ampliação das desigualdades sociais, intensa migração interna, sobretudo em direção às grandes cidades, o comprometimento de recursos naturais e a perda de qualidade ambiental, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais (SACHS, 2004)

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO NO BRASIL

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural restringiram-se, até recentemente, ao apoio à produção, principalmente aos segmentos voltados à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias, tendo, portanto, caráter setorial e cunho essencialmente produtivista. A modernização da agricultura, desencadeada no país nos anos 1950, tornou-se expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965. O governo federal, além de fornecer crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo.

Assim, o ritmo da modernização da agropecuária foi acelerado e a sua abrangência espacial foi ampliada em razão da implantação de indústrias de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, ao mesmo tempo em que:

desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação (DELGADO, 1985, p. 34-35).

A modernização da agropecuária se processou de forma bastante rápida, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país, por meio da conversão de latifúndios em modernas empresas rurais e do estímulo para a alteração da base técnica das explorações realizadas em médias e grandes propriedades rurais. O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo.

O padrão de financiamento da modernização da agricultura brasileira consubstanciado no crédito rural oficial a baixas taxas de juros se esgotou no final dos anos 1970 e início da década de 1980, em decorrência do aprofundamento da crise fiscal do Estado brasileiro.

O período que se estende de meados dos anos 1980 até o início dos anos 1990, foi marcado pela instabilidade macroeconômica. O Estado se voltou para a gestão da crise, não sendo estabelecidas políticas públicas com horizontes de médio e longo prazo.

Mesmo com a profunda crise, a fronteira agrícola situada nas zonas de cerrado do Brasil Central continuou em franco movimento, em decorrência da expansão da agricultura em bases empresariais vinculada à produção de grãos, principalmente de soja e milho, e da instalação de agroindústrias, por meio da implantação do mesmo modelo predatório de exploração agropecuária já condenado no centro-sul do país.

Nos anos 1990, o estudo coordenado por Lamarche (1993) e o realizado pela FAO/INCRA (1994) em âmbito nacional demonstraram a grande importância da participação da chamada agricultura familiar no volume da produção, especialmente para o mercado interno, e na absorção de mão-de-obra ocupada no campo.

No ano de 1996, pressionado pelos movimentos sociais e pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do qual os produtores rurais com até quatro módulos fiscais e até dois trabalhadores contratados passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial a taxas de juros mais baixas do que as das modalidades convencionais de crédito, sendo utilizados, para tanto, recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) (HESPANHOL, 2002). Ainda nos anos 1990, ocorreram mudanças importantes na maneira de se entender o campo, pois passaram a ser consideradas, pelo menos em tese, as especificidades locais/regionais na formulação de políticas públicas. Com isto, se procurou favorecer a representação dos atores sociais por meio das suas formas de organização coletivas na elaboração e implementação de políticas voltadas ao meio rural.

Os documentos oficiais sobre desenvolvimento rural romperam com a visão produtivista e setorial e passaram a adotar uma perspectiva territorial. Foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, com a incumbência

de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios rurais, os quais segundo os documentos oficiais devem dirigir “o foco das políticas para o território, destacando a importância das políticas de ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão, como complemento das políticas de descentralização” (BRASIL, 2003, p. 30).

De acordo com o mesmo documento

Na abordagem territorial o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade dos atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base de coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003, p. 30).

Apesar da adoção de tal perspectiva, as ações do governo federal na promoção do desenvolvimento dos chamados territórios rurais ainda têm sido inexpressivas. Na verdade, o país continua não dispondo de um programa de desenvolvimento do campo que seja efetivo, no qual constem, claramente, os seus objetivos, o período de implementação, o montante e a fonte de recursos necessários para a sua execução, as metas a serem atingidas e os órgãos e autoridades responsáveis por sua implementação.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2003, foi ampliado o volume de recursos destinado tanto à agricultura familiar quanto à agricultura empresarial. Na safra 2003-2004, o PRONAF recebeu 4,4 bilhões de reais e o agronegócio, 33 bilhões. Na safra 2004-2005, o PRONAF recebeu 7 bilhões de reais e o agronegócio, 38 bilhões. Para a safra 2005-2006, foram disponibilizados 9 bilhões de reais para o PRONAF e 44 bilhões para o agronegócio.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem desenvolvendo o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), mas as suas ações são tímidas, para não se dizer inócuas.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem se incumbido da condução da política de assentamentos rurais, inadequadamente cognominada de reforma agrária, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). As metas quantitativas e qualitativas estabelecidas para os assentamentos não têm sido atingidas. O PRONAF, por sua vez,

permanece estritamente vinculado à oferta de crédito rural com subvenções diferenciadas de acordo com a dimensão e o perfil dos beneficiários, ou seja, restringe-se a uma política de crédito.

O Ministério da Agricultura conduz a política de apoio à agricultura empresarial, representada essencialmente pela oferta de crédito oficial para os médios e grandes produtores rurais a taxas de juros inferiores às vigentes no mercado financeiro.

Não há, portanto, uma efetiva política de desenvolvimento do campo que considere as suas várias dimensões e que contemple o seu perfil heterogêneo e multifuncional.

A HETEROGENEIDADE DO CAMPO, O ESTANCAMENTO DO ÊXODO E AS TENDÊNCIAS DE REVITALIZAÇÃO DE ZONAS RURAIS

O campo brasileiro é bastante heterogêneo. Na grande maioria dos municípios situados no interior do país, a agropecuária se constitui como a principal atividade econômica. O dinamismo econômico das cidades depende essencialmente do desempenho da agropecuária. Apesar da permanência dessa importância, o campo tem apresentado mudanças significativas na sua dinâmica, tendo se tornado cada vez mais diversificado. O êxodo rural perdeu força a partir dos anos 1980, chegando, em alguns casos, a haver a retomada do crescimento da população rural.

Estão cada vez mais presentes no campo as chamadas atividades rurais não-agrícolas, como pesque-pagues e o turismo rural. Estes empreendimentos têm propiciado maior dinamismo econômico, causando alterações no perfil econômico e sócio-cultural da população residente no campo e requerido o acesso de tal população aos serviços e equipamentos públicos (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A expansão dos níveis de instrução da população rural, sobretudo dos jovens, a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias, a expansão da eletrificação rural e as maiores facilidades de locomoção e de comunicação entre os espaços rural e urbano têm feito com que uma parcela cada vez maior da população do campo desenvolva atividades na cidade, embora permaneça residindo na zona rural. A agricultura *part-time* e a pluriatividade são cada vez

mais expressivas; a aposentadoria rural passou a se constituir numa importante fonte de renda para boa parte da população residente nas áreas rurais; a segunda residência é um fenômeno comum a essas zonas, e novos condomínios residenciais destinados à população de média e alta renda têm sido criados em zonas rurais situadas nas proximidades de médias e grandes cidades.

A migração de retorno ao campo, por parte principalmente de aposentados, é outro fenômeno que tem provocado o crescimento da população do campo em algumas regiões do país, especialmente naquelas situadas nas proximidades dos médios e grandes centros urbanos, embora isto também venha ocorrendo em municípios cujas sedes são menores.

Os fenômenos anteriormente apontados têm levado à emergência de novas ruralidades. Tais elementos devem ser levados em conta quando se pensa na formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento do campo.

A dinamização dos espaços rurais requer o melhor aproveitamento dos potenciais produtivos, tanto da agropecuária quanto de outras atividades que propiciem a obtenção de renda pela população residente no meio rural. A recuperação ou a manutenção dos recursos naturais é de crucial importância para o resgate da qualidade ambiental das zonas rurais. A recomposição das matas ciliares, a proteção das áreas de nascentes e a destinação de 20% da área das propriedades rurais para a constituição de reservas legais poderão resultar na revitalização da paisagem rural. As zonas rurais poderão se tornar mais atrativas, o que potencializará a exploração de serviços para o atendimento da população urbana que tende, cada vez mais, a buscar alternativas de lazer, a consumir produtos com maior qualidade e a buscar amenidades que poderão ser oferecidas pelos habitantes do meio rural.

As áreas rurais já reformadas por intermédio da implantação de assentamentos rurais se tornaram demograficamente mais densas e dinâmicas, conforme demonstraram Leite *et al* (2004). A manutenção da população na zona rural é um desafio que deve ser enfrentado por meio do estabelecimento de políticas públicas capazes de propiciar a geração de renda e, assim, garantir a reprodução social desta categoria de produtores.

Apesar de ter havido a redução do êxodo rural e, o seu estancamento ou reversão em algumas regiões, deve-se ressaltar que muitas áreas rurais do interior do país continuam enfrentando dificuldades decorrentes dos baixos preços dos produtos agrícolas, da degradação dos recursos naturais e da baixa capacidade financeira dos municípios para apoiarem as atividades rurais.

Além disto, em muitas áreas rurais do país a população se encontra em idade avançada e enfrenta graves problemas de sucessão, pois os jovens continuam procurando alternativas e têm relutado em permanecer na zona rural, dado o relativo isolamento de algumas áreas e a dificuldade de acesso aos serviços básicos, inclusive à educação.

De acordo com Anjos (2005), o meio rural brasileiro enfrenta não somente o problema do envelhecimento de sua população, mas também da masculinização, em razão das mulheres deixarem o campo para estudar ou trabalhar e se inserirem no mercado de trabalho urbano com maior facilidade do que os homens.

AS MUDANÇAS DE PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

A vinculação do campo unicamente às atividades agropecuárias prevaleceu até os anos 1980. A partir dos anos 1990, a União Européia passou a reconhecer o caráter multifuncional das zonas rurais e estabeleceu políticas públicas com base na abordagem territorial. Desde então, a escala local foi reforçada e parte expressiva das políticas públicas passou a ser conduzida por meio do financiamento de projetos formulados pela própria sociedade civil organizada em parceria com as lideranças políticas locais.

Pommier (2001) enfatiza que

la noción de espacio hecho a 'sangre fría', reducida a sus características físicas y abstractas, poco a poco ha sido reemplazada por la noción de *territorio* hecho a 'sangre caliente', que se califica gracias a la acción colectiva de los trabajadores, de las colectividades, de las empresas y de las administraciones (POMMIER, 2001, p. 62 apud BOISIER, 2002, p. 14)

Embora tal mudança de perspectiva tenha se dado inicialmente em países pertencentes à União Européia, em contextos bastante heterogêneos, ela também passou a ser adotada em outros países do mundo, inclusive no Brasil. Esta nova perspectiva repercutiu sobre as análises dos espaços rurais empreendidas inicialmente no meio acadêmico e depois foi incorporada ao discurso oficial, principalmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, a partir dos anos 1990, o discurso oficial passou a incorporar preocupações com o aspecto territorial, reconhecendo-se a necessidade

de se pensar o desenvolvimento rural a partir de territórios, com o envolvimento e a participação direta das forças vivas neles existentes. Deve-se ressaltar, no entanto, que desde a promulgação da nova Constituição Federal no ano de 1988 houve a descentralização de recursos financeiros e de atribuições para os municípios. A participação da sociedade civil passou a ser requisitada cada vez mais por meio da instituição dos Conselhos Municipais de educação, saúde, desenvolvimento econômico, turismo, agricultura etc.

Embora instituídos, os conselhos municipais têm enfrentado dificuldades que vão desde a falta de envolvimento e participação de seus membros até a interferência direta de prefeitos municipais que os consideram como concorrentes em potencial e preferem administrar sem a fiscalização e interferência dos referidos conselhos (ABRAMOVAY, 2001). Além dos problemas de ordem política e operacional, há estrangulamentos estruturais que dificultam o funcionamento dos conselhos, os quais derivam das limitações da escala municipal, em razão da escassez de recursos financeiros e da inexistência de quadros técnicos na maioria dos pequenos municípios para se formular e executar políticas públicas que visem gerir as demandas cotidianas e estabelecer estratégias para promover o desenvolvimento efetivo.

Os discursos sobre o desenvolvimento endógeno, que defendem a organização, articulação e cooperação dos agentes locais para formação de *Klusters* e de Arranjos Produtivos Locais, por exemplo, foram fortalecidos e por meio deles se procura defender a idéia de que o envolvimento dos atores sociais presentes no âmbito das localidades e regiões é suficiente para dinamizar a economia e para superar problemas sociais e ambientais. Para Brandão *et al* (2005), há exagero nesta perspectiva endogenista. Para os referidos autores em todo o mundo considera-se

a necessidade da “territorialização” das políticas de desenvolvimento. Situação em que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, “diluídos”, em um determinado recorte territorial. Dentre várias mistificações, parece existir no discurso uma opção por substituir o Estado (‘que se foi’), por uma nova condensação de forças sociais e políticas chamada de *território*. O território passa a ser como que o grande regulador de relações, encarnando projetos sociais (BRANDÃO *et al*, 2005, p. 2).

Tal perspectiva, embora procedente, precisa em muitos casos, ser complementada, pois o papel do Estado em âmbito federal continua tendo gran-

de importância, e a política macroeconômica tem grande peso e repercute de maneira diferenciada sobre as dinâmicas locais e regionais.

No caso brasileiro, a identidade regional é fraca e a participação da sociedade civil costuma ser baixa. Com isto, a adoção da perspectiva territorial e a excessiva descentralização de políticas públicas, apesar das boas intenções, podem ter resultados adversos dos esperados e reduzir o nível de democratização das decisões em vez de ampliá-lo.

Para Boisier (2002):

Es casi evidente que uma democracia madura supone uma amplia distribución social del poder político, o sea, supone uma descentralización, pero es um error común asignar causalidades unidireccionales, como si um processo necesariamente generase linealmente el outro, desconociéndose el carácter recursivo de ambos. Desde luego, em términos territoriales la transferencia de poder a regiones por ejemplo, puede resultar completamente anti democrática si em tales regiones no existe um receptor socialmente adecuado, em cuyo caso el poder transferido solo reforzaría estructuras oligárquicas y clientelísticas (BOISIER, 2002, p. 4).

Na grande maioria dos municípios do interior do Brasil, a estrutura produtiva ainda está bastante assentada na agropecuária e a aristocracia rural normalmente exerce o domínio político. Para tanto ela utiliza os mais diversos dispositivos para se manter no poder e, assim, usufruir dos privilégios por ele propiciados.

No que concerne ao caráter conservador do exercício do poder no Brasil, Moreira (2005, p. 8) enfatiza que:

Não vindo de uma ruptura com o rural circundante, antes vindo para reafirmar a cultura e os valores rurais da elite sob a capa da cultura urbana, a cidade no Brasil não se posiciona como uma forma nova de representação e ideologia que configure a sociedade brasileira como uma sociedade civil autônoma e desvinculada do Estado. Público e privado não se formam assim como realidades política e administrativamente separadas, a tutela do Estado sobre a sociedade civil confundindo e sujeitando o interesse público ao interesse privado. (...) alicerçado numa relação cidade-campo que emana do poder das elites rurais em constante modernização econômica, reafirme o modelo de política no Brasil e o mantenha em sua essência mesmo diante das transformações mais radicais trazidas pela moderna urbano-industrialização.

Neste contexto em que prevalecem antigas estruturas de poder, a descentralização administrativa em favor dos municípios tem limites claros no que diz respeito à possibilidade de ampliar os níveis de participação e de democratização das decisões.

Para Schejtman (1997) o sucesso da descentralização administrativa depende dos graus de concentração do “*habitat*” e de homogeneidade dos grupos sociais, dos seus níveis de organização e de qualidade e cobertura da infra-estrutura.

En general, dicho proceso será más viable en hábitats concentrados, con población relativamente homogénea y organizada y con un grado razonable de infraestructura local y encontrará grandes dificultades si es que funciona en hábitats dispersos, poblaciones heterogéneas y no organizadas y carentes de infraestructura (SCHEJTMAN, 1997, p. 27).

A descentralização das políticas públicas tem enfrentado dificuldades de várias ordens no Brasil, pois a realidade da grande maioria dos municípios situados no interior do país normalmente é de dispersão populacional, heterogeneidade, baixo nível de organização e dificuldade de acesso às infra-estruturas e serviços públicos, elementos que comprometem a qualidade do processo de descentralização administrativa, conforme enfatiza Schejtman (1997).

A elaboração de políticas públicas em âmbito municipal para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento não tem surtido os efeitos esperados. Em alguns casos, têm sido estabelecidos consórcios municipais. No entanto, eles são mais recorrentes em áreas metropolitanas, para a resolução de problemas comuns, e nos serviços de saúde.

Nos anos 1990, foram implantados Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), em alguns estados da federação. Tais conselhos foram criados por lei estadual e por meio deles se estabeleceram regiões de planejamento a partir das quais se discutiu com a sociedade civil e lideranças políticas regionais as questões vinculadas ao seu desenvolvimento e a alocação de recursos orçamentários estaduais entre as diferentes regiões (BANDEIRA, 1999 e 2006).

Assim, de acordo com Galvão (2005, p. 564), “a estratégia de inserção ativa, baseada na construção de nexos mais orgânicos entre as capacidades e potencialidades locais – institucionais, humanas, naturais e infra-estruturais – e as estruturas produtivas envolvidas” tem se tornado hegemônica.

A estratégia da inserção passiva esteve muito associada à perspectiva de desenvolvimento vinculada a uma visão setorial e muito centrada na perspectiva de que somente as atividades industriais poderiam propiciar o desenvolvimento econômico.

Desde os anos 1980 e, principalmente, a partir dos anos 1990, a estratégia da inserção ativa vem se fortalecendo, o que tem implicado na valorização das diversidades espaciais e dos fatores intangíveis do desenvolvimento econômico, tais como os capitais social e humano.

Amaral Filho (2001) ressalta que o capital humano, as instituições, o conhecimento e a informação, antes considerados como fatores exógenos na determinação do crescimento, passaram a ser considerados como fatores endógenos.

Neste contexto, passou-se a considerar

que um país, região ou local melhor munidos desses fatores podem aumentar, com maior facilidade, o valor agregado à produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda (AMARAL FILHO, 2001, p. 43).

Na verdade, além dos fatores de produção clássicos representados pelos recursos naturais, capital e trabalho, passou-se a considerar o capital social, o capital humano, o conhecimento e a informação como novos e importantes fatores de produção.

Organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, passaram a considerar estes novos fatores de produção e condicionaram a aprovação de projetos, bem como a liberação de recursos a projetos já aprovados ao atendimento de alguns requisitos, tais como: participação popular, investimento no capital humano, fortalecimento das instituições e das identidades territoriais, entre outras exigências.

Para se pensar na questão do desenvolvimento do campo, todos estes aspectos devem ser considerados. Além disso, não se pode deixar de levar em conta os problemas estruturais que perduram, tais como a elevada concentração da propriedade da terra, a grande concentração social e regional da renda, o esgarçamento do tecido social e a falta de dinamismo econômico.

A marginalização econômica e social de parcela apreciável da população nas cidades tem feito com que o campo seja apontado como uma alternativa para a sobrevivência com alguma dignidade. O volume de investimento

para se gerar um posto de trabalho no campo é mais baixo do que na cidade e, para o poder público, o custo de manutenção da população no campo é menor do que na cidade.

As políticas públicas devem ser concebidas no intuito de reconhecer plenamente a cidadania da população residente no campo, visando a garantir o acesso aos serviços públicos básicos, tais como educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, lazer, telefonia etc. A população rural precisa, tanto quanto a população urbana, de tais serviços, a despeito da sua maior dispersão espacial. Quando há escala mínima que justifique a implantação de tais serviços públicos em pontos estratégicos para o atendimento da maior parte da população, eles devem ser implantados. Caso contrário, cabe ao poder público oferecer as condições para que a população rural mais empobrecida possa se deslocar até o núcleo urbano para ter acesso a tais serviços.

Para a dinamização do campo faz-se necessária a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio do aproveitamento dos potenciais produtivos, tanto da agropecuária quanto de outras atividades. A recuperação ou a manutenção dos recursos naturais é de crucial importância para a promoção do desenvolvimento do campo.

Além do manejo adequado dos recursos naturais, são necessárias:

- a) a prestação de assistência técnica pública de qualidade aos pequenos produtores rurais, os quais dispõem de capital reduzido e, por esta razão, não apresentam as condições econômicas necessárias para o pagamento de assistência técnica privada;
- b) a criação de mecanismos que facilitem a melhor inserção dos produtos agropecuários gerados pelos pequenos produtores rurais no mercado, seja por meio da promoção de feiras livres, da aquisição direta de alimentos para o abastecimento de creches, escolas (merenda escolar), hospitais etc;
- c) a capacitação gerencial e técnica de pequenos produtores rurais, no intuito de melhor prepará-los para a sua inserção no mercado;
- d) o estímulo à agregação de valor aos produtos agropecuários, seja por meio da integração de empresas processadoras de matérias-primas provenientes da zona rural, seja pela organização de agroindústrias comunitárias;
- e) o apoio para que os pequenos produtores rurais se organizem em associações, no intuito de efetuarem a compra coletiva de insumos

e máquinas, a venda coletiva da produção, e a agregação de valor aos seus produtos.

Além destas medidas, há muitas outras que podem ser implementadas, dependendo do perfil e das características de cada região. É urgente, entretanto, que haja a integração das ações empreendidas pelos diferentes órgãos públicos vinculados às esferas de poder municipal, estadual e federal e por algumas iniciativas que começam a emergir a partir da ação da sociedade civil organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elevado crescimento econômico, acompanhado das alterações na base técnica da agropecuária, gerou resultados sociais muito negativos em razão da não absorção pelo mercado de trabalho urbano da maior parte da população excluída do campo. A adoção do pacote tecnológico da revolução verde em algumas regiões do Brasil ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com resultados perversos nos aspectos ambiental e social. Para que haja o desenvolvimento do campo é crucial que o poder público atue de maneira efetiva na zona rural e propicie o acesso dessa população aos serviços básicos. Cabe ao poder público o estímulo ao desenvolvimento sustentável das atividades econômicas desenvolvidas no campo, notadamente a agropecuária.

Além da agropecuária, passam a ser desenvolvidas no campo, em maior ou menor proporção, várias outras atividades. O campo se constitui em local de residência de uma parcela importante da população brasileira, ainda que ela seja numericamente reduzida, especialmente quando comparada à população urbana a partir dos critérios atualmente utilizados.

Diante do exposto, consideramos fundamental a elaboração e implementação de um Programa de Desenvolvimento Rural que reconheça o caráter multifuncional do campo e que considere as especificidades regionais. A integração das ações implementadas pelos diferentes órgãos públicos, cooperativas, sindicatos, associações de produtores, organizações não governamentais são de crucial importância para a dinamização econômica do campo e para a conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revistas de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, nº 43, 2001. p. 121-140.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Revista Planejamento e políticas públicas**. Brasília : IPEA, no 23, 2001.
- ANJOS, Flávio Sacco. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional, **Texto para discussão nº 630**, Brasília: IPEA, 1999.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. Institucionalização de regiões no Brasil. **Ciência e Cultura**, Jan./Mar. 2006, vol.58, nº 1, p.34-37.
- BRANDÃO, Carlos Antonio *et al.* Estratégias de desenvolvimento e construção do espaço supra-local: os novos arranjos institucionais. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em planejamento urbano e regional**. ANPUR: Salvador, 2005.
- BOISIER, Sergio. 2001: la odisea del desarrollo territorial en América Latina. La búsqueda del desarrollo territorial y de la descentralización. In: **Seminarios de sectores sociales: nudos críticos y alternativas**. Lima, 2002
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003 (Textos para discussão nº 4).
- DEDECCA, Cláudio Salvadori, *et al.* Mudanças na distribuição de renda individual e familiar no Brasil. In: **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP: Caxambu, 2004.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: ICONE; UNICAMP, 1985.
- DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo : INCRA, 2005.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª Ed. Guaíba: Agropecuária, 1999 1º
- GALVÃO, Antonio Carlos F. Desenvolvimento regional e inovação como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. In: **Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

- HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Marizaq H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. In: GERARDI, Lúcia Helena; MENDES, Iandara Alves. **Do natural, do social e de suas interações**. Rio Claro: UNESP – AGETEO, 2002, p. 157-172.
- LAMARCHE, Hughes. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Ângela M. N. Tijina. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 (Coleção repertórios).
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Servolo de *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MOREIRA, Ruy. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. In: **Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, SESC: São Paulo, 2005.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).
- SCHEJTMAN, Alexander. La cuestión urbana em el desarrollo rural: Elementos regional para América Latina y el Caribe. **Seminário Internacional: Interrelación rural-urbana y desarrollo descentralizado Taxco**, México, 1997 (FAO – Borrador).



A FLORESTA COMO DIMENSÃO TERRITORIAL: NOVOS E VELHOS APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA-ACREANA

SÍLVIO SIMIONE DA SILVA
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Acre

“... A floresta ainda é um universo de possibilidades a ser descoberto”
(cta, 1999, p. 31).

INTRODUÇÃO

Recentemente, em pesquisa que realizamos no Acre, ao observarmos a paisagem, uma questão que nos vinha era de que havia algumas situações que nos pareciam de difícil compreensão à luz de paradigmas consumados no tratamento do espaço produzido. Percebíamos que a floresta é um espaço produzido com especificidades, tal qual o campo e a cidade. Nessa perspectiva, algumas indagações nos pareciam muito pertinentes: seria a floresta equivalente à realidade vista nas áreas já desmatadas para as atividades de cultivo e criação? Por outro lado, não seria tudo a mesma coisa, uma vez fora da cidade? Quais os elementos que promovem a junção e a separação dessas diversas instâncias do espaço produzido aqui? As diferenças notadas, pelo que percebemos, estariam colocadas no âmbito do exercício processual de uso, do domínio e da forma que os espaços são instrumentalizados na produção e circulação integral dos sujeitos, do que produzem e do que os produzem. Daí derivam dimensões do território usado como faces das diversidades expressas na unidade do produzido, do vivido e do percebido (LEFEBVRE, 1992; SANTOS, 2002). Então, nosso objetivo nesse texto será aprofundar estas questões expondo as bases em que se produziu e se produz o território da floresta.

Com essa perspectiva analítica, entendemos que as possibilidades de compreensão do espaço produzido na Amazônia-acreana pelo paradigma da relação campo/cidade é limitada. Contudo, pensar na limitação das te-

ses da relação campo/cidade para a realidade referida não significa negá-la. Significa, sim, dizer que, sob a ótica dos processos que produzem e movimentam as relações que dinamizam o espaço, aqui dos trópicos, visto com olhos de quem vive neste contexto, haverá outras perspectivas para a compreensão desta realidade produzida. Muitos pensadores da questão podem achar, talvez, que seja muita audácia nossa sugerir uma tese para compreender a “realidade vista dos trópicos úmidos”. Mas acredito não ser demais lembrar que outras perspectivas para compreender a realidade devem ser postas para além da “eurocêntrica” ou, talvez, abasileirando, da “centro-sulista”, como única via. Isto pois, para nós, o espaço produzido amazônico se mostra como uma realidade deveras questionadora de teses postas que nem sempre condizem com as situações com que convivemos.

Vamos agora ampliar a nossa reflexão.

PROPÓSITOS DO TRATAMENTO DA FLORESTA PERANTE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pensemos que, no caminho para a explicação de uma situação que é colocada, sempre nos baseamos em conceitos, pressupostos e/ou idéias preestabelecidas. Essas formulações explicativas têm como origem análises preconizadas de processos que retratam a realidade vista e buscada a ser compreendida. Daí, se formam bases reflexivas que se tornarão, em geral, mais um paradigma do que uma tese para compreender a realidade na dimensão dialética do processo investigatório. Por outro lado, nossas raízes “europeizadas e estadunidensezadas”, também no processo investigatório e interpretativo, às vezes, nos colocam barreiras que mesmo considerando os processos produtivos, não nos vemos em condições de romper com certos paradigmas perante uma realidade que nos questiona. Ora! Um conceito, mesmo tendo sua carga histórica, terá o devido valor (pois é criação de um trabalho intelectual) até onde pode ser instrumento esclarecedor, explicativo da realidade investigada. Apenas quando a impossibilidade ou limitação de conhecer aparece como face apreensível da realidade é que o papel do investigador se amplia, fazendo-lhe aflorar a condição também de pensador, de filósofo. Então, o estudioso disposto a romper com as limitações postas buscará na realidade estudada as bases para novas formulações de novos conceitos.

Essa situação na Amazônia-acreana nos tem feito deparar com desafios da compreensão científica do seu espaço produzido. Vemos isso perante uma realidade que não é exclusiva, mas que traz processos que necessariamente nos colocam a refletir sobre as viabilidades e limitações de certos conceitos e paradigmas já consagrados na compreensão dos problemas por nós investigados. O processo de produção do espaço amazônico tem sido feito por relações de produção que desencadeiam especificidades no âmbito da circulação, e também pela combinação produção/circulação, substanciada na configuração espacial. Aí se podem apreender as especificidades que essas relações ganham no caráter de espaço produzido, como território usado (SANTOS, 2002). Neste sentido, em geral, sob a ótica do paradigma cidade/campo, o território usado externo ao mundo citadino é visto apenas como campo. Este comportaria em sua dimensão produtiva uma face territorial constantemente negada, pois seria improdutiva, que se materializaria na floresta.

Com essa limitação de compreensão, negar-se-ia qualquer processo social de domínio da floresta que não fosse sob a base de transformá-la. Ora! Como *locus* do “selvagem”, pois é “selva” (WILLIAMS, 2000), a floresta sempre foi habitada, portanto, território usado. Isso com a vantagem de que, sob tais signos de “selvagens”, foi *locus* em que a convivência do social com o natural gerou padrões de produção em que não havia a ação devastadora do “humano” (o social) sobre o “outro” (o natural). Contudo, quem habitava a floresta era perigoso, porque “ser” selvagem é uma condição de viver na ignorância; daí, estes teriam de ser civilizados. Então, rever isto é condição para pensar a floresta como *locus* do social, do humano, sem distinção de seus habitantes serem indígenas, brancos, negros etc. Aliás, os seringueiros do Acre, junto aos povos indígenas, parece que já nos mandavam essa mensagem quando, em 1984, criaram a designação de “Povos da Floresta”.

A floresta, então, é espaço consagrado, requerido e defendido como lugar de exercício de domínio de certas relações de grupos sociais que se expressam diferentemente no espaço, porque suas ações são expressões de suas condições de ser e de viver diferentes (exercícios de alteridade). Daí, quando lutam, defendem mais que um espaço numa visão aleatória e sentimental. Defendem, sim, o espaço produzido, vivido e conformado por condições específicas, pelas relações estabelecidas nos seus movimentos, nas suas lutas e na sua inserção na realidade produzida. Essa realidade aparecerá como os territórios em que vivenciam o cotidiano numa dimensão processual de

vida, de gerações familiares, no tempo e no espaço. Campos e florestas são territórios que se configuram como feições do agrário, do rural amazônico, mas que em sua forma de ser apreendido no espaço produzido, serão expressões de processos de territorializações específicas.

Portanto, não se trata de negar o paradigma campo/cidade, mas de romper com as limitações no âmbito das diferentes configurações do espaço produzido. Isto, pois a realidade agrária amazônica referida nos coloca outras possibilidades para a compreensão das dimensões territoriais, em que a floresta é uma destas faces. Talvez, outra possibilidade que nos é colocada também abra a necessidade de vermos a questão do domínio das águas como território usado. Preconizamos isso numa ótica das mais pragmáticas possíveis porque, sem conceber essas especificidades, não haverá possibilidades de ações de intervenção no território como faces diversas da e para a ação humana no espaço produzido. Então, com a proposição de ampliar a diversidade cognoscível do espaço produzido e sua “metamorfose” como território usado, criaremos bases mais acertadas para um planejamento do desenvolvimento territorial.

Em suma, talvez tudo isto que colocamos não seja uma exclusividade amazônica. Contudo, pode ser uma importante contribuição que essa realidade, encravada nos trópicos úmidos, nos abre para refletir o espaço mundial. Ressaltamos que aqui, tomaremos para reflexão apenas a perspectiva de pensar a floresta Amazônia-acreana como território (o que não faremos agora com campo, cidade e águas). Assim, iremos expor pontos que apontam caminhos e descaminhos na compreensão do desenvolvimento florestal hoje em curso, sobretudo no Acre.

A FLORESTA COMO ESPAÇO PRODUZIDO

O processo de ocupação do espaço amazônico remonta aos tempos do princípio da colonização brasileira. Aqui ao longo de sua realização, houve uma insistente necessidade da ocupação humana de ser e de ter conciliação com o ambiente natural da região. A distância da região para as áreas mais atraentes aos processos produtivos do litoral do brasileiro (do atual Nordeste ao Sudeste); a barreira natural da floresta que avançava para áreas mais centrais do continente; e ainda, a pouca atração dos recursos naturais da re-

gião, quase em geral, fez dessa parte das possessões portuguesas, até o século XVIII, áreas de ocupação dispersas nos baixos rios, muito mais com finalidade de manter limites políticos na disputa por territórios com Espanha, do que pela implantação de um povoamento efetivo e integrado, no âmbito geral, do espaço brasileiro produzido.

Assim, a ocupação da região foi se dando pelo processo de catequização indígena e pela expansão das fortificações militares. Com isso, além da pequena parcela de população portuguesa e brasileira que migrava, grande parte da população autóctone ia sendo colhida para dentro da cultura “lusobrasileira-cristã”, e parcialmente ia abandonando seus modos de vida indígenas. Da extensão cultural dos evangelizadores e dos soldados dos fortes militares, os indígenas foram sendo destribalizados e aldeados (GONÇALVES, 2001), fazendo nascer o sentido fundamental da cultura cabocla amazônica (SILVA², 2005). Se aí havia uma exterminação cultural dos sujeitos amazônicos, havia também por parte desses processos de trocas de experiências que mesmo perante a supremacia dos forâneos, em que os luso-brasileiros tiveram que aprender conviver com o ambiente florestal e fluvial amazônico. Era dos rios e da floresta que se tirava, inclusive, a incipiente produção local para a auto-sustentação, como também para a comercialização com os regatões, que paulatinamente penetravam nos cursos fluviais e iam tomando conta dessas tarefas mercantis.

Os domínios sobre o espaço vivido iam se construindo no contexto do convívio com o espaço amazônico. Então, muito antes que se possa imaginar, a inserção produtiva da Amazônia, no âmbito do avanço capitalista já ficava estabelecida pela apropriação dos recursos naturais produzidos por gente que conviveu nesse ambiente sem maior destruição, porém que já buscava a natureza como fonte de produção. Aí esteve a fase de expansão via a exploração das “drogas do sertão”. Foi através deste processo produtivo que uma frente de expansão (MARTINS, 1997) avançou lentamente pelos rios (dos baixos para os altos cursos) com a ocupação e integração aos domínios lusos-brasileiros, mesmo após a expulsão dos jesuítas nas décadas iniciais do século XVIII.

Nessa conjuntura de ocupação, a presença de estrangeiros que investigavam o potencial econômico e a diversidade de recursos, ainda disponível, foi marcante. A pirataria de espécimes da fauna e da flora amazônica era intensa. Talvez, aí tenham residido os maiores impactos sobre a Amazônia

pelas transformações vindouras. As “drogas do sertão” eram, na verdade, produtos naturais incluindo aqueles de origem animal (carne, pele e animais vivos), vegetal (sementes de plantas, seivas, folhas, frutos entre outros), às vezes semelhantes ao que hoje chamamos simplesmente de “produtos exóticos amazônicos”. Foi, inclusive, por meio dessas ações que por volta de 1830, a borracha natural já era uma matéria-prima conhecida e usada na fabricação de pequenos artefatos (GONÇALVES, 2001). Daí, teve-se o princípio do processo de ocupação mais massificante do território, conforme o potencial produtivo e a viabilidade econômica para a atividade extrativista da borracha. Porém não seria mais sob a base econômica e produtiva e da circulação do sistema caboclo-regatão, mas sim sob base empresarial, no sistema de aviamento do capital industrial estrangeiro. Sob esta ligação compulsória do fornecimento de mercadoria e dinheiro na aquisição da compra da produção da borracha, fora submetido todo processo de construção econômica da região à viabilidade do “negócio extrativista” na floresta.

Dotados do conhecimento do potencial produtivo da região, as áreas da Amazônia onde ocorriam as espécies gomíferas, rapidamente, de meados do século XIX ao princípio do XX, tiveram intensa ocupação. Essa veio por mobilização de capital e trabalho que para cá foram deslocados. Nessas áreas, por estar situada em altos rios, a população autóctone que em muitos casos eram de grupos indígenas que nos séculos anteriores refugiaram-se nessas áreas perante a ocupação dos baixos rios, em geral não se submetiam aos ditames produtivos impostos. Daí a eliminação imposta a eles fora impiedosa (a ação das “correrias”, como ficaram conhecidas). Poucos restaram.

Com a implantação da empresa extrativista, a mobilidade do trabalho corporificada na vinda dos nordestinos – que se tornariam seringueiros – também deu aos mandantes dos seringais condições de fazer desses trabalhadores os executores da “limpeza da área” nas matanças dos indígenas. Com a territorialidade indígena destruída, estavam abertas as condições essenciais para a territorialização do capitalismo que se principiava materializando-se na formação dos seringais-empresas e mãos-de-obra sob regime de forte coação.

Se o capitalismo extrativista negava os arranjos territoriais dos indígenas, por outro lado, tinha na floresta sua base produtiva, ou seja, os recursos almejados eram provenientes dela. As seringueiras estavam colocadas como o ponto de maior importância no processo produtivo. Tal era a situação, que

a quantidade dessas “árvores”, inclusive, delineavam o tamanho dos seringais, das colocações. Assim relativizava, para o latifúndio regional, o sentido da extensão territorial feita em outras medidas (km² ou ha). Isso é muito bem representado quando no universo da floresta, as estradas de seringa (trilha na floresta ligando uma árvore a outra, por onde o seringueiro passa coletando o látex) e a colocação (possessão do seringueiro na floresta) eram definidas pelo número de árvores. Inclusive, para se referirem à seringueira, por exemplo, muitos, simplesmente diziam quantas “árvores” tem sua estrada? Será então sob essa dimensão representacional da territorialização do seringal e da brecha para a localização da base familiar a partir das colocações, que se formou o ambiente vivencial na floresta. Daí proviriam as principais dinâmicas da região que nos mostrará um espaço produzido da floresta até meados do século XX, sobretudo na Amazônia-acreana.

SUJEITOS E TERRITORIALIDADES FLORESTAIS

A efetivação de um espaço produzido na floresta está vinculada à situação do processo de ocupação, submissão e isolamento do seringueiro, no âmbito das proposições do capitalismo na região. A ocupação capitalista, com a mobilidade do capital localizada no seringal, proporcionou que áreas antes desintegradas do processo macro-produtivo nacional fossem assim consumadas, sobretudo nos altos e médios cursos de rios amazônicos. Daí proveio a lógica processada na “reocupação¹ humana” de grandes áreas de floresta com mobilidade de mão-de-obra nordestina para a região. Nesse processo os trabalhadores que foram para cá deslocados tiveram como tarefa básica, fazer produzir o “negócio extrativista” na floresta. Negando a ocupação pré-existente dos indígenas, a estrutura do seringal dava base para a reconstrução de ambientes vivenciais na floresta que materializou as dimensões territoriais da unidade produtiva do trabalhador – a “colocação”.

Ademais, tendo a atividade florestal um parâmetro produtivo mais dispersivo, os seringueiros estiveram, em geral, num processo de semi-isola-

¹ Partimos do princípio de que a Amazônia já era habitada por povos indígenas. Por isso, consideramos que houve uma “reocupação humana” e uma “ocupação econômica”, sob o ponto de vista capitalista.

mento. Essas condições estiveram na base da formação populacional da floresta e na afirmação dessa como espaço produzido. As distâncias derivavam da forma de produção e organização do espaço no seringal, em que as unidades produtivas (as colocações) que eram “células” da unidade capitalista (“o seringal”), estavam também definidas pela quantidade de seringueiras (“árvores”) em suas áreas de domínio. Essa quantidade era um qualitativo natural da dispersão das espécies vegetais gomíferas (sobretudo, *Hevea Brasiliensis*), capitaneado para a produção econômica do espaço.

Há, portanto, no seio da territorialidade dominante da empresa extrativista a formação de “*com-vivências*” do homem com e no ambiente natural. Aí se desenhavam bases para uma *ecologia humana* que fluiu dessas condições vividas que foi imposta no processo de avanço do capital sobre o território da floresta.

Tratamos aqui de sentido ecológico como relação humana e social com o ambiente, na luta para viver no lugar. Referimo-nos a situações em que, no isolamento e na exploração vivida, os seringueiros eram submetidos às estreitas relações com a natureza amazônica. Aí, trabalhando para o patrão no seringal, também garantiam suas condições de vida na base territorial que se forjava, na floresta, a partir da sua colocação. Referimo-nos aqui às situações práticas, como conhecer o que a mata oferece para seus ganhos, as árvores, as plantas medicinais, os pássaros, os rios etc; aprender a dominar seus medos, seus limites e suas resistências; enfim, aprender a viver em um ambiente de grande austeridade, sob tudo que lhe foi imposto, recriando seu ambiente de vivência. Daí, há um sentido prático dessa relação que se principia no cotidiano, permitindo-nos ver de onde surgiria sua base ecológica pautada numa prática da luta pela “sobre-vivência” que se processou na floresta. Então, na floresta como território produzido pelo capital, a “territorialidade seringueira” estava subjacente aos domínios territoriais do seringal. Contudo, ao mesmo tempo, na formação humano/social, essa territorialidade de ia sendo tecida no âmago do processo macro-produtivo.²

² Um ponto para refletir sobre a produção do espaço da fronteira da Amazônia, como nos coloca Morán (1990, p. 288), é que “a consequência principal da colonização da fronteira é o despovoamento da região, pela dizimação da população indígena e sua ocupação militar e geopolítica pela sociedade dominante. Os colonos participam do processo, mas o número de ocupantes das regiões não-urbanas hoje ainda não chega ao número de índios que moravam na região na época pré-colonial”.

Vemos nisso que o espaço produzido no seringal foi a base para a reprodução do espaço mesmo após a decadência econômica da empresa extrativa. Na emersão de modos de vida camponeses na floresta pelos seringueiros, sua territorialidade foi reforçada quando desenvolviam uma produção agroextrativa voltada para a auto-sustentação familiar. Assim, firmavam seus modos de vida em bases mais sólidas nas colocações, sem o poder de coação intensa do barracão; redescobriam e recriavam valores da vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. Na verdade, nisso estava a razão para a situação colocada por Gonçalves (2001) de que se viviam melhor nas épocas de crises. Pode-se dizer que havia uma “simbiose que amenizava os conflitos, pois nos seringais semi-abandonados, os seringueiros ficavam como ‘espécies’ de guardiões do domínio territorial do antigo patrão”. Nisso produziam sua auto-sustentação sob bases da floresta; plantavam alguns pequenos roçados, praticavam o extrativismo, caçavam e pescavam e até criavam alguns animais. O “domínio da propriedade fundiária era algo que não lhe perturbava”, pois na floresta, viviam na terra e da terra, sem qualquer questionamento desses direitos (SILVA, 2005, p.115).

Socialmente, por volta de 1950, os seringueiros que ainda permaneciam com bases produtivas nos seringais, moravam em colocações distantes, de duas a cinco horas umas das outras (entende-se que *hora*, refere-se a *uma hora de caminhada a pé*, o que no “passo de um seringueiro” seria aproximadamente 6 km/h). Contudo, já demonstravam uma certa autonomia em seus processos de *convivências*. Uma comunidade de convívio social referia-se a pessoas que se distribuíam por áreas consideráveis. A boa ou má convivência provinha do respeito pelo que é do outro,³ ou seja, não se admitia invadir estradas e castanhais ou retirar madeira em áreas “alheias”; por outro lado, na permissão à caça, geralmente não se restringia ao território de vivência familiar, mas o início de uma caçada sempre se dava na área da própria colocação e se prolongava por onde o animal caçado prosseguia em sua tentativa

³ Conforme Souza (1996, p. 61), os “seringueiros atingidos por qualquer ação nociva à sua vida, praticada por outro seringueiro, colocavam-se sempre como homens que precisavam de respeito pelo seu trabalho e pela vida de sacrifícios que levavam. Esses homens não aceitavam práticas de outros trabalhadores que significassem desonra ao se viver”. Na verdade, era a expressão de um *habitus* (BOURDIEU, 2001) familiar que se manifestava na vivência comunitária.

de fuga. O respeito às mulheres e crianças era uma exigência que cada vizinho devia aos “chefes da família”. Mesmo nessa “boa convivência”, não raramente, as brigas e desavenças aconteciam na comunidade, porém nada que após alguns desentendimentos, venha quebrar por total a convivência comunitária (SOUZA, 1996). Nota-se que não nos referimos à sociabilidade, que politicamente representa uma coletividade de classe social, mas ao convívio comunitário que se baseava em relações de vizinhança (SILVA, 2005, p.118).

Com a afirmação dessa base nas florestas, reforçada pelas crises no sistema de exploração empresarial da borracha, a territorialidade seringueira tende a firmar na “colocação”. Dessa instituição fundiária moral se forja, pode-se dizer, por volta do final da década de 1960, uma situação em que esses seringueiros apareciam como sujeitos sociais capazes, inclusive, de questionar a estrutura concentrada dos seringais. Os latifúndios extrativistas que não lhes questionavam a posse da terra eram propriedade privada de outrem. Daí,

na frente pioneira agropecuária que passava a incorporar o território regional, a partir de então, ocorria uma (re)territorialização do capital, em que mudaram apenas os mandatários. Introduziam-se novos sujeitos sociais e econômicos (investidores/especuladores e camponeses em atividades agropecuárias do centro-sul) e novos padrões na reprodução do espaço agrário (baseados em atividades agrícolas e pecuárias). Esses viriam sobrepor o espaço produzido na frente pioneira extrativista economicamente decadente, na qual se produziu o trabalhador tradicional da floresta – os seringueiros (SILVA, 2005, p. 119).

Essas condições demonstrariam que o desenvolvimento capitalista trazido pelo avanço da fronteira agropecuária negava a realidade produzida até então. Contudo, reconfirmava a base da grande propriedade na estrutura fundiária regional. Na verdade, a fronteira amazônico-acreana mostrava sua face inacabada como limite de muitas outras coisas (SILVA, 2003). Nesse contexto, negar o território usado da floresta, era negar os sujeitos que nela e dela viviam. Aí, se por um lado, estes eram forças remanescentes da frente pioneira extrativista decadente, no âmbito do embate de territorialidades a figura do seringueiro livre era também algo mais recente. Assim, na produção do espaço local, o seringueiro não se colocava como territorialidade remanescente, mas como territorialidade emergente na busca de superar a

estrutura em que esteve submetida, no seringal. Para isso tinha exatamente na produção florestal, seu ponto forte de resistência. A floresta estava para ele tal qual está a terra da “colônia” (lote ou sítio) para o colono. Quando essas “novas forças” da rearticulação econômica e territorial do capitalismo lhes ameaçam, é que se manifestam as condições objetivas para uma reação coletiva como um *campesinato da floresta* (SILVA, 2005, p.119).

Da usurpação do pequeno domínio territorial fundiário (as colocações), as lutas de resistência dos seringueiros emergem. Seus embates defendem a terra florestal como forma da sua manutenção, enquanto sujeitos sociais que são. A defesa “ecológica” do lugar estará subjacente à sua conduta existencial no tempo e no espaço vivido. Dessas condições as conquistas territoriais vieram, mas também houve por parte do Poder Público, muitas tentativas de desarticular a luta e a organização desses sujeitos. Daí, enquanto o derramamento de sangue não fosse suficiente para ter um impacto internacional, as terras regularizadas estariam dentro do propósito do Governo Federal com as políticas de colonização. Somente após 1988, com o assassinato de Chico Mendes, as reservas extrativistas foram efetivadas como projeto de desenvolvimento territorial em que se legitimava a condição de ser do seringueiro no seu espaço historicamente produzido na floresta.

Portanto, pode-se dizer que a floresta como espaço produzido sempre esteve na base e no centro do desenvolvimento da região. Assim, embora raramente considerada, houve a tripolarização de relações de produção e de circulação com as dimensões territoriais da cidade que iam se formando e, também das áreas de campo, numa incipiente prática de agricultura e pecuária. Dimensões estas que, por um lado, negavam a floresta e por outro, dela e para ela voltavam suas existências territoriais e produtivas, no âmbito de sua formação no sistema agrário regional.

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A PARTIR LUTA E NA ATUALIDADE

Na crítica e na resistência ao projeto desenvolvimentista agropecuário, os seringueiros fizeram gestar um projeto alternativo de uso e de regularização fundiária do solo florestal. A questão passava pelo uso da floresta em suas potencialidades integrais, conservando as bases territoriais usadas em

que estas foram geradas, ou seja, a partir da estrutura seringais/colocação. Então, na vigência da luta, essas propostas viriam a ser corporificadas com as Reservas Extrativistas (RESEXs). Contudo, essas idéias já estavam embutidas nas práticas de luta desses sujeitos, desde os finais da década de 1970; porém, seria na década de 1980 que se ganhou maior respaldo com a criação do CNS – Conselho Nacional do Seringueiro (1984).

Com os conflitos acirrando a necessidade de intervenção do Poder Público já se fazia sentir em finais da década de 1970. No Acre, a questão tendeu ser buscada, por um lado, nos movimentos sociais que eram também propositores de forma própria a atender as necessidades dos trabalhadores da floresta; e, por outro, o Governo Estadual e Federal que tentavam tratá-la no âmbito da política de colonização do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).⁴ Disto já em 1977, seriam criados os primeiros projetos de colonização no Estado (PC Boa Esperança e Pedro Peixoto). Na década de 1980 outros projetos seriam criados, alterando a sigla para Projeto de Assentamentos Dirigidos – PADs, e Projetos de Assentamentos Rápidos – PARs.

Embora, sempre em área de conflitos desapropriados para tais fins, esses projetos introduziram forma de demarcações da propriedade em cortes retilíneos e retangulares. Isso quebrava com as dimensões territoriais das colocações. Aí, a vivência seringueira estava inviabilizada, pois esses territórios edificados no âmbito dessas políticas de colonização e assentamento, negavam a floresta em suas potencialidades produtivas e socioambientais para o homem rural viver. Mesmo com essas ações governamentais vindas como respostas aos embates dos movimentos sociais, essas modalidades não atendiam suas reivindicações.

Com o avanço na luta pela RESEX, houve, muito mais por parte externa do que interna, a criação de uma modalidade de assentamento que contemplava o uso extrativista da terra. Assim que surgiram os Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAEs, que, a nosso ver, tinham também como finalidade enfraquecer o sentido da luta e dos propósitos no projeto da RESEX gestado no âmbito dos movimentos sociais dos seringueiros. Então, em 1987, foi implantado no Estado do Acre, o primeiro PAE (PAE Remanso

⁴ É bom ressaltar que sobre essas políticas de colonização e assentamento, foram ações oficiais era no sentido de desarticular a luta pela reforma agrária. Referimos isto com base naquilo que Otávio IANNI (1979) definiu como “a colonização contra a reforma agrária”.

no atual município de Capixaba). Contudo, estes em partes reproduziam a forma de uso da terra – atividade extrativista florestal; regularização fundiária com a concessão de uso; estímulo à organização produtiva como idealizado pelas seringueiros para a RESEX. Já era uma grande vitória, mas a questão era mais que isso; tinha-se o entendimento que não se tratava de assentar, pois esses sujeitos já viviam nesses territórios. A busca era pelo reconhecimento de seu direito à terra, mas também ao seu modo de vida formado na interação com a floresta.

Apenas com o acirramento da luta e com a repercussão do assassinato de Chico Mendes no final do ano de 1988 foi que, o poder Público Federal teve que se curvar perante às reivindicações dos seringueiros. A primeira RESEX seria criada em 1990, mas não no âmbito das ações de política agrária do INCRA, e sim no âmbito das políticas conservacionistas/preservacionistas via IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

Saliento que essas bases em que se deram as conquistas, temos de situá-la, pois com as políticas de assentamentos, as perspectivas de reconhecimento da floresta como um espaço produzido demorou muito a acontecer. Na verdade, no âmbito dos assentamentos, temos de admitir que a questão era propositiva de fora para dentro. Nisso, a visão que se teve dos territórios em questão, era da homogeneidade com qualquer realidade agrária posta, no Acre, na Amazônia e fora da Amazônia. Nesse sentido, são as lutas dos seringueiros e depois ampliadas com a questão indígena (“os povos da floresta”) que mostrará “ser” a floresta um espaço produzido e que, no âmbito da questão agrária brasileira, carece de tratamento próprio. Dessas situações começam a haver uma ampliação das formas de assentamentos que visam a firmação de outras bases territoriais na floresta que começou com a RESEX e o PAE. Atualmente já se tem os Projetos de Assentamentos Florestais – PAFs e os Projetos de Desenvolvimentos Sustentável – PDS. Contudo, continuam sendo propósitos externos que são impostos à região.

Com relação às RESEXs, sua intromissão no âmbito das políticas ambientalistas, deu-lhe condição de ser tratada territorialmente, mais como um problema ambiental e ecológico de que como um problema social e político agrário que era o que estava em jogo. Esta, então, é reconhecida como uma Unidade de Conservação (UC.) de Uso Direto, cabendo à organização dos moradores traçar Planos de Utilização que serão submetidos

ao órgão gestor. Contudo, apesar das críticas possíveis indiscutivelmente, serão estas as mais eloqüentes possibilidades de garantia e firmação de territórios florestais no âmbito das diferentes caracterizações dos espaços agrários produzidos na Amazônia.

Na luta por territórios, houve a busca de geração de formas de uso capazes de firmar-lhes bases de viabilidade econômica para além do extrativismo da borracha. Assim, seguramente, a floresta, embora, não estivesse definida como um território usado em si, diferente do que podemos chamar de “campo”, buscaram-se modos de operar dentro dela, com possibilidade de ganhos também econômicos para os seringueiros. Nisso, as questões passavam pelas controvérsias do uso dos recursos naturais como possibilidade de fortalecer a geração de renda e a permanência familiar. As parcerias vieram inicialmente muito mais de fora da região do que internamente. Financiamentos, assessorias, orientações tecnológicas etc., e, assim, gradativamente, o sentido ecológico foi penetrando e atribuído aos movimentos. Esses territórios florestais seriam pontilhados por atividades que viabilizavam as ações conservacionistas, sob a ótica ideológica do “desenvolvimento sustentável”.

A questão agora passaria por mudanças nas bases produtivas e na adoção de matrizes tecnológicas que garantissem a produção desses espaços, sem causar grandes alterações ao ambiente natural. Isso significava ser “ecologicamente correto” e “sustentável”. Daí os propósitos para que os problemas dos territórios florestais passassem pelas formas de operar a “gestão” e o “manejo da floresta”. A palavra **manejo** passa a ser um signo tão estratégico como **sustentável**. Tal é a situação que em nome do “desenvolvimento” e da “ecologia”, já se propõem manejar tudo e todos na busca de uma “harmonia”, que vejo como impossível. Há até curso de “manejos de conflitos socioambientais!”. Portanto, considerando esse uso estratégico desses “signos”, por mais que essa situação nos incomode, não há como passar por elas sem que tenhamos as situado com as devidas considerações.

“MANEJO” E “GESTÃO” DE FLORESTAS

Considerando a trajetória até aqui traçada, na Amazônia-acreana, da década de 1990 em diante, a produção do espaço firmou-se sob outra fase de articulação dessa fronteira. Tivemos, na verdade, uma maior inserção da

valorização do potencial econômico da floresta, inclusive no sentido histórico deste, como possibilidade de exploração mercadológica.

Nisso, como vimos, está uma relação simbólica do processo de ocupação do Acre, perante o desafio de forjar alternativas de se reinserir no mercado produtos que estavam decadentes, paralelamente à descoberta de outros com potenciais de exploração. É aqui que residirá a dimensão de mudanças no âmbito produtivo em face da adoção de novas matrizes tecnológicas. A *floresta* aparecerá como entidade em transmutação da condição de território produtivo da fronteira extrativista que, em si, a caracterizou por décadas, para a *fronteira técnico-ecológica*. Isso, inferindo em mudanças graduais nas matrizes produtivas, mas sob a permanência da floresta em pé, sendo *manejada* (esta palavra passa ser a antítese de *desmatada*), sob relações de produção refeitas, reformuladas ou mesmo revalorizadas, de práticas antigas (SILVA, 2005, p.418).

Assim, as florestas entram na pauta das políticas preservacionistas prioritárias, porém nem sempre o mesmo acontece com prioridades aos seus moradores. Dessa forma o caráter de território usado cede lugar a uma visão puramente “ecológica” (mais de mercado do que humana), pouco considerando a população que, no caso da Amazônia-acreana, habita a floresta há décadas. Nisto se inscrevem a criação de Unidades de Conservação de uso indireto em que se prevê a retirada de populações de seus territórios para as áreas de seu Entorno.

Na verdade, a implementação de UCs, também de uso direto, terá como reflexo, a médio e longo prazo, a exclusão dos moradores. Ademais, ao introduzir o plano de manejo, dado as regras postas, pouco têm restado para a comunidade de sua autonomia nas áreas vividas. Isso notamos, por exemplo, em visitas feitas a essas áreas, inclusive pelo “cuidado” que os agentes dos órgãos públicos tem, quanto ao contato externo com as pessoas que vivem lá. Parece-nos que aí está uma das regras de “manejar os conflitos”. Sobre isso tratamos noutro trabalho, sobre uma viagem que fizemos a FLO-NA (Floresta Nacional) Macauá, em março de 2002:

A criação desses tipos de áreas de conservação e preservação ambiental que se territorializa sobre espaços ocupados por populações tradicionais, entretanto, traz agravante, pois essa modalidade introduz planos de manejos que não admitem quase nada das pretensões da

população local. Já trazem propostas quase acabadas de manejos. O que ao nosso ver, torna essa modalidade, a médio e longo prazo, um tanto mais expropriatória do que as reservas extrativistas e os projetos de assentamentos extrativistas (RESEX e PAEs), que criam condições de manejo e uso da terra provindo de iniciativas autóctones. Daí serem essas modalidades as mais adequadas a áreas como esta. (SILVA, 2003, p.160)

Então entendemos que a proposta de manejo da área deve ser vista na lógica da reprodução do espaço agrário no país perante uma economia capitalista que se globaliza. Mas o que se pode aí representar? Conforme discursos oficiais, pode-se dizer que as propostas das FLONAS, como UCs, são viáveis quando: otimizam a preservação de uma parte considerável da vida natural; possibilitam plano de maior assistência à população; e, definem área de exploração do principal recurso natural – a madeira, por empresas capitalistas, licitadas para fazer extração “sem provocar grandes danos à natureza”. Nota-se que sob essa ótica aí, estaríamos gerando um “desenvolvimento” que dizem ser “sustentável”. Resta-nos pensarmos para que e para quem é.

Outro ponto, considerando a realidade vista na FLONA Macuã, é que nessas modalidades de uso do solo florestal, não se gera a auto-sustentação nas expectativas criadas pela própria coletividade local, ao longo de décadas de vida e lutas nestas áreas. Seus conhecimentos, suas tradições, suas crenças, seus modos de viver, sua produção econômica e política de seu espaço socioterritorial, somente são considerados quando se adequam ao que se prevê no Plano de Manejo (em que a maior parte das normas foi proposta pelos órgãos responsáveis), do qual raramente são os principais sujeitos idealizadores. Assim, quase sempre, o que é “melhor” para a comunidade será dito pelo “agente do Governo” e não pela própria comunidade. Como paliativo, prevê-se que nas zonas de exploração de ecoturismo e exploração madeireira, onde haverá a geração de empregos. Porém estas áreas, não mais pertence a população local. Vemos que isto terá impactos imediatos, pois

O trabalho gerado é para operários na extração da madeira e nas serriarias ou de guias nas expedições de turistas e pesquisadores. Nas duas situações, o homem camponês, trabalhador da floresta vai sendo recriado como o operário, sem sair ainda de seu espaço rural. De produtor

vai se transformando em consumidor exclusivo e, de detentor de seus meios de produção passará a ser proletário e a vender a única mercadoria que lhe restou – sua própria força de trabalho braçal. O núcleo comunitário será depositário dessa mão-de-obra proletarizada, disponível na floresta (SILVA, 2003, 161).

Ademais, mesmo com o reconhecimento das posses, a efetivação de formas de benfeitorias em áreas restritas e localizadas nas florestas pode desencadear um êxodo de famílias de seus locais de moradia. Pensemos:

As colocações serão respeitadas, mas as infra-estruturas serão implantadas apenas no núcleo comunitário e, para ter acesso, as famílias terão que deixar suas colocações e ocupar o espaço preparado para elas nessa “vila rural”. Aí terão luz, educação, saúde entre outros benefícios, mas na colocação não terão nada. Para uma família que tem sua colocação a quatro ou cinco horas do local referido, isso pode significar que o chefe da família terá que permanecer na colocação e a esposa e os filhos ficarão no núcleo comunitário. Então para uma família ter acesso a esses benefícios, começa a destituir a unidade e a cumplicidade familiar que fazem parte do sentido de companheirismo que reina no ambiente familiar desses camponeses florestais. Isso pode levar à destruição do que há de mais sólido nessas sociedades campesinas da floresta – a unidade familiar. Aí então, está o germe de sua expropriação da área que tradicionalmente, tornou seu território de reprodução enquanto trabalhador familiar na floresta. O argumento oficial é lógico, para não se submeter a tais processos, estes pais de famílias poderão fazer seus roçados nas áreas de uso coletivo que estará localizada próximas ao núcleo comunitário, e ficar também com a própria família, ou até se empregar com as oportunidades de empregos que irão surgir. Todavia, deve-se lembrar que isso significa deixar a colocação que é seu território de reprodução conquistado por anos de vida e de luta (SILVA, 2003, p. 161-2).

Então voltamos a questão: o que é esse “manejo”? A despeito disso, o Ministério do Meio Ambiente define o “manejo florestal sustentável” como um conjunto de práticas, de administração dos recursos florestais que almejam a produção de produtos madeireiros e não-madeireiros (ex. frutos, resinas e óleos), que tenha como princípio a conservação das florestas em pé (MMA, 2005). Contudo, fala-se de “manejo” de quase tudo, de forma tal que a idéia de “manejo sustentável” é “remédio” para qualquer problema que ameace o ambiente e a natureza. Nota-se que essas palavras surgem

como um designativo para o estabelecimento de forma de controle, seja sobre um processo produtivo (inclusive a agropecuária), sob uma matriz tecnológica de exploração de recursos naturais, ou ainda sobre uma situação que demonstre os antagonismos presentes nos processos sociais de produção do espaço. Nessas conotações, há um extremo complicador, pois as questões das lutas sociais são tratadas como quaisquer outras situações de ordem produtivista. Daí, no âmbito do manejo florestal, por exemplo, propõe-se controlar a forma de extração da madeira e das plantas fitoterápicas, tal qual as ações sobre os conflitos sociais que surgirão.

Mas manejar é preciso! Digo isto com sinceridade, e vejo a necessidade de desmistificar esta face de panacéia de um conceito que teve respaldo na vida dos sujeitos que vivem na floresta. Se tomarmos uma das definições básicas dadas no Dicionário Aurélio (1993), a palavra “manejar” significa “governar com as mãos; dirigir”, nesse aspecto a ação aí designada tem forte respaldo no cotidiano de quem vive na/da terra. Mas, então como proceder no âmbito florestal? Aqui vemos um **conceito** que pode ser firmado a partir da realidade vivencial de cada sujeito. Dentro dessa concepção, negando a instrumentalização do termo pela ideologia neoliberal, posta no projeto de “desenvolvimento sustentável”, vemos forjar várias formas de encarar o aproveitamento dos recursos florestais ampliando o sentido de ganhos com o *manejo* para além da atividade econômica, mas em ações práticas vividas cotidianamente. Daí, vemos várias possibilidades de compreender a palavra na sua afirmação ou contra-afirmação conceitual, como os cuidados do espaço de moradia, e de trabalho na floresta, pois:

Manejar a floresta é cuidar dela com muita atenção e cuidado. Não apenas retirar o que ela pode produzir, mas enxergá-la como fonte de produção de frutas, palhas, cipó, madeira, produtos medicinais etc. É ainda reconhecer que a floresta pode produzir muito mais que produz hoje. Mais do que os roçados e pastos. Mas para isso ela precisa ser muito bem cuidada. (VIANA, MENDES, N. e MENDES A, 2002, p. 13).

Assim, no sentido restrito da aplicação do termo, o manejo madeireiro é talvez o mais polêmico de todos os processos, pois prevê a retirada de árvores. Aqui também cabe desfazer algumas falsas compreensões. Vejamos, conforme define o MMA (2005), isto significa que, numa área de manejo florestal típica, em um hectare de floresta (10 mil m²), podem existir cerca de duzentas árvores adultas e mais de mil árvores jovens. A

atividade consiste em efetivar a coleta de 5 a 6 árvores por hectare a cada 30 anos. Isto tem resultado em numa situação que em 2002 o Brasil tinha 300 mil hectares de **florestas** certificadas pelo FSC – Conselho Mundial de Manejo Florestal. Em dezembro de 2004 já eram 1,4 milhões de hectares incluindo empresas e operações comunitárias. Isso demonstra a situação crescente desse processo.

Acreditamos que, por isso, se o manejo for feito com o devido cuidado, os camponeses que tem com suas terras de trabalho, poderá sim usar os recursos da floresta, inclusive da extração madeireira. Então, pode-se ter aí uma boa alternativa para o desenvolvimento na floresta, mas a partir de uma ação dos camponeses que nela vivem e buscam estratégias para continuar em suas áreas. Vemos que o grande problema é quando a capacidade da resiliência florestal é desrespeitada e, sob o signo do “manejo sustentável”, a floresta é devastada.

Ademais encaro o uso dos recursos florestais, inclusive madeireiros, como uma situação inevitável na Amazônia-acreana. A floresta é a principal fonte de recursos que temos na região. O bom uso gera ganhos, porém o mau uso gera destruição e ameaças gerais. Esta última situação pode vir pelo uso exacerbado, sobretudo, por empresas madeireiras privadas e oficiais, quando os planos de manejos não são seguidos à risca, ou simplesmente são empregadas práticas devastadoras. Então, nestes casos o que está em questão pode ser a lisura da fiscalização e dos fiscalizadores, assim como a seriedade das instâncias gestoras do processo e, não o aproveitamento dos recursos.

Nesse sentido, afirmamos não acreditar na possibilidade de ações empresariais privadas na extração madeireira. Vemos que aí estaria uma grande possibilidade da legislação florestal, instituir formas de regularização fundiária do solo florestal, por iniciativas comunitárias para essas ações; porém, com maior autonomia do que vimos ser dadas nas florestas estaduais e federais atualmente. Em áreas de florestas públicas, a concessão de gestão e extração para a iniciativa privada terá a lógica do lucro como guia. Por outro lado, a “gestão comunitária” do negócio poderá ser guiada por outra lógica, que terá na auto-sustentação e na continuidade do negócio uma linha direcionadora dos ganhos buscados. Infelizmente, não é bem isso que se desenha no quadro político nacional para os territórios florestais! Vejamos, no item seguinte, o quadro que parece estar sendo proposto.

GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS⁵

Recentemente tem tramitado no Poder Legislativo Federal uma nova proposta de gestão de florestas públicas. Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 4.776/05 que foi enviado, em fevereiro, pelo Governo Federal para o Congresso, solicitando encaminhamento em regime de urgência constitucional. Nesse projeto está prevista a regularização do “manejo sustentável” das florestas públicas, cujo objetivo é “eliminar o uso predatório, promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país”. Vemos que com a efetivação dessas leis haverá, de certa forma, maior intensificação da implantação de UCs, e por conseqüência também maior quantidade de proposições de usos dessas áreas.

O referido PL, assim se define por três objetivos fundamentais: primeiro visando promover a regulamentação da gestão de florestas em áreas públicas, sejam do domínio da União, estados ou municípios; segundo, propondo a criação do Serviço Florestal Brasileiro como órgão que regula a gestão das florestas públicas e fomenta as atividades florestais sustentáveis no Brasil; terceiro, estimulando a viabilização da atividade florestal criando Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que incentivará o desenvolvimento tecnológico, a promoção da assistência técnica e os incentivos para o desenvolvimento florestal sustentável (MMA/SBF, 2005).

Conforme o referido PL ([HTTP://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#](http://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#)), a regulamentação do uso das UCs estará vinculada a três formas de gestão das florestas públicas, sempre na ótica de promover o produção sustentável:

- pela criação de unidades de conservação que permitem a produção florestal sustentável (ex. **Florestas** Nacionais), tendo sua gestão direta pelos próprios gestores, ou seja, pelos próprios governos federal, estaduais e municipais;
- pela destinação da área ao uso comunitário como assentamentos na floresta: reservas extrativistas, áreas quilombolas, PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PAF – Projeto de Assentamentos Florestais;

⁵ Cabe ressaltar que o conteúdo deste item está fundamentado em três fontes básicas: o Texto da Lei 4.776/05; o texto elaborado pelo MMA/SBF (2005); e, a análise do Projeto de Lei contido no endereço: [HTTP://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#](http://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#).

- Pela concessão de Florestais pagas, por meio de processo de licitação pública. Nisso abrem-se possibilidades, sobretudo, para a atuação da iniciativa privada sobre territórios públicos;

A regulamentação do processo de concessão será feita com os seguintes passos: primeiro pela inclusão das florestas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas; segundo pela preparação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), no qual serão definidas anualmente áreas que poderão ser objetos de concessões. Salienta-se que para fazer o PAOF, serão excluídas as áreas destinadas a conservação e ao uso comunitário.

Esse Plano para ser efetivado terá que passar por consulta pública e ser submetido à aprovação do Conselho Gestor de Florestas Públicas. Esse Conselho conta com representantes do governo e da sociedade civil, incluindo pesquisadores, setor de produção, ONGs, movimentos sociais e governos estaduais. Sendo aprovado o PAOF cada gleba será estudada em detalhes e dividida em Unidades de Manejo para a licitação.

Estas glebas postas à licitação serão de Unidades de Manejo: pequenas com até 10 mil ha; médias com até 40 mil ha; e grandes com até 200 mil ha. Com isso, conforme o PL, visa-se possibilitar o acesso aos pequenos, médios e grandes produtores. Antes da licitação, essas Unidades de Manejo serão submetidas à autorização prévia do IBAMA. Esse deverá garantir se as áreas estão aptas ou não para o manejo florestal e se outras atividades poderão ser desenvolvidas (ecoturismo, extração de produtos medicinais e fitoterápicos etc.).⁶

Ressaltamos ainda que será autorizado o manejo para exploração de produtos e serviços da floresta. Nos contratos de concessão estarão estabelecidas as regras para utilização da área, inclusive para a atualização de preços dos produtos e serviços explorados. Esses contratos serão estabelecidos por períodos que poderão variar de 5 a 60 anos dependendo do tipo de manejo que será proposto. Tais contratos serão apresentados ao IBAMA, como instância apta à aprovação ou reprovação. Tudo isso será monitorado e fiscali-

⁶ O processo licitatório será feito para cada Unidade de Manejo e o vencedor será definido com base em dois critérios: do melhor preço; e da proposta de menor impacto ambiental e maior benefício socioeconômico. As concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas (MMA, 2005). Isto, junto ao tamanho das glebas, certamente implicará também limites a quem poderá concorrer.

zado por três frentes: o IBAMA que fará a fiscalização ambiental da implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável; pelo o Serviço Florestal Brasileiro que fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão; e adicionalmente será obrigatória uma auditoria independente das práticas florestais a pelo menos cada cinco anos (MMA/SBF, 2005).

Mas o que pode representar essa proposta? Conforme a Ministra Marina Silva,

os ganhos ambientais do projeto derivam da destinação de áreas florestais ao uso sustentável, por meio do manejo por pequenos produtores, comunidades e empresas, com agregação de valor à floresta em pé, reduzindo a pressão para a expansão agrícola e ampliando a oferta de produtos e serviços (<http://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#>).

Vemos nessa proposta méritos e ameaças se considerarmos-la sobre realidade Amazônica-acreana. Méritos por regulamentar o uso e a implantação de áreas florestais, pois sem uma destinação fundiária que a legalize, a floresta estará mais exposta a devastação. Ameaças, pois há uma regularização de áreas públicas que será posta para a exploração empresarial privada. Em ambas situações, a população ficará exposta e legislação que nem sempre coloca o humano presente na floresta como desafios de ser “preservado”; aliás, sempre se prevê sua retirada.

Então, pensar o desenvolvimento da floresta, passa por propor situações planejadas, mas que refaça as lógicas de encarar-la como espaço produzido. Isso, sem dúvidas são lições que os “povos das florestas” poderiam ser os maiores protagonistas dos processos. Porém, poucos são ouvidos, e há raras expectativas de mudanças a nos esperar.

Qual a perspectiva para a floresta? Pensamos que garantida-na como territórios ambientais preservados, precisamos garantir seu uso social por quem sempre a usou sem devastá-la. Daí, vemos que a possibilidade de um tratamento em que essas áreas possam ser encaradas como espaço passível de alocação, não é nada mais do que abrir possibilidade de privatização do uso dos recursos florestais. Isso numa situação agravante, pois na escala temporal da exploração impetrada, após os contratos findarem, ficarão apenas o que sobrar para ser socializado. E o que sobrar? Eis a incógnita que se esconde por trás das possibilidades que se mostram no continuado processo de mais de “quinhentos anos de civilizar a selva”, vindo do litoral atlântico (leste) para o interior (oeste)!

Se há perspectiva para isso, a vejo nas propostas que surgiram dos próprios amazônidas que realmente habitam a floresta, como nas RESEXs e nas possibilidades de organização social e produtiva. Então, se há caminhos a trilhar, temos que deixar que os homens da floresta regenerem-se na floresta e a regenerarem. E aí, então, a construam como sua morada, como sua casa, no convívio com a diversidade, como já disse Milton Nascimento numa mensagem aos povos da floresta, em 1984 (II encontro nacional dos seringueiros – I Encontro Nacional dos Povos da Floresta):

Quem sabe o homem
Mato o lobo homem
E olha o olhar do homem
Que é seu igual
Quem sabe a festa
Chega a floresta
E o homem aceita a mata e o animal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322p.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Geografando: Nos Varadouros do mundo** (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista). Rio de Janeiro: 1998, 531p. 2 volumes. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia.
- _____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178p.
[HTTP://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#](http://www.brasil.gov.br/emquestao/eq294.htm#). **Gestão de florestas públicas vai preservar patrimônio nacional e gerar o desenvolvimento sustentável**
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of space**. Oxford UB, Cambridge USA: Blackwell Publishers, 1992. 454p. (Translated by Donald Nicholson-Smith)
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.
- MMA/SBF. **Projeto de Lei que regulamenta o uso sustentável das florestas públicas brasileiras e cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB)**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF – Diretoria do Programa Nacional de Floresta, 2005.

- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 381p. (Coleção Milton Santos, 1).
- SILVA, Sílvio Simione da. Rio Macauá: viagem aos confins do rio das mil e uma curvas. **Revista Uáquiri**, Rio Branco, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre, n.1, A.1; jul/dez/2003. p.133-164.
- _____. Geografia, Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. **Revista Geográfica**, México, IPHG, 2004. n. 135, 2004.
- _____. Verbete Caboclo. In: MENEDES, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOUZA, Carlos Alberto A. de. **“Varadouros da Liberdade”:** empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia – Acre. São Paulo, 1996. 305p. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura; São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PARTE 4

**O PENSAMENTO DE ARIIVALDO UMBELINO
DE OLIVEIRA E A GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA**



A DIALÉTICA E A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA OBRA DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

LARISSA MIES BOMBARDI

Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo

“Todos estamos inseridos no turbilhão mundial da modernidade. Uns engajam-se no ‘establishment’, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social.”¹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira

INTRODUÇÃO

A epígrafe dá o tom da discussão que busco fazer neste artigo, um artigo que envolve a interpretação da obra do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Esta interpretação – como indica a própria epígrafe – só se faz em conjunto à sua trajetória e à sua concepção de ciência. O professor Ariovaldo é, entre parte dos geógrafos brasileiros, daqueles que indicam que a geografia, ao se constituir como ciência, no século XIX, nasce sob influência do positivismo e do historicismo, mas, em caminho contrário a estas duas correntes, nasce também dialética:

A dialética, por sua vez, como corrente filosófica da geografia, a meu ver, constitui uma espécie de raiz, propositadamente esquecida, do pensamento geográfico. Nascida nas obras de Élisée Reclus e Piotr Alekseievitch Kropotkin, permaneceu praticamente no interior

¹ Excerto extraído de: OLIVEIRA (1999). Este texto, que será largamente utilizado neste artigo, foi publicado sob o título “*A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*” no livro “*Novos Caminhos da Geografia*”. É importante informar que foi, originalmente, a Prova de Erudição apresentada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira para o concurso de provimento de cargo de professor titular junto ao Departamento de Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em março de 1998.

do movimento anarquista do século XIX e início do século XX. Contemporâneos de Karl Marx discutiram, profundamente, as concepções de Hegel sobre a dialética e a transformação da sociedade capitalista (OLIVEIRA, 1999, p.69).

A raiz dialética “propositadamente esquecida” do pensamento geográfico, como indica Oliveira, por certo, nos foi alijada tendo em vista o caráter *transformador* e comprometido com a *justiça social*, expresso nas obras dos geógrafos libertários Reclus e Kropotkin. Nota-se, como ficará demonstrado, a convergência entre a concepção de ciência do professor Ariovaldo e dos “geógrafos anarquistas”.

Assim, este artigo está construído em cinco partes (além desta apresentação, que é a primeira). Na parte 2, “*A Geografia ‘Libertária’*”, resgato as obras dos geógrafos anarquistas, mostrando a abordagem que fizeram da ciência e da questão agrária e a presença do pensamento dialético na geografia. Na parte 3, “*A Trajetória do Pensamento Geográfico na Geografia Agrária*”, aponto como foi a trajetória do pensamento geográfico na geografia agrária, indicando seu comprometimento com o *status quo* e, posteriormente, sua transformação a partir da influência do pensamento marxista. Na parte 4, “*A Dialética e o Pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira*”, discuto o papel e a importância do pensamento do professor Ariovaldo, mostrando seu mergulho na dialética marxista e o resultado desta concepção em seus trabalhos. Na parte 5, “*Teoria e Prática na Obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira*”, discuto o significado teórico/prático de sua concepção de ciência e o caráter da geografia agrária que se formou a partir de sua contribuição.

A GEOGRAFIA ‘LIBERTÁRIA’

Os geógrafos que ficaram conhecidos como “libertários” – o francês Reclus e o russo Kropotkin – tiveram por prática explicitar em seus trabalhos aquilo que consideravam o papel da ciência. Desvendaram, em seus escritos, a ciência atuando abertamente como ideologia, dando “*status científico*” ao colonialismo e à divisão da sociedade em classes. No excerto seguinte, Kropotkin (1842-1921) faz uma análise do caráter ideológico da ciência ao abordar o pensamento malthusiano:

Em suma, podemos dizer que a teoria de Malthus, ao revestir de uma forma pseudocientífica as secretas aspirações das classes possuidoras da riqueza, veio a ser o fundamento de todo um sistema de filosofia prática, que, penetra na mente de todas as classes sociais, veio a reacionar (como sempre faz a filosofia prática) sobre a filosofia teórica de nosso século (KROPOTKIN, 1986, p. 256).

Nota-se que o geógrafo revela a “pseudo-ciência” presente no pensamento de Malthus, estruturada para reproduzir as idéias necessárias à reprodução da desigualdade social.

Kropotkin desvenda “por dentro” o papel ideológico das ciências humanas, não apenas como justificadora das desigualdades sociais, mas, também, justificadora do colonialismo europeu:

Quando um político francês proclama recentemente que a missão dos europeus era civilizar algumas delas [as outras raças] – ou seja, com as baionetas e as matanças de Bac-leh –, não fazia mais do que elevar à categoria de teoria os mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente.

Até agora os europeus têm civilizado os selvagens com whisky, tabaco e seqüestro; os têm inoculado com seu vírus; os têm escravizado (KROPOTKIN, 1986, p. 6-7).

Percebe-se com que clareza o geógrafo vê a “missão civilizadora européia” e deixa antever o papel da ciência como ideologia, ao qual ele se opõe radicalmente, especialmente quando afirma claramente que o papel da geografia é ser um meio para anular os estereótipos e combater os preconceitos inculcados com relação às “raças inferiores” (os não brancos)². Não nos esqueçamos que a geografia que se consolidou não foi aquela sonhada e praticada por Kropotkin. No que diz respeito ao colonialismo – especificamente –, seu papel foi exatamente o inverso:

Vidal de la Blache, depois de haver dito que a conquista das distâncias colocava o homem numa situação que jamais antes vivera, escreve: ‘devemos nos congratular porque a tarefa da colonização, que se constitui a glória de nossa época, seria apenas vergonhosa se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem’ (SANTOS, 1990, p.15).

² Ver KROPOTKIN (1986).

Quanto mais nos deparamos com a geografia que se consolidou, como a apontada por Milton Santos, tanto mais nos surpreendemos com o caráter profundamente crítico da “geografia libertária” propugnada pelos geógrafos anarquistas. O preço pago pela *geografia libertária*, por eles praticada, foi ela ter sido “exilada” em sua/nossa própria história e eles, Kropotkin e Reclus, viveram este exílio literalmente no cotidiano de suas vidas. Esta geografia, dialética, desvendadora do papel da ciência na sociedade burguesa, melhor diríamos, no âmbito do capitalismo, foi expressa também na análise que os dois geógrafos fizeram da própria questão agrária.

Kropotkin, entre os anos 1880 e 1882, período em que esteve hospedado na casa de seu amigo e também geógrafo anarquista Élisée Reclus, na Suíça, publicou uma série de artigos no jornal anarquista *Le Revolte*. Três anos mais tarde, em 1885, enquanto Kropotkin esteve preso, Élisée Reclus organizou estes artigos e os editou sob o título *Paroles d'un Revolte*³.

Entre os capítulos deste livro, há um cujo título é “Questão Agrária”, no qual o autor revela não apenas a presença dos conflitos de classe na Europa como também a ação do campesinato organizado, seja para a conquista da terra, seja para a diminuição da subordinação de sua renda:

Quem não lê as notícias da Irlanda, sempre as mesmas? A metade deste país está em revolta contra seus senhores. Os camponeses não pagam mais o arrendamento aos proprietários do solo; aqueles mesmo que desejariam fazê-lo, não ousam mais, com medo de ter de se explicar com a Liga Agrária – poderosa organização secreta, que estende suas ramificações aos vilarejos e pune aqueles que desobedecem sua palavra de ordem: “recusar o pagamento do arrendamento”. Os proprietários não ousam exigir o pagamento do aluguel. Se eles quisessem receber este dinheiro, que lhes devem neste momento, deveriam dispor de cem mil policiais e provocariam uma revolta (...) Se nos transportarmos à outra extremidade do continente, à Espanha, encontraremos uma situação análoga. De um lado, como na Andaluzia e na província de Valência, onde a propriedade fundiária concentrou-se em poucas mãos, legiões de camponeses famintos, ligados entre si, fazem guerrilha sem trégua nem mercê aos senhores. Favorecidos por uma noite escura, os rebanhos do proprietário são exterminados, as plantações de árvores queimadas em centenas de hectares ao mesmo tempo; as granjas queimam

³ Ver a “apresentação” de Martin Zemliak em KROPOTKIN (2005).

e aqueles que denunciam às autoridades os autores destes atos, assim como o alcaide, que ousa processá-los, caem sob as facas da liga (KROPOTKIN, 2005, p. 118-119).

Kropotkin mostra que a questão da terra extrapola o âmbito do trabalho. Aliás, o autor demonstra a existência de um movimento de luta pelo acesso à terra na Inglaterra. Mostra também a existência de uma liga de trabalhadores rurais assalariados que lutava por melhores salários, transformando-se em uma liga que passou a lutar pelo acesso à terra:

O que há de surpreendente em que o grito de “Nacionalização do solo!” torne-se, hoje, o grito de agrupamento de todos os descontentes? A grande Liga da Terra e do Trabalho pedia, desde 1869, que todas as terras dos grandes senhores fossem confiscadas por toda a nação, e esta idéia ganha terreno a cada dia. A Liga dos Trabalhadores dos Campos, fortalecida com 150 mil membros, que há dez anos só tinha um único objetivo, o de aumentar, pela greve, os salários, pede, agora, ela também, o desapossamento dos senhores (KROPOTKIN, 2005, p. 124).

Élisée Reclus, grande amigo e interlocutor de Kropotkin, ao analisar a propriedade da terra na Europa, apontou a grande propriedade como um empecilho e como um problema social a ser superado:

Seja por efeito da herança feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude de conquista, como na Irlanda, seja por grandes aquisições, como na Austrália, a divisão da terra em latifúndio tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no terreno produtivo. Cita-se principalmente o exemplo clássico do norte da Escócia, onde o território está, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados, muitos dos quais não conseguiriam atravessar sua propriedade a galope em um dia; em contrapartida, a maior parte sequer se preocupou em explorá-la, bastando-lhes receber a renda.

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultivo, se trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos onde são aplicadas as mais recentes técnicas, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou de animais ou ainda praticaram processos de produção desconhecidos até então, é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra

para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra (RECLUS, 1985, p. 84-85).

Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma de suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se quisesse, na economia geral da França, medir com minúcia, de um lado, todos os excedentes de lucro devidos à gerência de um só em vastas propriedades, e, de outro, todos os desperdícios causados às comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, pelos territórios de caça, pelos mata-gais que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse bem para o lado do prejuízo e a grande propriedade continuasse para os povos modernos o que ela foi para os antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonegados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985, p. 90-1)

Nota-se que o autor abordou a maneira como era feita a apropriação da terra e propôs que esta devesse ter um caráter social. Ele abordou também os efeitos nefastos da grande propriedade sobre o meio ambiente e, ainda mais, mostrou que as pequenas propriedades eram mais produtivas do que as maiores. Enfim, pôs em discussão a terra como reserva de valor e como mercadoria. A questão agrária é, tal como apontavam os geógrafos anarquistas, uma questão latente. Kropotkin mostra, até mesmo, a existência de movimentos messiânicos na Europa:

(...) O que haverá de surpreendente se nestas províncias a revolta se instalar surpreendentemente! Ora é um fanático pregando o comunismo religioso, que arrasta atrás de si milhares de camponeses, e estes sectários só são dispersados sob as balas dos soldados; ora é um vilarejo

que vem em massa apoderar-se das terras incultas de algum senhor e as lavram por sua conta... (KROPOTKIN, 2005, p. 120)

Kropotkin e Reclus puderam, no âmbito da geografia, captar a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. A abordagem dialética de ambos permitiu que percebessem a contradição e o conflito como marcas da sociedade. A partir deste entendimento é que enxergaram a latência dos conflitos e a contraditoriedade do capitalismo, em um período em que a Geografia era fundamentalmente colonialista, marcada pelo expansionismo europeu e justificadora desta expansão por meio do “discurso científico geográfico”.⁴ Exatamente por isto foram perseguidos, exilados e praticamente alijados da história do pensamento geográfico.

A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA

A interpretação dialética, entretanto, ficou apartada da geografia e, sem dúvida, também da geografia agrária, durante décadas. A insurgência (ou o incômodo) do pensamento dos geógrafos anarquistas fica ainda mais evidente quando se considera a época em que viveram: Reclus foi, por exemplo, contemporâneo de Vidal de la Blache que nasceu apenas 13 anos antes que o geógrafo anarquista. A geografia agrária brasileira, neste sentido, também reflete tal processo. Sua raiz encontra-se fundamentalmente na escola historicista alemã, sobretudo naquilo que resultou das oposições positivistas e historicistas no seio da geografia, tendo o conceito de região, a partir de Hettner, tomado lugar central. Quando Leo Waibel, discípulo de Hettner, introduz a geografia agrária no Brasil (em 1946, a convite do Conselho Nacional de Geografia) o faz trazendo a idéia de que o papel do geógrafo é de descrever as diferenças espaciais da agricultura como um fenômeno da superfície terrestre. As relações sociais estavam longe de ser o eixo central nas análises realizadas e a neutralidade da ciência era posta como um ponto indiscutível.

É, portanto, na escola historicista que surge o pensamento da geografia agrária clássica. Evidentemente, não há um “purismo historicista”: há traços

⁴ Ver: PORTO – GONÇALVES (1978) e SANTOS (1990).

de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela busca da “neutralidade científica”. Obviamente não encontraremos no trabalho de Waibel a referida neutralidade, pelo contrário:

Numa de suas constatações, publicada no texto “O homem no espaço sul-africano”, Waibel afirmou que: “o espaço sul-africano é hoje um espaço do homem branco; só ele é proprietário de terras e é produtivo através do seu trabalho. O autóctone perdeu a sua autonomia econômica e trabalha como empregado a serviço do homem branco”. E concluiu dizendo que: “o futuro de toda a população branca na África do Sul é colocada em jogo quando a questão racial não é corretamente abordada. O espaço é terra do homem branco, aqui ele pode viver e trabalhar e ele deve, em favor de seu próprio interesse, excluir a população negra do direito à terra e ao trabalho” (ETGES, 1997, p. 29-30).

Não só seu trabalho não se aproximava de uma neutralidade, como, ao invés disto, era carregado de preconceitos e justificador do colonialismo alemão.

Em sua definição de geografia agrária, Waibel (1958, p. 4) afirma que “para a geografia (...) a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes”. Nota-se que o papel da geografia restringe-se à descrição da agricultura e à sua diferenciação espacial.

Reclus, 50 anos antes, quando publicou “O Homem e a Terra” afirmou que “o problema da agricultura deve ser estudado não à parte, mas em suas relações com o conjunto da questão social” (RECLUS, 1985, p. 95).

Infelizmente a geografia não prosseguiu no caminho apontado por Reclus, mas continuou se alterando para permanecer a mesma em sua missão reprodutora dos valores e conhecimentos da/para expansão capitalista. Evidentemente que o trabalho de Waibel teve contribuições importantes para a geografia brasileira. A primeira delas, acredito, é a importância dada ao trabalho de campo:

Sua primeira atribuição [da geografia agrária fisionômica] consiste em descrever de maneira mais completa e pormenorizada possível o aspecto de uma paisagem. Para isto torna-se indispensável a observação no terreno, o que considero especial vantagem deste modo de encarar o fenômeno, porque ele finalmente também introduz na geografia econômica o método da observação (...) (WAIBEL, 1958, p.7).

A segunda refere-se à reflexão a respeito do tamanho e uso das propriedades rurais. De acordo com Etges (1997, p. 216-217),

temas como o uso da terra, estrutura de posse e tamanho dos lotes têm estado na ordem do dia, principalmente a partir dos anos 80, quando a temática referente à Reforma Agrária voltou a tomar vulto.

Neste contexto, o Estatuto da Terra de 1964 continua sendo a referência principal, uma vez que lá foi apresentada a classificação das propriedades rurais, usando como critério o tamanho da propriedade e o uso da terra [apoiado nos estudos realizados por Waibel].

Segundo Oliveira (1978, p. 399-400): “dizíamos da importância da obra de Waibel e repetimos tal afirmativa, porque a coerência e a consistência lógica são os pontos altos do seu trabalho”. Possivelmente por isto Waibel pôde formar geógrafos como Orlando Valverde, seu discípulo.

Pierre Monbeig, que veio compor os quadros da Universidade de São Paulo na década de 1930, substituindo Deffontaines e permanecendo por 12 anos na direção da AGB, também teve uma importância grande na formação dos primeiros geógrafos que trabalharam com a temática agrária, entre os quais podemos destacar Nice Lecoq Müller e Pasquale Petrone.

Monbeig, que escreveu “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”, era representante do historicismo clássico. Monbeig, como Waibel, tinha um olhar centrado no desenvolvimento, no moderno, o que de outra forma significou que não lograva fazer uma análise centrada nas questões reais que estavam por trás da sociedade em que vivia. Assim, viu o índio brasileiro com um olhar repleto de preconceitos. Segundo Bray (1983, p. 84):

(...) o pensamento da “escola francesa” no Brasil, que teve em Pierre Monbeig um ilustre e competente representante, incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina, e a abordagem sistêmica-organicista como prática; predominando a teoria do equilíbrio entre o homem-natureza e dos homens entre si através da geografia da solidariedade.

A idéia de equilíbrio entre homem e natureza em Monbeig escamoteava os conflitos sociais que estavam colocados, “homem-meio” – o homem genérico que perdurou no discurso geográfico –, como sempre nega a ação que é fundamentalmente social em qualquer apropriação que é feita do espaço.

Esta postura de entendimento começou a se transformar com a produção geográfica que surgiu nos trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Cor-

reia de Andrade. Valverde, em sua obra “Estudos de Geografia Agrária Brasileira”, afirmou que havia quem duvidasse da existência de um problema agrário brasileiro por conta da sua posição na produção agropecuária mundial ou por conta da dimensão de sua área. Entretanto, argumentou que não eram estes os elementos que indicavam se havia um problema agrário ou não, mas sim “a resposta a esta pergunta: Qual é a situação do homem rural no contexto socioeconômico do país?” (VALVERDE, 1981, p. 232).

Orlando Valverde avançou, assim, em uma direção completamente oposta àquela de seu mestre, na medida em que passou a colocar no centro de sua preocupação o contexto “socioeconômico”. Portanto, discutir a questão agrária no âmbito da geografia proposta por Valverde passava necessariamente por compreender a maneira como a terra estava sendo apropriada e o que isto significava do ponto de vista social.

Valverde, grande admirador de seu mestre Leo Waibel, deixou a “neutralidade” que era central na escola historicista e passou a uma abordagem marxista-historicista, em função de seu posicionamento político. Rompeu, de certa forma, com o próprio dualismo que vivia: o da ciência separada da compreensão e da postura frente à realidade social (OLIVEIRA, 1978).

Manuel Correia de Andrade caminhou em uma direção similar quando escreveu “A Terra e o Homem no Nordeste”, estudando a questão agrária e procurando enxergar o modo de produção predominante no campo, as relações sociais e a luta pela terra (FERNANDES, 1998).

Entre os textos presentes em “Estudos de Geografia Agrária Brasileira”, de Orlando Valverde, está um capítulo que havia sido escrito em 1961 chamado “Regionalização da Reforma Agrária”, no qual seu autor afirmou que, para a reforma agrária ser democrática, dois grupos deveriam ser ouvidos: os técnicos e os camponeses da região. Afirmou também que não se devia fazer reforma agrária em terras longínquas, pois “assim o desejam os opositores da reforma agrária”, e que o único objetivo fundamental da reforma agrária: “é o soerguimento econômico e social das populações rurais” – adotando uma postura deliberadamente política, já em total consonância com sua abordagem científica.

O legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando se considera o salto teórico-metodológico dado com relação à geração anterior. Eles formaram a raiz do pensamento crítico posterior. Foi através da influência do pensamento marxista que a dialética passou a estar presente na geo-

grafia agrária brasileira e passou, portanto, a adquirir o caráter despontado por Valverde e por Manuel Correia de Andrade.

O Marxismo, desta forma, teve grande importância na compreensão da realidade e passou a haver, portanto, uma luta contra o discurso da “neutralidade científica” presente nas demais correntes do pensamento geográfico. Segundo Oliveira (1999, p. 69):

(...) a dialética como corrente de pensamento da Geografia Agrária está na base de um conjunto de trabalhos de Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Manuel Seabra, entre outros. Essa influência tem sido marcada por princípios que sustentam esta escola de pensamento. Pode-se destacar entre os mesmos o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo começa a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico e mesmo no historicismo.

A DIALÉTICA E O PENSAMENTO DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Ariovaldo Umbelino de Oliveira tornou-se o principal representante da corrente marxista no âmbito da geografia agrária. Foi ele quem, deliberadamente, introduziu na geografia agrária – por meio de sua concepção dialética de ciência – o comprometimento do trabalho científico com a transformação da realidade. De acordo com Fernandes (1998, p. 106):

(...) um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos de Geografia Agrária é a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen”. Este trabalho ‘introduz os conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil’.

Neste âmbito é que os temas como conflitos por terra, violência e movimentos sociais no campo passaram a ser abordados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de forma aberta e deliberada.

Entretanto, a interpretação do campesinato, da violência e dos conflitos no campo não tem sido a marca dos estudos em geografia agrária. Como demonstra o próprio professor Ariovaldo, no interior do marxismo, a interpretação do campo, do desenvolvimento do capitalismo no campo, não só foi, como tem sido feita por posturas teóricas, por vezes, antagônicas.

Neste sentido, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira indica a existência de três grandes correntes de interpretação do desenvolvimento capitalista no campo, mostrando que inúmeros autores, no próprio marxismo, “não escaparam à influência tanto do positivismo como do historicismo”. Em uma destas correntes estão os autores que defendem que no Brasil houve feudalismo, ou relações semi-feudais de produção:

Por isso eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel etc. O livro *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, de Orlando Valverde, apresenta esta interpretação(...) (OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Em uma segunda corrente, estão os autores que acreditam que o capitalismo irá se desenvolver até o ponto em que o campesinato irá se “diferenciar” internamente, o que significa que, por fim, haverá sua própria desapareição, tendo os elementos desta classe tornado-se proletários ou capitalistas:

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I.

Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Conceição D’Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay etc. A maior parte dos trabalhos em geografia agrária têm por base essa concepção. São exemplos dessa corrente (...) a maior parte das teses e dissertações defendidas na Geografia da UNESP – Rio Claro-SP e na UFRJ, no Rio de Janeiro. Mas, talvez, pelo seu caráter emblemático, o trabalho de Ruy Moreira, “O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo”, publicado na revista Terra Livre nº 1, seja um dos melhores exemplos dessa corrente na geografia agrária (OLIVEIRA, 1999, p.71).

O professor Ariovaldo, entretanto, se opõe às duas correntes anteriores argumentando que nelas não

há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Para se contrapor aos autores das outras duas correntes marxistas de interpretação do campo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma:

Penso que esses autores “esqueceram” uma frase escrita por Karl Marx em O Capital: “*Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.*” Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra no Brasil. Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Há que se fazer um importante esclarecimento com relação à interpretação, proposta pelo professor Ariovaldo, sobre a existência do cam-

pesinato como classe social no modo capitalista de produção: ela é *reflexo* de seu posicionamento teórico. Ou seja, esta interpretação não é fortuita, ao contrário, ela é diretamente fruto do mergulho dialético no marxismo, que fez/faz o professor Ariovaldo. Em outras palavras, este mergulho na dialética marxista é que o permite conceber a realidade como eminentemente contraditória. Neste sentido, é próprio da “condição contraditória da realidade” a existência de formas não-capitalistas no interior e no processo de produção e reprodução do capital. Assim é que o campesinato é interpretado, ou seja, como fruto deste desenvolvimento do capital, que, ao mesmo tempo em que é contraditório, é também combinado. Em suas palavras:

... ou seja, ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

É neste âmbito que está construída a terceira corrente de interpretação do desenvolvimento do capitalismo no campo: uma corrente assentada no pensamento dialético, em que tem lugar a concepção da unidade dos contrários, ou, dito de outra forma, a concepção de que o desenvolvimento capitalista é ao mesmo tempo “desigual e combinado”:

Dessa forma, para mim, que faço parte de uma outra concepção teórica da compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa de Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos (...) (OLIVEIRA, 1999, p.73).



A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Neste entendimento, apontado e desenvolvido por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, não apenas a realidade é concebida como eminentemente contraditória, como há que se considerar também que é parte fundamental da concepção dialética submeter a teoria à realidade:

Na dialética, a teoria não pode se constituir de modo isolado da prática porque é esta que fornece conteúdo para o pensar. A prática também não pode estar desvinculada de uma teoria, razão pela qual o acervo teórico de nosso trabalho depende da prática social. (CAMPOS, 2001, p. 88)

Neste sentido, o professor Ariovaldo, teve – como “prática teórica” ou “teoria prática”, ou ainda para usar a expressão de seu artigo “*Na prática a teoria é outra para a teoria na prática não pode e não deve ser outra*”⁵ – por hábito, melhor diríamos, por opção teórico-metodológica, sempre submeter a teoria à realidade, como ele próprio explicita:

Como se sabe, a realidade é a única referência para submetermos à discussão nossas concepções teóricas. Desse modo, este debate deve estar submetido ao entendimento que temos a respeito dos processos de desenvolvimento da agricultura capitalista. Caso contrário, podemos continuar, como tem sido regra na história do pensamento geográfico, a “geografizar” um debate que tem dimensões filosóficas, históricas e políticas (OLIVEIRA, 1999, p. 65).

Nesta prática, e neste entendimento, o professor Ariovaldo não só submete sua teoria à realidade, como a concebe também a partir da realidade, em uma busca contínua em que conhecimento e realidade não são concebidos como entidades apartadas, mas, ao contrário, se complementam e se auto-determinam.⁶ Assim, é exatamente neste âmbito – no âmbito do real – que o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira elabora e sustenta sua teoria sobre a agricultura camponesa e, particularmente, sobre o campesinato brasileiro:

⁵ OLIVEIRA (1985b).

⁶ O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira costuma, em suas aulas, lembrar o esquema apontado por Caio Prado Jr (1955), em *Dialética do Conhecimento*, em que o autor mostra a unidade e totalidade do processo de conhecimento da seguinte forma:



... a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra no Brasil. Um bom exemplo para esclarecer esta questão é o aumento do número de posseiros no Brasil. Em 1960, existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por posseiros. Já em 1985, eles passaram para 1.054.542 estabelecimentos. Exatamente neste período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) ocorreu no Brasil um aumento de mais de 196% dos estabelecimentos ocupados por posseiros (OLIVEIRA, 1999, p.72).

É, portanto, através da realidade que o professor Ariovaldo constrói e elabora seu pensamento teórico, contrapondo-se às demais correntes de interpretação do campo, e mostra que o equívoco destas correntes está justamente na negligência daquilo que a realidade está abertamente “gritando”. Ou seja, se a teoria não se confirma na prática é porque a teoria está equivocada e não, evidentemente, o contrário:

Se as teses de extinção do campesinato, de fato, tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. *Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses.* Logo, são as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, seguidas por esses autores, que possivelmente não têm capacidade explicativa. Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma concepção teórica que deriva de uma concepção política de transformação da sociedade capitalista. Partem do pressuposto de que a chegada do socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes sociais: o proletariado e a burguesia (...) (OLIVEIRA, 1999, p.72).

É a partir do método dialético de Marx que Ariovaldo Umbelino de Oliveira elabora e desenvolve sua teoria, concebendo a realidade como ponto de partida e de chegada. Citando o próprio Marx, mostra onde está o aspecto central de seu método:

... meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 1985, *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Seu mergulho na realidade e sua coerência com a postura teórico-metodológica escolhida fizeram com que o professor Ariovaldo fosse portador de uma grande ousadia na produção do conhecimento na geografia agrária brasileira. Esta ousadia tem sido a marca de sua produção bibliográfica.

Esta produção bibliográfica tem vários trabalhos que se tornaram emblemáticos na construção da geografia agrária brasileira sob a perspectiva marxista. Um dos primeiros trabalhos – que se tornou referência nesta linha de pensamento – foi sua própria tese de doutorado, que começou a ser desenvolvida com a intenção de verificar como seria a aplicação no campo paulista da teoria de Von Thünen, e acabou por tornar-se exatamente seu avesso, ou seja, transformou-se na “*Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen*”. O professor Ariovaldo, no desenvolvimento dos estudos para a tese, deu o “salto metodológico dialético”, tornando-se cômico de que a teoria não se “encaixava” à realidade e, a partir daí, fez a crítica da própria teoria estudada.

Neste sentido, e caminhando no desvendamento do campo brasileiro a partir de uma perspectiva dialética, foi fundamental o artigo publicado no Boletim Paulista de Geografia, sob o título “Agricultura e Indústria no Brasil”⁷, em que Ariovaldo Umbelino de Oliveira passou a desvendar as relações não-capitalistas presentes no campo paulista, responsáveis pela produção do capital no campo. A partir daí, diversas foram as obras⁸ de desvendamento do campo nesta mesma perspectiva, em que se completava o ciclo de sua postura dialética, no sentido de que sua trajetória foi marcada não só pela interpretação da realidade como também por seu compromisso com a transformação social da realidade.

⁷ OLIVEIRA, 1981.

⁸ Entre estas, ver: OLIVEIRA (1984; 1985; 1986a; 1986b; 1990; 1991a; 1991b; 1995a; 1995b; 1996; 2001b; 2002; 2003b; 2004).

TEORIA E PRÁTICA NA OBRA DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Trilhando este caminho, o professor Ariovaldo tornou-se uma referência para os estudos dos movimentos sociais no campo – não só na geografia, como nas outras ciências humanas –, produzindo uma interpretação para a reprodução do campesinato e dos movimentos camponeses. Esta explicação da reprodução camponesa – que, muitas vezes, significa o enfrentamento de embates violentos que o camponês trava com o risco da própria vida – está traduzida em diversas obras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e é enxergada como fruto da contradição desta sociedade:

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a que a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica de expropriação (OLIVEIRA, 2001b, p. 14).

A interpretação teórica dos movimentos sociais, no âmbito da geografia, tornou-se, portanto, uma das grandes marcas do pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Assim é que, deliberadamente, denunciou (como tem denunciado) o significado do latifúndio brasileiro, desvendando o que há por trás do enorme e violento processo de grilagem de terras no país, como, por exemplo, tem ocorrido no Pontal do Paranapanema em São Paulo:

Com uma área de 900 mil ha, esta região, segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP – possui um total de 444 mil ha de terras devolutas (públicas portanto) derivadas do “grilo mãe” da fazenda Pirapozinho/Santo Anastácio (mais de 560 mil ha) datado do ano de 1886. Somente em 1958, depois da apuração da falsidade dos títulos, o governo do Estado ganhou a ação de devolução das terras.

Passados 37 anos, vários decretos de desapropriações foram assinados pelos governos estaduais atingindo uma área de 46.169 ha, que redundaram em treze assentamentos com 3350 famílias (...).

Os fazendeiros-grileiros que se dizem “proprietários” das terras griladas do Pontal, evidentemente ingressaram na justiça para contestar as

ações do Estado e mais do que isto, quanto irremediavelmente perdiam, moviam ações para pedirem indenizações pelas benfeitorias. Na verdade, tudo parece uma grande farsa, pois se a justiça reconhece que essas terras não pertencem a estes fazendeiros, eles se tornaram grileiros, ou seja, utilizaram as terras sem sequer possuir uma autorização de seu proprietário (o Estado), logo, devem deixar estas terras que não lhes pertencem. E mais, é o Estado que deveria mover ações judiciais pedindo o ressarcimento pelo uso indevido de seu patrimônio, ou seja, estes fazendeiros-grileiros deveriam pagar, no mínimo, renda pelo uso da terra, que legalmente pertence ao Estado. Mas não é o que acontece no Pontal (OLIVEIRA, 2001b, p. 115-116).

Aí está a ousadia do pensamento do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que tem construído uma geografia completamente comprometida com a transformação da realidade. Evidentemente, esta ousadia não está apenas na teoria produzida por ele, mas está também em sua ação, já que o professor tornou-se um dos grandes interlocutores dos sujeitos sociais comprometidos com a transformação da realidade, membros dos movimentos sociais camponeses e de entidades da sociedade civil organizada, que a ele recorrem para que os ajude a iluminar os passos da luta que travam cotidianamente. Ao abordar os dados sobre os conflitos no campo, publicados pela Comissão Pastoral da Terra em 2002 – em artigo publicado pela própria CPT –, o professor faz sua análise teórica da realidade, indicando, ao mesmo tempo, a interpretação política coerente com a teórica:

Essa modernidade produziu, contraditoriamente, capitalistas latifundiários e latifundiários capitalistas, os agribusiness que não se cansam de clamar pelo fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, insistem, em pleno século XXI, na recusa de aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra a aqueles que querem produzir e viver no campo (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Neste sentido, ele tem sido assessor, interlocutor e – com a licença da postura dialética que se completa com sua prática – também “companheiro” dos atores sociais envolvidos com a luta pela terra e com a transformação desta sociedade. Retornemos, então – para tecer uma interpretação da teoria/prática do professor Ariovaldo – aos geógrafos libertários. Retornemos ao Kropotkin e à sua utopia:

Veremos que a situação atual torna-se insustentável e não pode durar muito tempo; veremos que não está longe o dia em que a sociedade deverá transformar-se, até em seus alicerces, e dar lugar a uma nova ordem de coisas: uma ordem de coisas em que o regime da propriedade e da cultura, tendo sofrido uma profunda modificação, o cultivador do solo não será mais, como hoje, o pária da sociedade e virá a ocupar seu lugar no banquete da vida e do desenvolvimento intelectual (...)

Uma coisa é certa: a Inglaterra caminha para a abolição da propriedade privada do solo, e a oposição encontrada por esta idéia, por parte dos detentores da terra, impedirá que esta transformação se opere de maneira pacífica: para fazer prevalecer sua vontade, o povo inglês deverá recorrer à força. (KROPOTKIN, 2005, p. 122 e 125).

Tal como os geógrafos anarquistas, que fizeram uma geografia/utopia comprometida com a transformação da sociedade em que viveram, assim é a geografia do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira que afirma, a respeito da produção do conhecimento no mundo atual:

a força do capital na atualidade encontra-se no monopólio do conhecimento e da informação. Há muito tempo, os investimentos de capitais no desenvolvimento de pesquisas constituem a base da possibilidade de avanço tecnológico das empresas. A constituição de associações entre empresas tem visado à redução da relação custo-benefício para esses empreendimentos. Os pesquisadores ou administradores, a cada dia que passa, transformam-se em verdadeiros parceiros dos negócios. Transformaram-se, portanto, em capitalistas associados.

Discutir essas contradições é um dos objetivos desta apresentação, que procurará, além da necessária reflexão a respeito dessa práxis, dar conta da utopia para pensá-la como instrumento que permita a construção da liberdade, da autonomia e do compromisso social no interior da prática universitária (OLIVEIRA, 1999, p. 64).

A dialética pensada/praticada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira está expressa na construção do conhecimento que elabora, no modo como o elabora, no modo como ensina o que elaborou e, finalmente, no modo como interage com aqueles que bebem de seu conhecimento para transformarem a realidade em que vivem. Assim, na prática e na elaboração desta geografia também libertária é que Ariovaldo Umbelino de Oliveira tem colocado – para concluir com suas próprias palavras – “*o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social*”.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. PREFÁCIO. In: _____ (Org.); Fernandes, F. (Coord.) **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. (Geografia).
- BOMBARDI, L. M. “Geografia agrária e responsabilidade social da ciência”. In: **Terra Livre**. nº 21, São Paulo, 2004. p. 41-53.
- BRAY, S. C. “O Pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40”. In: **Revista de Geografia da Unesp**, Volume 2, São Paulo, 1983, p. 83-90.
- CAMPOS, R. R. de. “Tese, antítese, síntese, tese,...” In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 77, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 2001, p. 79-98.
- CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.
- ETGES, V. E. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel**. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, B. M. “Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.
- KROPOTKIN, P. “Teoria e Método”. In: **Seleção de Textos**, AGB, nº13, São Paulo, 1986.
- _____. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Ícone/Imaginário, 2005.
- LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen**. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1978.
- _____. “Agricultura e Indústria no Brasil”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.58, AGB, São Paulo, 1981.
- _____. “Renda da terra”. In: **Orientação**, n.5, p.94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.
- _____. “Renda da terra diferencial I e II”. In: **Orientação**, n.6, p.93-104. IGEOG/USP, São Paulo, 1985.
- _____. “Na prática a teoria é outra para a teoria na prática não pode e não deve ser outra”. In: **Seleção de Textos**, V. 11, p. 1-5, AGB, São Paulo, 1985b.

- _____. “Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra”. In: *Orientação*, n.7, p.77-85. IGEOG/USP, São Paulo, 1986a.
- _____. “A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista”. In: **Terra Livre**, nº 1, ano 1, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1986b.
- _____. “O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº66, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988a.
- _____. “Espaço e Tempo, compreensão materialista dialética”. In: Milton Santos (Org.), **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1988b. p.66-110.
- _____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios).
- _____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991a.
- _____. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas na Amazônia**. São Paulo: Papirus, 1991b.
- _____. “Ensino de Geografia: horizontes no final do século”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº72, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1994, p. 3-27.
- _____. “A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX”. In: ROSS, J.L.S. (Org.), **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995a.
- _____. “Agricultura Brasileira: Transformações Recentes”. In: ROSS, J.L.S. (Org.), **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995b.
- _____. **Geografia Econômica**. Texto para circulação interna entre os alunos da disciplina Geografia Econômica II. São Paulo, 1996a. (Mimeogr.).
- _____. “Prefácio”. In: FERNANDES, B.M. **MST Formação e Territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996b. p.9.
- _____. “O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas, 1996c.
- _____. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo, 1997. Tese (Livre-Docência) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____. “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In: CARLOS, A. F. A. (Org.), **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, 1999.

- _____. “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária”. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, nº43, 2001a.
- _____. **A Geografia das Lutas no Campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os “sem-terra” e o neoliberalismo**. São Paulo, Contexto, 2001b.
- _____. “O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie”. In: **Conflitos no Campo Brasil 2001**. Comissão Pastoral da Terra/ Edições Loyola, Goiânia, 2002.
- _____. “Mitos e verdades sobre o campo”. In: **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, ano 1, nº 23, 7 a 13 de agosto. 2003a.
- _____. “Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. In: **Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v.2, nº 21. p.113-156. Jul-Dez. 2003b.
- _____. “São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro”. In: OLIVEIRA, A.U. de; CARLOS, A. F. (Orgs). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004.
- PRADO JR., C. “Dialética do Conhecimento”. In: **Tomo I – Preliminares da História da Dialética**, 2ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1955.
- PORTO – GONÇALVES, C. V. “A geografia está em crise. Viva a geografia!”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº55, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1978, p. 5-29.
- RECLUS, É. Élisée Reclus. In: ANDRADE, M. C. de (Org.); Fernandes, F. (Coord.) **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. (Geografia)
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec. 1990.
- VALVERDE, O. “Metodologia da Geografia Agrária”. In: **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro : INEP/MEC .1964. p. 11-37.
- _____. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.



GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA

ELIANE TOMIASI PAULINO
Departamento de Geociências
Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

Inicialmente, quero agradecer ao convite que me foi feito para participar de um evento dessa magnitude, o qual propõe o aprofundamento dos conhecimentos em Geografia Agrária a partir de um diálogo privilegiado com o mundo, tarefa necessária mas que demanda trabalho e esforços incensuráveis dos organizadores. Quero também reafirmar a pertinência da Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que é uma demonstração de maturidade da academia, porque traz para o centro do debate o pensamento desse importante teórico da Geografia.

Creio que os idealizadores do evento não o fizeram pensando simplesmente em homenageá-lo, pois todos que tivemos o privilégio de conhecê-lo mais de perto sabemos o quão pouco isso significaria para ele. Acredito, sim, que o objetivo da Jornada é dar oportunidade a todos os presentes de um crescimento intelectual que nasce do encontro com suas idéias, regado por sua presença viva, invariavelmente desafiadora e iluminadora. Aliás, são suas próprias idéias que nos convidam a um aprofundamento dos estudos de Geografia Agrária, particularmente a da América Latina, aqui representada por inúmeros palestrantes e congressistas. Não custa reafirmar a relevância desse encontro de pesquisas, olhares e contextos, já que a tradição colonialista nos legou um conhecimento, senão enviesado, ao menos repleto de lacunas no que tange à questão agrária latino-americana.

Isso porque os referenciais consistentes, conforme reza a tradição acadêmico-científica, são aqueles do além-mar, e que nos levam, mesmo inadvertidamente, a contatos escassos com esse sub-continente, em que as misérias comuns exigem esforços teóricos e práticos também comuns, se buscamos sua superação. E considerando a herança que nos legaram os colonizadores, que nos lança o desafio de reagir ao pacto da divisão internacional do trabalho, também expresso na produção do conhecimento e suas fronteiras hie-

rarquizadas, há que se ressaltar também a importância de termos entre nós pesquisadores dos outros continentes, com destaque para os africanos.

GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA

É certo que, com esse encontro, aplacaremos um pouco da sede de conhecimento que temos, pois pouco se fala sobre a África, em particular sobre a questão agrária, a não ser quando levantes contra a exclusão da terra, imposta pela minoria branca de origem européia, ameaçam o *status quo* que se alimenta do princípio do direito inviolável à propriedade. E quando o silêncio é quebrado em virtude desses conflitos, evidentemente é o olhar dos arautos do sagrado direito de propriedade que percorre o mundo, mais uma evidência de que a questão agrária não apenas é uma expressão das contradições decorrentes da apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidos, como também a terra é o sustentáculo de toda riqueza, razão pela qual a racionalidade capitalista, supostamente indiferente ao que se passa no campo, sucumbe ante a iminência de sublevação dos princípios impostos como legítimos.

Assim, considerando que a questão agrária é uma questão do capitalismo, e que esse tem abrangência global, é imperativo um esforço de desvendá-la nessa mesma escala, mas isso não é possível sem a compreensão das particularidades de cada fração do território, daí a pertinência de construir diálogos com todos que aqui estão. E, por falar em frações do território, que pressupõem um olhar para suas singularidades e generalidades, já começamos a percorrer um referencial que passa obrigatoriamente pelas reflexões de Ariovaldo, que há muito tem advertido que é a dinâmica das forças produtivas prevalentes que determina a configuração do território, vejamos:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Ao conceber o território como produto da luta de classes, esse teórico nos ensina que não se pode tomar o território nem como expressão homogênea nem como cristalização, em determinado momento histórico, de um suposto saldo final das lutas travadas; antes nos ensina a buscar as contradições derivadas dos conflitos de classe para compreendermos o território em sua dinâmica. É por essa razão que analisa o arranjo territorial capitalista como hegemônico, que se organiza com vistas à acumulação ampliada, ressaltando que as lutas concretas travadas pela existência levam classes opostas a controlar frações desse território capitalista, organizado pelo e para o capital, dando-lhes uma configuração dinâmica, coerente com a lógica de reprodução que as move. É esse o sentido do conceito de frações do território, acionado por Ariovaldo para desvendar o processo de recriação do campesinato no interior do modo capitalista de produção.

Ademais, atentos ao tema desse evento, que é o desenvolvimento do campo, das florestas e das águas, vamos encontrar um instrumental teórico-metodológico privilegiado na obra desse geógrafo para entender os desdobramentos socioambientais da apropriação privada da terra, pois assistimos a um número cada vez menor de proprietários se apoderando desse bem inalienável à toda forma de existência, que é a terra, substrato material essencial à toda forma de vida.

Contrariando teses apologéticas sobre o significado da propriedade da terra em tempos de alteração dos padrões de acumulação, e que, bem sabemos, não são neutras quando postulam a perda do sentido da Reforma Agrária, temos visto as incansáveis batalhas travadas pelo geógrafo em questão para que não percamos o foco da problemática a partir de reducionismos dessa natureza.

Com ele, aprendemos que a apropriação da terra, nos termos até então vigentes no país, é que dá o tom da violência no campo, com suas mortes anunciadas, seguindo o rastro da especulação e da exploração predatória, sob o manto “modernizante” do agronegócio. Ao propor o debate nesses termos, lança bases sólidas para a análise acerca dos limites da democracia e da redução das desigualdades no Brasil, onde o latifúndio traça impiedosamente o mapa da exclusão, ou como diria José de Souza Martins, da inclusão precária. E, nesse sentido, o tema dessa mesa não poderia ser mais feliz: refletir sobre a geografia agrária, a questão agrária e a questão indígena pressupõe, necessariamente, recorrer a um aporte teórico-metodológico que tem no Ariovaldo um dos pilares fundamentais.

É necessário lembrar que, no Brasil, a Geografia Agrária surge como o que poderíamos chamar de dissidência, cujo marco está na cisão entre estudos agrícolas e estudos agrários, e que se refletem em fundamentos teórico-metodológicos distintos, os quais podem ser identificados, inclusive, pelo título das obras.

Enquanto Orlando Valverde publica “A Geografia Agrária do Brasil”, outros autores privilegiam o agrícola em detrimento do agrário. Claro está, e o próprio Valverde já havia apontado isso 20 anos antes, que a geografia agrícola se detém na análise da distribuição dos cultivos, dos indicadores da produção, dos limitantes naturais para expansão de lavouras, enfim, tudo o que não problematize a essência das relações sociais que lhe são inerentes. Trata-se, nesse caso, de um esforço que convém à ciência do planejamento, que também não é um planejamento qualquer, mas aquele voltado para a potencialização da produção de escala, numa clara perspectiva de afinação dos instrumentos que possibilitem a acumulação ampliada.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o próprio Valverde, referência de um fazer geográfico comprometido com as mudanças sociais, assinala a maior abrangência da questão agrária em relação à agrícola, mostrando, já na década de 1960, que a agricultura transcende os aspectos quantificáveis e mensuráveis a que se propõem os estudos quantitativos, dada a sua inserção em uma teia de relações subordinadas à lógica do modo de produção hegemônico.

Pois bem, é no interior desse divisor entre os estudos agrícolas e os estudos agrários que a obra de Ariovaldo se inscreve. Ao demonstrar que os exaustivos levantamentos quantitativos da “Nova Geografia” representavam muito mais do que um esforço de conferir *status* científico a esse ramo do conhecimento, pois derivavam do referencial teórico-metodológico orientado para o pragmatismo na ciência, seu trabalho contrapôs-se à Geografia como instrumento do planejamento.

No entanto, sua mensagem não foi e não é a de que não se deve planejar, mas sim de que há que se questionar a quem serve o planejamento, já que muito do que se fez sob esse paradigma serviu a um Estado comprometido com a gestão territorial sob o signo da concentração da terra, da riqueza e do capital. Assim, ao mesmo tempo que soma força aos que lançaram por terra o estatuto da ciência neutra na Geografia, brindou-nos com um esforço de compreensão capaz de preencher lacunas legadas de teóricos clássicos

como Kautsky (1980) e Lenin (1982), que compreenderam o desenvolvimento do capitalismo a partir de um caráter supostamente dual, porque baseado na contradição entre capital e trabalho, logo em apenas duas classes sociais.

Há que se ponderar que essa simplificação das classes é derivada da teoria da diferenciação social de Lenin, a qual aponta para um horizonte em que aos camponeses haveria dois destinos possíveis: a proletarização ou o aburguesamento. Por sua vez, Kautsky sinaliza para o mesmo desfecho, não sem sentenciar o desaparecimento do campesinato em face de sua suposta incapacidade de assimilar as mudanças técnicas que o capitalismo introduz na agricultura.

É Ariovaldo quem traz para o interior da Geografia brasileira a necessária discordância acerca desse modelo teórico-conceitual, buscando, no próprio Marx, os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo capitalista de produção, o que significa incluir também a terra entre as estruturas fundamentais do capitalismo. Isso porque a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da mais-valia, ou trabalho não pago, é apenas uma das faces do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da agricultura camponesa, ou o que ele chama de relações de produção não tipicamente capitalistas. Nessa forma de produzir, não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas.

Como sabemos, a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, constituindo-se em classe *sui-generis*. Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por meio da venda da sua produção, e não do seu trabalho, como o fazem os assalariados. Em outras palavras, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que têm para vender unicamente a mercadoria força de trabalho. Por outro lado, é necessário lembrar que a relação de assalariamento se justifica unicamente pela existência de meios de produção que não podem prescindir de força de trabalho para acioná-los. Assim, para que haja extração de mais-valia, ou reprodução ampliada do capital, há uma condição prévia: que esse capital já tenha sido produzido. Essa é uma das grandes contribuições que Ariovaldo traz para a geografia, quando adverte para a necessária distinção a ser feita entre a produção do capital e a reprodução capitalista do capital.

Portanto, lembra que a produção do capital nunca é produto das relações capitalistas de produção, ou seja, aquelas baseadas na exploração do trabalho pelo capital. Quando o dinheiro entra nesse tipo de relação, o que ocorre é a reprodução capitalista do capital. Mesmo o crescimento desse capital não é produção, mas reprodução ampliada. É por isso que ele lembra que a acumulação primitiva é parte integrante e contínua da contraditória reprodução do capital, sendo equivocada a compreensão de que a acumulação primitiva ocorreu apenas no início do capitalismo, até porque a ampliação da classe burguesa não se faz apenas por hereditariedade dos capitalistas, senão vejamos:

(...) o desenvolvimento do modo capitalista de produção supõe, na sua essência, a necessidade de criar, de fazer nascer os capitalistas, a sua base social. (...) a ampliação da classe burguesa não se faz apenas pela hereditariedade dos capitalistas, mas, sobretudo no processo de produção do capital (OLIVEIRA, 1986, p. 26).

Ao advertir que os capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos, porém interdependentes, que são a reprodução do capital, via trabalho assalariado, e a produção do capital, via sujeição da renda camponesa da terra, Ariovaldo inaugura as bases de uma Geografia Agrária que expõe a fragilidade teórico-metodológica da sentença de desaparecimento do campesinato.

É para explicar esse processo que esse teórico cunha dois conceitos fundamentais na Geografia: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital, o que, em outras palavras, reinsere na agenda da Geografia uma de suas categorias fundamentais, que é o território. Ele nos ensina que a territorialização do capital é o processo pelo qual o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza a sua produção. É ao que temos assistido hoje no chamado agronegócio, objeto inclusive de uma publicação sua na Revista Terra Livre nº 21, cujo título é “Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. Nesse artigo, o autor desvenda o mito que cerca esse setor de atividade, mostrando que, enquanto em 1980 o agronegócio participou com 46,8% das exportações, em 2003, essa participação caiu para 42,1% do total exportado pelo país. Mostra ainda que as fronteiras do agronegócio avançam sistematicamente sobre os biomas que poderiam ser

conservados, tendo em vista a enorme quantidade de terras improdutivas nas áreas já devastadas no centro-sul.

Como bem lembra Ariovaldo, o agronegócio é a versão nova do latifúndio de sempre, aquele que historicamente semeia a degradação ambiental e a exclusão social, seja pela expulsão dos camponeses das terras ocupadas no processo denominado frente de expansão, seja pela obstrução à comercialização da única mercadoria que os trabalhadores proletarizados têm para vender: a força de trabalho, já que apenas 2,5% dos empregos no campo são gerados nos grandes estabelecimentos.

Em relação ao processo que Ariovaldo denominou monopolização do território pelo capital, o que está em jogo é exatamente a sujeição da renda da terra. Ou seja, o capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado. Isso acontece tanto nos casos em que a produção camponesa se constitui em matérias-primas para a indústria quanto quando o destino da produção camponesa é o consumidor final, em que ocorre a intermediação do capital comercial.

Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor-trabalho nela contido. O próprio Ariovaldo vem denunciando que é comum os camponeses entregarem quase de graça a sua produção para a sociedade.

Por essa razão, ao se falar em produção do capital, é necessário ter clareza que a mesma pressupõe a sujeição da renda da terra gerada pelo trabalho camponês. Não se trata, portanto, de sujeição do trabalho ao capital, mas de uma relação em que a troca envolve a produção já concretizada. É por essa razão que convém diferenciar essa relação da noção de sujeição formal do trabalho ao capital, conforme demonstrado a seguir.

(...) a noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores. (...) Essa sujeição não representaria nenhuma mudança no processo de trabalho. Ele continuaria sendo realizado exatamente como era na produção artesanal doméstica. Só que agora o artesão, transformado em trabalhador assalariado, já não trabalha para si mesmo, mas para o capitalista (...). O passo seguinte é o capital se assenhorear não só do resultado do tra-

balho, mas também do modo de trabalhar (...) na sujeição real do trabalho ao capital, o conhecimento se restringe a um pequeno aspecto da produção (...). Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital (...) estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995, p. 173-175).

É a partir dessa premissa que Ariovaldo traz para o interior da Geografia a discussão sobre a produção do capital, contrapondo-a à reprodução capitalista do capital. Ao fazê-lo, reconstrói meandros para explicitar que a produção do capital está vinculada à sujeição da renda da terra, e que a metamorfose da renda da terra em taxa de lucro para a indústria deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas.

Assim explicita a diferença entre produção do capital e reprodução capitalista do capital, uma vez que a segunda ocorre apenas nos processos produtivos em que a mais-valia é extraída diretamente dos trabalhadores submetidos ao regime do assalariamento.

Dessa maneira, além de os capitalistas rebaixarem ao máximo o salário dos trabalhadores, a outra possibilidade de aumentarem a taxa de lucro está na capacidade de os mesmos depreciarem os preços das matérias-primas.

No entanto, adverte que, caso essa relação entre agricultura e indústria seja travada entre dois capitalistas, haverá uma disputa ferrenha entre ambos em torno dos preços da produção, pois esse preço é o que definirá o destino da taxa da mais-valia extraída dos trabalhadores.

Portanto, preços baixos indicam que os capitalistas da agricultura estão cedendo uma parte de seu lucro (mais-valia) aos industriais. Preços altos indicam que os proprietários capitalistas estão abocanhando a maior parte da mais-valia gerada na agricultura, restando aos capitalistas industriais se apropriarem da mais-valia gerada na transformação das matérias-primas oriundas da agricultura em produto final.

Vejamos, porém, os possíveis desfechos quando a relação entre agricultura e indústria envolve camponeses e capitalistas:

- Ao cair o preço das matérias-primas, uma parte da renda presente na produção camponesa vai para os industriais que a metamorfoseiam em capital, produzindo e aumentando assim a sua taxa de lucro. Nessas ocasiões, freqüentemente o campesinato empobrece;

- diante do aumento dos preços das matérias-primas, a taxa de lucro dos industriais pode ser mantida através do aumento proporcional do preço do produto final. Nesse caso, o campesinato fica com uma parte da riqueza social da sociedade capitalista e, eventualmente, poderá enriquecer-se;
- os camponeses podem receber pelas matérias-primas o equivalente ao valor do trabalho aí contido, ou seja, eles ficam com toda a renda produzida. Isso lhes permite se reproduzirem, via-de-regra, como camponeses remediados, enquanto os capitalistas mantêm a taxa de lucro oriunda da atividade industrial;
- cai o preço do produto final e, para permanecer no ramo, os capitalistas manterão sua taxa de lucro pagando menos pela produção camponesa. Ao entregar barato o produto de seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-o aos capitalistas, o campesinato doa à sociedade em geral uma parte do seu trabalho, a renda da terra. Nessa situação, a tendência de diminuição dos salários se impõe, porquanto os trabalhadores gastarão menos para suprir suas necessidades básicas.

Considerando que a elevação da taxa de lucro, ou minimamente a sua manutenção, é o fundamento do investimento capitalista na indústria, é evidente que prevalecem as situações em que a maior parte da renda camponesa é apropriada pelos industriais, por meio da maior depreciação possível da produção convertida em matéria-prima para a indústria.

Por outro lado, lembramos que os mecanismos de apropriação da renda da terra não estão restritos às situações destacadas, pois há outras esferas em que a renda camponesa é apropriada, como na intermediação do capital comercial, na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecido pelas indústrias de insumos e máquinas, enfim, são diversas as situações em que se dá essa transferência. Posto isso, é possível percorrer as formas de sujeição da renda camponesa, independentemente das manifestações de incorporação de tecnologia ou vinculação ao mercado. Como se poderá observar, sua integração nesses termos está relacionada ao grau de monopolização do território pelo capital.

Porém, a noção de contradição com a qual Ariovaldo tem nos ensinado a trabalhar mostra que a monopolização do território não se dá de forma hegemônica dentro das diferentes frações camponesas do território, seja na

escala dos bairros rurais ou mesmo no interior das respectivas unidades familiares. É na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui em retê-la.

Temos visto que a diversificação da produção é uma maneira que os camponeses têm de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Desse modo, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades produtivas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada no interior da propriedade. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda gerada internamente se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção.

No entanto, é necessário destacar que a eliminação daqueles que se interpõem entre tais produtores e os consumidores não é tarefa fácil, sendo poucas as famílias que conseguem consolidar estratégias nesse sentido. Quando o fazem, em geral está em jogo apenas um ou outro componente da produção e um volume inferior à capacidade produtiva dos mesmos. Por essa razão, impera a monopolização sobre as parcelas camponesas do território capitalista. Não há dúvida que essa prática se apóia em diferentes formas de drenagem da renda, que incidem ao mesmo tempo no bairro ou até no interior de cada unidade camponesa. Em algumas situações, os fundamentos comuns e as formas de atuação de tais organizações apontam para aquilo que denominamos de intervenção do capital na organização interna dos sítios. Isso é particularmente evidente no processo de integração, seja avícola, sericícola ou citrícola, no qual os camponeses são encarregados de produzir uma determinada matéria-prima para a indústria mediante contratos rigidamente controlados, como o são os procedimentos internos à produção, pois interessa à indústria um determinado padrão de qualidade. É por isso que a pressão pela padronização da produção é severa no setor da integração camponeses-indústrias.

São essas nuances que mostram a razão pela qual a modernização da base técnica da agricultura não provocou o desaparecimento do campesinato, e Ariovaldo corajosamente trouxe essa evidência para dentro dos estudos geográficos, contrariando os recorrentes pressupostos teóricos que assinam a sua sentença de morte. Sentença de morte, aliás, reproduzida por grande parte dos intelectuais da atualidade, possivelmente porque a fidelidade ao

marxismo tem sido entendida como fidelidade a um pressuposto que José de Souza Martins, em outros tempos, advertiu tratar-se muito mais de doutrinação do que propriamente teórico. Ariovaldo, ao se debruçar sobre o campo, não através das vidraças dos gabinetes, mas no incansável estradar, conseguiu mostrar que o campesinato, antes de desaparecer, é recriado no interior das contradições geradas pelo próprio capitalismo.

E ele também mostrou que essa recriação não deve ser tomada como peça de retórica da academia, como se fosse de pequena importância em uma sociedade majoritariamente urbanizada. Ao reviver no conceito os homens e mulheres de carne e osso, ele tem mostrado que ainda há alternativas para além dos falsos consensos em torno da plena soberania da mercadoria em suas múltiplas expressões. Ele tem mostrado que esses camponeses produzem grande parte dos alimentos, geram a maior parte dos empregos, pagam a maior parte dos impostos que recaem sobre a propriedade rural, embora fiquem com uma ínfima porção das terras e dos recursos disponibilizados por políticas públicas. Reafirma que eles seguem em sua resistência política à rapina que os submete a condições muitas vezes precárias de sobrevivência, e que essa resistência se constrói em torno de uma ética que não é a do capital, mas a da reciprocidade, da personalidade, da justiça e da parcimônia para com os recursos da mãe terra. Ele tem mostrado que a existência camponesa não deve ser vista de forma romântica, mas em suas expressões contraditórias, que pressupõem a diferenciação interna, mostrando assim que os camponeses não são puros, mas sujeitos que podem enriquecer-se e aburguesar-se. Por outro lado, também podem enriquecer-se sem deixar de ser camponeses; no limite, podem proletarizar-se, retornando à situação de classe original após anos embaixo de barracos de lona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, gostaria de registrar que falar da obra de Ariovaldo é uma temeridade, pelo risco de tornarmos pequena uma contribuição tão ímpar na Geografia brasileira e, porque não dizer, contemporânea. De qualquer forma, eu não posso deixar de refletir sobre a prática profissional do geógrafo, que estimula o pensamento crítico, autônomo, que não se verga ao esforço de sepultamento daquilo que parece ser utopia, que é a construção de uma

sociedade com menos fraturas. Aliás, é preciso registrar que Ariovaldo transcendeu o lugar comum, não só por causa da sua participação ímpar na produção do pensamento crítico, mas por seu envolvimento direto com as comunidades vulnerabilizadas pela lógica selvagem do capital e do latifúndio.

Ao conservar uma notável capacidade de cultivar a utopia, que por acaso coincide com a utopia da classe camponesa, que é a utopia da justiça, da autonomia, ele se coloca como um dos primeiros geógrafos brasileiros a devolver, no plano analítico, a existência dos camponeses, roubada seja pela conveniência da acomodação ao esquema teórico hegemônico, seja pelo oportunismo em ocultar sua importância na produção de alimentos e, assim, bloquear um debate que possa culminar em uma reforma agrária nos moldes que ele também fez constar no II Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto ao governo Lula no início do seu mandato, e que fora ignorado, para surpresa de todos que naquele momento acreditavam no propósito desse governante em atender as principais demandas desse país.

Ariovaldo, eu quero lhe dizer que quando ouço você falando do seu trabalho com os indígenas e o esforço de recuperar sementes crioulas, quando o vejo nas roças aprendendo e ensinando com os camponeses, quando o vejo propondo e brigando na esfera das políticas públicas, que bem sabemos são decisórias e decisivas, penso que quando eu crescer, eu quero ser igual a você.

Porque você esbanja sapiência, a sapiência que lhe permite falar e calar na medida certa, nos cobrar e nos estimular a superar nossos próprios limites. Por causa dessa generosidade de nos deixar beber na fonte desse saber, eu queria dizer que você faz a diferença para a Geografia, e isso não teria sentido se também não fizesse diferença para os camponeses. E por isso que você, como poucos, pode ser chamado de mestre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, Vladimir I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- _____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n.1, p.26-38, 1986.
- _____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.
- _____. **Agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.58, p.5-64, set.1981.
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.
- _____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas.** Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.
- _____. **Integrar para não entregar.** Campinas: Papyrus, 1988.
- _____. **Modo de produção capitalista e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.
- _____. O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na História.** São Paulo: Humanitas, 1996.
- _____. et all. Situação e tendências da geografia. In: **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1998. p.24-29.
- VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil.** Rio de Janeiro: INEP, 1964.



A GEOGRAFIA DA PRÁTICA DE ARIIVALDO E O CAMPESINATO: UMA HOMENAGEM

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA
Departamento de Ciências Humanas
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

Vou utilizar este momento público, primeiramente, para destacar o trabalho da equipe organizadora dos eventos que estão em andamento (o III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, o II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e a Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira). A envergadura desta proposta é algo que impressiona. Quero agradecer, em especial, à Marta e ao Bernardo pelo convite para compor a mesa na condição de expositora, o que me coloca numa posição privilegiada no debate. Espero poder corresponder.

Na tarefa que abracei de homenagear o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, analisando suas contribuições na formação do pensamento geográfico brasileiro, pontuarei em seu estudo, tendo em vista a temática da mesa (Geografia Agrária e Movimentos Sociais), a questão da luta pela terra como área de pesquisa na Geografia Agrária e, de forma específica, o debate em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Penso também que ao caminhar por dentro da obra do professor Ariovaldo estarei revelando meu próprio olhar e, portanto, as influências que recebi na construção de minha tese de doutorado.

A GEOGRAFIA DA PRÁTICA

Vou iniciar chamando a atenção para a trajetória da Geografia como ciência, logo o debate filosófico no seu interior que se deu fundamentalmente entre a posição positivista/historicista e a posição dialética. Dito de outra forma, evidenciar principalmente o momento do debate em que a Geografia brasileira mais se aproxima dos *“homens de carne e osso, ou seja, dos*

homens efetivamente ativos”, produzindo um “*conhecimento que não desce do céu para a terra, sobe da terra para o céu*”. Vivenciando, deste modo, a velha lição de Marx e Engels – em “Ideologia Alemã” – quando da discussão entre a concepção idealista do conhecimento e a concepção materialista.

É, pois, neste momento, qual seja, no final dos anos 1970, que vamos localizar as contribuições do professor Ariovaldo. No entanto, como a construção científica é feita por sujeitos coletivos, como ensina o próprio Ariovaldo no livro “A Agricultura Camponesa no Brasil”, é preciso lembrar dos mestres-precursores desta caminhada, como Orlando Valverde, na década de 1960, que, na obra “Geografia Agrária do Brasil”, abriu espaço para que o debate político chegasse à Geografia. Também neste período, Manuel Correa de Andrade, no livro “A Terra e o Homem no Nordeste”, estuda as Ligas Camponesas na perspectiva de revelar as condições de vida dos pobres do campo, num contexto em que o debate da reforma agrária tomava contornos nacionais de classe. Com igual compromisso social com a transformação, e que influenciou o estradar do professor Ariovaldo, citamos ainda o trabalho de Pasquale Petrone, “A Baixada do Ribeira”. Neste momento, é importante salientar que me restrinjo ao debate interno à Geografia, portanto, às influências dos geógrafos.

Juntamente ao resgate dos precursores, é fundamental salientar um trecho da obra de Ariovaldo, quando este aponta para a medida do processo de construção do conhecimento, qual seja, a dialética da permanência e da mudança necessária para o movimento de superação:

Foram nessas e outras obras que nós, geógrafos do final da década de 1960, bebemos o saber geográfico produzido. E, talvez, aí esteja a raiz da contradição que levou hoje essa geração a colocar em questão toda a produção geográfica. Talvez esteja aí a origem de certas ingenuidades e os pontos fracos de várias críticas, às vezes rudes, até com os próprios mestres. Entretanto, entendemos que tudo isso foi próprio desse tempo, da urgência e da grande velocidade das transformações sociais a que temos estado submetidos (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

Quero salientar que não é meu objetivo fazer uma apresentação que dê conta de resgatar a importância e a densidade da obra do professor, porque é impossível querer aqui resumir a obra de toda uma vida (só a televisão é capaz disso!), portanto farei algo mais fácil, que é destacar algumas referências bibliográficas.

Portanto, em 1980, com o trabalho “A Questão Agrária”, publicado nos anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos, sob os auspícios da AGB, o professor Ariovaldo coloca a questão agrária no centro do debate. A Geografia Agrária aparece agora intrinsecamente vinculada a uma Questão Agrária, as relações técnicas de produção, como outrora a Geografia Agrária priorizou, saem de foco. A Geografia passa a enxergar que, no Brasil, existe uma questão agrária, ou seja, um problema agrário, e que esta questão engole a todos. Era preciso então compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as classes sociais assentadas na base deste modo de produzir. Isto é, o embate entre camponeses e latifundiários e, portanto, entre a lógica camponesa e a lógica capitalista da terra.

O marco político decisivo vem em 1981, com a publicação no *Boletim Paulista de Geografia*, também pela AGB, do trabalho “Agricultura e Indústria no Brasil”. Nesta obra, o professor elabora os conceitos de monopolização do território pelo capital e territorialização do capital, tendo como pano de fundo a discussão da renda da terra.

Ao longo dos anos 1980, e nesta obra em especial, o professor falou da recriação camponesa e de sua importância no campo brasileiro, num momento em que não era fácil falar assim, nem mesmo na Geografia, mas teimosamente ele teve a coragem de falar. Hoje, falamos em camponeses e ninguém se sente na Idade Média. Além disso, tem aumentado substancialmente o número de livros cujo título é o campesinato. Isso é maravilhoso, mas é preciso lembrar que nem sempre foi assim e que estes são os frutos desta teimosa caminhada, feita num período em que o assunto era a modernização da agricultura, em que os precursores do agronegócio se dedicavam a explicar os meandros do Complexo Agroindustrial – CAI e o processo de morte do campesinato. Mas o professor teimava porque havia compreendido a lição de Marx, quando este, ao identificar tempo de produção e tempo de trabalho, entrevendo seus efeitos diferenciados na indústria e na agricultura, permitiu entender o sentido da recriação das relações não-capitalistas na agricultura, como, por exemplo, o trabalho familiar camponês. Cabe lembrar que o processo de trabalho camponês é uma relação não-capitalista porque nele não se realizam todas as condições essenciais da relação social de produção capitalista, basicamente em função do fato de que os instrumentos de trabalho, dentre eles a terra, não se encontram dissociados da força de trabalho. Um campesinato

apreendido, por sua vez, como parte das contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Portanto, ao desvendar que na agricultura tempo de produção não coincide com tempo de trabalho, pois o tempo de produção é o tempo da natureza, desta maneira, o tempo de sua realização se constitui num obstáculo ao investimento capitalista (que se orienta pelo lucro imediato), o professor expôs uma das brechas abertas para a recriação do trabalho camponês que, por possuir uma lógica próxima ao tempo da natureza e não do capital, aí encontra sua morada, a morada da vida. Neste sentido, Ariovaldo escreve:

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (...) (OLIVEIRA, 1981, p. 08).

Não satisfeito em discutir na Geografia Agrária a recriação do campesinato, o professor se juntou àqueles, como José de Souza Martins, que, na época, defendiam o campesinato na perspectiva de classe, uma classe diferente daquelas fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Em suas palavras:

É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado. Enfim, é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Uma classe com uma condição econômico-social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, ou seja, nesta classe, os instrumentos de trabalho, dentre eles a terra, não se encontram dissociados da força de trabalho. No final da década de 1980, após a derrocada da IPNRA, o professor publica “Geografia das lutas no campo”, no qual indica

uma concepção de Geografia como uma espécie de *arma de combate*. Logo, o impacto de seus trabalhos se ampliou em consequência da postura assumida de intervenção política junto aos camponeses, contra os princípios da política neoliberal empenhada em desgastar os níveis de renda da classe camponesa, bem como em calar a voz dos pobres do campo. Naquele momento, denuncia firmemente os conflitos agrários e a falácia do Estado. E esta presença intelectual, conectada a uma intervenção política manifesta, voluntária, serviu como contraponto na academia na contramão dos defensores da ciência asséptica. Este debate também ajudou a expor o divórcio entre teoria e pesquisa empírica presente em grande parte das ciências sociais. Logo a insurgência do professor em relação a este paradoxo é expressa na famosa frase transcrita dos posseiros do Bico do Papagaio: “*Geografia a gente aprende no pé*” (presente no artigo “Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira” – AGB/DF – 1987), situação que lhe rendeu críticas radicais a ponto de seus estudos na Geografia terem sido classificados de “sujeito sem espaço”. Aos críticos geógrafos, respondeu com o conceito de territorialização do campesinato. Desta forma, em sua prática, deixou claro que não estava atrás de aplausos, pois nunca renunciou ao seu dever profissional de estudar e compreender o campesinato no marco da ciência, uma ciência da práxis.

Mas o professor não é amante do estruturalismo, muito menos afeto ao pessimismo, é movido pela utopia. Uma utopia que compreende aquilo que é possível, mas ainda não foi realizado, utopia feita de esperança, daí o estudo acerca das outras brechas abertas para a recriação do campesinato, no caso, a luta pela terra. Ensinou que é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência no mundo capitalista. E foi por isso que não se ressentiu quando o MST emergiu como sujeito político autônomo questionando as teses que viam a reprodução do campesinato unicamente sob o prisma da funcionalidade do capital e da tutela das classes médias.

Portanto, penso que a discussão acerca da territorialização da luta pela terra, na perspectiva de se pensar uma teoria da luta camponesa, tem sido a contribuição mais significativa da Geografia Agrária. Que se explica, por um lado, no movimento social de luta pela terra e conquista de assentamentos e, de outro, na organização social de luta na terra (a Educação do Campo pode ser um grande exemplo disso!). De luta não só pela recriação,

mas pela permanência, quebrando o famoso ciclo de miserabilidade dos posseiros da década de 1970 (posse – expropriação – posse – expropriação). Complexidade esta do MST que, ao invés de ser considerada um avanço, tem levado muitos estudiosos a declarar seu esgotamento como movimento social. Mas o professor Ariovaldo, novamente, opta por outro caminho quando diz que o esgotamento é do conceito e não da realidade, indicando a tarefa, qual seja, a necessidade de reorganizarmos a evidência histórica em outras bases conceituais.

Logo, é na direção deste desafio que muitos trabalhos na Geografia a respeito da temática dos movimentos sociais, no caso específico do MST, têm se desenvolvido na contramão das críticas daqueles que se arvoram na defesa dos limites rígidos entre as ciências para a preservação de seus objetos. Por conseguinte, é assumindo a necessária postura da interdisciplinaridade no tratamento da temática da luta pela terra que a Geografia Agrária tem conseguido seus maiores avanços no difícil processo de se constituir como ciência na construção de uma sociedade mais humana. Logo, é saindo do debate interno, na maioria das vezes mistificador, e se abrindo ao diálogo com outras ciências e suas diferentes bases filosóficas, que a Geografia Agrária, e por que não dizer a Geografia, vem se firmando no cenário científico. Este tem sido seu maior desafio.

Por fim, destaco o texto “Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”, publicado, em 2004, pela AGB, na *Revista Terra Livre*, lembrando que, originalmente, foi escrito, em 2003, para assessorar a CPT. Nele, o professor procura decifrar a lógica da agricultura capitalista. Se antes o seu objetivo era fundamentalmente utilizar os dados do Censo para suspender o velório do campesinato, evidenciando seu crescimento em todas as regiões do Brasil, portanto, o fato de que o campesinato por aqui não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação, hoje ele sabe que é preciso contribuir em outro combate. É preciso evidenciar a lógica do mercado e a partir dela diferenciar *terra de trabalho* e *terra de negócio*, mostrando que os camponeses não só existem, mas são eles quem plantam, empregam, pagam os impostos neste país, embora a política agrícola brasileira os ignore. Desmascarando, assim, aqueles que hoje admitem o campesinato, porém pregam a busca pela viabilidade econômica, ignorando sua lógica interna em nome do falso discurso da modernidade do mercado.

E ele faz isso porque sabe das armadilhas do mercado para o campesinato, e sabe também que o campesinato tem um trunfo: é capaz de produzir seu próprio alimento. Recado que, em 1994 (7º ENGA), deu ao próprio MST, período em que o Movimento ainda estava encantado com os laboratórios de campo e a produção coletiva como sinônimo de emancipação dos trabalhadores rurais. Naquele momento ponderou:

Os agricultores capitalistas continuarão a produzir apenas aqueles produtos que lhes permitirão obter lucros certos nos mercados externos e internos. Os agricultores camponeses, por sua vez, têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como a alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois da luta.

Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiriam a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1994, p. 21).

Hoje, felizmente, o Setor de Produção do MST discute a formação das comunidades de resistência que tem como foco principal a produção para o autoconsumo, a agroecologia, o resgate das sementes crioulas, o sistema agroflorestal. Esta mudança de concepção do MST em relação ao desenvolvimento da agricultura, ou seja, uma concepção mais alinhada com a lógica camponesa, ecoa nos assentamentos e reflete uma perda de importância das teses leninistas e, certamente, uma maior aproximação com a Geografia da prática de Ariovaldo. O resultado disso não cabe profetizar, todavia, de imediato, é positivo porque dá visibilidade ao contraponto entre camponeses e capitalistas da terra. Porém, nesta concepção de agricultura defensiva, fica uma pergunta também já profetizada pelo próprio Ariovaldo: Quem vai produzir os alimentos de que a classe trabalhadora urbana precisa?

A título de encerramento desta homenagem, vou registrar mais algumas palavras agora no plano afetivo, saindo assim da razão para a emoção. Como não sou daquelas que canonizam incondicionalmente os professores, fico à

vontade para chamar Ariovaldo de professor no intuito de marcar a diferença. Ele sempre estranhou me corrigindo: “Chama de Ari”. Hoje vou dizer a você porque não consigo chamar só de Ari: é porque tenho incondicional respeito por aqueles que não hesitam em dar o melhor de si mesmos em favor das novas gerações. Você possui qualidades que são de (re)conhecimento unânime: é grande didata, de eloquência competente, generoso e contumaz, sem esquecer o fato de que tira leite dos números do Censo Agropecuário, como lembrou certa vez a Regina Sader. Mas você é muito mais que isso, é um educador na verdadeira acepção do termo, qual seja, aquele que ensina querendo que seus alunos aprendam, sempre sonhando que é possível a obra ficar maior que o autor.

Ariovaldo não produziu conceitos, rótulos que o pesquisador cria para organizar a evidência histórica; produziu proposições teóricas e orientações metodológicas para um campo de conhecimento específico da Geografia, o agrário, que nos ajudam a decifrar de forma apropriada situações de pesquisa e de militância. Por isso, você não é somente um cientista social; é sobretudo um professor porque, na linguagem de Paulo Freire, é um educador. Quero dizer ainda, como ex-orientanda, que a liberdade, a autonomia e o compromisso social que norteiam seu trabalho são, também, o tripé que dá asas à sua obra que, hoje, não precisa pedir autorização ao autor porque assumiu *status* de teoria e pertence à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vou terminar, ou melhor, começar, logo que estamos no primeiro dia dos eventos, da forma como meu mestre gosta, com uma palavra de ordem do MST, definida no seu IV Congresso Nacional, em 2000, e que orienta as ações do movimento até hoje: Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio!!!

E também com os versos do poeta sem terra Zé Pinto...

Este é o nosso País
esta é a nossa bandeira
é por amor a esta Pátria-Brasil
que a gente segue em fileira

Queremos mais felicidade
no céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
bandeira que o povo assumiu.
Amarelos são os campos floridos
as faces agora rosadas
Se o branco da paz irradia
vitória das mãos calejadas

Queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão
quem põe com carinho a
semente pra alimentar a Nação
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
do agricultor à raiz.

(Ordem e Progresso – Zé Pinto)

BIBLIOGRAFIA:

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para não Entregar**. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Paraíso e Inferno na Amazônia Legal. In: **Revista Travesia**. São Paulo: CEM, ano I, nº. 03, 1989. p. 19-25.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Mimeografado).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura Brasileira: as transformações no final do século XX**. São Paulo: [s.n.], 1994a. (Mimeografado).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Trajatória e Compromissos da Geografia Brasileira**. Curitiba: [s.n.], 1994b. (Mimeografado).

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas**. Rio Claro: IGCE, 1994c. p. 24-51.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. O Marxismo, a Questão Agrária e os Conflitos pela Terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das Lutas no Campo**. 8ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, jul/dez. 2003, p. 113-156.

O TERRITÓRIO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA

CARLA GONÇALVES ANTUNHA BARBOSA

INTRODUÇÃO

Este texto foi preparado, inicialmente, para os Simpósios de Geografia Agrária, o III Nacional e o II Internacional, realizados na Universidade Estadual Paulista, a UNESP de Presidente Prudente, em novembro de 2005, dedicados a Ariovaldo Umbelino de Oliveira, meu prezado professor da pós-graduação na Universidade de São Paulo e orientador das minhas pesquisas de mestrado e doutorado. O tema da mesa da qual participei, como expositora, foi “Geografia Agrária, Questão Agrária e Questão Indígena”, e coube-me expor a questão indígena no contexto da Geografia. Agradeço então aos organizadores deste evento pela oportunidade de ser um dos convidados da mesa sobre a questão indígena e também pela oportunidade de participar desta publicação. Em especial, agradeço à professora Marta Inez Medeiros Marques, minha colega desde o curso de Mestrado, por ter lembrado do meu nome para falar sobre a questão indígena no evento e na publicação.

A feliz inspiração de dedicar os seminários e a publicação ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira tem para mim dois aspectos relevantes: um deles é o fato de ser o professor Ariovaldo um parceiro aberto dos povos indígenas no Brasil, trabalhando com eles de forma corajosa e franca. Outro é que seus trabalhos de pesquisa sobre o campo no Brasil inovaram em muito a visão que se tem dos povos indígenas no Brasil em contato com o colonizador e com o desenvolvimento. O discurso de Ariovaldo sobre o desenvolvimento do Brasil não coloca os povos indígenas, que foram perdendo seus espaços conforme o progresso ia e vai avançando, como algo natural e inexorável, como algo que não se pudesse evitar, mas coloca esses acontecimentos dentro de uma outra perspectiva que é a perspectiva da crítica da história, tão necessária hoje em dia nas ciências, em todas as ciências. Entendi a perspectiva de Ariovaldo como sendo a mesma de Michel Serres, em sua obra “Luzes”, quando este filósofo repensa o otimismo científico e caminha

por suas conseqüências, fazendo da relação entre ciências e sociedade, entre conhecimento e moral, o percurso a ser trilhado. Foi nessa estrada que minha trajetória de advogada de povos indígenas, no Brasil, cruzou com a do pesquisador e geógrafo.

Minha história de vida e profissional, como advogada indigenista dos guarani de São Paulo, me aproximou do professor Ariovaldo da maneira mais natural possível. Lembro que procurei o professor na intenção de registrar na academia o trabalho de garantia e manutenção das terras Guarani no município de São Paulo e no litoral do Estado, que eu vinha realizando desde 1981. Ariovaldo, antes de me aceitar como orientador, no mestrado, sugeriu que eu primeiro cursasse várias disciplinas na graduação de geografia para embasar o trabalho a que me propunha desenvolver. Dediquei-me intensamente a essas disciplinas com esforço durante um ano e fui, então, aceita sob sua orientação no mestrado, em que apresentei a história da luta dos guarani de São Sebastião no judiciário paulista e perante a sociedade brasileira para manter e garantir suas terras no sertão de Barra do Una e Boracéia. Foi uma experiência decisiva na minha vida profissional atuar como advogada diretamente para esse grupo, ter como cliente um povo indígena, que se confundia com seu território. O meu entendimento do direito e da relação desse povo com as terras, territórios e recursos naturais certamente se ampliou e foi com esse tema que prossegui no doutorado. Um trabalho mais teórico, no qual procurei demonstrar as diferenças de concepção de uso da terra indígena e não-indígena. Outro aspecto analisado no doutorado foi a questão da convivência dos povos indígenas com as demais espécies vivas e com os recursos naturais nas suas terras e territórios. O objetivo do trabalho foi analisar a diferença de concepção das sociedades ocidentais e das sociedades indígenas no que se refere às relações que estabelecem com as outras espécies vivas, bem como o significado da relação com a terra nas sociedades indígenas. A busca de uma abordagem mais teórica para as relações dos índios com suas terras e recursos foi sempre insistência do professor Ariovaldo. Ele queria ver a prática que eu vinha desenvolvendo na defesa e garantia de direitos territoriais indígenas analisada a partir do método científico para gerar conhecimento acadêmico. Acredito cada vez mais que ele tem razão. Ganhamos ampliando as esferas do conhecimento e ainda isso nos tem permitido o aperfeiçoamento da prática e das ações concretas.

Este texto para os simpósios foi pensado para tratar do desenvolvimento do campo, das florestas e das águas, na perspectiva geográfica, sob a luz dos ensinamentos do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Nesse sentido, creio poder trazer contribuição decorrente da especificidade dos povos indígenas como participantes desse debate que os atinge profundamente. O tema se refere à proteção da biodiversidade, com a qual os índios interagem em suas terras e sobre a qual existem direitos indígenas já consagrados tanto pela própria Constituição brasileira quanto por leis nacionais, e também por Convenções Internacionais, sobretudo pela Convenção da Biodiversidade.

CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A convenção, que já é lei no Brasil, reconhece que a garantia da preservação da biodiversidade da Terra, hoje, depende do conhecimento indígena e das comunidades locais. A convenção internacional, exatamente no seu artigo 8(j), dispõe que as medidas de preservação da biodiversidade a serem adotadas pelos países devem levar em conta o que diz a respeito o conhecimento indígena e o das comunidades locais daquele lugar. A partir do reconhecimento internacional, ocorrido durante a Rio 92, quando a Convenção foi adotada, o conhecimento indígena torna-se fundamental para a preservação da biodiversidade. Os índios principalmente, mas também, na condição de seus aliados e de estudiosos, os geógrafos, antropólogos, biólogos e outros cientistas e acadêmicos, instigados pela questão, direcionaram suas atenções a fim de fazer valer esse reconhecimento nas leis nacionais. Visam, também, realizar estudos para acessar esse conhecimento e para compreender sua lógica em benefício de uma humanidade ameaçada pelos desequilíbrios provocados pelo capitalismo e pela globalização, já tão conhecidos.

A pesquisa que desenvolvo de pós-doutorado volta-se para a questão de como inserir, na legislação nacional, o reconhecimento feito pela CDB. Como os dados etnográficos e os estudos geográficos sobre populações autóctones podem fazer progredir os direitos dos povos? O professor Ariovaldo, em seu trabalho sobre o desenvolvimento do capitalismo no Estado do Mato Grosso, mostra justamente um direito indígena confiscado nesse processo. Uma luta e não uma evolução positiva. Não mostra simplesmente

uma evolução da história da nação brasileira, como faz a maioria dos autores. Assim, a partir da oportunidade que tive de permanência como pesquisadora no Laboratório de Antropologia Social, fundado pelo antropólogo Claude Lévi-Stauss, do Collège de France, em Paris, no ano de 2005, busquei ampliar as análises sobre processos de confisco de direitos já consagrados, em oposição às idéias de progresso e evolução de civilizações preconceituosas, erroneamente consideradas pelo capitalismo como mais desenvolvidas. Michel Foucault também trabalhou nessa perspectiva dos confiscos dos direitos originários dos povos em conflito com a tendência unificadora da modernidade. A sua obra “*Em Defesa da Sociedade*” (2002) é parte de suas análises sobre os casos francês e inglês. Especificamente, tive ainda, nessa ocasião, contato com inúmeros pesquisadores e trabalhos que têm se debruçado sobre o estudo das relações dos povos autóctones com os demais objetos naturais: animais, plantas e acidentes geográficos naturais. Enfim, todo um intrincado sistema de relações entre as espécies vivas e mesmo geológicas com os grupos humanos. Relações intensas que chegam ao parentesco entre as espécies. A Amazônia seria o lugar privilegiado desse tipo de relação, mas me parece óbvio, pelo que já se conhece, que, também, vamos encontrar a mesma situação entre os guarani da mata atlântica. Essa perspectiva tem alimentado muitos trabalhos etnográficos e ensejado inúmeros outros interdisciplinares, pois o holismo dos povos indígenas proporciona análises interdisciplinares em praticamente todas as áreas do conhecimento, do Direito (BARBOSA, 2001; ANTUNHA, 2000) à Antropologia (DESCOLA, 1986; SURRALÈS, 2005), passando pela Neuropsicologia (DAMASIO, 1996), Geografia (OLIVEIRA, 1997) e tantas outras áreas e autores.

Trabalhos etnográficos (DESCOLA, 1986; SURRALÈS, 2005) nos têm demonstrado que as plantas cultivadas, como a mandioca e o milho, por exemplo, são realmente irmãs e irmãos e recebem o mesmo tratamento dessas categorias entre os humanos: solidariedade, respeito, troca, sujeitos de direitos. Os sentidos, como a percepção e a afetividade, são, da mesma maneira, objetos de estudo que se relacionam com o ambiente. Numa sociedade jivaro, estudada por Surrallés, diz-se “ver com o coração”, evocando esse órgão considerado como o lugar dos sentimentos, do espírito e o centro da pessoa. Partindo do coração, Surrallés desenvolve análise do meio ambiente, das relações sociais e das práticas, dando ênfase na variável intensidade da percepção e da afetividade.

A partir das conhecidas e hábeis classificações dos acadêmicos, sobretudo franceses, estou procurando utilizar esses trabalhos de categorização dos objetos naturais para adequá-los de forma a que se prestem a justificar um sistema *sui generis* de proteção do conhecimento tradicional indígena para a elaboração das leis nacionais de proteção da biodiversidade, como determina a Convenção da Biodiversidade em seu artigo 8(j) e, portanto, de proteção do conhecimento tradicional.

Minha primeira idéia ao pensar sobre a proteção do conhecimento tradicional, como determinado pela CBD, foi a de inserir na legislação já em vigor, sobre floresta, fauna, flora, mineração, água e todos os demais itens, tais como propriedade intelectual e direito civil, tudo o que, no Brasil, já está consagrado e reconhecido como direito dos povos indígenas. Entretanto, isso logo se mostrou inatingível frente à consideração de que a especificidade do direito indígena é singular e paradoxal ao direito comum no Brasil.

O direito dos povos indígenas, no sistema jurídico brasileiro, origina-se a partir de seu caráter particular, isto é, do direito congênito desses povos, o qual resiste, sobrevive e tem sua eficácia na atualidade. No entanto, na perspectiva do direito brasileiro comum – que muitos pensam ser a única alternativa –, o direito congênito, nascido com esses povos, tende a perder sua forma diferenciada e relacionada à origem dessa especificidade. Ele acaba por aparecer sempre como uma exceção ao direito comum, mantido, entretanto, como direito *sui generis*. Sua lógica própria transparece, tornando evidente que ele segue por outro parâmetro, que é, justamente, colocar todos os seres vivos no mesmo nível para terem seus direitos distribuídos igualmente, não havendo separação entre natureza e cultura. Na perspectiva do direito ocidental ou do que estamos denominando de direito comum brasileiro, na categoria de natureza estariam os demais seres vivos e na de cultura os seres humanos. É nisso, sobretudo, que se distingue, incondicionalmente, do direito comum, o direito congênito relativo aos indígenas.

Nessa perspectiva, reconhece-se o indigenato para além dos direitos territoriais indígenas, para também atingir a proteção dos recursos naturais relacionados aos povos autóctones e ainda os conhecimentos tradicionais, como a propriedade intelectual indígena, na mesma categoria.

O indigenato, no Brasil, é o conceito que reconhece a diferença dos autóctones com relação aos demais povos e pessoas de origem européia, isto é, de origem ocidental. Através deste conceito, o direito dos povos indígenas

não precisa ser dito ou declarado, uma vez que ele sempre existe anteriormente aos demais direitos que compõem o sistema legal do país. Tradicionalmente, ele tem sido o fundamento do direito indígena à terra no Brasil. Entretanto, a manutenção do seu reconhecimento assume cada vez maior importância, sobretudo neste momento em que a preocupação dos povos indígenas está direcionada para a afirmação de uma série de leis, relativas ao acesso, à utilização e à proteção dos conhecimentos tradicionais, relacionados de forma importante com a preservação da biodiversidade, portanto das florestas, das águas, e dos demais seres vivos.

Historicamente, o indigenato esteve sempre ligado à questão do reconhecimento do território indígena, e as Constituições brasileiras têm mantido, continuamente, a especificidade do direito congênito indígena em oposição ao direito adquirido do colonizador e de seus sucessores, sob o fundamento de que o congênito prevalece sobre o adquirido. Esse fato tem trazido grande eficácia jurídica para a proteção e a demarcação de terras indígenas no Brasil. No momento, entretanto, a grande preocupação é relativa à proteção do conhecimento tradicional. Entendo como necessário que a legislação busque novas implicações para o direito congênito indígena, em consonância com o que já é reconhecido com relação ao território e jamais em detrimento deste. Assim, o indigenato tende a ser o conceito jurídico que sustenta o direito indígena ao conhecimento tradicional; aos recursos naturais relacionados aos povos autóctones, da mesma forma que sustenta o direito indígena à terra.

Em seu discurso, os índios não distinguem o que é território e o que é conhecimento. As mais recentes pesquisas etnográficas também confirmam a não distinção entre natureza e cultura com relação aos povos estudados e não só os da Amazônia (Descola, 1986; Viveiros de Castro, 1993; Lenaertz, 2004; Surrallés, 2003). Por sua vez, o direito internacional incita dramaticamente os Estados a acolherem o saber autóctone para a elaboração de suas leis internas de salvaguarda da diversidade das espécies.

O que temos procurado mostrar é que os conceitos distintos de natureza e cultura, considerados separadamente um do outro, pelos modernos, os euro-americanos, opõem-se ao princípio que rege as relações dos povos autóctones com as espécies, aí incluídos os humanos, os não humanos, lugares e idéias. Os povos autóctones não priorizam a distinção que possa haver entre essas categorias no momento em que se vão hierarquizar os su-

jeitos destinados a serem protegidos pelo seu ou por qualquer direito que possa incidir sobre esses objetos.

Não se justifica, portanto, a não ser por razões etnocêntricas, que o indigenato aplique-se ao reconhecimento dos territórios indígenas, enquanto provenientes do direito congênito e, contrariamente, para o conhecimento e para os recursos naturais relacionados com os povos indígenas não haja o reconhecimento pela mesma forma, como congênito, portanto, nesse sentido, *sui generis*. E que se venha legislar sobre o conhecimento e sobre os recursos naturais relacionados com os povos indígenas, exclusiva ou principalmente na perspectiva do direito civil, do direito de autor, direito de propriedade intelectual. Em síntese, sob o prisma do direito privado, como se fosse possível adquirir o que já está congenitamente apropriado.

A partir de inúmeros trabalhos desenvolvidos, principalmente por geógrafos e antropólogos (Birraux-Ziegler, Descola, Erikson, Karadimas, Ingold) que aprofundam a compreensão das relações entre as espécies vivas, até o ponto de não se verificar uma distinção entre o que é natureza por oposição à cultura, pretendo continuar o meu próprio trabalho. A hipótese é que a teoria do direito no Brasil tem mecanismos para contemplar essa dinâmica e reconhecer que território, conhecimento indígena e recursos naturais relacionados com povos indígenas pertencem à mesma categoria. Querendo-se realmente atender a CDB e implementar o artigo 8(j), deve-se encarar a diferença e compreender que a biodiversidade foi mantida até hoje por esses povos autóctones não por acaso, mas por uma profunda relação e conhecimento com e da natureza e seus recursos na convivência entre as espécies.

O parentesco entre as espécies, vivido pelos povos autóctones, é um dado a ser levado em conta para se entender que há diferença de perspectiva na seleção daqueles que são sujeitos de direito. Não há, para esses povos, a exclusividade do ser humano como sujeito de direito. Esse fato, entretanto, não é uma novidade da ciência ou do conhecimento atual. Lévi-Strauss, em artigo sobre as “Liberdades”, no seu livro “*O Olhar Distanciado*” (1986), já nos falava de como seria necessário ampliar para as espécies vivas a proteção que hoje só sobre os humanos recai nos sistemas jurídicos modernos. É bom lembrar, também, que não foi sempre assim, tampouco no Ocidente. Ao tempo dos juriconsultos romanos (LÉVI-STRAUSS, 1986), o direito à vida era, como é ainda hoje para os povos indígenas, o direito à vida das espécies. Todas as espécies vivas desfrutavam, até bem pouco tempo no pró-

prio direito ocidental, de igualdade de direito à vida. O homem não dispunha, como passou a dispor a partir do racionalismo e do individualismo, desse direito que lhe conferiu, individualmente, proteção jurídica, antes destinada apenas às espécies vivas e a todas elas indistintamente.

Os povos autóctones, não se portando como vencidos, levam à conclusão de que se deve persistir no trabalho. De um lado, de compreensão do que eles dizem e, de outro, de esclarecimento e mesmo de convencimento de suas razões, com ênfase nas áreas do direito, no campo legislativo e mesmo na filosofia da ciência. O propósito mais urgente é o de, ao analisar o discurso indígena sobre a proteção de seus conhecimentos e dos recursos naturais a eles relacionados, indagar se os projetos que estão sendo propostos para se tornarem lei acatam o que decorre do discurso e do sistema de valores indígena. É o caso da Medida Provisória sobre o acesso aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade – MP 2186-16 – e a atual proposta do Ministério do Meio Ambiente para substituí-la. Através dessas propostas, inicia-se a apropriação do conhecimento tradicional e dos recursos naturais ligados aos povos indígenas por indivíduos e empresas privadas, autorizadas pelo sistema da propriedade intelectual, que funciona da mesma maneira que a regra geral relativa à propriedade privada. Estabelecem-se cercas e patentes e se transfere a propriedade tradicional coletiva para um particular. A própria OMPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, já reconhece a especificidade do direito indígena ao seu conhecimento e tem aberto frentes de negociação e entendimento com esses povos. Não há dúvida de que esses organismos internacionais são criticados veementemente pelos povos indígenas que têm acesso às suas reuniões, mas é possível dizer que o que ocorre no Brasil ainda é mais grave, pois os grupos indígenas sequer participam, ao menos com a constância e a necessária capacitação, para discernir sobre os encaminhamentos propostos.

Os documentos ou textos de referência com relação ao que os índios entendem por proteção de seus conhecimentos estão, no meu ponto de vista¹, contidos no Relatório da sra. Daez, que foi a Relatora Especial do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da ONU, sobre o tema da

¹ Esse documento é considerado pelas organizações indígenas que o conhecem como documento de referência para orientação sobre como realizar a proteção, nunca deixando de ser por elas citado em suas manifestações, como, por exemplo, na Carta dos Pajés.

proteção do conhecimento tradicional². Também no artigo 8(j) da Convenção sobre a diversidade biológica.³ Na carta dos pajés,⁴ elaborada durante encontro em São Luís do Maranhão, em 2003, e depois ainda em Brasília. Na Declaração do Inbrapi, que é o Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual Indígena, sobre o tema⁵. Nos artigos 231 e seguintes da Constituição brasileira. No Estatuto do Índio, lei 6001/73 e no Projeto de Lei sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, que visa substituir o Estatuto do Índio. No projeto de Declaração dos Direitos dos Povos Autóctones, elaborado no grupo de trabalho sobre populações indígenas da ONU. Em outros documentos e discursos que vão sendo, dia após dia, produzidos por lideranças e intelectuais indígenas. Também na farta literatura etnográfica sobre povos autóctones, principalmente sobre os povos amazônicos, das últimas décadas, além da extensa literatura etnográfica clássica, já tão divulgada e que relata, caso a caso, o genocídio de uns e o aviltamento de outros grupos pelos colonizadores e pelas sociedades etnocêntricas, em razão da exploração dos recursos naturais. Como conceito base, que recepiona ou fundamenta o direito indígena em todas as iniciativas citadas, está o Indigenato.

O importante a reter desses documentos, manifestações e leis é o fato de que, em todos, fica clara a relação inextrincável que existe entre o território indígena e as demais manifestações de suas culturas. É disso que fala também o Indigenato, que pode ser considerado o conceito básico que diferencia a cultura ocidental da cultura específica desses povos indígenas e, no caso do direito, mais evidente a distinção, pois num caso o direito à terra advém da aquisição e, no outro, já está congenitamente apropriada.

O direito desses povos sobre suas terras, de uma maneira ou de outra, também sempre foi uma constante nas leis sobre o Brasil e, ainda mais, sempre se reconheceu seu modo específico de ocupar o território, isto é, coletivamente e com mobilidade. São concepções completamente diferentes das que vigoram para os que, tendo uma origem ocidental, ocuparam terras.⁶ O

² Relatório sra. Daez

³ Artigo 8(j) da CDB

⁴ Carta dos pajés: <http://www.inbrapi.org.br/artigo.php>

⁵ Inbrapi: Instituto Indígena Brasileiro de Propriedade Intelectual.

⁶ Ver artigo "Apropiacion de la tierra entre los Achuar", de Philippe Descola in América Indígena.- vol. XLIII, nº.2, abril-junho, 1983, para uma compreensão de um padrão de ocupação indígena, no caso, os Achuar da Amazônia equatoriana: "...padrao de ocupa-

exemplo mais antigo e importante é o Alvará Régio de 1680 que subsiste até hoje, em termos de proteção, igual, mesmo que expresso de forma diversa.⁷ O Alvará Régio reconheceu que os povos indígenas têm um direito diferenciado sobre as terras que ocupam e sobre a maneira como as ocupam (coletiva e com mobilidade); assim, se distinguiu no Brasil dois tipos de direito à terra: um direito congênito, o dos índios, e um direito adquirido, o dos colonos e seus sucessores. Estes sempre tentaram tornar os índios sedentários. Reconhece-se também que os limites nunca são exatamente fixos, pois interagem com a forma de ocupação desses povos, o que também facilitava a descoberta e ocupação de novas terras para os colonos, por meio dos índios. A Constituição brasileira atual mantém esses reconhecimentos, e o que é um reconhecimento de direitos para os povos indígenas é uma obrigação para os demais, que a devem respeitar. É assim que funciona e o direito tem essa função de criar regras, códigos, dentro dos conflitos, além de modos de resolvê-los.

Nessa perspectiva, ainda é possível afirmar que *os índios estão muito bem*. Desde sempre, mesmo enquanto colônia, o Brasil reconheceu aos índios seus modos específicos de se relacionar com seus territórios, e por esse reconhecimento, havido há séculos, já se entendia que natureza e cultura não se distinguem tão facilmente para os povos indígenas quanto para os que vieram como colonizadores a partir do século XVI. Esse reconhecimento, tradicionalmente explícito em nossas leis, está hoje solenemente disposto na Constituição do Brasil, que diz:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras

ção seminomade y disperso, ...se caracteriza por una gran dispersion de los grupos familiares y una tasa de densidad humana muy baja (siempre inferior a um habitante por km³), ...Cada grupo familiar constituye una unidad basica de produccion/consumo, autónoma pero no autárquica, ...Esa impresion general de atomizacion extrema que tiene a primeira vista se atenua, sin embargo, por la existencia de unidades dispersas mas amplias, ..., basadas em principios de reclutamiento supralocales, sociales y territoriales, ...son estructuras funcionales, ...origina una forma de solidaridad entre los miembros de um nexu que se basa en la sobreposicion de sus parentescos cognaticos,Por outro lado, **la falta de estabilidad territorial** de los grupos corporados mantiene cierta fluidez en la composicion del nexu” (gn), onde se distingue un território com as especificidades de coletivo e com mobilidade.

⁷ Artigo 198 da Constituição de 1967 e o 231 da de 1988. Ver ainda “*Os Direitos dos Índios*”, de Manuela Carneiro da Cunha, para os outros textos legais.

que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O artigo 231 reconhece então o conceito de Indigenato para os povos indígenas: direitos originários e específicos em função da sua organização social para as suas terras.

Assim, finalmente, entendo que a proposta dos povos indígenas para a implementação das leis nacionais sobre a proteção da biodiversidade reconhecendo os conhecimentos indígenas é que se deva estender a esses conhecimentos, bem como para os recursos naturais relacionados com os povos indígenas, o mesmo que já está garantido constitucionalmente para os territórios. Isso porque não seria possível uma lei para garantir territórios e uma outra diferente para garantir ou tratar de conhecimentos tradicionais e recursos naturais relacionados com os povos indígenas. Sustentam seus mais legítimos representantes que o conhecimento e os recursos naturais indígenas não podem ser apropriados, da mesma forma que o território também não pode ser apropriado, sendo nula e não anulável qualquer tentativa de fazê-lo. A existência de um direito indígena sobre seu conhecimento e sobre os recursos naturais existentes em suas terras independe mesmo da patente em nome dos índios, pois esse direito já é deles congenitamente, da mesma maneira que os territórios independem da demarcação administrativa. A demarcação é somente providência do Estado sobre um direito que já é válido e existente, visando maior garantia. Assim por diante, tudo o que já está consagrado para as terras indígenas se estende ao conhecimento tradicional.

Isso, de forma alguma, impede que os povos interessados realizem negócios jurídicos relativos aos seus conhecimentos e aos recursos naturais de seus territórios com particulares ou empresas privadas. Porém, as negociações devem ser feitas a partir de contratos, caso a caso, devendo os grupos indígenas negociadores serem assistidos por seus advogados, pelo Ministério Público, pela Funai, com a participação de seus líderes e pajés, os detentores do conhecimento.

Finalmente, devo ainda comunicar a posição adotada pelos representantes indígenas brasileiros, na última reunião do Grupo de Trabalho sobre Populações Autóctones da ONU, no último mês de julho de 2005, na qual o tema das discussões versou sobre “Os Povos Autóctones e a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais no plano internacional e no plano interno”. O

representante Marcos Terena se manifestou dizendo: “*Não se pode criar uma lei de proteção dos conhecimentos tradicionais e outra para terras indígenas, porque são categorias inseparáveis em nossas culturas e modos de viver*”.

Da mesma maneira, na COP8 – Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade, realizada em Curitiba, em março de 2006, ficou clara a posição internacional dos indígenas pelo mundo. Ela caminha no sentido de não aceitar imposição de um único rumo para o Planeta, o rumo do capitalismo e da globalização. Essa posição é no sentido da participação e da resolução dos conflitos a partir do reconhecimento dos direitos consagrados e conquistados pelos povos autóctones. Perspectiva presente no trabalho de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, tão bem exposta em sua obra de livre-docência: “*Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*”.

CONCLUSÃO

Como conclusão, é possível afirmar que os povos indígenas se manifestam, nos eventos nacionais e internacionais dos quais participam, de forma autônoma, no sentido de não abrir mão de considerar a soberania dos Estados relativa, pois considerar a soberania dos Estados absoluta seria, segundo dizem, abrir mão da vida, uma vez que os Estados agem com relação aos povos indígenas desconsiderando os direitos humanos, o que leva à perda da identidade dos povos e de seus membros. Por isso, não pretendem se submeter a regras que não atendam às suas necessidades enquanto povos.

Não posso afirmar que a posição do professor Ariovaldo corresponda a essa manifestada pelos povos indígenas, notadamente daqueles que se manifestaram durante as reuniões preparatórias da COP8 e mesmo na própria COP8, e que é a que está consignada nas declarações do IICB (International Indigenous Council on Biocolonialism). Esclarecendo: os povos indígenas se manifestam na COP8 por meio de inúmeros documentos. Um deles, especialmente criado para informar os demais povos concernidos, é o produzido pelo Conselho dos Povos Indígenas em Biocolonização, IICB – que participa do Fórum Internacional Indígena sobre Biodiversidade – FIIB. Posso dizer, sem dúvida, que o professor Ariovaldo direciona as pesquisas dos seus orientados para mostrar, declarar os con-

flitos sobre essas posições, indígenas e dos Estados. Esse, o conhecimento dos fatos, é sem dúvida a mais eficaz arma para os que lutam pela manutenção e pela eficácia dos seus direitos.

Trabalhar os dados geográficos, antropológicos, dentre outros, a partir de uma perspectiva histórica, dos direitos atingidos, ao mesmo tempo que praticar a análise crítica dos tempos, das mudanças trazidas pela evolução do capitalismo e agora da globalização, parece-me o caminho para se pensar as mudanças como possíveis e realizáveis no curto prazo. Pois o conhecimento dos fatos, e não a crença na ideologia do inexorável, é a realização de um discurso com bons argumentos para o convencimento da sociedade, ou melhor, das sociedades, sobre as mudanças viáveis e possíveis.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNHA, Carla. **Terra, território e recursos naturais: cultura, sociedade e política para os povos autóctones**. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (Tese de Doutorado).
- BARBOSA, Marco Antonio. Autodeterminação, direito à diferença, Fapesp/Plêiade, São Paulo, 2001. **Direito Antropológico e Terras Indígenas no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Plêiade, 2001.
- BUCHILLET, Dominique, Droits constitutionnels, ressources genetiques, protection du patrimoine génétique et des savoirs traditionnels des populations indigènes (Brésil). **Journal de la Société des Américanistes**, 2002, 88, pp. 245-260.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.org. **Historia dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- DAEZ, Erica – Irene, **Proteccion del patrimonio de los pueblos indigenas**, Naciones Unidas, Nova York/Genebra, 1997.
- DANTAS, Marcos. **Informação e Trabalho no capitalismo contemporâneo**. Lua Nova n.60 São Paulo, 2003.
- DESCOLA, Philippe. **La nature domestique**. Paris : Maison des Sciences de L'Homme, 1986.
- DROULERS, Martine. **Brésil, une géohistoire**. Paris : PUF, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 2002.
- LEA, Vanessa. Casas e Casas Mebengokre (Jê). In: **Amazônia, Etnologia e historia Indígena**, p.265. NHII/USP. Fapesp, 1993.

- LENAERTZ, Marc, em **Athropologie des Indiens Asheninka d'Amazonie – nos soeurs Manioc et l'étranger Jaguar**, L'Harmattan, Paris, 2004.
- LEIRIS, Michel. **Cinq études d'ethnologie**. Collection Tél. Denoel/Gonthier. Paris, 1966.
- LEA, Vanessa. Casas e Casas Mebengokre (Jê). In: **Amazônia, Etnologia e história Indígena**, p.265. NHII/USP. Fapesp, 1993.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. Paris. Gonthier-Unesco, 1961.
- _____. **Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Griagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: FFLCH-USP, SP, 1997. (Tese de Livre Docência).
- SERRES, Michel. **Luzes. Cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco, São Paulo, 1999.
- SURRALLES, Alexandre. **Au coeur du sens – perception, affectivité, action chez les Candoshi**; CNRS. Paris : Maison des Sciences de L'Homme, 2003.
- TARDE, Gabriel. **Les Transformations du droit. Étude sociologique**. Paris : Berg International, 1994.
- ZOLEZZI, Enrique Rojas, **Los Ashaninka, um pueblo trás el bosque**. Lima : Fondo Ed. PUCP, 1994.

DOCUMENTOS:

- Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and traditional Cultural Expressions/Folklore – Information Resources. WIPO / GRTKF / INF / 1. WIPO 2006.
- 8e. Session de la Conférence des Parties à la Convention sur la diversité biologique. Guide des Négociations – 20 au 31 mars 2006 Curitiba, Brésil. Organisation Internationale de la Francophonie. Université Laval. Québec, mars, 2006.
- Convention sur la Diversité Biologique. Texte et Annexes. UNEP/CBD/94/1.





SOBRE OS AUTORES:

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Geógrafo, mestre e doutor em Geografia pela UNESP, campus de Rio Claro. Realizou estágio de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris-França, entre 2004 e 2005. É professor assistente doutor do Departamento de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. É um dos líderes do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). E-mail: nivaldo@fct.unesp.br

ARMANDO BARTRA

Filósofo, Diretor de Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Rural Maya do México, Professor da Universidade Autônoma Metropolitana – Unidade Xochimilco. Autor dos livros: **Cosechas de ira: economía política de la contrarreforma agraria** (2003); **Guerrero bronco: campesinos, ciudadanos y guerrilleros en la Costa Grande** (2000) e **Crónicas del sur : utopías campesinas en Guerrero** (2000). Membro do Comitê Editorial da Revista Chiapas.

CARLA GONÇALVES ANTUNHA BARBOSA

Advogada, D.E.A. (Diplôme d'études approfondies) em Antroposociologia pela Universidade de Paris III – França, Mestrado e Doutorado em Geografia Humana, pela FFLCH – USP e Pós Doutorado em Antropologia – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP e Laboratório de Antropologia Social do Collège de France. Acompanha o movimento internacional indígena sobretudo o Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas da ONU, em Genebra. Professora de Ética Profissional, Ciência Política e Metodologia Científica, coordenando projetos de iniciação científica, entre outras disciplinas propedêuticas do ensino do Direito. E-mail: cantunha@hotmail.com

DELMA PESSANHA NEVES

Antropóloga, Pós-doutorado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em 1995 e pela Universidade de Paris X, Nanterre – França em 2000. Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Professor Visitante da Universidade Federal

do Pará, Colaborador do Instituto Managé de Desenvolvimento Sustentável e da Câmara Setorial de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado do Rio e pesquisadora bolsista do CNPq. E-mail: mdebes@provide.psi.br

ELIANE TOMIASI PAULINO

Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente. Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e também do curso de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da UEL. Autora do livro: **Por uma geografia dos camponeses** (2006). Atua como pesquisadora em três projetos: Resgate, Conservação e Melhoramento Genético Participativo de Sementes Crioulas no Mato Grosso do Sul, financiado pela Rede de Pesquisa/FUNDECT-MS; Camponeses: organização e ações participativas para produção e conservação de sementes próprias, financiado pela Fundação Araucária; Geografando o território, apoiado pela PROEX/UEL. E-mail: eliane.tomiasi@uel.br

ÉLSON LUCIANO SILVA PIRES

Economista, Professor Livre Docente do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro. Coordenador do Laboratório de Desenvolvimento Territorial. E-mail: elsonlsp@rc.unesp.br

GERARDO OTERO

Sociólogo, Mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidade do Texas, Austin, EUA e Doutor em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison – EUA. Professor de Sociologia e Membro Associado do Programa de Estudos Latino-Americanos da Universidade Simon Fraser – Canadá desde 1990. E-mail: otero@sfu.ca

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Economista pela Universidade de Valladolid e Geógrafo pela Universidade de Barcelona, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá e Doutor em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Paraná no Departamento de Geografia. E-mail: jorgemon00@hotmail.com

LARISSA MIES BOMBARDI

Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do curso de Geografia da Universidade de São Paulo. Autora do livro: **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa** (2004). E-mail: larissab@usp.br

PARIS YÉROS

Professor da Universidade da Grécia, lotado como Professor Visitante do Programa de Relações Internacionais da PUC-Minas. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa no programa sobre temas africanos (cultura e história). Autor e editor de diversos livros. E-mail: paris@pucminas.br

RICHARD PEET

Geógrafo, Professor de geografia na Clark University em Worcester, Massachusetts, EUA. Autor de vários livros, dentre os mais recentes destaca-se: **Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO**, escrito em conjunto com dezessete estudantes, foi publicado pela Zed Press de Londres e pela Palgrave, Nova York. E-mail: rpeet@clarku.edu

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA

Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente. Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e também do curso de Mestrado em Geografia desta mesma universidade. Autora do livro: **(Re)criação do Camponato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe** (2006). E-mail: raalm@ceul.ufms.br

SAM MOYO

Diretor Executivo do African Institute for Agrarian Studies (AIAS) e Ex-Diretor do Southern African Regional Institute for Policy Studies (IRIN), Harare, Zimbábue. Autor de diversos livros sobre a questão da terra na África. E-mail: sammoyo@ecoweb.co.zw

SÍLVIO SIMIONE DA SILVA

Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente. Professor Adjunto do Depto. de Geografia e do Programa

de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Autor do livro: **Na fronteira agropecuária acreana** (2003). E-mail: ssimione@terra.com.br



